

BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI

O COMUNISMO IMAGINÁRIO

Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1996

BETHANIA SÁMPAIO CORRÊA MARIANI

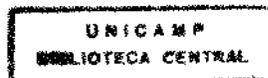
O COMUNISMO IMAGINÁRIO

Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)

Tese apresentada ao Curso de Linguística do
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Linguística

Orientador: Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1996

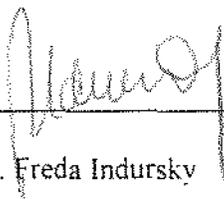


FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

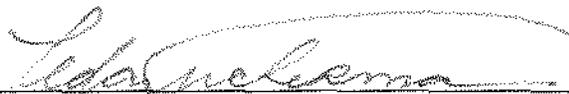
M337c Mariani, Bethania Sampaio Corrêa
O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989) / Bethania Sampaio Corrêa Mariani -- Campinas, SP: [s.n.], 1996.
Orientador: Eni Puccinelli Orlandi
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
I. Análise do discurso. 2. Discursos. 3. Jornalismo. 4. Partido Comunista Brasileiro. 5. História. I. Orlandi, Eni Puccinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.



Profª. Dra. Eni Puccinelli Orlandi - Orientador



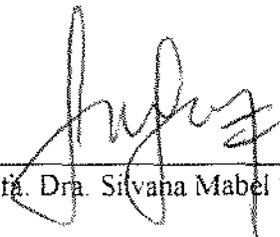
Profª. Dra. Freda Indursky



Profª. Dra. Ieda Tucherman



Profª. Dra. Lucia Teixeira de Siqueira e Oliveira



Profª. Dra. Silvana Mabel Serrani

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística em 5 de dezembro de 1996.

Este trabalho foi julgado e aprovado em
defesa por BETHÂNIA SAMPAIO

CORREIA MARIANI

e assinado pelo orientador em

05 / 12 / 96

Profª. Dra. ENI DE ZOUZES P. ORLANDI

**A meu pai, que certamente teria gostado muito de ler este trabalho
A minha mãe, que sempre esteve presente
E ao Fernando, única certeza na turbulenta travessia dos últimos anos**

AGRADECIMENTOS

A Eni Puccinelli Orlandi, muito mais do que orientadora e guia, nesta viagem apaixonada pelos muitos caminhos do discurso, fica aqui um gesto irrestrito de admiração pelo modo como conduziu as leituras, sugestões e estímulos não só para este trabalho, mas ao longo de minha vida acadêmica.

A Eduardo Guimarães, pela leitura atenta e firme no exame de qualificação.

A Lucia Teixeira e a Ieda Tucherman, pelas conversas semiológicas e filosóficas.

Aos meus amigos do Discurso, Freda, Silvana, Kitty, Monica, Suzy e Zé, pelo estímulo e a Onice, em particular, pelo abrigo carinhoso em Campinas.

A Moema, Lu e Marcus, por me apoiarem em todos momentos, e a Mariana, em especial, pelas visitas e conversas.

Aos meus novos amigos da UFF, principalmente a Livia, Bete, Claudia, Célia, Euridice, Laura, Marlene e Roberto, pela força, pela ajuda e pelas conversas.

Às amigas doutorandas, Solange, Paula e Thaís, pelas intermináveis conversas de apoio mútuo.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, pelo atendimento atencioso.

Ao Programa de bolsas de iniciação científica PROPP/UFF/CNPq, pela bolsa de iniciação científica para Maisa Aleksandravicius, orientanda que atravessou comigo parte dos arquivos da Biblioteca Nacional.

Ao CNPq, pelo financiamento inicial de meu doutorado.

...ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo'. (M. Pêcheux, 1988)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO UM TANTO PESSOAL.....10

INTRODUÇÃO: O PCB NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....14

PRIMEIRA PARTE: A CIÊNCIA DO ENTREMEIO

1. O LUGAR DA ANÁLISE DO DISCURSO.....21

2. A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDOS.....26

3. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E ACONTECIMENTO.....35

3.1. RELAÇÕES DISCURSIVAS ENTRE MEMÓRIA E ACONTECIMENTO.....39

3.2. MEMÓRIA DO POLÍTICO.....45

4. OS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO.....50

SEGUNDA PARTE: A EFICÁCIA DA IMPRENSA SOBRE O POLÍTICO

1. O DISCURSO JORNALÍSTICO *SOBRE*.....62

2. MEMÓRIA, INSTITUIÇÃO E IDEOLOGIA.....72

3. JURIDISMO, ÉTICA E IMPOSIÇÃO DO *MESMO* NOS JORNAIS.....81

4. ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA E RECEPÇÃO.....95

5. NARRATIVA, MEMÓRIA E DISCURSO JORNALÍSTICO.....106

**TERCEIRA PARTE:
O COMUNISMO IMAGINÁRIO**

1. AS DENOMINAÇÕES.....	121
2. A CONSTRUÇÃO DOS REFERENTES DISCURSIVOS ‘COMUNISMO’ E ‘COMUNISTA’.....	140
3. A DENOMINAÇÃO NOS MECANISMOS ENUNCIATIVOS JORNALÍSTICOS.....	156
3.1. NO COMEÇO... ENTRE 1910 E 1937.....	156
3.1.1 O papel das definições.....	161
3.1.2. As antecipações.....	167
3.2. DOS ANOS 30 AOS ANOS 70.....	171
3.2.1. Heterogeneidade e repetição.....	181
3.2.2. Narrativas.....	191
3.2.3. Relatos e homogeneização.....	203
3.3. DOS ANOS 70 ATÉ 1989.....	218
3.3.1. O mesmo no diferente.....	220
CONCLUSÃO.....	237
ANEXOS.....	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	249

RESUMO

Esta pesquisa, filiada ao domínio teórico da escola francesa de Análise do Discurso, tem como objetivo específico de estudo a análise do funcionamento do discurso jornalístico-político que, no Rio de Janeiro, foi se constituindo *sobre* o Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde março de 1922, data de sua fundação, até 1989, ano da primeira eleição direta para presidente da República após o fim da ditadura militar. O *corpus* discursivo constitui-se de notícias *sobre* o PCB publicadas em diferentes períodos históricos, nos seguintes jornais: *O País*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Duas hipóteses nortearam a abordagem desenvolvida pela análise: 1- no modo como o PCB é falado pelo discurso jornalístico-político já se encontra uma interpretação, cuja determinação é dada, ideologicamente, por uma memória já constituída sobre o sujeito ocidental e sobre uma concepção de ética-moral dos direitos humanos; 2- tendo em vista a concepção de sujeito constitutiva do imaginário ocidental, o discurso jornalístico institui o PCB no lugar do *outro* enquanto um Mal, ie, um inimigo da sociedade brasileira. Na análise, foram descritas e analisadas as seguintes marcas lingüísticas específicas: as denominações, os enunciados definitórios e o discurso relatado. Para além de tais marcas, foram analisados também dois aspectos específicos da prática discursiva jornalística: as matérias assinadas e as narrativas presentes nas reportagens. Em todo o processo de análise, considerou-se a dinâmica da interferência da memória no domínio da atualidade enquanto reorganização das filiações de sentidos bem como sua intervenção na atualidade enquanto antecipação. A análise permitiu verificar que o discurso jornalístico-político *sobre* o PCB atende à disjunção Bem / Mal, construída em torno da moralidade ocidental-cristã, separando em dois campos antagônicos os sentidos possíveis, ie, aqueles permitidos pelo dispositivo ideológico desta ética-moral, e os sentidos indesejáveis, ou seja, aqueles que marcam uma diferença relativamente a esta moralidade. O discurso jornalístico que se organiza no Rio de Janeiro *sobre* os comunistas desde 1922, portanto, ao mesmo tempo em que nega o pensamento comunista, o outro, inserindo-o no campo do Outro, inimigo dos valores ocidentais, reafirma uma identidade brasileira, filiando-a ao imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, deste modo, correlacionada à confirmação do modelo ocidental.

Résumé

Cette recherche, liée à l'école française de l'analyse du discours, fait un étude du fonctionnement du discours journalistique-politique des journaux de Rio de Janeiro sur le Parti Comuniste Brésilien. Notre hypothèse c'est que les journaux ont une fonction important dans la constitution de l'imaginaire qui fixe les communistes à la place des ennemis de la société brésilienne.

APRESENTAÇÃO UM TANTO PESSOAL

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despersonalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta à ponta, às intensidades que o percorrem. (...) Falamos do fundo daquilo que não sabemos, do fundo de nosso próprio subdesenvolvimento. (Deleuze, 1992).

Os sentidos viajam em memória des-continua, reverberando filiações há muito esquecidas e descortinando um tempo que se lineariza por conta do modo ocidental de narrar as coisas acontecidas. São sentidos predominantes ou silenciados, resultantes do embate entre as interpretações, e que deixam lacunas entrevistas nos resíduos, no que escapa ao controle das grandes narrativas históricas.

No plano pessoal, tecido pelas necessárias ilusões de homogeneidade e estabilidade, é no “só-depois” do tempo psicanalítico e ideológico que produzimos sentidos para acontecimentos imprevisíveis e descontínuos que, irrompendo, levaram-nos a atitudes, gestos e falas acontecidas e por acontecer. Não é possível organizar, prever e planejar tudo -- muito do que ‘escolhemos’ resulta de injunções históricas e inconscientes as quais, às vezes, apenas no “só-depois” conseguimos fazer a leitura. Estruturas e acontecimentos, regularidades e dispersões: é necessário levar em consideração o movimento entre ambos, as possibilidades de articulação entre estes dois

planos bem como o modo como afetam e/ou consolidam e/ou modificam a mecânica da constituição das redes de filiações de sentidos.

Digo estas coisas na tentativa de explicar o que, mais tarde, durante o período de organização do arquivo desta pesquisa sobre os comunistas e de trabalho com a escritura da tese compreendi. Afinal, por que trabalhar com a história do Partido Comunista Brasileiro? E mais, por que escolher uma história que não é nem a oficial, nem a escrita pelo próprio partido, mas que foi sendo construída pouco a pouco na imprensa diária desde os anos 20? (Aliás, será que podemos chamar este longo texto jornalístico de narrativa histórica?)

Sem cair na ilusão de buscar origens, porque para cada resposta dada às perguntas acima, certamente haverá outra, e mais outra, trago algumas reminiscências e com elas, as motivações histórico-pessoais que só depois descobri estarem me fazendo mover. Afinal, e falando com as palavras de E. Galeano, “para os navegantes com desejo de vento, a memória é um porto de partida.”

A lembrança mais antiga data do período que compreende os anos entre 1964 e 1970. No dia 4 de abril de 1964, meu pai perdeu o emprego: no bilhete que recebeu vinha a convocação ao Departamento de Pessoal do seu local de trabalho para ser demitido “por ter atitudes subversivas”. No entanto, nessa época, nenhum filho soube deste bilhete (aliás, só soubemos da sua existência há pouco tempo). Apesar do silêncio espesso em torno dessa questão, eu entrevi os sentidos calados pela censura política e pela força do catolicismo materno, para quem os ‘comunas’ haviam trazido a desgraça da família. Também lembro vagamente de minha irmã jornalista saindo apressada para cobrir matérias políticas, dos tios que fizeram uma longa ‘viagem’ para fora do país, da prima universitária que passou uns tempos escondida conosco, (sendo, mais tarde, enquadrada no 477), e de um de meus irmãos, sombrio, me dizendo: “Na sua idade está tudo bem, mas a gente só se conscientiza quando leva porrada da polícia.”

Enquanto isso, meu pai, imóvel, lia seus jornais e, amargo, resmungava contra os ‘milicos’. Quando os ânimos se exaltavam e as vozes subiam um tom acima, logo um

'pst' materno se fazia ouvir. Eu ainda não compreendia bem que palavras eram aquelas que não podiam ser ditas, que histórias eram aquelas silenciadas quando entrava na sala.

Dentre as muitas leituras que circundaram meu mundo pré-adolescente, além dos livros de *Contos de Fada*, dos de Monteiro Lobato e de Julio Verne, a revista *Seleções* aparece com certo destaque, dada a regularidade com que entrava em casa. Talvez na leitura daqueles títulos *Ameaça vermelha*, etc., na época tão obscuros quanto os silenciamentos familiares, se encontre parte dos interesses que só com a tese percebi ter.

Para dar sentido aos sentidos não-ditos pelos adultos eu -- literalmente -- consultava nos dicionários as palavras entreouvidas. Mas não me lembro de ter entendido muita coisa.

Alguns anos mais tarde, as lacunas começaram a ser preenchidas. Já como aluna no ginásio de um dos colégios cariocas mais duramente atingidos pela repressão, fui aprendendo pouco a pouco o que significa refletir, interpretar, debater e reivindicar: nossa luta possível era com palavras e não se tratava de uma luta vã. Ação, ideologia e linguagem estavam ali, juntas, na prática; a teoria, eu só vim a descobrir muito tempo depois.

Aos sentidos silenciados durante a infância e à descoberta de que havia inúmeras palavras a serem faladas, juntou-se o dizer indignado e apaixonado da militância universitária. Outras leituras (edições piratas de obras censuradas, por exemplo, que iam circulando nos pequenos grupos de estudo de História) foram se misturando às literaturas previstas pelo curso de Letras, às discussões com amigos estagiários no Museu do Índio, aos comentários de um namorado do 'movimento', às primeiras passeatas, a certas músicas de Chico, Milton e Caetano, enfim, leituras e histórias comuns à época política do chamado 'Baixo Leblon' (ou "esquerda festiva", como pejorativamente diziam alguns). Isso tudo e, também, uma desilusão, junto com John Lennon, de que "o sonho acabou", compunham o fragmentado imaginário de pelo menos parte de uma geração. A angústia existencial do "e agora?" atravessava as conversas, as viagens, os desejos.

No final da década de 70, marxismo e psicanálise entrelaçaram-se de muitas formas (até mesmo pela resistência a tal entrelaçamento) não apenas na minha vivência pessoal, mas também na de muitos da minha geração. Do mesmo modo, foi meio inevitável, para nós, uma atuação social, política -- trabalhamos com comunidades carentes, estávamos lá nas 'Diretas já' -- e também uma busca por mudanças (quase todos aderimos ao PT e aos outros sentidos que aos poucos foram se desenhando).

Mas até que ponto o imaginário daquelas gerações de brasileiros católicos, ou seja, a tradicional classe média, se deixou impregnar por estes novos e outros sentidos? Nas primeiras eleições diretas após o ciclo militar, para quem e para quantos os ataques verbais contra as esquerdas feitos por Collor pareciam velhos, ultrapassados? Por outro lado, quem ganhou as eleições? Ou melhor, o que elegeu Collor?

Em 1988, enquanto finalizava minha dissertação de mestrado -- *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a Análise do Discurso* -- ouvia 'desatentamente' o horário político oficial das campanhas eleitorais na televisão, além de acompanhar comícios e ler um ou dois jornais diários. Foi então que percebi nos discursos dos candidatos de direita paráfrases dos textos políticos produzidos em 30 sobre o PCB. Havia uma grande semelhança entre o modo de se falar sobre o Partido em 30 e o modo de Collor, por exemplo, atacar não somente o PCB, mas sobretudo as esquerdas em geral. Pareceu-me, de imediato, que os mesmos efeitos de sentidos, entreouvados em 64 e parte do objeto de análise enquanto memória dos anos 30, haviam retornado na disputa eleitoral de 88. Ou será que jamais haviam saído de cena?

A história política coletiva dos sentidos autoritariamente silenciados, história cujo imaginário não se iniciou em 1964, atravessou também inúmeras memórias familiares, e foi desaguando, com semelhanças e diferenças nas histórias particulares de sujeitos singulares. Na prática cotidiana vamos aderindo, muitas vezes sem saber o porquê ou qual a memória que nos mobiliza, a tantos e diferentes gestos de dizer, fazer e significar, quase sempre imersos na ilusão de expressar sentidos 'escolhidos'. Minha vida acadêmica, profissional

e pessoal deu muitas voltas até chegar a este tema de tese e, depois, deu outras tantas até compreender, minimamente, a 'opção' feita.

Sobre as margens do caminho que levaram a essa opção e sobre o percurso propriamente dito que se constituiu para analisá-lo e interpretá-lo, enuncio de uma posição marcada por vozes generosas, mas também conflitantes e contraditórias que interdiscursivamente me atravessam. Não (re)conheço todas, não busco dominá-las. Pretendo apenas produzir sentidos que sei transitórios, nem falsos, nem verdadeiros, apenas adequados a uma prática discursiva em sua determinação histórica. Por isso, e de acordo com o paradoxo constitutivo do trabalho de um analista de discurso, nesse estudo há uma incompletude necessária e produtiva.

Fazer a análise desse discurso jornalístico sobre o PCB foi uma tentativa de compreender os processos de produção de sentidos que (me) atravessam nas inúmeras H/histórias como sujeito, constituída por memórias, lacunas, recalques e desejos, querendo criticamente escapar da ilusão da transparência da linguagem, e para quem os sentidos só-depois.

INTRODUÇÃO: O PCB NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Não deve surpreender que, em um universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas (partidos, grupos de interesse, facções e, nas relações internacionais, povos, pessoas, nações), o modo mais natural, simples e mesmo comum de representar aquelas relações seja uma diade ou dicotomia. (...) A própria categoria da política é representada pela diade 'amigo-inimigo', que resume em nível da mais alta abstração a idéia da política como espaço do antagonismo..." (N. Bobbio, 1995)

Ampliando o quadro de referência histórica, podemos afirmar que da proclamação da República para cá, o Brasil passou por distintas fases e mudanças político-institucionais. Na forma de governos democráticos ou autoritários, o poder não mudou de mãos: uma mesma elite econômica vem há décadas ditando as regras do jogo político. Se o famoso 'voto de cabresto' era responsável, no passado, pelo resultado de muitas eleições, à mídia, atualmente, cabe o papel de eleger presidentes e mantê-los ou não no poder¹.

A partir de março de 1922, data da fundação do partido², comunistas e não-comunistas lutaram por tornar visíveis os sentidos não apenas dos seus próprios discursos, mas, principalmente, aqueles que atribuíam a seus adversários. *Falar sobre o*

¹ Alguns teóricos da comunicação têm se dedicado a esta 'linha de pesquisa'. Cf., por exemplo, Fausto *Como derrubar um presidente*; Rubim AA *Comunicação e sociabilidade: os poderes da mídia*, dentre outros

² A história do PCB já foi inúmeras vezes narrada -- direta ou indiretamente -- por militantes e historiadores. Na bibliografia, encontram-se citadas as obras consultadas e, no anexo I, está traçada uma

adversário político sempre foi e será tão importante quanto falar do próprio programa partidário.

Desnecessário lembrar que proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente (ou não) constituídos sempre impuseram o silenciamento³ ao PCB, mantendo predominantes os fios discursivos que trançam o domínio de certo sentido: “O comunista é um inimigo.” Esta ‘equação lingüística’ -- ‘comunista = inimigo’ -- que fixa um ‘lugar do mal’⁴ na história do Partido no Brasil, tal como foi apresentada pela imprensa não-partidária, um sentido sempre-já negativo, se encontra reiterada na forma de diferentes denominações ou como elemento integrante de narrativas políticas.

Um breve exame de alguns enunciados jornalísticos⁵ mostra a recorrência de tal ‘equação’, já-dada, já-dita sobre o PCB. Ao cotejar, por exemplo, os fragmentos abaixo,

1- “Meia dúzia de *sectários ferozes* como os de Moscou fazem do povo um rebanho (...) Pois é com o fim de *escravizar aos tiranos vermelhos* o nosso Brasil...”

2- “Um *comunista militante* é um *desvairado*.”

3- “A revolução quer as reformas dentro de um certo clima de tranquilidade e de trabalho, de maneira que lutar por elas não implique paralisar e empobrecer o País e afinal lançá-lo ao abismo da *escravização comunista*...”

4- “O *perigo vermelho* que ainda *assusta* alguns militares promotores do golpe de 64 atende pelo nome de *Luis Inácio Lula da Silva*.”

5- “Um *comunista* é um *inimigo*.”

pequena cronologia desta história. No nosso caso, ressaltamos que interessa-nos trabalhar o PCB tal como foi produzido pelo discurso jornalístico.

³ Usamos ‘silenciamento’ conforme Orlandi 1989 e 1992.

⁴ Conforme Badiou (1995), na ética do sujeito ocidental, está produzido o sentido do que é o Mal, mas não se encontra definido o que é o Bem. A cada época, o Bem vai sendo aquilo que não é o Mal. Diz o autor: “A ética é aqui concebida ao mesmo tempo como capacidade *a priori* de distinguir o Mal (porque, segundo o uso moderno da ética, o Mal -- ou o negativo -- vem primeiro: supõe-se um consenso sobre o que é bárbaro) e com princípio último do julgamento, particularmente do julgamento político: é exatamente o que intervém de maneira visível contra um Mal identificável *a priori*” (op. cit., p.23). Retornaremos a esta questão mais adiante.

⁵ A noção de enunciado vai ser desenvolvida mais adiante.

é possível detectar uma certa semelhança quanto ao modo de se denominar e descrever os comunistas e o comunismo: *sectários ferozes, inimigo, elemento desvairado, tiranos vermelhos*, etc. O surpreendente é saber que tais denominações pertencem a diferentes jornais, escritos em diferentes épocas. Os enunciados 1,2 e 5 são da década de 30 e foram depreendidos nos jornais *O Paiz*, *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*, ao passo que 4 também foi retirado do *Jornal do Brasil*, mas em 1989, e 3 de *O Globo*, 1964.

Será que ao longo de mais ou menos 70 anos (se contarmos desde a época da fundação do Partido) a imagem que se faz dos comunistas e do comunismo manteve-se inalterada nos órgãos de imprensa? Seria esta imagem o resultado de uma “conspiração imperialista” digna de filmes policiais? Brincadeiras à parte, o fato é que esta pesquisa estuda a produção e manutenção de certos sentidos sobre os comunistas: trata-se de um dizível marcado sócio-historicamente e textualizado de modo recorrente no discurso jornalístico. Daí, uma de nossas preocupações: quais as condições que propiciam este tipo de discurso? As contradições constitutivas de qualquer época histórica podem ser anuladas, fechando os sentidos numa mesma direção? E ainda, de que modo se configura e se fixa este tipo de textualização sobre o PCB no discurso jornalístico?

De algum modo, os efeitos múltiplos desses sentidos confluíram e influenciaram no tratamento do tema dessa tese -- a constituição de um imaginário político sobre o PCB como inimigo da sociedade brasileira -- e da principal pergunta que nos move: como se construiu e se pôs em circulação essa resistência ao PCB? Foi tomando esse cenário como pano de fundo que formulamos o objetivo geral desta pesquisa: analisar o funcionamento do discurso jornalístico-político que, no Rio de Janeiro, foi se constituindo sobre o PCB desde março de 1922, data de sua fundação, até 1989, ano da primeira eleição direta para presidente da República após o fim da ditadura militar.

Durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos. No cinema, TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anti-comunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando um imaginário

imposto pelo modelo político e econômico capitalista. Obviamente, essa estratégia silenciadora jamais impediu que os partidos comunistas e socialistas fossem fundados em todos os continentes, inaugurando uma forma de oposição política que tomava como base um outro modelo de economia e de sociedade. As palavras *direita* e *esquerda* caracterizavam, e ainda caracterizam⁶, distintas concepções sociais e econômicas, resultantes de modelos políticos diferentes.

A queda do muro de Berlim sinalizou aquilo que há muito já se murmurava: nos países comunistas, a censura imposta pelos governos autoritários camuflava mordomias e abusos por parte do poder no modelo econômico. O esfacelamento da URSS, junto com o fim do PC soviético, bem como as guerras na Albânia, Iugoslávia etc., por sua vez, produziram uma nova onda de notícias, filmes e livros⁷. Algumas destas produções enfatizaram o fim desse modelo e um vazio se instalando em seguida, outras, aproveitaram para fazer denúncias, generalizando para a estrutura social questões particulares. Para a propaganda anti-comunista do mundo capitalista, nada melhor do que comprovar aquilo que antes era dito apenas no espaço ficcional. As reportagens jornalísticas, por sua vez, ratificaram com imagens e depoimentos o centralismo e dirigismo do Estado, a falta de liberdades individuais, a falência do modelo sócio-econômico, revelado através, por exemplo, da comparação entre o estágio de desenvolvimento das duas Alemanhas, etc.

Em vários lugares e em diferentes práticas sociais, portanto, foi-se construindo uma posição política 'de consenso' sobre o comunismo. E a "língua de vento" (Pêcheux, 1981) da publicidade e da política do mundo capitalista contribuiu para que o poder "exercesse sua mestria, sem mestre aparente" (Pêcheux, *ib.*, *ibid.*).

Muitos disseram que a grande imprensa estava exagerando e distorcendo os fatos, que a crise era uma criação da mídia. Pouco

⁶ - N. Bobbio, em seu livro *Direita e Esquerda - razões e significados de uma distinção política*, discute a posição daqueles intelectuais que fazem a apologia do fim das esquerdas, evidenciando, através da enumeração de aspectos históricos, políticos, sociológicos, filosóficos e culturais, que "o debate continua bem vivo não obstante os lúgubres dobres fúnebres [rintocchi di morte]" (p. 126).

⁷ - Não vamos fazer uma listagem da filmografia existente, mas vale citar alguns filmes recentes: *Ouro dos tolos* (URSS), *As Amigas* (Tcheco), *Depois da chuva*, *Ana dos 6 aos 18* (URSS), entre outros. *Morango e chocolate*, filme cubano, trata da questão por outro ângulo.

a pouco, entretanto, a implosão das 'fortalezas' do socialismo 'real' se tornou evidente demais para que os recalcitrantes continuassem a negá-la. (Konder, 1992:13)

Por outro lado, na produção intelectual, anunciava-se o pós-estruturalismo, o pós-comunismo, o fim das utopias e da história. Tratava-se, como foi amplamente divulgado, do fim do pensamento de esquerda? Ou, tal como entendemos esta questão, tratava-se de uma crítica contundente a um certo modo do pensar, o abandono de uma certa lógica discursiva, mas não do desejo de uma sociedade mais justa...

Não foi intenção esgotar em dois parágrafos a complexidade histórico-política das questões mencionadas acima; entretanto, mencioná-las tornou-se importante para podermos refletir e examinar detalhadamente como, no Brasil, essas diferentes imagens sobre o comunismo, produzidas ao longo de aproximadamente 60 anos, foram sendo recebidas / repetidas / transformadas ('abrasileiradas') e colocadas em circulação pela imprensa.

Tal perspectiva, sobretudo no que se refere à questão da circulação e recepção, levou-nos inevitavelmente a indagar sobre as relações entre política e mídia, mais especificamente, entre o discurso político e o discurso jornalístico. Nesse sentido, tornou-se necessário caracterizar os discursos político, jornalístico e, também, nosso objeto preciso de estudo: o discurso jornalístico-político sobre o PCB.

Estas questões, por sua vez, nos levaram, no plano teórico-metodológico, a retomar a discussão sobre tipologia e funcionamento discursivos: considerando a relação de constituição mútua entre linguagem e história, e considerando que a produção de sentidos se realiza no incessante movimento da língua fluida⁸, como trabalhar uma noção de tipo que permita depreender elementos constantes de uma produção discursiva (no

⁸ De acordo com Orlandi e Souza (1988) e Orlandi (1990), a língua fluida é aquela que não se deixa aprisionar por modelos analíticos. E é nela, do nosso ponto de vista, que se dá o movimento dos sentidos: sua "errância", sua "vontade de unidade" e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, "o equívoco, o incompleto e o non sense" (Orlandi, 1992: 12.)

nível da ordem do discurso) sem perder de vista, ao mesmo tempo, “o movimento dos sentidos”?

Além desta discussão, duas reflexões nortearam a abordagem desenvolvida por esta análise. Uma diz respeito especificamente ao PCB. Trata-se da questão da alteridade. Ou seja, dada a concepção de sujeito constitutiva do imaginário ocidental⁹ e dado que a constituição da identidade do sujeito supõe a construção de uma figura do outro, sobretudo no que diz respeito às diferenças, foram estas nossas perguntas: quais as características desse ‘outro inimigo-fantasmático’? Qual sua diferença necessária para a constituição da identidade do sujeito ocidental? E, por fim, como hipótese central investigada, como o PCB foi levado a ocupar um lugar do outro -- como inimigo -- na imprensa?

Por esse motivo, para analisar o processo de construção do PCB como *outro* remetemo-nos para a questão do processo de produção linguageira dos sentidos, das formas de sua circulação e da fixação de um sentido / memória. Ou seja, até que ponto o discurso jornalístico pode ser considerado um elemento atuante na construção dessa imagem do comunista como inimigo? E, neste sentido, de que modo o discurso jornalístico pode ‘decodificar’, ‘didatizar’ um evento como a fundação do partido comunista no Brasil? Qual o seu papel ao colocar em circulação tal imagem?

⁹ Em palestra proferida (1994), I. Tucheran discute a ética dos Direitos Humanos, fundada numa moral do Bem, da permanência, da estabilidade e da harmonia (com suas máximas jurídicas e religiosas: “Todos os homens são iguais...”, “Amai-vos uns aos outros...”), mostrando que esta ética, projetada imaginariamente como sendo de uma maioria, foi feita para e pelo homem branco, ocidental, macho, e de preferência, europeu, urbano, proprietário e cristão (judeu/cristão). Pode-se ler em Deleuze (1992:214) esta questão: “As minorias e as majorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo, o europeu médio adulto macho e habitante das cidades...”

PRIMEIRA PARTE:
A CIÊNCIA DO ENTREMEIO

1. O LUGAR DA ANÁLISE DO DISCURSO

À cause de Michel Pêcheux, le discours, dans le champ français, ne se confond pas avec son évidence empirique; il représente une forme de résistance intellectuelle à la tentation pragmatique. Cette pensée continue à travailler dans certaines recherches sur le discours. (Denise Maldidier, 1990)

A escola francesa de análise do discurso (de agora em diante AD) se apresenta como sendo uma teoria crítica da linguagem, ie, uma teoria que, por se situar no entremeio das ciências sociais humanas, está sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito.

A AD se propõe a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu objetivo principal de compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos na perspectiva de uma semântica de cunho materialista. Para tanto, o fundador da AD, Michel Pêcheux, propôs articular três regiões do saber: o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e suas transformações; a lingüística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Estas três regiões, ainda de acordo

com Pêcheux, são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Nas palavras de Gadet (1990:8),

a AD é concebida como um dispositivo que coloca em relação, sob uma forma mais complexa do que o suporia uma simples covariação, o campo da língua (suscetível de ser estudada pela lingüística em sua forma plena) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de força e de dominação ideológica).

Por refletir no entremeio das ciências humanas e sociais, a AD provoca uma permanente reterritorialização de conceitos ligados às teorias da linguagem e da ideologia. Entendemos por reterritorializar, aqui, o gesto que Pêcheux (desde seus escritos como Thomas Herbert), no intuito de provocar uma ruptura no campo dessas ciências, provoca ao deslocar criticamente as seguintes noções: 1) linguagem vista como instrumento de comunicação de informações; 2) sujeito como indivíduo (do modo como a sociologia e/ou a psicologia decrivem); 3) ideologia como ocultação ou máscara (que seria responsável pela perpetuação da dominação de uma classe sobre a outra, de acordo com uma certa leitura de Althusser); e 4) sentido ligado às condições de verdade (conforme a semântica lógica sempre prescreveu).

O pressuposto teórico central da AD encontra-se nas definições de discurso -- “efeito de sentidos (e não transmissão de informação) entre interlocutores” -- e de discursivo -- “processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade lingüística” (Pêcheux, 1990:82 e Pêcheux & Fuchs, 1990:172, respectivamente). Gostaríamos de acentuar, no que diz respeito à discursividade, a presença do histórico -- entendido aqui não como cronologia ou evolução, mas sim como historicidade, ie, produção simbólica ininterrupta que organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas no dizer -- como um dos elementos constitutivos dos processos sociais e, por conseguinte, constitutivo da materialidade

lingüística. Quando falamos em discurso, portanto, estamo-nos reportando a um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, no discurso se dá o encontro entre língua e ideologia.

E como entender este encontro? Pêcheux partiu, inicialmente, da “indicação formulada por Althusser sobre o paralelo entre a evidência da transparência da linguagem e o ‘efeito ideológico elementar’, a evidência segundo a qual somos sujeitos” (Henry, 1990:34). Discutindo as noções de sujeito da linguagem e sujeito da ideologia, Pêcheux (1988) identifica o processo pelo qual se dá o apagamento do mecanismo ideológico da interpelação-assujeitamento para o sujeito. A evidência que faz com que cada um de nós possa dizer “eu sou realmente eu” resulta do processo de identificação do sujeito com a posição a que foi levado a ocupar.

Nas práticas discursivas, delimitadas por rituais enunciativos específicos e determinadas por sua inscrição ideológica (a qual se apaga para os sujeitos), se integram ‘o linguageiro’ e a ‘historicidade’.¹

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, op.cit., p. 160).

A ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ie, natural para ele enunciar daquele lugar. O sujeito se imagina uno, fonte do dizer e senhor de sua língua; do mesmo modo, parece-lhe normal ocupar a posição social em que se encontra. O funcionamento ideológico provoca as ilusões

¹ Maingueneau (1989:56), sem tocar na questão ideológica, definirá prática discursiva como “a reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso.”

descritas: apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes.

Ao sublinharmos na citação acima o verbo *mascarar*, queremos chamar a atenção para o fato de que não está em jogo, aqui, a idéia de ideologia como máscara, tanto que em outros escritos Pêcheux fez questão de realçar o aspecto de falha ou enfraquecimento que sempre pode existir no ritual da interpelação ideológica. Nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma (1) posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento, como podemos ler abaixo:

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa 'de uma outra ordem', vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio" (Pêcheux, op.cit.,p. 301).

E o que é a resistência, em termos discursivos? É a possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É resignificar processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra, seja incorporando o *non sens*, ou simplesmente, não dizendo nada.

A AD é uma disciplina que incorpora o político em suas discussões. Tanto porque investiga as várias formas de exercício das práticas discursivas político-ideológicas (em termos das relações de forças que atuam numa sociedade), como em decorrência de sua função crítica que não minimiza (e não separa) a importância política do trabalho intelectual. Os trabalhos em AD nunca se escondem atrás de uma pretensa neutralidade científica: eles são um índice de mudança no campo das ciências sociais e humanas e, em

Fazer AD, em resumo, representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já-constituídos e dados como óbvios. É o que veremos a seguir.

2. SOBRE A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE SENTIDOS

O sentido escapa a toda a redução que tenta alojá-lo numa configuração orgânica ou mecânica. (Canguilhem, apud Michel Pêcheux, 1982)

Para a AD, do ponto de vista filosófico, a linguagem não é transparente, mas opaca. Na AD, a língua não é concebida como “visão-percepção do mundo e, em seu limite, como a origem deste último” (Pêcheux & Fuchs, 1990:173). Assim sendo, a discussão da relação entre linguagem e exterioridade é ponto de passagem obrigatório nesta teoria que se auto-define “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (Pêcheux & Fuchs, 1990:164).

Uma pergunta, então, se impõe: quando a AD fala dos ‘sentidos’ e de sua produção, como ela está caracterizando a relação entre linguagem, pensamento e realidade? Ou ainda, como entender a relação entre linguagem e exterioridade? Antes de mais nada, é preciso esclarecer que, em AD, exterioridade não se confunde com a idéia de realidade empírica. O que chamamos de realidade é resultado da construção/rememorialização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo. A realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e linguageiras. E, assim, retornamos à produção de sentidos: ao dizer, o sujeito está sempre significando (ou, interpretando a ‘realidade’), retomando e renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade. “A realidade aí se sustenta e toma forma. O sentido se torna, assim, visível pela instituição, pelo consenso social.” (Orlandi, 1992:166).

Deve-se ter em vista então que significar, do ponto de vista discursivo, é mais do que referir ou designar coisas ou manifestar as intenções. Significar, ou produzir sentidos, está na ordem do discurso, que é uma ordem distinta da ordem da língua², mas que a supõe como base. Se significar, do ponto de vista da AD, é produzir sentidos (visíveis na materialidade significante), e não referir (como denotar é para a Lógica), se o processo de significação não está nas coisas, nem na intenção dos sujeitos que falam, nem apenas nas convenções que regulam os dizeres, como entendê-la discursivamente?

Trata-se de um processo que tem sua materialidade na ordem do discurso ao conjugar posições enunciativas e história, ambas inseparavelmente em movimento. É mais, tal movimento resulta da tensão entre o mesmo e o diferente, tensão que coloca a linguagem em funcionamento no processo de produção de sentidos. É um processo que envolve, para além das formas de produção de sentidos nas relações sociais imediatas (ie, relações de força de uma dada formação social), os sentidos anteriores, os conflitos existentes e o 'futuro' do processo significativo. Ou seja, em uma formação social historicamente determinada, sendo a base lingüística a mesma, os sentidos produzidos são diferentes conforme as posições discursivas.

Em suma, para entender o processo de significação, não se trata mais de separar língua(gem), pensamento e realidade, tal como fazem as abordagens idealistas, nas quais se busca o que a linguagem representa (idéias?), refere (coisas? pessoas?) ou comunica (informações? intenções? convenções?). A AD resignifica, integra e opera com estes três elementos -- linguagem, pensamento, realidade -- , fazendo intervir um outro fundamental: a memória do dizer (ou seja, o interdiscurso).

²- Orlandi (1993) , discutindo a questão da materialidade da língua, distingue ordem e a organização. Para a autora, "ao invés da completude (fechamento) do sistema abstrato, a língua é aqui tomada em sua forma material, enquanto ordem significante, capaz de equívoco, de deslize, de falha (...) Não é a organização da língua (pensada na lingüística sob o modo da oposição e / ou regra), ou a organização social (classe, grupo etc) que constitui o objeto de análise da AD." Já Fontana (1994:36-37) , partindo desta definição, relaciona ordem e organização da língua, dizendo: "... o conjunto de diferenças e oposições que ordenam a materialidade lingüística como sistema simbólico afetado constitutivamente pelo equívoco - revela os pontos de instabilidade da organização formal do sistema da língua enquanto objeto de conhecimento".

E mais, “os sentidos são relação a” (Canguilhem, 1994), “não brotam da língua. Não estão nas palavras. Não são uma questão ‘lexical’, mas uma questão semântica” (Orlandi, 1996).

Seguindo este ponto de vista, não é possível conceber a linguagem como um sistema comunicativo que serviria apenas para designar ou informar o que ‘existe’³, mas a existência das ‘coisas’ é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem / história; os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. Língua e história são processos inseparáveis.

Por fim, é com o conceito de inconsciente (tal como Lacan o define) e de “domínios de pensamento”⁴ e não mais com o de pensamento, (entendido como algo organizado e prévio, capaz de refletir uma realidade objetiva ou como um sustentáculo da dimensão da interioridade psicológica dos indivíduos) que se trabalha em AD.

As condições de produção dos sentidos estão vinculadas tanto às possibilidades enunciativas dos períodos históricos -- reguladores da relação de um sentido com sentidos anteriores, com os sentidos não-ditos e com um ‘futuro’ dos sentidos -- quanto àquilo, que falha, que desloca os sentidos. Ambos os processos são resultado do trabalho da língua sobre a língua, trabalho esse que não tem sua origem no sujeito, mas que se realiza nele. Para a AD, sujeito e sentido constituem-se mutuamente, isso, porém, não conduz a um imobilismo. Os processos discursivos se realizam nas práticas discursivas do sujeito, mas por um “efeito em retorno dos processos discursivos sobre a língua” (Pêcheux, 1988:184, nota 49).

³ Esta discussão filosófica é também uma discussão política: Pêcheux, em *La langue introuvable*, põe a nu a relação entre ‘comunicação de informações’ e a formação do Estado capitalista, afirmando: “É no espaço da modernidade capitalista, marcada pela lógica da administração (a língua de madeira do Estado) e pela ‘língua de vento’ da propaganda, que a linguagem foi instituída como ‘instrumento de comunicação’... encoberto pela noção higiênica de informação o fato de que quem se comunica relêve d’une folie d’État: a era des communiqués, é ao mesmo tempo aquela da comunicação das ordens e aquela dos delírios comunicativos.” Esta discussão sobre a ideologia da noção de comunicação como informação retornará mais adiante em vários momentos, sobretudo quando discutirmos a constituição tipológica institucional do discurso jornalístico.

⁴ Segundo Pêcheux (1988:161), “o que chamamos ‘domínios de pensamento’ se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.”

A ética ocidental dos direitos humanos, vinculada à distinção entre o Bem e o Mal, corresponde, do nosso ponto de vista, a um ponto estabilizado da produção de sentidos. É necessário compreender a formação dos consensos e das evidências de universalidade que os jornais tão bem exploram a partir desta questão, por exemplo.

A língua, do ponto de vista da AD, constitui a base material de processos discursivos, que, como vimos, são processos de produção de significação fortemente articulados com processos sócio-históricos.

Mas para entender a língua como materialidade do discursivo é necessário reconceituá-la enquanto objeto de conhecimento. Com isso queremos dizer que a AD relativiza a noção de sistema tal como vem sendo colocada pelos estudos lingüísticos. Não se trata mais de considerar um sistema lingüístico nem tão fechado, nem tão homogêneo ou estável como postulam os leitores/seguidores de Saussure, nem como uma competência lingüística universal interiorizada igualmente por falantes ideais.

As idéias de estabilidade, homogeneidade e linearidade do sistema da língua, todas fundamentais para a lingüística estruturalista e que se refletem, sobretudo, nas concepções de enunciado e texto, são, no nosso entender, também efeitos da manutenção do idealismo. Como vimos no início do capítulo, os estudos tradicionais da linguagem, conceberam seu objeto teórico com a visão filosófica da transparência dos sentidos na linguagem. Ora, partindo-se deste ponto de vista, foi possível postular (e exigir do objeto empírico de análise, tais como, enunciados e textos) as 'qualidades' do objeto 'língua': regularidades, unidades, linearidades, sistematicidades, etc.

Para a AD, por outro lado, a opacidade no plano da linguagem evidencia sua plasticidade, e no plano da produção de sentidos, seu caráter múltiplo. Discursivamente, não há estabilidade, unidade e linearidade sem dispersão, da mesma forma, não há homogeneidade sem heterogeneidade. E, ampliando um pouco mais o leque, não há história sem as práticas discursivas cotidianas que fixam ou podem modificar sentidos em disputa. Cabe ao analista de discurso trabalhar no entremeio.

Do nosso ponto de vista, as leis internas que organizam um sistema lingüístico são necessária e constitutivamente afetadas pela instabilidade dos significantes, por aquilo que os lingüistas, imersos na ilusão da transparência dos sentidos e na vontade do formalismo, sempre colocaram à margem do sistema exatamente porque mostra suas fissuras e possibilidades de transformação: o não-dito, o equívoco, os jogos de

linguagem, as lacunas (elipses), os acréscimos (incisas), o heterogêneo, etc. Diremos, então, que a possibilidade da 'falha' é constitutiva da base lingüística, afetando, desse modo, os processos discursivos em curso.

Por outro lado, "a língua não se reduz, pois, ao jogo significante abstrato. Para significar ela é afetada pela História" (Orlandi, 1995:51). Em outras palavras, queremos dizer que é da ordem da língua a possibilidade de rompimento com a estabilidade do 'sistema'; isto não pertence à fala (em termos saussureanos), nem é do plano do desempenho (em termos gerativistas) de um indivíduo que, de modo absolutamente consciente, seria o 'criativo senhor da sua língua'.⁵ Mas é na prática discursiva dos sujeitos duplamente afetados pela ideologia e pelo inconsciente que se dá a possibilidade de desestabilização da base lingüística e, assim da produção de novos sentidos.

Ainda no que se refere à reconceitualização de língua enquanto objeto de conhecimento, Aurox (1994) propõe a distinção entre "língua gramatical" -- "a contrapartida objetiva (real ou ideal) de uma gramática" -- e "língua empírica", em cuja definição se enfatiza seu caráter de "atividade discursiva" marcadamente histórica e não apenas convencional. Como já vimos, este traço da historicidade comparece sempre quando se trata de pensar discursivamente a língua(gem).

É o que podemos verificar, citando também as propostas de Guimarães (1989, 1993 e 1995), uma vez que elas vão de encontro ao que estamos discutindo. O autor desenvolve uma concepção de língua como "um 'conjunto' de relações" (1989:75). Em sua definição, língua é "uma dispersão de regularidades lingüísticas constituídas sócio-historicamente" (idem, ibidem). E como se formam essas regularidades lingüísticas? Tanto a 'criação' como a regularidade lingüística advêm do uso, mas não da utilização individual da língua por um falante: deve-se estar atento, de acordo com Guimarães, ao "domínio de enunciados onde esta se forma e outras se dão" (idem, p. 78). É o sujeito que ao ocupar uma posição faz a língua entrar em funcionamento e esse funcionamento é afetado pelo interdiscurso.

⁵ Lembramos aqui Pêcheux, que desde a publicação do AAD (1969, in Gadet & Hak, 1990:71) já afirmava: "a fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana...*". Em tal crítica, Pêcheux já evidenciava a luta da AD contra o idealismo subjetivista nos estudos da linguagem.

No nosso entender, a “língua empírica” de Aurox se encontra materialmente nessa “dispersão de regularidades linguísticas”. Cabe ressaltar que a regularidade é fruto do uso historicamente marcado que os sujeitos fazem da língua. Voltaremos a estas questões mais adiante, no momento da discussão dos problemas relativos à enunciação institucional.

Além dessas considerações, e lembrando com Benveniste e Bakhtin o fato de que a linguagem é fundamentalmente dialógica, deve-se ressaltar que os enunciados são produzidos em situações de interlocução também constituídas pela história. Logo, o sentido não ‘pertence’ a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos dois interlocutores em interação (cf. Orlandi, 1984:16). Esse ‘dizer para alguém’ é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em torno dos lugares de onde se fala que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e de sentidos.

São muitos os domínios de enunciados que circulam em uma formação social, caracterizando as diferentes regiões do dizer, mas os sentidos de palavras, expressões e enunciados dependem de seu pertencimento a uma formação discursiva.

As formações discursivas (anotadas, de agora em diante, como FD) foram definidas, primeiramente, como “aquilo que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um programa etc, a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada” (Haroche, Henry, Pêcheux, 1971). À tal conceituação, Pêcheux & Fuchs, atualizando e pensando nas perspectivas da AD, acrescentam:

É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja ‘dotada de sentido’ que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente... (1990:169)

Inserido no conjunto de formações imaginárias específico de uma formação social em um dado período histórico, o sujeito ao enunciar se projeta imaginariamente na

forma-sujeito da formação discursiva que o domina, 'incorporando', desse modo, 'sua realidade', e os seus 'sentidos' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas -- aceitas -- experimentadas"⁶.

Sem ter total acesso e domínio sobre o que diz, afetado pela memória e pelos discursos (em sua natureza institucional ou não), o sujeito enuncia de posições que são relativas a outras na ordem do social. O que está em jogo na discursividade, portanto, é a posição-sujeito: "Não é uma forma de subjetividade, mas um 'lugar' que ocupa para ser sujeito do que diz" (Orlandi, 1966b).

É próprio das FDs dissimular como transparentes os sentidos que são produzidos historicamente em seu interior. No entanto, embora o sujeito ao falar tenha a ilusão de sua enunciação como única, exclusiva e sempre nova, como dissemos, todo sentido nasce de outro e aponta para alguma direção: os sentidos migram entre as regiões constitutivas das FDs. Uma FD deve ser considerada como "uma unidade dividida, uma heterogeneidade com relação a si mesma" (Courtine, 1982:245).

Nesta caracterização das FDs, em que suas fronteiras estão em permanente processo de estabilização / desestabilização, encontra-se a tensão constitutiva dos processos de produção de sentidos, realizando-se no antagonismo entre o mesmo e o diferente, o um e o múltiplo, a repetição e a diferença na repetição, pois toda FD é invadida (o termo é de Pêcheux) por sentidos outros, vindos de outras FDs, como resultado da intervenção do interdiscurso, sob a forma de preconstruídos e 'saberes' partilhados socialmente, cuja historicidade se apaga para o sujeito.

É ainda Pêcheux (1988), desvelando a produção material dos sentidos na/pela formação discursiva que dirá:

O próprio de toda formação discursiva é o de dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que 'isso fala' (ça parle)

⁶ - Nesta citação, extraída de Pêcheux (1988:163), estamos enfatizando o caráter histórico do processo de assujeitamento do sujeito ao Sujeito imaginário. Mas não podemos perder de vista o fato de que Pêcheux (neste mesmo capítulo) também aborda o processo de subordinação-assujeitamento ao campo do Outro tal como Lacan o trabalha na obra *O Seminário -- Livro 11: Os quatro conceitos*.

sempre, 'antes, alhures e independentemente'.

O movimento que produz e desloca os sentidos, muitas vezes silenciando sua dispersão e multiplicidade, em outras, reforçando seu aspecto de 'evidência' e unidade, no entanto, não é perceptível para o sujeito.

Imerso no efeito ilusório de uma linguagem transparente colada a um mundo objetivo, decalcando-se em um pensamento previamente organizado e totalmente dizível, em que as palavras estariam representando coisas, para o sujeito configura-se obviamente possível descobrir a origem, a essência e determinar a literalidade dos sentidos. Como afirma Sergovich (1977), "a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial."

O imaginário é, então, esse dizer já colocado interdiscursivamente, uma espécie de 'reservatório' de sentidos para o sujeito. Mas nessa relação do sujeito com o dizível, o imaginário atua na ilusão subjetiva que o faz crer ser a origem e fonte do dizer. Encontra-se recalcado, para o sujeito, sua inscrição em uma FD dominante. Ou, dito de outra maneira, a matriz de sentidos escapa ao sujeito e sobre ela, o controle é praticamente nenhum.⁷

A reflexão teórica empreendida pela AD permite tanto configurar os traços de heterogeneidade e dispersão da produção dos sentidos que constituem as FD e atravessam o sujeito, como depreender a dimensão imaginária de sua homogeneidade.

Pensar o discursivo é tratar da materialidade lingüística (ie, análise do modo como se dá a relação de forças entre o mesmo - paráfrase - e o diferente - polissemia) em relação às posições discursivas ocupadas nos processos enunciativos, cujo fio intradiscursivo se dá enredado pelo interdiscurso⁸, ie, pela memória cumulativa do dizível. Assim, uma vez que o sujeito está sempre ocupando diferentes posições

⁷ - Henry (1992) trabalha a noção de imaginário a partir da trilogia real / simbólico / imaginário proposta por Lacan. Já Pêcheux (1988:118), discutindo o idealismo neopositivista e o empirismo lógico, diz que o imaginário apresenta uma eficácia material, pois "é colocado como o equivalente do irreal e reduzido a um efeito psicológico individual, de natureza poética (portanto, um desvio)." Para Orlandi (1993), retomando Sergovich (1977), o imaginário consiste em "sustentar a ilusão da transparência dos sentidos em um dizer já posto para o sujeito, bem como manter a ilusão do sujeito em ser origem dos processos."

enunciativas, sua unidade/identidade é afetada por uma multiplicidade de sentidos, ou seja, pelas relações que se instauram entre a forma-sujeito de diferentes formações discursivas.

Em outras palavras, a prática discursiva do sujeito é dupla e contraditoriamente afetada: por um lado, a interpelação ideológica o conduz a ocupar uma posição enunciativa, portanto, a identificar-se com uma FD, podendo, assim, retomar ou resistir a rituais sócio-enunciativos já existentes; entretanto, o fato mesmo dele ser levado a ocupar mais de uma posição enunciativa (sendo afetado pelos efeitos de sentidos ideologicamente produzidos em outras situações de interlocução) pode produzir o estilhaçamento do ritual de retomada das formas de dizer. Qualquer ritual pode se estilhaçar no lapso, ou seja, em um evento / acontecimento discursivo imprevisível, podendo vir a deslocar os processos -- nunca inteiramente completos nem perfeitos -- de assujeitamento⁸.

A AD trabalha analisando os espaços organizados entre um dizer já-dito, com sentidos já legitimados antes e em algum lugar, e a possibilidade que nesse mesmo dizer também pode abrir-se para a ruptura, e para outros sentidos. A AD considera, no movimento dos sentidos, a relação de forças entre o 'um' e o 'múltiplo', entre o mesmo e o diferente, e o fato de que também na repetição pode haver diferença.

Devemos acentuar, então, no que diz respeito ao imaginário construído em torno dos comunistas, a importância do estudo discursivo das paráfrases no modo de constituição dos sentidos para uma melhor compreensão dos efeitos de homogeneização que permitem a inscrição 'linguagreira' dos acontecimentos na produção continuada da memória histórica brasileira.

⁸ - Retomaremos este conceito mais adiante. Por ora fica a indicação Pêcheux, 1988 (cf. pg. 162), texto em que o autor formula o conceito e questões relativas a ele.

⁹ - Cf. Pêcheux, 1988 (cf. pg 301), já citado por nós.

3. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E ACONTECIMENTO

'Mémoire' au sens ancien du terme, qui désigne à la pluralité des temps et ne se limite donc pas au passé. (M. de Certeau)

Entendemos por memória social, neste início de discussão, um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido 'comum' à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele(s, todos) não possa(m) vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos 'esquecidos' funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico.

No processo desencadeado pela memória, há o retorno de um tempo e de um lugar outros. De acordo com de Certeau, uma vez mobilizada, a memória produz sempre um deslocamento, uma alteração porque:

a memória desenvolve a aptidão de estar sempre no lugar do outro, mas sem possuí-lo, e a tirar partido desta alteração, mas sem se perder. (1990:131)

Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução / projeção dos sentidos 'hegemônicos'. Mas tal linearidade, embora se projete imaginariamente como despida de contradições, é constituída por lacunas -- as interpretações silenciadas -- e por deslocamentos

inerentes ao próprio ato da repetição. Pesquisas que somente buscam a linearidade já estão, nesta perspectiva, sob o efeito do imaginário.

Observado desta forma, o papel da memória é compatível com a atuação da chamada 'memória histórica oficial', sempre efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder¹⁰ e sempre preservando a nostalgia de um passado 'bom e verdadeiro'. Ou, ao contrário, a lembrança de um passado longínquo e ruim pode encontrar-se superada pela memória de um outro passado mais recente e melhor, infância provável de um futuro promissor. Para a memória oficial se impôr, é necessário o esquecimento, mas, paradoxalmente, também é necessário esquecer para o surgimento de outros sentidos.

Ao mesmo tempo, nas práticas sociais de fixação da memória se encontra entrelaçado aquilo que deve cair no esquecimento, pois o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao 'status quo' vigente.¹¹ Se o resultado da ação da memória corresponde, então, à fixação de uma interpretação sobre as demais (também possíveis) para um acontecimento, impedindo, assim, seu esquecimento, isso se dá porque no jogo das relações de forças

¹⁰- Robin, em conferência no IEL/UNICAMP (23/08/94), ao fazer um inventário dos tipos de memória, chama de "memória oficial" aquela memória nacional, bem institucionalizada e ritualizada nos arquivos, bibliotecas, museus e monumentos. Diferentemente, a "memória erudita" corresponde, grosso modo, ao trabalho do historiador; a "contra-memória", por sua vez, é a dos excluídos, cuja especificidade do lugar foi sistematicamente apagada e, por fim, a "memória ficcionalizante", que representa coletivamente as lembranças de uma geração. Do nosso ponto de vista, embora esta diferenciação entre os tipos de memória seja interessante em termos do trabalho do historiador, para o analista de discurso ela pode ser 'imobilizante', pois não está se considerando as contradições constitutivas das relações de sentido.

¹¹- Dois bons exemplos deste 'jogo' entre memória e esquecimento produzidos pela história oficial brasileira: um é a discussão sobre o golpe de 64 e os desmandos da ditadura militar. Ainda hoje, não assumi-lo enquanto tal faz 'esquecer' a possibilidade de punição e prisão dos militares responsáveis pelos desmandos da ditadura (como procedeu a Argentina através do movimento das mães de Plaza de Mayo, ou com as publicações / denúncias em livros, como o *Tortura nunca más* e jornais) ou permite situações bizarras, como as dos militares que rejeitam o pagamento de indenização às famílias de Lamarca e Marighela. Por outro lado, para quem se encontra no poder, certos acontecimentos devem ser re/comemorados. Este é o caso, por exemplo, da Intentona Comunista. Os festejos comemorativos do evento foram suspensos por ordem do presidente Collor em 1991, fato que só foi modificado em janeiro de 1996. Reproduzimos, a seguir, trechos do jornal *Letras em marcha - cultura & noticiário militar*, que representam bem esta necessidade de rememoração da história por parte de quem se encontra no poder: "Os momentos em que a história de um povo se impregna de drama e de tristeza, por mais dolorosos que sejam, também devem compor a herança de episódios e de lições que cimentam o passado comum de uma sociedade. O alvorecer de 27 de novembro de 1935 foi um desses instantes. (...) Esta é a data que assinala o DIA NACIONAL DE REPÚDIO AO COMUNISMO. (...) Nossa expressão de reconhecimento pelos que morreram lutando contra a *hidra vermelha* (...) foram mortos covardemente! (...) os atuais ministros militares, seguindo o pensamento e a vontade de seus subordinados decidiram *restabelecer o patriótico costume* (...)" (dez-jan/1996 - n.254, grifos nossos).

sociais, não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória 'oficial'.

Nos monumentos textuais, vislumbra-se a estruturação do que foi 'pensável' numa dada época. Ora, o que foi 'pensável' numa dada época já é resultado da ação da memória da época em questão. Daí, do ponto de vista analítico, a importância de se analisar o retorno interpretações que re-investem comemorativamente um acontecimento, visando significá-lo sempre em uma mesma direção. Queremos dizer com isso que o trabalho da memória produz uma certa previsibilidade, dando a ilusão de que nada muda. No entanto, não se deve perder de vista que se há uma previsibilidade do 'pensável' (e adiantamos, desde já, que o discurso jornalístico atua nesta cadeia de possibilidades e previsibilidades), esta é continuamente abalada pela irrupção de acontecimentos que vão deslocando os sentidos já produzidos. Ou, ainda, que em um acontecimento já fixado pela memória histórica outras re-interpretações podem ser feitas (pois, como se sabe, não se lê um mesmo texto sempre da mesma maneira), ocasionando novas tradições de significação que podem até mesmo incluir o que antes havia sido rejeitado, ie, condenado ao esquecimento.

Sem dúvida, o trabalho da memória social encontrou sua ressonância nas pesquisas historiográficas de cunho estruturalista, sobretudo naquelas realizadas por historiadores preocupados nas relações de poder. O tratamento dispensado pelo historiador aos documentos (como fontes de fatos merecedores de fé), quase sempre em busca de verdades reveladoras, acaba muitas vezes contribuindo na preservação de uma interpretação resultante da ação da história oficial. Haveria, neste caso, um colamento do historiador com uma memória já constituída: a teoria -- ao invés de possibilitar uma leitura crítica que buscava nos processos de significação sentidos outros, não legitimados ou produzidos por acontecimentos inesperados que poderiam romper com o imaginário constitutivo da narratividade de uma formação social -- se mantém a serviço da preservação do mesmo.

Nossa história está repleta de casos deste tipo, basta observarmos, por exemplo, o espaço nulo dado na maioria dos livros didáticos de história, de português e de lingüística às imposições de política lingüística ordenadas pelo M. de Pombal no século

XVIII¹², ou a menção sempre veloz feita aos diversos surtos revolucionários ocorridos no país até o final do século XIX, ou, ainda, o silenciamento imposto a índios e negros. É claro que a lista de exemplos não se encerra aqui.

Portanto, quando se trata a memória e o acontecimento exclusivamente pelo viés da manutenção de um passado, corre-se o risco da adesão a uma concepção imobilista de história e de produção dos sentidos. Ou seja, se concordamos inteiramente com a crítica exposta acima, não podemos descartar a possibilidade de que é possível ler diferentemente história e sentido, mesmo quando perenizados pela memória oficial. E mais, não podemos negar que tanto a história e os sentidos mudam como também que a cada mudança histórica outras reconfigurações do passado e dos sentidos ocorrem.¹³

Um outro aspecto a ser lembrado, nesta crítica, está ligado ao fato de que os sentidos silenciados podem retornar, redirecionando os sentidos hegemônicos do presente. Rememorar uma data ou forçar seu esquecimento não gera a reprodução infinita nem de uma mesma forma, nem de idênticas interpretações públicas e oficiais.

Algumas posições históricas e sociológicas, fugindo desta abordagem, muitas vezes se perdem na direção oposta, ao privilegiar a noção de evento, pois enfocam apenas a mutabilidade de um passado que estaria em perene reconfiguração. Igualmente problemática, esta linhagem de trabalhos recai num outro extremo, pois ao fragmentar em excesso as leituras do passado, acaba postulando como legítimas apenas ou as interpretações individuais ou as dos excluídos da história oficial. E mais, ao proceder deste modo, corre o risco de despolitizar uma análise do trabalho histórico de construção da memória social.

Queremos, com estas observações, separar da memória a prisão em um passado imutável. Mas também não queremos enveredar pelos caminhos biográficos. Como,

¹² Em pesquisas sobre a institucionalização do português no Brasil temos tematizado estas questões.

¹³ Um exemplo interessante é a revolução de 30, cujas variadas leituras históricas revelam distintas concepções historiográficas e diferentes visões de Brasil. Em outras palavras, os historiadores costumam filiar o acontecimento 'revolução de 30' a diferentes redes de significação. Em nossa dissertação de mestrado, por outro lado, observamos que o próprio movimento revolucionário de Vargas filiou o acontecimento à retomada "dos verdadeiros ideais da revolução republicana de 1889." Este foi um início da produção de memória feito pelo vencedor; são os vitoriosos que nomeiam o evento, filiam-no numa rede de sentidos e, ao mesmo tempo, constroem um sentido para os vencidos. Há toda uma textualidade em curso a partir deste momento, há todo um viés do passado que é lembrado. Ao ficar avaliando as causas e as conseqüências do acontecimento, o historiador lê a história (através dos documentos) tal como ela se impõe à leitura.

então, lidar com a construção / mobilização da memória social? Como intervir discursivamente nestas questões? Esta é a discussão que traremos na seção seguinte.

3.1 - RELAÇÕES DISCURSIVAS ENTRE MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

La mémoire qui nous intéresse ici est la mémoire sociale, collective, dans son rapport au langage et à l'histoire. (J. -J. Courtine, 1994)

A memória discursiva pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização (referimo-nos aqui, por exemplo, à produção literária, científica ou mítica, historiográfica e/ou jornalística)¹⁴, na história de uma formação ou grupo social. O 'recordar' possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de 'memória do futuro' tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias.

Retomando o que foi dito, podemos afirmar que pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem. Isso remete, também, a manter atenção aos acontecimentos enquanto

lugar do irracional, do impensável, daquilo que não entra e não pode entrar na mecânica e no jogo da análise, pelo menos na forma que tomaram no interior do estruturalismo. (Foucault, 1984: 4)

Uma análise desta natureza busca entrever os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, dos processos discursivos que contribuem para a tessitura e homogeneização da memória histórica oficial de uma formação ou grupo social.

¹⁴- Não descartamos o fato de que a memória também se fixa em outras práticas diferentes das discursivas. Atlan & Morin mencionam "a necessidade de uma memorização material. (...) É

Em outras palavras, não basta apontar o sentido hegemônico, é necessário, do ponto de vista discursivo,

- .considerar a relação de forças que permitiu sua hegemonia;
- .filiar este sentido a outros com os quais ele pode ser relacionado;
- .compreender como ele se tornou 'objeto' para o pensamento;
- .mapear os gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes;

e por fim, compreender como e porquê aquele sentido 'colou' e os demais não, ie, que condições foram necessárias para ele fazer sentido na história daquela formação ou grupo social.

Um trabalho da memória, na direção de neutralizar o heterogêneo (seu aspecto coercitivo), naturalizando as relações sócio-históricas e literalizando os sentidos (seu funcionamento ideológico) com a manutenção de um universo lógico de enunciados (coesos e coerentes) vai ao encontro do imaginário do modo de existência do sujeito pragmático e sua "necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um 'mundo semanticamente' normal, isto é, normatizado (...)" (Pêcheux, 1990:34).

Nas Histórias e nas histórias, com suas memórias coletivas ou particulares, a costura dos acontecimentos -- o que implica cerzir furos e domesticar diferenças, geralmente por inseri-las num mundo "normatizado" e sem contradições, ie, para nós, um mundo organizado em díades¹⁵ -- funciona de modo a eliminar tudo que possa ameaçar a estabilidade/homogeneidade. No entanto, no próprio ato de repetir um 'mesmo' sentido, como já mencionamos anteriormente, já se encontra um deslocamento produzido. Conforme Atlan & Morin (1986:125),

Em todos os níveis da experiência humana, social, política, rejeitamos, muito rapidamente, aquilo que não 'cola' com a racionalidade do sistema. (...) ...há, com efeito, este mecanismo que consiste em selecionar o que vai poder se integrar às categorias

preciso que a novidade esteja inscrita em qualquer lugar, sob uma forma ou sob outra, uma tabuinha de cera, um papel, um livro." (1986: 128).

¹⁵- Conforme Dufour (1994:25): "Nosso mundo se organiza sob o controle da ordem do Dois. Nosso pensamento é dualista, a filosofia é dialética, as tecnologias são binárias, após terem sido causais. A forma binária que domina hoje é o resultado de uma longa evolução ao longo da qual se forjaram as grandes categorias da razão com o que o Ocidente se armou: o dualismo, a dialética, a causalidade e, atualmente, o cálculo binário..."

já existentes. Ocorre junto, a cada vez, um pequeno deslocamento, de tal modo que a integração não será perfeita. Graças a isto, o que foi integrado vai trazer, mesmo assim, alguma coisa a mais do que simplesmente reforçar o sistema explicativo já existente."

Tendo em vista estas considerações, podemos ampliar o que dissemos anteriormente, afirmando que para se pensar a memória discursiva é necessário considerar 'os subterrâneos' constitutivos deste 'mundo semanticamente normal'.

Por isso, junto com Pêcheux, consideramos o trabalho da memória discursiva

como estruturação de materialidade discursiva complexa, tensionada numa dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que frente a um texto aparecendo como acontecimento a ler, vem reavivar os 'implícitos' (ie, mais tecnicamente, os preconstituídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) necessários para sua leitura: a condição do lisível com relação ao próprio lisível. (1983: 263).

Um acontecimento, para Pêcheux, é entendido como um "elemento histórico descontínuo e exterior" ou, ainda, como "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória" (Pêcheux, 1983:261 e 1990 b:17, respectivamente) em uma dada conjuntura. Se, por um lado, um acontecimento remete para o que é acidental, singular, descontínuo, não previsível, e este é seu aspecto positivo, uma vez que rompe com a imposição imaginária da necessidade de estabilização (e com a onipotência de se poder controlar o futuro), por outro, a necessidade interpretativa busca integrá-lo, transformando-o em novos elementos da memória. Isto ocorre quando se produz sentido para o acontecimento, filiando-o em alguma rede de sentidos. Filiar, neste caso, corresponde à busca de implícitos que permitam sua compreensão e integração no momento presente ou futuro.

É claro que estes 'implícitos' não são nem evidentes por si sós nem estão disponíveis ou prontos para serem atualizados na memória do sujeito. Não se pretende, portanto, encontrar um discurso-fonte que por sua ausência-presença construiria automática e mecanicamente sentidos para os acontecimentos. No entanto,

é na análise da produção e repetição de certos efeitos de sentidos, caracterizados por determinados processos discursivos, que se pode reconstituir o cenário das regularidades discursivas sede de tais implícitos. Queremos dizer, com outras palavras, que para 'fazer sentido' é necessária a ocorrência, anterior, de outros sentidos já fixados na memória discursiva e que possam ser filiados para o acontecimento presente. É possível, assim, indicar "lugares de memória" (Nora, 1990), ou seja, em termos discursivos, fazer a delimitação relativa de um "domínio de formulações-origem" (Courtine, 1981)¹⁶.

Um outro aspecto desta questão pode ser colocado com a noção de "discurso fundador", uma dimensão particular do trabalho de memória, conforme proposta de Orlandi (1993c). Discursos fundadores "são espaços da identidade histórica: é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima." (Orlandi, idem, p. 13). A um discurso fundador -- institucionalizado e repetido em livros escolares, em falas oficiais, etc. --, em geral, estão associados enunciados cristalizados, imobilizados em sua materialidade discursiva, fixando tanto o 'texto' quanto a 'história'. Ou ainda, é a fixação da leitura de um acontecimento como documento.

A irrupção de um acontecimento, por outro lado, pode também produzir um deslocamento na regularização anterior e, assim, engendrar retroativamente uma outra série de implícitos, ocasionando a desautorização de um sentido já formulado. Mas trata-se, mesmo assim, de um discurso fundador, pois sua irrupção instaura e sustenta sentidos que intervêm e modificam um já-dito. Neste caso, o discurso fundador "cria uma nova tradição [filiação de sentidos], re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra" (Orlandi, id., ibid.).

Trabalhar com a memória discursiva é estar observando retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos.

¹⁶ - Em nossa dissertação de mestrado, mostramos como a revolução de 30 'tomou emprestado' os sentidos já produzidos e cristalizados sobre a revolução republicana de 1889, obtendo, assim, sua legitimação política. A memória da revolução de 1889 foi ativada, dando lugar ao aparecimento de enunciados do tipo: "Quarenta e um anos depois. Vitoriosa a revolução, o Brasil assiste hoje à renovação do regime, tornando realidade os verdadeiros ideais dos propagandistas de 89." (*Correio da Manhã*, 15/11/1930, grifo nosso)

*Sob o 'mesmo' da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória volta-se sobre si mesma, esvaziando-se, esgarçando-se antes de se desdobrar em paráfrase. (Pêcheux, *idem*, p. 264).*

Não se pode deixar de considerar que: 1) a ocorrência do acontecimento provoca a produção de sentidos (não estamos, portanto, falando da existência de 'sentidos inteiramente disponíveis', prontos para serem colados aos acontecimentos); 2) alguns dos efeitos da memória são a ilusão de completude, de literalidade dos sentidos, e de existência 'concreta' de uma realidade passada.

A ilusão de completude está ligada aos processos ideológicos "que produzem o efeito de 'evidência' sustentando-se sobre já-ditos, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como naturais" (Orlandi, 1996a). Mas, ao mesmo tempo, é porque existe a incompletude, no plano da linguagem, que outros sentidos podem ser ditos, ou que outras filiações de sentido podem ser organizadas retrospectivamente ou, ainda, que sentidos antes silenciados podem intervir. Se a memória fosse assim tão radicalmente plena, completa e homogênea estaríamos condenados a repetir de modo infundável sentidos imutáveis.

A memória discursiva é, portanto, constituída por faltas e lacunas, ela é não-linear. Pêcheux (*idem*) diz: a memória "é um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos."

A memória é não-linear, lacunar, mas seu efeito é apresentar sentidos que se querem unívocos e estabilizados no fio do discurso. O histórico e o lingüístico significam de modo não transparente, formam uma rede de significância, tecida de ambigüidades, de repetições, de equívocos, conflitos, etc. Os sentidos que constituem a memória são muitos, mas aparecem como literais, unívocos. Mas como o esquecimento é constitutivo da memória, o próprio lembrar pode produzir outras direções de sentido.

Acentuando a dimensão lingüístico-histórica da memória, para Orlandi (1996b) "é preciso que as enunciações passem para o anonimato para que se institua o sentido, o efeito de literalidade. Essa passagem para o anonimato é justamente o trabalho

imaginário da história no processo enunciativo.” Indiretamente, retornamos, aqui, ao discurso jornalístico: nas páginas do jornal se constrói uma ordem social desambiguizada que coloca em relação e em circulação dizeres autorizados e dizeres anônimos, dando a ilusão de consensos ou dissensos polarizados, esquemáticos.

Já vimos como pensar esta contradição, no entanto, como operá-la?

Nesta pesquisa, interessa compreender os processos de apagamento, os efeitos de evidência do já-lá que organizam a rede de filiações dos sentidos em sua aparência linear, estável e homogênea. Em outras palavras, a AD permite fazer indagações tanto sobre as cadeias de produção e circulação de formulações¹⁷ -- trata-se aqui do nível intra-discursivo, da atualização de uma enunciação com suas seqüências lingüísticas de fato realizadas -- como sobre a memória constitutiva dos enunciados -- o interdiscurso.

A noção de interdiscurso caracteriza, no plano da textualização da memória, o conjunto dos vestígios discursivos, resultantes dos deslocamentos, antagonismos e alianças entre FDs, que vão caracterizar, em termos da materialidade lingüística, o sentido das seqüências que se repetem, bem como os sentidos silenciados que podem intervir. Ao mesmo tempo, os sentidos que não se cristalizam, ie, aqueles que deveriam ser esquecidos, permanecem resistindo na forma de ‘resíduos’ discursivos, podendo fazer retornar suas FDs silenciadas, ainda que com modificações, em outro tempo histórico¹⁸.

No interdiscurso, memória e esquecimento estão congregados. O analista de discurso precisa trabalhar, então, com a presença do interdiscurso no intradiscurso, ie, fazer a análise dessa memória (na relação com o esquecimento) presente nas constelações de enunciados que, movimentando-se entre as FDs e, assim, reconfigurando suas fronteiras, constituem os monumentos textuais das formações e ordens sociais em seus diversos tempos históricos.

¹⁷- Uma formulação designa uma seqüência lingüística efetivamente realizada que marca a presença do interdiscurso no intradiscurso. Este conceito, que Courtine (op. cit.), extrai, em suas linhas gerais de Foucault é o que nos permitirá operar dentro dos recortes obtidos.

¹⁸- No capítulo sobre as denominações, retornaremos ao trabalho do interdiscurso nas formações discursivas, incorporando o conceito de pré-construído.

Para se falar de memória, em síntese, é necessário se falar do processo de construção dos sentidos e do “efeito de realidade que eles produzem, ie, da ilusão referencial” (Orlandi, 1994). Melhor dizendo, mexer com a memória é compreender o imaginário e desautomatizar seus efeitos. Ao mesmo tempo, os sentidos se formam na história, supondo-se, exatamente, o trabalho de memória. É necessário ter em mente, também, que para a AD, interessa investigar o papel da linguagem nestes processos, buscando entender, em termos da materialidade da língua, o jogo das repetições, diferenças, deslocamentos, transformações por que passam os sentidos. Em outras palavras, a AD “se dá precisamente como objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados” (Pêcheux, 1990:60).

3.2- A MEMÓRIA DO POLÍTICO

É preciso, todavia, não confundir a hegemonia do discurso político com a existência de um único discurso político. (Gisálio Cerqueira Filho, 1979)

Entendemos, em termos discursivos, que “a política seja uma luta pela estabilização ou pela desestabilização languageira, em que não existem senão falsos armistícios sobre valores de língua” (Tournier, 1995:69). Estabilização ou desestabilização languageira, do nosso ponto de vista, representa a polêmica de um espaço discursivo¹⁹ marcado pelos confrontos e antagonismos existentes entre as FDs. As correntes políticas hegemônicas, através da comemoração de datas e personalidades revolucionárias, etc., estão sempre mobilizando a memória social em seu próprio proveito, ie, buscam confirmar suas posições ao mesmo tempo em que promovem a negação das idéias dos adversários. Através da reatualização ou apagamento de determinados acontecimentos, movimento histórico que se realiza também no confronto polêmico entre as FDs, vai sendo tecida a direção da trama dos sentidos políticos.

¹⁹ - Espaço discursivo polêmico é um conceito formulado por Maingueneau (1989:117) para designar o modo como duas ou mais formações discursivas se relacionam, tendo em vista a compreensão e a especificidade dos discursos que estão sendo analisados.

A mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos “consensos de significação” resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução. Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar / didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido ‘natural’ para a instabilidade do presente.²⁰

Courtine (1981), analisando o discurso dos comunistas dirigido aos cristãos, evidencia bem esta inter-relação entre as FDs e os tempos históricos ao se perguntar sobre o trabalho de memória discursiva nos discursos políticos:

de que nos lembramos, e como nos lembramos, na luta ideológica, daquilo que convém dizer e não dizer, a partir de uma posição determinada, em uma conjuntura dada na escritura de um tratado, de uma moção, de uma tomada de posição? Ou seja: como o trabalho de uma memória coletiva permite, no seio de uma FD, a evocação, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento destes elementos de saber que são os enunciados? Enfim, sobre que modo material uma memória discursiva existe? (Courtine, op.cit.,p.53).

A reflexão de Courtine nos permite começar a compreender o porquê do retorno, em 1989, de um certo vocabulário sobre o PCB. A conjuntura particular de então -- eleições diretas -- promove a circulação, no conjunto dos discursos políticos, de formulações textuais anteriormente enunciadas: o ressurgimento (ainda que muitas vezes implícito, na acepção de Pêcheux) dessas formulações “sublinha o fato de que

²⁰ - E essa característica do tempo tem a ver com um modelo de mídia que trabalha com atualidades, ie, com aquilo que é do interesse geral. Mas como definir o que seria do interesse geral? Nas últimas décadas, por exemplo, a mídia vem tomando como de interesse geral a importância da ética sobre o político, fazendo, deste modo, uma desqualificação do político de uma forma geral e, em termos específicos, das políticas partidárias. Mas esta ética tem seu sentido fechado, como já vimos, pela moral judaico-cristã ocidental. Conforme Tucherman (1994), a mídia (em termos mundiais) vem promovendo um esvaziamento da possibilidade do político usando, para tanto, uma determinada concepção de Ética. No caso do comunismo, o discurso que vem sendo apresentado divulga que, se o comunismo não deu certo, somente a ética dos direitos humanos pode atuar como garantia de igualdade nas sociedades desiguais. Ora, ética aqui “é mais ou menos sinônimo de moralidade (...) A ética é o princípio de julgamento das práticas de um Sujeito, seja ele individual ou coletivo” (Badiou, 1995:16). Do nosso ponto de vista, o que a imprensa invoca, então, é um “dispositivo ideológico de

toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura está em movimento, faz circular formulações anteriores, já enunciadas” (Courtine, idem, p. 52).

Vejamos, a título de exemplo, o ‘diálogo’ que Roberto Freire, candidato do PCB nas eleições de 1989, mantém com uma memória sobre o Partido, memória essa reativada nos discursos de Maluf, Collor e outros candidatos de direita.

Nos recortes abaixo, podemos depreender um confronto polêmico entre as imagens: de um lado, Freire opondo-se não apenas ao que se diz do Partido naquele ano de eleições, mas sobretudo ao que sempre foi dito e vem sendo retomado.

1 - “(...) [Esta cidade] ouviu ontem a pregação que o candidato do PCB, Roberto Freire, vem fazendo para se mostrar um **“cidadão comum”** e que **o partido, na realidade, prega “uma sociedade fraterna, com princípios bem mais cristãos do que vivemos no Brasil de hoje”.**” (*Jornal do Brasil*, 1º Caderno, p. 2, título: Freire afirma em Jaboaão que é um cidadão comum, em 31/10/89. Grifo nosso)

Roberto Freire se autodenomina *um cidadão comum*, produzindo uma imagem sobre sua posição enunciativa enquanto comunista que se confronta com uma memória não-dita, mas pressuposta sobre o partido: *no comunismo não há sociedade fraterna*. A remissão para uma verdade imediata, contrapondo-se a inverdades que estariam circulando, é feita de forma explícita com o uso da expressão *na realidade* (embora, a utilização da expressão no texto seja ambígua, pois, tratando-se de um discurso indireto livre, não sabemos se a expressão é do próprio Freire ou resulta de uma interpretação do jornalista).

Nesse outro recorte, a necessidade de apresentar uma imagem positiva aparece de modo bastante explícito, conforme podemos ler no fragmento abaixo:

2 - “Quem vota em Roberto Freire é a favor da independência, da soberania nacional, da igualdade do homem e da mulher, da democratização do ensino e tem respeito à coisa pública e à cultura nacional” afirmava o apresentador. (*O Globo*, 20/10/89, 2ª ed. pág. 2, título: Bumba-meu-boi anima programa de Freire. Grifo nosso)

ética” . compondo “uma vaga regulação sobre as situações históricas (ética dos direitos humanos) ...” (Badiou, *ib*, *ibid*).

Podemos reencontrar um pouco das raízes dessa “imagem negativa” constitutiva dos sentidos sobre o comunismo, e que precisa ser constantemente refutada no ano das eleições, quando lemos, por exemplo, o que se noticiava em 1930,

3 - “(...) O comunismo é o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da Pátria. Não há religião, não há lar, não há nação dentro dos princípios, das doutrinas e das práticas do bolchevismo. A idéia de Deus desaparece. A idéia de Pátria não existe. A idéia de propriedade é um crime. A idéia de família é uma desonra. A idéia de liberdade é um crime. (...)”. (*O Paiz*, 31/05/30, p.1, **Manchete: O cabecilha revolucionário Carlos Prestes aderiu ao bolchevismo e apresentou manifesto aos seus correligionários**)

Aqui, em *O Paiz*, o comunismo é o que supostamente se passa com os *bolcheviques*. Comunismo representa o oposto de família, pátria, religião, liberdade, etc. Portanto, ser comunista ou simpatizante do Partido é ir contra princípios supostos como ‘naturais’ e inquestionáveis. Um comunista, de acordo com essa lógica, representa um cidadão desviante de uma trajetória social ‘normal’.

Essa direção de sentidos retorna em 1989, na forma de uma memória implícita, mas constitutiva, como podemos ler abaixo:

3 - “(...) Paulo Maluf (PDS) procurou **assustar quem ainda acha que comunista (confundidos com socialista) come criancinha, tirando de trás da cadeira uma bruxa** - ‘se você não quer trazer para o Brasil o muro de Berlim, ameçou Maluf - para apostar que ela sobrevoará o país **se der Brizola ou Lula como presidente**.” (*Jornal do Brasil*, 13/11/1989, 1º Caderno, pág 5. Grifo nosso)

Essa imagem negativa, em que o comunismo é apresentado como um mal, chega a ser personificada na forma de uma ‘bruxa’ por Maluf, que acrescenta em sua fala uma ameaça chamada ‘muro de Berlim’. A imagem da bruxa, além de garantir com mais eficácia o efeito imaginário de real -- ela está ali, é concreta e confere visibilidade ao mal -- reforça o trabalho da memória na produção de um sentido unívoco. Apesar da modalização (“procurou assustar”) e do tom irônico (“confundidos com socialista”) presentes em o *Jornal do Brasil*, nota-se como a posição enunciativa da direita nessa conjuntura eleitoral associa de modo direto a imagem do mal comunista aos demais partidos e candidatos de esquerda. O que está em jogo aqui não é o jargão político, mas

a posição discursiva do *Jornal do Brasil* aderindo ao jargão e, com isto, apagando o político.

Ora, esse processo evidencia, em termos de materialidade linguística, a presença de uma FD em outra, construindo, no caso das eleições de 1989, uma direção para a prática e para a memória discursivas. Trata-se de um processo tão forte que obrigou o candidato do PCB a passar boa parte da campanha denegando as imagens negativas constantemente retomadas.

Nosso ponto básico, então, foi delinear qual (ou quais) FD(s) que irrompe(m) no discurso jornalístico sobre o PCB em 1922 e que, desde então, retornam fazendo ressoar discursivamente os 'mesmos' sentidos negativos.

Por fim, é analisando a presença do interdiscurso nas formulações intradiscursivas que, como afirma Courtine (idem, p. 56), torna-se possível compreender, "*os processos que garantem a referência dos nomes*" e "*autorizam, deste modo, a predicação e a co-referencialidade.*" Encontra-se aí um dos pontos centrais deste trabalho: o estudo das denominações dos comunistas nos jornais cariocas.

4- SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO²¹

Não entendi os escritos da análise do discurso como instruções mas como lugar de reflexão. Filiação teórica, no caso da análise do discurso pelo menos, não é aplicação. É movimento de pensamento e esforço teórico de construção de um objeto. (E. Orlandi, 1994)

Fazer o levantamento e analisar o funcionamento das denominações, dos enunciados definitórios, das narrativas e das descrições sobre o PCB do ano de sua fundação até 1989, tal como foi constituído pelo discurso jornalístico-político de alguns jornais cariocas e, ainda, buscar estabelecer uma relação possível entre a materialidade lingüística e a disseminação de uma memória histórica, foram os objetivos específicos desta pesquisa

Propusemo-nos, portanto, a pensar discursivamente na prática jornalística para compreender os processos discursivos que se instauraram na produção de sentidos para os comunistas. Nunca é excessivo lembrar que, se nos inserimos em uma reflexão de caráter discursivo é porque rejeitamos, fortemente,

a) fazer a análise do que se diz na imprensa, permanecendo na ingenuidade de uma análise de caráter conteudístico -- com sua pergunta básica: 'o que o jornal quis dizer com isto?' ;

b) retomar, sem críticas, análises semiológicas, históricas ou sociológicas;

c) enveredar por uma análise exclusivamente marcada pela desconstrução da superfície lingüística dos textos, ie, uma análise centrada na trama intradiscursiva, perdendo de vista as filiações dos sentidos produzidos na relação com o interdiscurso.

Assim sendo, do ponto de vista discursivo, trata-se de um trabalho que, no mesmo gesto de construção do corpus da pesquisa, desconstruiu, pela análise da

²¹ - "Procedimentos de trabalho" ou metodologia a partir da qual foi possível efetuar a construção do arquivo desta pesquisa e a constituição do *corpus* discursivo analisado. Inspiramo-nos, fortemente, para montar nosso dispositivo de leitura, em alguns trabalhos já desenvolvidos, como, por exemplo, o de Courtine (1981), Serrani (1993), Fontana (1994) e Indursky (1994).

materialidade lingüística, a discursividade da leitura sobre o comunismo que a imprensa vem realizando e impondo há décadas.

Objetivando descrever e analisar as direções de sentidos, ou tomadas de posição, a AD não se afasta do fato de que

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis. É nesse espaço que pretende trabalhar a AD. (Pêcheux, 1990:53).

Este aspecto da discursividade apontado por Pêcheux é fundamental: afinal, de que modo se dá esse mecanismo de “uma palavra por outra”? “Deslocar discursivamente o sentido” indica processo de migração de sentidos, movimento entre FDs, indica também, reorganização de modos de dizer historicamente constituídos, ou seja, sinal de possíveis resistências, rupturas e transformações histórico-linguageiras. Indica, por fim, que as práticas discursivas estão em permanente processo de repetição e / ou ruptura em função da permanência e / ou transformação dos rituais enunciativos que as constituem. Assim, nas práticas discursivas e nos rituais enunciativos que a constituem, encontram-se os pontos de estabilização de processos de produção de sentidos (cujo funcionamento discursivo é marcado pelas paráfrases). Mas esta estabilização, como já discutimos anteriormente, pode vir a ser afetada pela emergência de um acontecimento discursivo, provocando uma reorganização nas redes de filiações dos sentidos.

De acordo com Pêcheux, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (transferência), realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos, dos quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (Orlandi, 1996b)

Neste trabalho, tendo em vista a força da repetição parafrástica que, impedindo a reconfiguração dos processos de significação, impõe um mesmo sentido

no discurso jornalístico-político *sobre* os comunistas, buscamos empreender vertentes de leitura que nos permitissem compreender a natureza dos rituais enunciativos em jogo. Assim sendo, procedemos da seguinte maneira:

1º- Fizemos um levantamento o mais exaustivo possível das notícias políticas *sobre* o PCB, publicadas nos principais jornais que circularam no Rio de Janeiro em diferentes fases históricas compreendidas entre 1922 e 1989. Este levantamento, realizado a partir do trabalho com arquivos já existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, corresponde à construção do corpus complexo²². Orientamo-nos pela obra de Sodré (*História da Imprensa no Brasil*) para depreender, dentre os vários periódicos que circulavam pelo Rio de Janeiro no período delimitado pela pesquisa, aqueles mais significativos com que efetivamente trabalharíamos. No quadro abaixo, enumeramos os jornais e as datas em que foram consultados.

O País (OP): início em 1884, término em 1930.

Períodos consultados: julho, 1917; jun/julho, 1922; jan/junho, 1927; jan/ nov 1930

Correio da Manhã (CM): início em 1901, término em 1974.

Períodos consultados: jul/ago, 1917; mai/julho, 1922; jan/julho, 1927; jan/dez 1930; mar/dez, 1935; set/nov, 1937; mai/dez, 1945; fev/mar, 1946; abr/set, 1947; jan, 1948; jul/nov, 1954; ag/set, 1955; ag/set, 1961; nov, 1962; mar, 1964; abr, 1965; nov/dez, 1968; nov/dez, 1969; ago/dez, 1972; jan/jun, 1974.

Diário Carioca (DC): início em 1928, término em 1965.

Períodos consultados: ago/dez, 1930; mar/dez, 1935; jan, 1936; out/nov, 1937; jul/dez, 1945; abr/set, 1947; jan, 1948; jul/nov, 1957; jul/dez, 1962; fev/abr, 1964

O Globo (OG): início em

Períodos consultados: jan/jul, 1927; ago/dez, 1930; nd, 1945; mar/dez, 1946; jul/ago, 1961; jan/jul, 1964; fev/mar, 1965; out/nov, 1969; jan/mar, 1970; abr/mai/nov, 1971; jan/mar, 1972; nov, 1977; mar/dez, 1989

Jornal do Brasil (JB): início em 1891

Períodos consultados: jul/ago, 1917; ago, 1921; set, 1926; ago/dez, 1930; out/dez, 1935; out/nov, 1937; set/dez, 1945; mar/abr, 1946; mai/jun, 1947; jan, 1948; nov, 1954; nov/dez, 1957; nov/dez, 1960; nov, 1961; nov, 1962; mar/abr, 1964;

²² Do ponto de vista da AD, o processo de análise já se inicia no gesto de construção do *corpus* da pesquisa. A constituição de nosso *corpus*, que partiu da leitura de arquivos, é compatível com o que Courtine (1981:26) chama de *corpus* complexo: "...Por *corpus* de dimensão complexa, entendemos (...) por exemplo *corpus* constituídos a partir de seqüências discursivas produzidas ao mesmo tempo em sincronia e em diacronia".

abr/nov,1971; abr/mai, 1972; ago/dez, 1972; mar/nov, 1977; jan/nov, 1979; abr/mai/nov, 1980; nov, 1982; mai, 1985; mar/nov, 1989

O Dia (OD): início: 1951

Períodos consultados: jun/dez, 1951; nd, 1964; nov/dez, 1965; set/dez, 1968; mar/abr, 1970; out/nov, 1979; mai, 1985; mar/dez, 1989

Para a AD, a exaustividade e a completude, mitos integrantes de análises empíricas, são critérios que não se colocam. A deprensão das regularidades enunciativas sobre os comunistas não necessita de um acúmulo quantitativo de dados. Em AD, é a noção de fato discursivo que traz conseqüências para a análise, pois permite que se trabalhe com as noções de processo de produção de linguagem e acontecimento.

Deve-se ressaltar, além disso, que mesmo que tivesse sido nossa intenção ler todos os jornais em todos os períodos escolhidos, tal tarefa não ter-se-ia realizado. As 'falhas' na seqüência de leituras resultam em parte da própria movimentação do campo jornalístico: muitos jornais fecharam por motivos políticos (como é o caso de *O País e Correio da Manhã*), outros foram fundados após 1922. Por outro lado, chamamos a atenção para problemas oriundos do trabalho com arquivos no Brasil: na Biblioteca Nacional, nem todos jornais estão microfilmados, nem todas empresas jornalísticas têm o hábito de enviar exemplares, regra prevista em lei, e nem todas cumprem acordos já estabelecidos, como é o caso da Fundação Roberto Marinho/*O Globo* que não envia nem jornais nem microfilmes para a Biblioteca Nacional, obrigando, deste modo, os pesquisadores a consultarem, mediante pagamento, os arquivos da empresa.

2º- Paralelamente a este levantamento inicial do *corpus* complexo sobre o PCB, elaboramos três outros, cujos campos de notícias concorreram na produção dos sentidos sobre o partido. Observamos, portanto, o noticiário sobre o período do anarquismo, o que trata do comunismo em outros países e, também, aquele referente aos outros partidos de esquerda.

3º- Com a finalidade de constituir o corpus específico de análise, iniciamos, em seguida, o trabalho de recorte²³ de fragmentos textuais sobre os quais incidiu a análise. Passamos, então, à etapa em que contruímos nosso arquivo, composto por um conjunto de seqüências discursivas (sd) recortadas deste corpo preliminar de textos. Devemos destacar, aqui, que nosso arquivo é constituído por quatro *corpora*: a análise propriamente dita incidiu no corpo de notícias sobre o PCB, no entanto, três outros *corpora*, relacionados aos três levantamentos mencionados acima, foram contruídos em paralelo, sendo mobilizados sempre que necessário.

A noção de seqüência discursiva, definida por Courtine (1981:25) como “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, é fluida o suficiente para viabilizar a apreensão das formulações discursivas (fds), ou seja, de seqüências lingüísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso). Assim, tornou-se possível atender aos objetivos explicitados inicialmente e analisar o modo através do qual a memória irrompe reatualizando, ou fazendo ressoar interdiscursivamente (Serrani, 1993) determinados sentidos para os comunistas.

3.1- Neste momento de construção do corpus discursivo, a questão do ‘tempo’ se colocou. Por um lado, precisávamos visibilizar as seqüências discursivas com que trabalhamos. Por outro, nosso corpus previa uma análise dos processos discursivos de significação dos comunistas presentes no conjunto de tais seqüências. Isso nos impedia de ter um *a priori* temporal que não fosse dado pela própria materialidade das seqüências discursivas. Tendo estas ponderações em mente, e apenas para tornar visíveis as seqüências e formulações discursivas em seu conjunto, optamos por recortá-las em termos de décadas (1920/30; 1931/40; 1941/50; 1951/60; 1961/70 e 1971/80; 1981/90), tomando as denominações como eixo condutor.

Nessa primeira abordagem, nosso intuito foi, unicamente, deixar transparecer a dimensão processual da produção de sentidos tal como se deu ao longo do tempo. Dito de outro modo, para efeito de análise, não partimos de datas ou enunciadores

²³. Valemo-nos da noção de recorte formulada por Orlandi (1984:14): “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação.

específicos, mas chegamos a eles enquanto pontos de estabilização de um processo, “cujo desenvolvimento contraditório não conhece nem sujeito, nem origem, nem fim”(Courtine, op. cit., p. 56). Dessa forma, embora a historiografia oficial e a história do Partido tenham direcionado a abordagem inicial do corpus, nem uma nem outra direcionaram o processo de análise em si, apesar de ambas terem sido ‘importadas’ para nosso trabalho e reconfiguradas discursivamente sempre que era necessário evidenciar a memória discursiva em curso.

Em um segundo momento, em termos estritos de apresentação da análise e para compreender o processo discursivo que instaurou e manteve a negatividade em torno do comunismo -- ie, constituindo-o como o ‘outro’ necessário à configuração do ‘mesmo’ -- dividimos o corpus discursivo em três largas faixas temporais. A primeira corresponde à década de vinte, incluindo o ano de 1930, a segunda vai dos anos trinta até o final da década de setenta e, por fim, o período que engloba os anos oitenta. Esclarecemos de imediato que chegamos a esta segunda divisão buscando na própria materialidade da língua o movimento de produção de sentidos *sobre* os comunistas. Por este motivo, mesclamos eventos históricos diversos, tais como, com relação à primeira faixa, greves anarquistas, a revolução russa, a fundação do PCB e a chamada revolução de trinta; no que se refere à segunda faixa, o movimento comunista de 1935, a clandestinidade do PCB vs a legalidade entre 1945 e 1948, a guerra fria, e o período inicial da ditadura brasileira; no último período, encontra-se a o golpe de 64, a ditadura militar, a volta à legalidade do PCB, a queda do muro de Berlim e as primeiras eleições presidenciais no Brasil, após a ditadura militar.

4º- Nas seqüências discursivas, foram descritas e analisadas as seguintes marcas lingüísticas específicas, considerando-se, quando necessário, a co-discursividade e a co-textualidade²⁴ envolvidas: as denominações, os enunciados

Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. (...) Pretendemos que a idéia de recorte remeta à polissemia e não à de informação.”

²⁴²⁴ Collinot (1992) distingue co-textualidade “um feixe de enunciados, dispersos em diferentes lugares de produção” de co-discursividade, ou seja, a reunião de enunciados e fragmentos de enunciados “co-ocorrentes em um mesmo espaço discursivo”. O que se considera em um e outro caso é tanto o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (as relações entre o que um jornal diz agora, com o que ele pode dizer depois e já disse antes) quanto do discurso com relação a outros discursos (do mesmo jornal ou de jornais diferentes). É, portanto, o fenômeno da co-referência, envolvendo os mecanismos de substituição e paráfrase, que estarão sendo observados em termos do fio ou trama do(s) discurso(s) jornalístico(s) *sobre* os comunistas. Lembremos aqui que “a co-referência designa o

definitórios e o discurso relatado. Para além de tais marcas, analisamos também dois aspectos específicos da prática discursiva jornalística: as matérias assinadas e as narrativas presentes nas reportagens.

Em todo o processo de análise, considerou-se a dinâmica da interferência da memória no domínio da atualidade enquanto reorganização das filiações de sentidos bem como sua intervenção na atualidade enquanto antecipação.

Em outras palavras, para compreender as rupturas e / ou repetições que atuam reconfigurando e / ou estabilizando os sentidos produzidos, consideramos o domínio da memória, “constituído pelo conjunto de seqüências discursivas que preexistem à sdr”, o domínio da atualidade, “formado por um conjunto de seqüências discursivas que coexistem com a sdr” e o domínio da antecipação, “compreendido como um conjunto de seqüências discursivas que sucedem à sdr” (Coutine, op. cit., p. 56 e 57). Assim, privilegiamos um olhar que, penetrando na materialidade linguística, possibilitou a compreensão da discursividade, ie, a relação entre linguagem e história no processo de produção de sentidos para o comunismo e os comunistas no Brasil.

Nesta perspectiva, vários problemas se impuseram desde o início: que tipo de relação entre as ‘palavras’ e as ‘coisas’ poderia ser identificada nos processos de denominação dos comunistas? E ainda, como tratar desta questão sem perder de vista, de um lado, as especificidades do funcionamento do discurso jornalístico sobre o comunismo e, de outro, a própria dimensão política da questão? E as narrativas, que tipo de imaginário mobilizam? Enfim, de que modo os jornais se representam e representam os comunistas face aos leitores?

No que se refere a estas últimas questões, cabe ressaltar que na análise dos processos discursivos em jogo, trabalhamos o discurso jornalístico *sobre* o PCB tal como ele se projeta na rede de formações imaginárias. As formações imaginárias, conforme Pêcheux (1969),

designam o lugar que A e B [“os protagonistas do discurso”]²⁵ se atribuem cada um a si e ao outro, a

efeito de conjunto pelo qual a identidade estável dos ‘referentes’ - daquilo que está em questão - se encontra garantida no fio do discurso” (Pêcheux, 1988:183).

²⁵- Pêcheux se vale da expressão “protagonistas do discurso” para se referir ao modo, já transformado no processo discursivo, pelo qual emissor e receptor (se) representam o lugar ocupado na estrutura de uma formação social bem como o assunto sobre o que falar. Esse modo de definir os protagonistas

imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Com base na proposta de Pêcheux, elaboramos o quadro abaixo visando explicitar o jogo de imagens que atravessa a produção da prática jornalística.

Expressão que designa as Formações Imaginárias	Significado da expressão	Pergunta subjacente
Ia. A (A/j)	Imagem da posição do jornal <u>a</u> , enquanto instituição <u>A</u> , para os sujeitos-jornalistas <u>j</u> que atuam nele	"Quem sou eu pra lhe falar assim?"
Ia.j (L)	Imagem do lugar de leitor <u>L</u> para o jornal <u>a</u> e jornalistas <u>j</u>	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
Ia.A (R)	Imagem do jornal <u>a</u> enquanto instituição sobre os acontecimentos políticos <u>R</u> noticiados.	"De que lhe falo assim?"
Ia.j (R)	Imagem que o(s) jornalista(s) <u>j</u> enquanto posição enunciativa do jornal <u>a</u> , fazem do(s) acontecimento(s) políticos <u>R</u> para falar deles da maneira <u>X</u> .	"De que lhe falo assim?"

quadro das formações imaginárias

As perguntas subjacentes propostas por Pêcheux são indicativas do modo como o enunciador se relaciona com a imagem da posição (ou posições) enunciativa(s) ocupada(s) e, ainda, que tal imagem resulta de um (ou mais de um) dizer já posto pela FD dominante.

Em nosso trabalho, e a partir da constatação inicial da regularidade enunciativa sobre os comunistas, preocupamo-nos mais em compreender a dimensão intitucional que afetou a prática do discurso jornalístico-político. Assim sendo, no quadro proposto, buscamos fazer sobressair a imagem da instituição jornalística (A) sobre os diferentes jornais (a), na tentativa de evidenciar que, com relação aos comunistas, a

não designa, portanto, nem o indivíduo em termos físicos, nem traços sociológicos genéricos. Por outro lado, considerar os protagonistas deste modo é considerá-los como sujeitos, cuja determinação histórica não anula a possibilidade de troca ou inversão nas posições enunciativas ocupadas: "o sujeito é múltiplo porque atravessa e é atravessado por vários discursos, porque não se relaciona

posição político-partidária dos jornais, ao contrário do que usualmente se diz, encontra-se assujeitada a um dizer já posto pela FD dominante. Nos capítulos três e cinco, da segunda parte deste trabalho, mostramos como são indissociáveis a discursivização que se engendrou em torno dos comunistas e o modo como a instituição jornalística, propriamente dita, se discursivizou.

Outra característica relevante dessas formações discursivo-imaginárias é a reversibilidade nos lugares ocupados pelos interlocutores / protagonistas. Pêcheux (id,ibid) fala dos mecanismos de antecipação: um dos protagonistas pode representar imaginariamente aquilo que seu interlocutor pretende dizer ou espera que ele diga, etc., enfim, um protagonista pode se colocar na posição do outro e ‘ajustar’ ou ‘guiar’ sua produção a partir disso. Deste modo, uma compreensão da recepção dos jornais, ie, no que se refere ao modo como os leitores significaram o discurso sobre os comunistas, esta pode ser detectada na própria prática discursiva da imprensa. Ou seja, se a instituição jornalística não funciona sem leitores, e se ela busca atraí-los como consumidores, há que se considerar que todo jornal noticia para segmentos determinados da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento. Esta imagem, por sua vez, pode ser apreendida, na própria prática do discurso jornalístico: no ‘como se diz’ já se encontra embutido o ‘quem vai ler’. É o que podemos ver no próximo quadro das formações imaginárias:

Ia.j (I L (A))	Modo como os jornalistas de um jornal <u>A</u> representam a imagem do modo como seus leitores <u>L</u> representam a instituição jornalística <u>A</u> .
Ia.j (I L (L)))	Imagem que um jornal <u>A</u> faz da imagem que seus leitores <u>L</u> fazem do lugar que ocupam.
Ia.j (I L (R)))	Imagem que um jornal <u>A</u> faz da imagem que seus leitores <u>L</u> fazem do assunto <u>R</u> , tema de uma notícia política.

quadro das formações imaginárias

mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, porque representa vários papéis, etc.” (Orlandi, 1988a:11).

Observe-se, de imediato, que no geral da chamada “imprensa de referência”²⁶ -- com seus diferentes alinhamentos mais à direita, ao centro ou à esquerda -- permanece grande a semelhança no modo de significar o PCB. O que percebemos foi que o ‘quem vai ler’, embora específico em função desta segmentação da sociedade realizada pelos jornais, recebe, em termos gerais, uma imagem do PCB bastante semelhante. Daí, uma pergunta: no discurso jornalístico a imagem desta posição-leitor é, genericamente, a mesma? Ou melhor, em função da injunção a um dizer já constituído, o discurso jornalístico não estaria produzindo esse leitor nessa posição?

De qualquer forma basta, pelo momento, assinalar:

- 1) a multiplicidade, as diferenças e as divergências presentes no campo dos jornais e no campo dos leitores tende a se apagar quando o assunto é o PCB;
- 2) um sentido negativizado permaneceu vigorando, apesar de mudanças histórico-político-sociais ocorrerem.

Vigora tanto a exigência de uma língua desambíguizada (As notícias não devem ser objetivas? Claras?) como o imperativo da ética de um sujeito de direito, autônomo (aparentemente), tornado visível no corpo e na linguagem, sendo assim responsável por seus atos e controlado pelo Estado.

Por ora, não nos alongaremos demasiadamente nestas considerações. Elas terão seu lugar quando discutirmos a questão da enunciação jornalística.

Em resumo, devemos lembrar que para a AD, teoria (da linguagem, do sujeito, da produção de sentidos, dos processos sócio-históricos) e análise (dos monumentos textuais, engendrados na história que produz um imaginário de sujeito e de língua) são inseparáveis, não há um modelo metodológico apriorístico e universal que dê conta de qualquer discurso. Como se trata muito mais de um modo de reflexão sobre a linguagem do que de um modelo de trabalho, na AD as discussões sobre sentido, sujeito, formação discursiva, interdiscurso e intradiscurso, dentre tantos outros conceitos, já remetem o pesquisador para uma leitura-interpretativa do seu arquivo.

²⁶- Conforme Imbert (1992: 11), imprensa de referência é aquela que “contribui na representação / conformação da opinião pública, tanto no plano nacional quanto internacional”. Para o autor, a imprensa de referência não representa, como querem alguns, um quarto poder mas, sem dúvida, ela representa uma *forma de poder simbólico*, sendo um “instrumento que in-forma o poder”. A imprensa de referência, portanto, exerce uma função social e política não apenas porque seu poder discursivo atua na emissão de opiniões, mas também porque serve na mediatização de opiniões.

Vamos, agora, discutir o modo de funcionamento específico do discurso jornalístico e seu papel na constituição desse imaginário sobre os comunistas, tendo em vista seu caráter institucional bem como questões relativas à recepção.

SEGUNDA PARTE:
A EFICÁCIA DA IMPRENSA SOBRE O POLÍTICO

1. O DISCURSO JORNALÍSTICO *SOBRE*

Constatons: la conquête des medias est une priorité de la politique. (...) Certains aimeraient en même temps couvrir les énoncés dissonants pour imposer leur propre message et réduire les messages adverses ou critiques à des bruits incompris, voire au silence. (M. Tournier & S. Bonnafous, 1995)

Nos dias de hoje, não se nega mais a atuação da mídia, em geral, e também da imprensa, mais especificamente, nas situações em que ocorre a tomada de decisões políticas. A própria mídia tem reconhecido esta questão e dedicado vários artigos¹ para discuti-la do ponto de vista ético. Se, antes, a imprensa só posicionava-se como um veículo neutro e imparcial, hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato de que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária². Sem dúvida, está cada vez mais em evidência esse aspecto do entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia: a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias.

Estas considerações iniciais, no entanto, não devem permitir a suposição de que a imprensa seria absolutamente autônoma e responsável pelo modo como produz as

¹ Citamos, aqui, apenas duas publicações recentes: *Jornalismo, virtudes que faltam*, de Carlos Alberto di Franco, *Jornal do Brasil*, 12/12/92 e *Os vícios dos jornalistas: pesquisa mostra conflitos éticos na imprensa*, de Fabricio Marques, *O Globo*, 24/11/94. No caso dos programas televisivos, *O quarto poder*, da TVE-Rio, inaugurou na TV estatal este tipo de prática.

² O jornal *O Globo*, por exemplo introduziu de modo formal, recentemente, um duplo espaço opinativo. Ao lado do tradicional editorial, sempre assinalado com o título "Nossa opinião", foi aberta uma seção intitulada "Outra opinião", em que um articulista é convidado a debater o tema exposto pelo jornal. As demais partes do jornal, no entanto, permanecem inalteradas, mantendo-se fiéis ao imaginário já constituído da "transmissão de informação com neutralidade".

notícias. Para evitar esta suposição, estaremos trabalhando e desenvolvendo o caráter institucional da prática discursiva jornalística.³

Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o quê ainda não há memória) ou possível / previsível (ie, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, 'digerem' para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores.

A produção de sentidos para os fatos⁴ se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas, (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante no jornal. Por outro lado, há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos / partidos para ganhar visibilidade (ou notoriedade) política⁵. Este último aspecto, porém, é recente na história política, e o PCB, até onde sabemos, não adotou tal estratégia.

Consideramos o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre*. Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento -- o jornalista projeta a

³ Lembremos que, de acordo com Pêcheux (1988), a noção de prática discursiva permite criticar o idealismo da concepção de *prática de sujeitos*, que seriam totalmente responsáveis (e portanto responsabilizáveis) por seus atos e palavras. "Todo sujeito", diz Pêcheux (*op.cit.*, p.214), "é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve: e isso pela determinação (...) do complexo de formações discursivas no qual ele é interpelado em 'sujeito-responsável'."

⁴ P. Champagne, por exemplo, afirma que "as mídias agem sobre o momento e fabricam coletivamente uma representação social que, mesmo distante da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou retificações posteriores, porque tal interpretação não faz senão reforçar as interpretações espontâneas, mobiliza os preconceitos e tende, por aí, a duplicá-los." (Champagne, 1991:65)

⁵ Tanto G. Imbert, em seu livro *Los escenarios de la violencia*, como M. Rodrigo com *Los medios de comunicación ante el terrorismo* apresentam um estudo bastante significativo sobre a atuação dos grupos terroristas espanhóis e bascos de modo a se tornarem acontecimentos na mídia.

imagem de um observador imparcial -- e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se 'envolveu' com a questão.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade⁶ em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar / descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.

Do nosso ponto de vista, o discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagens, funciona como uma modalidade de *discurso sobre*, pois coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o 'mundo', mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem 'conectados' interdiscursivamente a um "já-lá" dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo.

É por aí nossa compreensão do discurso jornalístico ter como característica atuar na institucionalização social de sentidos. E com isto estamos afirmando, em decorrência, que o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro. No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica ainda mais realçada uma vez que o *discurso dos* comunistas praticamente inexistente na imprensa de referência. Não havendo lugar para o discurso do Partido, o poder discursivo dos jornais torna-se mais incisivo: se não há espaço para confrontos, réplicas

⁶ Conforme Orlandi, "é no 'discurso sobre' que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o 'discurso sobre' é um lugar importante para organizar as diferentes vozes dos discursos de (...) [O discurso sobre] organiza, disciplina a memória e a reduz." (1990:37). Cf., também, Orlandi quando, em suas explanações a respeito do "discurso da seriedade", a autora evidencia a relevância que a

ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade.

Beacco & Moirand (1995), sem mencionar especificamente o discurso jornalístico, atribuem um aspecto didático aos discursos mediáticos, uma vez que, para transmitir informações sobre acontecimentos, (mediatizando, ie, dando a conhecer sobre algo), eles comparecem permeados por esquemas, desenhos (mapas, figuras e croquis, ou retratos falados, por exemplo), além de definições, explicações, estatísticas, questionamentos e citações de autoridade, enfocando, assim, um acontecimento singular a partir de generalizações feitas a partir de um campo de saberes já estabelecidos. Para os autores (*op. cit.*, p. 4) estes “lugares de inscrição do didatismo (...) fraturam o relatado acontecimento, constituindo pontos de heterogeneidade”.

Fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária⁷. Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridade e afirmações categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se vêem diante de verdades incontornáveis -- no professor está a verdade -- sentindo-se, portanto, tolhidos a qualquer questionamento, no discurso jornalístico, mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria -- ou falaria *sobre* -- da forma mais literal possível um mundo objetivo. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que ‘fraturar’ a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar -- enquanto explicação do mundo -- a ilusão de objetividade jornalística. E mais, faz retornar para o leitor a imagem do aluno *tabula rasa*, aquele

utilização do ‘discurso sobre’ confere a quem o enuncia. Ao mesmo tempo, não é de qualquer lugar que se pode ‘falar sobre’.

⁷ Duas observações. O didatismo é também característico de alguns discursos políticos, como se pode ler em Fontana (1994), que usa esta expressão para designar alguns aspectos do discurso alfonsinista. N. Lage, porém, afirma que entre “a linguagem jornalística” e a “linguagem didática” há diferenças, pois a primeira é “por definição referencial”, enquanto que na segunda “predomina a metalinguagem, ie, a explicação ou definição de um item léxico por outro” (Lage, 1986:40). Ainda de acordo com Lage, as explicações/definições na linguagem jornalística aparecem como aposto. Contrariamente ao autor, as análises que realizamos evidenciam que com relação aos comunistas esta “linguagem jornalística” funcionou de outro modo.

que 'sempre precisa de explicações', como, por exemplo, um leitor-aluno que não 'sabe' votar.

Este didatismo, com relação às esquerdas, apareceu em diversos momentos históricos, mas ele se mostra mais intenso nos anos 30 e no período pós-64. Nos anos 30, predominam as definições / explicações *sobre* o que é comunismo; já no período pós-64, algumas reportagens, descrevendo minuciosamente as diferentes facções de esquerda, ou esclarecendo o que é e como é um 'aparelho subversivo' produzem, deste modo, uma didatização *sobre* os novos tempos e alertam contra os 'tipos' de comunistas. Em uma palavra, politizam à direita, impedindo um debate mais amplo. Nos anos 90, ainda encontramos esse 'tom didático', porém com certa dose de ironia *sobre o perigo vermelho*, como se pode ler abaixo:

1- "DEOPS organizou um dicionário para entender a esquerda" (*Jornal do Brasil*, 16/01/95).

2- "Política vive confusão ideológica; mistura de rótulos que começou na campanha eleitoral aumenta com a reforma" (*Jornal do Brasil*, 12/06/95).

Nas duas matérias, tanto aquela referente às múltiplas facções de esquerda, quanto a outra, que pauta o pluripartidarismo, a discussão política é apagada. Seja enfatizando o aspecto curioso existente na primeira, seja priorizando negativamente as diferenças partidárias, o jornal reforça uma descrença na luta política. Nessas duas matérias, distantes cinco meses uma da outra, e em tantas outras que não nos detivemos em anotar, os sentidos vão se somando e filiando, num processo quase imperceptível de cristalização.

Em outras palavras, no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão aparecendo assim, aparentemente desconectados e distantes entre si. No entanto, ganham sua espessura pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfaçada em explicação.

Fazendo um paralelo com a função usualmente atribuída ao historiador, qual seja, a de organizar cronologicamente o passado, selecionando e hierarquizando os fatos e os sujeitos de uma formação social, de modo a não haver dúvidas quanto à veracidade do narrado, cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os

acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião / explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado.

Em uma palavra, a imprensa deve desambigüizar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e conseqüências, enfim, como já dissemos anteriormente, ao se didatizar o 'mundo' exterior e o tempo em que os fatos acontecem. Dizando de outro modo, a 'objetividade' dos fatos, ie, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

O que constitui uma propriedade⁸ do discurso jornalístico então? É a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Estas propriedades, no nosso entender, estão no cerne da produção jornalística: são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência. Lembramos aqui que os grupos sociais minoritários bem como os partidos comunistas criam seus próprios jornais como forma de escapar desses gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso.

Pêcheux (1988:168), ao analisar uma frase extraída do jornal *Le Monde*, nos fala da capacidade de "mise en scène" e do "efeito poético que faz assistir à cena" descrita. Na prática discursiva do jornal, as evocações e os pré-dados constituem a modalidade do "como se", produzindo "formas de identificação" do sujeito-leitor com a reportagem narrada e com o objeto (assunto) da narração. Tudo se passa "como se" o leitor estivesse compartilhando a cena presenciada, ou melhor, "como se" houvesse um acordo prévio com relação aos sentidos produzidos. No processo discursivo jornalístico, o alcance do "como se" está diretamente relacionado ao modo como os sentidos vão sendo textualizados. Vejamos, por exemplo, os fragmentos abaixo:

⁸ Retomamos, neste ponto, uma distinção proposta por Orlandi (1983:232). A autora trabalha propondo uma diferenciação entre marcas e propriedades do discurso. Por marcas, entende-se o conjunto de traços de linguagem (como o uso do imperativo, do discurso relatado, da negação etc) que funcionam significativamente em um dado discurso. Já propriedade, segundo a autora, "tem mais a ver com a totalidade do discurso e sua relação com a exterioridade."

3- Nada direi das condições econômicas do infelizmente país que o assassinio e o banditismo encarnados em Governo vão aniquilando rapidamente (...) (*OP*, título: As monstruosidades do comunismo, em 29/07/30).

4- Sabemos que os militares que empolgaram o poder têm o desejo de suprimir a infecção comunista. Que isto seja feito com energia, mas sem violências (*DC*, p. 1, título: Precisa-se de um governo!, em 07/04/64).

Em (3) embora o jornal não mencione o nome do *infelizmente país*, pode haver, por parte do leitor, um reconhecimento através da leitura da seqüência *comunismo / condições econômicas*. Ao mesmo tempo, o contexto histórico imediato deste discurso em 30, sobretudo no jornal *O Paiz* (contrário à Aliança Liberal de Getúlio Vargas), representa o início bastante desfavorável de menções sobre o comunismo em geral (como explicamos anteriormente). Assim, para o leitor deste jornal, a correlação *monstruosidades / assassinio / banditismo / 'aniquilação'* remete não apenas para o país não nomeado, mas, principalmente, para um sentido histórico que vem se constituindo a seu respeito, ou seja, sobre a União Soviética. É interessante notar que a não nomeação ao invés de indeterminar, produz uma determinação política, além de instaurar uma cumplicidade: 'Vocês, leitores, sabem de que país se está falando'. (Voltaremos a estas questões no próximo capítulo, quando nos dedicaremos ao tema da denominação.)

Já na seqüência (4), o efeito produzido pela relativa -- em *Sabemos que os militares que empolgaram o poder* -- também provoca uma evocação, sendo esta reforçada pela presença explícita da expressão *sabemos que*. Isso não se dá apenas em função do investimento de sentido para 'militares' decorrente do contexto histórico imediato, ie, o golpe militar de 64. A cumplicidade estabelecida com o leitor é tripla porque está sendo partilhado:

1) um saber comum a todos (e, neste sentido, universal), com a utilização do verbo na primeira pessoa do plural ([Nós] *Sabemos*);

2) um saber evocado sobre algo específico, uma vez que a oração seguinte é objetiva direta (*que os militares...*); e

3) um pré-construído (*os militares que -- aqueles que já se sabe quais são -- empolgaram o poder...*).

Além disso, o sintagma nominal *a infecção comunista*, por sua vez, retoma expressões já empregadas desde os anos 20 (daí a intertextualidade que depreendemos no discurso jornalístico), promovendo, uma vez mais, uma forma de identificação do sujeito-leitor com o discurso jornalístico e com o tema da reportagem.

No funcionamento jornalístico descrito, fica apagado para o sujeito-leitor o processo de construção da notícia. A produção de sentidos, que se processa a partir de um trabalho no plano da língua, seja no plano das operações sintáticas descritas, seja pelo conjunto da memória mobilizada lexicalmente, não é perceptível para o sujeito envolvido historicamente. Assim, essa prática discursiva impõe a imagem de uma “leitura literal”, realizada com sentidos transparentes capazes de captar os fatos em sua ‘essência’. Oblitera-se, portanto, que o que está em jogo é uma inevitável “leitura-interpretativa”⁹.

Estas questões, que são da ordem do funcionamento da língua, envolvem tanto o sujeito produtor da notícia quanto o receptor. Chamamos a atenção para este fato para evidenciar que não se trata apenas da antiga discussão das diferenças entre um jornalismo mais opinativo opoando-se ao um mais informativo. A língua nos “obriga a dizer”, como afirmou Barthes (1980), mas seu efeito é provocar em nós a ilusão inversa, ie, de que a dominamos.

Retomando, fatos podem criar notícias e vice-versa. De qualquer forma, em qualquer uma das duas situações, o que é dito nos jornais depende fortemente das possibilidades enunciativas específicas de cada formação social em cada período histórico. A um analista de discurso importa compreender de que modo se deu a produção desses enunciados e, também, como eles singularizam os acontecimentos, fixando-lhes uma memória e criando a ilusão de que, literalmente, espelham ‘uma realidade’ exterior ao sujeito.

⁹ Pêcheux (1982:57), discutindo a construção do arquivo hoje, distingue a “leitura-literal (enquanto apreensão-do-documento) de uma leitura interpretativa -- que já é uma escritura.” Nós nos valemos das expressões de Pêcheux para relacionar este gesto de leitura do historiador com o do jornalista, já que ambos se iludem quanto à possibilidade de apreender sentidos (do mundo e/ou documentos) que seriam iminentes e verdadeiros.

Uma reflexão de caráter discursivo deve considerar o que (não) se diz e o como se diz na imprensa inseparáveis não apenas das notícias produzidas em determinada época, mas principalmente da história que a constitui. Em outras palavras, trata-se como já afirmamos anteriormente, de um trabalho que investiga o modo da historicidade constituir a textualidade na produção de sentidos.

O que nos interessa aqui, portanto, é evidenciar que a chamada 'imprensa de referência' enuncia de um lugar historicamente constituído e o faz em nome de determinados segmentos da sociedade. O discurso jornalístico desempenha um papel importante na produção / circulação de consensos de sentido. Isto perpassa os jornais como um todo -- apesar das diferenças existentes em termos do posicionamento político de cada jornal -- e organiza uma direção na produção dos sentidos políticos. Em outras palavras, consideramos que, na imprensa, o modo de denominar, descrever e narrar os eventos políticos, sobretudo no que se refere aos partidos comunistas é regulado historicamente, resultado de uma memória institucional vinculada ao dizer jornalístico que ultrapassa a polêmica entre opinião / informação e a construção ou não dos acontecimentos.

Mas há também, do nosso ponto de vista, um outro aspecto na relação com a historicidade, aspecto este que envolve a própria discursividade. Referimo-nos, aqui, ao fato de que no processo de construção do objeto de conhecimento deste trabalho -- o funcionamento do discurso jornalístico-político -- foi necessário fazer a articulação com destas duas categorias problemáticas, distintas, porém interrelacionadas: as noções de instituição e tipologia. Trabalhar com estas duas noções levou-nos uma vez mais a mobilizar a noção de historicidade e de memória como forma de, por um lado, precisar a função de ambas nos trabalhos de análise do discurso institucional e, por outro, realçar o papel do discurso jornalístico, enquanto produto de uma instituição que se representa como portadora da verdade dos fatos, na construção imaginária do comunismo como um Mal.

Veremos, a seguir, que no processo histórico de constituição do discurso jornalístico como instituição encontram-se inscritos os elementos que lhe garantem uma

identidade estável enquanto tipo ao mesmo tempo em que mobilizam uma memória sempre já-lá para os eventos relatados, sobretudo os referentes aos comunistas.

2. MEMÓRIA, INSTITUIÇÃO E IDEOLOGIA¹⁰

Maldito aquele que rompe este pacto do silêncio tagarela: ele corre o risco de tornar-se ipso-facto um espectro visível da adversidade. (M. Pêcheux, 1990)

Como afirmamos na primeira parte deste trabalho, nada é neutro nem transparente em termos da prática discursiva: os sentidos se produzem em formações discursivas, são regulados por rituais sócio-históricos, são mobilizados interdiscursivamente enquanto exterioridade que afeta constitutivamente o sujeito. No entanto, a ideologia da transparência dos sentidos na linguagem comparece sempre e de diferentes maneiras, produzindo o efeito de literalidade, ao mesmo tempo em que apaga o processo de imposição hegemônica de uma determinada interpretação.

A ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade-da-informação), está relacionada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção das notícias. Memória que atua como um 'filtro' na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado.

Neste sentido, uma tipologia que considere para análise os discursos institucionais deve considerar o processo de produção da instituição na sua

¹⁰ Não trago para o corpo deste trabalho o conjunto de reflexões sobre as tipologias em AD, tendo em vista meu propósito de especificar o que entendo por tipologia dos discursos institucionais.

historicidade, ie, na maneira como ela, ao se constituir enquanto tal, se discursivizou. Como se observará a seguir, pretendemos marcar uma diferença no modo de tratar uma tipologia do discurso institucional, diferença esta que busca uma independência relativamente aos estudos em Ciências Sociais¹¹.

A noção de instituição, objeto da Sociologia, é usualmente recortada como um elemento cristalizado do domínio da estrutura social. Uma instituição “define, regula e controla os modos aceitáveis de se alcançar (...) objetivos culturalmente definidos, de propósitos e interesses, mantidos como objetivos legítimos...” , conforme Merton, (1970:205). Sociologicamente, as instituições vão ser definidas com base nos lugares sociais ocupados pelo sujeito:

*“Cada grupo social, invariavelmente, liga seus objetivos culturais a regulamentos, enraizados no costumes ou nas instituições, de procedimentos permissíveis para a procura de tais objetivos.”
(Merton, ib., ibid.).*

Assim, sobre as instituições recai uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes, embora, como o próprio autor citado reconheça, esta imposição nunca se processe de forma absoluta.

Ora, o que a Sociologia faz é uma espécie de topografia de uma formação social. Ela mapeia as instituições, depreende as normas em vigor e, finalmente, estabelece o que corresponde a um padrão de conduta por oposição ao que seria desviante.

Alguns trabalhos com discurso institucional valem-se dos mapas sociológicos para buscar os ‘discursos’ correspondentes às instituições ou aos lugares sociais vinculados a tais instituições. Todavia, não é assim tão simples correlacionar um grupo social, descrito em termos de seu pertencimento a uma instituição, com um discurso correspondente. O simplismo da correlação apaga a heterogeneidade

¹¹ Remetemos, de imediato, para a crítica de Oriandi (1983:199): “[uma tipologia] que é referida à existência das instituições (...) é uma **tipologia consensual, ie, tácita e geral**. O problema, a meu ver, em relação a essas espécies de tipologias, é que já partem de distinções apriorísticas, dadas de acordo com um critério já estabelecido alhures: ou pela sociologia, ou pela teoria do conhecimento, etc. O critério, que já vem dado, é herdado pela AD como tal.” Grifamos **tipologia consensual, ie, tácita e geral** porque a própria expressão usada pela autora já aponta para o “como se sabe” presente nos mecanismos ideológicos de assujeitamento: afinal, porque, consensualmente, há uma ‘aceitação’ de tal tipologia?

constitutiva da produção de um discurso. Não é porque há normas institucionais organizando o dizer que a prática discursiva pode ser reduzida apenas a um espelho de tais normas.

Encontra-se, nesta perspectiva, um sério inconveniente quando se está pensando em termos de tipologia, qual seja, reduzir a uma associação mecânica a relação tipo-discurso-funcionamento e, assim, privilegiando as regularidades, apagar a heterogeneidade presente em qualquer discurso. Sem dúvida, o lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar deve ser compreendido como posição enunciativa vinculada ao complexo de FDs constitutivas de um momento histórico.

Da mesma forma uma instituição, ao constituir-se, encontra-se regulada por uma FD principal, a qual irá configurar as fronteiras sempre móveis da produção de sentidos. Em resumo, a compreensão do funcionamento de um discurso institucional não deve ficar restrito a uma ingênua correlação entre o que se diz e um lugar institucional correspondente, nem a uma concepção fixista da instituição, impedindo uma leitura crítica da sua forma de existência histórica.

Outra crítica que deve ser colocada em relação à posição enunciada refere-se ao fato de que ela reintroduz a distinção entre um 'mundo' exterior, em estado bruto, as instituições, que agiriam no sentido de conformar este mundo a uma norma, os sujeitos (ou melhor, os indivíduos, moldados por passividades ou por revoltas), e, por fim, 'discursos' que traduziriam estas relações.

Conseqüências: o apagamento das diferenças entre as práticas discursivas presentes em uma mesma instituição em função de uma noção 'sociologizada' e excessivamente generalizante de tipo (ou seja, apagar as comunidades/formações discursivas distintas, mas existentes na produção do discurso institucional), além de uma possível aceitação/adesão ao modo como o discurso institucional se apresenta. No outro lado da moeda, esta noção de tipo institucional pode levar, de modo igualmente redutor, ao 'estudo de caso', ie, à análise de situações discursivas típicas ou atípicas relativamente ao padrão genérico, concentrando-se, para tanto, na análise de enunciações específicas.

Nas duas situações, pode-se estar partindo de uma concepção prévia da existência de uma tipologia do discurso institucional ou, para ser mais exata, e trazendo a reflexão para nosso campo de trabalho, do senso comum, 'daquilo que todo mundo sabe' a respeito da imprensa como instituição e de seu produto, o discurso jornalístico. Em termos discursivos isto representa a adesão a um interdiscurso.

Seja com um ou outro lado da moeda, o risco maior é o de entrar pelo conteudismo, ou seja, considerar os lugares sociais marcados por falas previamente institucionalizadas é também mergulhar na ilusão da literalidade do sentido. É perguntar o que a instituição diz e não por que ela diz daquele modo. O efeito de sentido literal, neste caso, fica vinculado a 'conteúdos' institucionais fixados aprioristicamente em função da ilusão de objetividade do real. Afinal, como afirma Maingueneau,

não basta dizer que 'entre' as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa, entre os escritores e os textos literários, as instituições literárias, (...) e assim por diante. De fato, não se dispõe, inicialmente, das informações, dos escritores; a seguir, das instituições mediadoras e, por fim, dos enunciados em circulação, mas tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição 'mediadora' não é secundária em relação a uma 'realidade' que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos.
(1989:54)

As instituições com suas normas e regras são também resultantes de longos processos de linguagem. Ou melhor, "as instituições ganham um sentido e uma (aparente) coerência ao serem legitimadas, vale dizer, ao serem pensadas e explicitadas através da linguagem" (Duarte Jr., 1985:49).

Por este motivo, apenas afirmar que "a instituição é a estrutura sincronicamente estável dos tipos de atos, com os lugares que lhe são associados", que "os sujeitos não podem circular nestes espaços senão através de uma construção significativa" e, finalmente, que "a materialidade social são as materialidades discursivas", como sugere, por exemplo, P. Achard (1995:83) não é suficiente para uma análise crítica das práticas

discursivas institucionais -- em sua dupla constituição comunidade / formação discursiva -- que tanto afetam como são afetadas pela memória e pela ideologia, uma vez que são produtos de linguagem.

Além deste ponto, trazemos outra questão. Um discurso institucional não existe sem uma história que o constitui. Por este motivo, acreditamos ser imprescindível percorrer a historicidade constitutiva da formação de uma instituição antes de analisar seu discurso.

Ora, ao estabelecermos este critério, abrimos caminho para o entendimento do modo como a instituição se discursivizou. Ou seja, como que, através de longos e lentos processos históricos, em que pesam as transformações do modo como se concebe o sujeito em sua relação com a linguagem e com o mundo, se produziram os sentidos constitutivos de uma instituição? É este tipo de processo histórico-linguagem que nos interessa, porque permitirá compreender a prática do discurso institucional no quadro das formações imaginárias. No caso deste nosso trabalho, por exemplo, quando entendemos como o discurso jornalístico se representa, podemos melhor compreender os processos através dos quais ele irá representar os acontecimentos.

Nosso ponto de vista sobre as instituições, portanto, é outro. Acreditamos ser possível tomar critérios discursivos para formalizar uma tipologia dos discursos institucionais (cf. Orlandi, *op.cit.*, p.200).

Em primeiro lugar, tal procedimento é viável porque entendemos as instituições como parte do processo ideológico geral de edificação do social, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade etc. O que chamamos de instituição, do nosso ponto de vista, é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se institucionalizaram e legitimaram, ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social.

As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos

sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursos) que vão se organizando conforme o discurso institucional vai se moldando, e vice-versa. Esta visibilidade provoca um efeito de reconhecimento: 'todo mundo sabe' (ou se não sabe, deveria saber) o que é uma escola, um jornal, uma igreja etc. Esse processo histórico de naturalização das instituições funciona no sentido de torná-las 'evidentes', legítimas e necessárias; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar como naturais os discursos que delas 'emanam', bem como os comportamentos a elas associados. É a ideologia que produz um 'desligamento' entre tal processo histórico-discursivo de constituição da instituição e a sua instituição como 'objeto' de análise.

Seguindo este raciocínio, é possível trazer a noção de instituição tal como Foucault a concebe: trata-se da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso. Indo um pouco mais além, é pela análise do discurso que se poderá verificar como se processa a legitimação da instituição bem como o modo através do qual ela vai se auto-resignificando discursivamente ao adaptar-se às transformações históricas. Uma tipologia dos discursos institucionais que considere estas reflexões tem a capacidade de lidar com o movimento dos sentidos que a AD tanto preza, pois permitirá o reconhecimento das regularidades -- pelos processos de normatização institucional -- e também das variações -- pelas transformações -- , ambos os processos em sua necessária relação com a historicidade.

Uma consequência metodológica, quando se adota tal ponto de vista, é integrar a noção de tipo -- enquanto resultado de uma sedimentação histórica -- à situação em que se concretiza uma prática discursiva institucional que está sendo analisada: "o produto (tipo) se recoloca como processo", conforme nos lembra Orlandi (idem, p. 206). E mais, quando entendemos o tipo desta forma, melhor compreendemos os efeitos de sentidos que se estabelecem entre interlocutores no discurso institucional. Isso é possível porque podemos reconhecer em que momento da produção discursiva está atuando a imagem que a instituição forja de si mesma.

No caso da imprensa, sua 'vocação' para a informação é tão 'natural' que consta de muitos manuais de jornalismo bem como é tema reiterado nas campanhas

publicitárias. No que se refere aos manuais, encontra-se a ênfase na questão das normas de redação -- e aí estão incluídas normas gramaticais, lexicais e estilísticas -- como forma de conscientizar os diferentes usos linguísticos por parte do repórter. É interessante notar que, escritas por profissionais da imprensa ou por teóricos da comunicação, essas normas técnicas de redação constroem o mito da informação jornalística com base em outro mito: o da comunicação linguística. Responsabilizando o jornalista pelo relato mais ou menos fidedigno dos fatos, nesses manuais o que se está enfatizando é o 'poder dizer', uma onipotência do sujeito com relação à linguagem. Informar ou opinar, desse ponto de vista, resultam da capacidade (ou interesse) do responsável pela notícia em manipular a linguagem.

Como exemplo, citamos Lage (1986) que nos fala do "domínio de referencialidade" da comunicação jornalística, das normas que enfatizam a eliminação de "adjetivos testemunhais", "aferições subjetivas" ou "palavras que pouco ou nada significam". Concluindo o capítulo em que sugere tais normas, diz o autor:

o importante, neste campo, é que as posições sejam tomadas conscientemente (...) De modo geral, a melhor expressão é a que o redator domina, não a que impõe valores que por ele apenas transitam. (Lage, op. cit., p. 43).

Mesmo hoje em dia, quando esta questão é menos enfatizada, o texto considerado explicitamente opinativo ainda é desviante do padrão, ficando reservado aos articulistas, editorialistas e comentaristas, que têm como função específica emitir uma opinião frente ao 'fato' relatado, ou confinada aos editoriais.

A publicidade, por sua vez, ratifica os dois mitos simultaneamente ao estar sempre lembrando para os leitores que, se em tal jornal "os fatos falam por si", logo, se trata de um jornal objetivo e verdadeiro, pois utiliza-se de uma linguagem que está 'colada' aos acontecimentos relatados. Como pudemos ler recentemente em *O Globo*, "Quem lê jornal sabe mais".

Atualmente, muitos jornais que querem projetar uma imagem moderna divulgam através de propagandas que estão reformulando sua linha de redação. Para tanto,

inserir âncoras, *ombudsmen*, ou espaços dedicados a contrapor opiniões. No nosso entender, isso tudo não passa de estratégias, que reforçam o mito da informatividade, pois, ao instituírem estes porta-vozes ou espaços opinativos, esses jornais constroem uma linha fictícia que estaria separando as fronteiras entre a informação e a opinião.

Esta mesma ilusão se repete quando lemos os muitos historiadores da imprensa. Neste caso podemos observar que tal crença na idéia da informação neutra, objetiva e imparcial, resultado desse 'domínio' da linguagem referencial, é resultado da própria história da constituição do discurso jornalístico. E neste mito da informação objetiva, tanto a censura como o aparato jurídico que se formou em torno da imprensa desempenham um papel bem importante, uma vez que ambos acompanhavam e ainda acompanham a palavra impressa.

Em outras palavras, a noção de informação no jornalismo também precisa ser avaliada como decorrência das leis que constituem a idéia de liberdade presente na instituição imprensa. Observando a "comunicação referencial" por este ângulo, comunicar/ informar / noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística. Os efeitos ilusórios estão aí: o controle externo e interno, garantindo a objetividade (e neutralidade, etc.), garantiria também a imprensa como digna de fé. Como veremos a seguir, no período em que ocorre a legitimação da imprensa como instituição -- conforme as características mencionadas -- é também o momento em que se está formalizando tanto uma imagem do sujeito jurídico ocidental, que conquistou seus direitos, e é dotado de vontades e responsabilidades, quanto está firmando concepção predominante de linguagem verbal como instrumento de comunicação.

No caso do PCB, defendemos o ponto de vista de que o partido, desde sua fundação, é falado por uma memória jornalística¹², cujo processo de formação não é indiferente nem ao sistema jurídico que o constitui, nem ao processo de constituição do sujeito ocidental. E é isto que permite produzir uma certa direção de sentidos para o PCB. Em outras palavras, do nosso ponto de vista, o modo como o discurso jornalístico significa o PCB, ie, a natureza das relações simbólicas que estão associadas e são evocadas para os comunistas tem a ver com uma memória já existente sobre o sujeito ocidental e sobre uma concepção de ética dos direitos humanos.

E é assim que, no modo como o PCB é falado pelo discurso jornalístico-político, já se encontra uma interpretação específica -- enquanto direção para o sentido que se produz -- cuja determinação é dada, ideologicamente, pela visão de sujeito ocidental constitutiva da imprensa como instituição. Ao mesmo tempo, pode-se acrescentar a este viés o imaginário que a imprensa, sobretudo a partir do século XIX, construiu sobre si mesma como 'meio de comunicação neutro' com base numa concepção de linguagem como comunicação.

Tratemos, agora, de nosso tipo institucional específico, o discurso jornalístico, à luz das reflexões que expusemos acima.

¹² É de Orlandi (1994) que tomamos emprestada esta construção "ser falado (escrito) por uma memória outra".

3. JURIDISMO, ÉTICA E IMPOSIÇÃO DO MESMO NOS JORNAIS

O Mesmo só se concebe e só pode definir-se em relação ao Outro, à multiplicidade dos outros. Se o Mesmo permanece voltado sobre si mesmo, não há pensamento possível (Vernant, 1991).

Vejamos, ainda que brevemente, como no processo histórico de formação da imprensa entre os séculos XV e XIX¹³, as sucessivas leis de censura permearam seu caráter institucional bem como forjaram a unidade e as imagens características de seu objeto -- a informação jornalística -- e, concomitantemente, fizeram dos jornais um lugar de reafirmação do mesmo, ou seja, de uma certa imagem do sujeito ocidental.

O que entendemos hoje como imprensa, em seus primórdios, mistura-se com a própria história das tipografias ou "arte da imprimissão". Os primeiros mestres impressores recebiam honrarias de cavaleiros da Casa Real, porém, já antes da metade do século XVI, tipógrafos e tipografias começaram a ser vistos como elementos perigosos e desestabilizadores, pois podiam difundir, defender e/ou atacar idéias. Para as relações de poder tornou-se necessário calar esses dizeres, modificar as linhas impressas ou, se possível, riscá-las. O investimento político do poder religioso foi instituir a censura, controlando tudo que viesse a ser impresso nas tipografias, evitando, assim, a publicação de livros sem licença prévia: ficava proibido tudo que atentasse contra os bons costumes e a fé. Uma obra qualquer, para ser impressa,

¹³ Embora algumas das afirmações que faremos ao longo desta seção tenham um caráter genérico, estaremos, de fato, trabalhando o desenvolvimento da imprensa em Portugal e, posteriormente, no Brasil.

deveria ser submetida ao julgamento prévio dos tribunais censórios, sempre de acordo com o Rei e com a vontade da Igreja.

Em Portugal, durante o século XVII, começa a entrar em circulação um tipo de publicação cujo nome é *Relações*, também chamadas de *Relações de Novas Gerais* ou *Notícias Avulsas*. Tais papéis, publicados sem nenhuma regularidade, constituíam uma inovação, uma vez que, ao invés de retratar um pensamento literário ou religioso, visavam apenas relatar acontecimentos excepcionais. Mas com o decorrer do tempo, a divulgação de acontecimentos mistura-se à propagação de opiniões. Os acontecimentos, excepcionais ou não, eram relatados conforme o ponto de vista do autor, que com seu relato buscava a adesão dos leitores para sua causa. As práticas de regulamentação rapidamente perceberam a necessidade de censurar as *Novas Gerais*: no caminho censório, já aberto para a censura de obras literárias e religiosas, apenas se acrescenta mais um item. Quando os primeiros jornais surgem, a vigilância já sabe como proceder.

Um detalhe importante está ligado ao discurso jurídico que aos poucos foi se formando em torno do funcionamento das tipografias: as leis deixaram de ficar circunscritas ao âmbito restrito da Igreja a partir do momento em que começaram a ser publicadas na forma de alvarás. Ironicamente, as tipografias se encontraram servindo a dois senhores: os autores e os censores. Ao sujeito não era mais dada a possibilidade de desconhecer a Lei: o controle ganhou visibilidade utilizando-se para tanto do próprio objeto de controle.

Em linhas gerais, as variadas formas de punição impostas aos que infringiam as leis seguem o processo descrito por Foucault (1986), qual seja, da incidência sobre o corpo -- quando a Igreja queimava os hereges e seus escritos -- passou-se para a aplicação de multas, a prisão, o degredo e o confisco das obras. O rigor da disciplina incidia sobre o autor e sobre a obra, confiscada ou queimada. Nas duas situações, a força da lei vinha do medo que ela suscitava, uma vez que as penas incidiam sobre o responsável pelo texto. No caso dos escritores anônimos, prendia-se o redator e, se redator não houvesse, os censores encarceravam o tipógrafo.

De acordo com o fio de minhas reflexões¹⁴, pude perceber que em nome do desejo de liberdade para a escrita, a atividade jornalística foi, ao longo dos séculos, formando uma jurisprudência própria, na qual o poder de poder dizer algo -- entendido como comunicar, informar, mas não opinar -- ficou inevitavelmente ligado à censura. Esta foi a forma encontrada: as leis de imprensa passam a prescrever o que pode e o que não pode ser dito. E como opinar ou externar idéias contrárias aos interesses dominantes pertence ao campo do 'não pode ser dito', nas inúmeras situações em que pudesse haver infração à regras estabelecidas, a lei previa sanções.

O discurso jurídico, impondo regras e punições aos envolvidos na prática jornalística, passa a funcionar como uma espécie de 'selo de garantia' para a imparcialidade. Há um duplo movimento: a lei é da imprensa, pertence a ela de modo a instituí-la e, exatamente por este motivo, pode funcionar contra ela, porque regula a liberdade que a fundamenta.

Vale lembrar, com relação ao discurso jurídico, sua função de interpelação-identificação que atua sobre os processos de constituição do sujeito: o sujeito de direito tanto é aquele que se reconhece / enuncia sob a evidência do Eu -- uma singularidade, com suas vontades e responsabilidades, portanto -- como também é aquele que poderá, virtualmente, ocupar o lugar "vazio" instaurado pela universalidade das leis dos direitos humanos. Retomamos Pêcheux, neste ponto, quando este afirma:

O futuro do subjuntivo da lei jurídica 'aquele que causar um dano...' (e a lei sempre encontra um 'jeito de agarrar alguém', uma 'singularidade' à qual aplicar sua 'universalidade') produz o sujeito sob a forma do sujeito de direito (1988:159).

Estabelecendo um paralelo com a noção de assujeitamento do sujeito a um já-dito, consideramos que houve um processo histórico de assujeitamento da instituição jornalística a um já-dito constituído historicamente. São as exigências do poder político e jurídico, no intuito de preservar o *status quo* de uma elite dominante, que estão

¹⁴ Cf. Mariani 1989, 1993 e 1994

inscrítas nos mecanismos de funcionamento da instituição, e não uma neutralidade voluntária, resultado do uso de técnicas que adequam uma exterioridade factual colada a sentidos literais.

Ora, do nosso ponto de vista, o discurso jornalístico funciona regido por essas “relações sociais jurídico-ideológicas”: ele é responsável por manter certas informações em circulação e, com isso, contribuir na manutenção dessas mesmas relações sociais jurídico-políticas. Dito de outra maneira, a imprensa é constituída por uma ‘norma identificadora’, resultado da aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação. Os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim. Em Portugal, a primeira lei de imprensa surge em 1821¹⁵ e é vitoriosamente marcada pelo fim da censura prévia. Basta observarmos o artigo primeiro:

“toda pessoa pode, da publicação desta lei em diante, imprimir, publicar, comprar e vender nos estados portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura”.

Ao mesmo tempo, encontra-se nesta lei um conjunto de normas que disciplinam e intitucionalizam a ‘liberdade’ do dizer: era obrigatório que o escrito contivesse o lugar e o ano da impressão, bem como o nome do impressor. Assim, todo cidadão podia imprimir e vender livremente, desde que pudesse ser localizado, individualizado e responsabilizado juridicamente por seus atos quando estes constituíssem algum abuso. A explicitação de local, data e nome do editor era, e ainda é, uma forma de tornar visível o autor de um texto que se desviasse do que a norma jurídica prescrevia. Em resumo, podia-se dizer tudo, desde que não se dissessem certas ‘idéias abusivas’.

¹⁵ Após a revolução do Porto, em 1820, Portugal instaura uma Assembléa Constituinte que formula as Bases da Constituição Portuguesa. As Bases estabeleciam que a liberdade de imprensa, desde que não perturbasse a ordem pública, deveria ser resguardada pela Constituição.

Esses abusos ou delitos que pudessem vir a ser cometidos pela imprensa eram previstos e catalogados em quatro grupos, conforme se pode ler no artigo oitavo:

1º - contra a religião católica romana;

2º - contra o Estado;

3º - contra os bons costumes;

4º - contra os particulares."

Neste artigo de lei pode-se visualizar melhor o que se constrói no século XIX. Trata-se de uma conformação jornalística dupla: os jornais devem defender o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades; os jornais não podem divulgar nada contra esses pilares do capitalismo ocidental.

Outro ponto a ser destacado é que a partir da promulgação da lei não cabia mais somente à Igreja ou ao Estado vigiar e punir. O controle passou a ser encargo de qualquer cidadão, já que qualquer um podia formular denúncias a juizes de Direito para que estes, encaminhando um processo judicial, pudessem finalmente dar um veredito, declarando o réu inocente ou culpado. Nessa situação, os jornais podem exercer sua 'liberdade'. Como se pode notar, o sentido da vigilância e da delação, uma vez legalizados pelo poder jurídico, passam por um processo de naturalização ao longo do século. E mais, tornou-se 'natural' vigiar tudo o que fosse dito / escrito contra a Igreja, o Estado, a Moral e a Propriedade.

Se tal era a situação em Portugal, no Brasil -- colonial ou imperial ou republicano -- encontramos a reprodução deste processo. Com alguns agravantes.

Durante todo o período colonial, a inexistência de tipografias em função de sucessivas ordens reais¹⁶, aliada à proibição da entrada de livros e jornais estrangeiros, manteve o país na obscuridade. Leitura e escrita eram atividades restritas aos círculos da elite nobre e religiosa. É apenas no início do século XIX que surge a atividade impressora no Brasil.

Com a vinda de D. João VI em 1808, é por força de um decreto real que a impressão régia inicia suas atividades lançando um periódico intitulado *A gazeta do Rio Janeiro*, cujo objetivo era registrar o que se passava em Portugal. Nesse gesto de fundação da imprensa no Brasil, depreende-se o que virá a ser a marca registrada da maioria dos jornais brasileiros até bem recentemente: a submissão ao poder vigente bem como a preocupação em atender às idéias e interesses do dono¹⁷. Assim, no processo de formação da imprensa brasileira, a censura sempre atuou da mesma forma ou com a mesma intensidade fosse através de mesas censórias, fosse através de leis. No período de permanência de D. João VI, por exemplo, outros jornais foram lançados, quase todos subvencionados pelo governo e empenhados na tarefa de combater idéias contrárias aos interesses portugueses.

Com a independência, surge a primeira lei brasileira de imprensa, uma réplica da lei portuguesa promulgada na mesma época. À semelhança de Portugal, portanto, em 1824, todo cidadão podia imprimir e vender seus folhetos, livros e periódicos, desde que pudesse ser responsabilizado e condenado juridicamente por seus atos quando estes representassem algum abuso contra a religião católica, o Governo Representativo Monárquico Constitucional, incitassem o povo à desobediência civil ou, ainda, caluniassem particulares. Vale a pena citar o décimo artigo desta lei:

Quem abusar da liberdade de imprensa contra a moral cristã ou bons costumes, será condenado em seis meses de prisão e multa de 50\$000.

¹⁶ No século XVIII, por exemplo, duas tipografias, uma em Recife e a outra no Rio de Janeiro, obtiveram autorização dos respectivos governadores locais para entrar em funcionamento. No entanto, pouco duraram, sendo fechadas por força de Ordens Régias.

¹⁷ Em Mariani, 1993, pode-se ler uma discussão sobre a implantação da imprensa no Brasil. No que se refere à última afirmação do parágrafo, há várias obras dedicadas ao assunto. Citamos, a título de exemplificação de obra recente, F. de Moraes, com *Cható, o rei do Brasil*.

Alguns anos mais tarde, D. Pedro anuncia a aprovação de outra legislação sobre a imprensa. A nova lei, que durou apenas três meses, sendo substituída pelo Código Criminal do Império, estreitava ainda mais o paradoxo da liberdade de imprensa. Fazendo vigorar a idéia de liberdade com responsabilidade, em que as responsabilidades aumentavam proporcionalmente à lista de abusos ou tipos de crimes passíveis de serem praticados contra o governo. É o que podemos ler no inciso quarto do artigo 179:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.

Data desta época o surgimento dos pasquins, jornais de resistência, sem periodicidade regular, anônimos, compostos por um único artigo e que atacavam, de modo sarcástico, a política imperial.

Tal prática política que produz, censura e assessora jornais pequenos, de caráter doutrinário, persiste até a terceira década do século XX, quando então passa a vigorar a chamada 'imprensa empresarial' (Sodré, 1977). Essa mudança, no entanto, não acarreta o fim da doutrinação política feita através dos jornais: trata-se mais de uma mudança nas instâncias de poder e na forma de construção da notícia jornalística, resultado, como já mencionamos, da entrada em vigor de sucessivas leis de imprensa.

Seja no Brasil, seja em Portugal, do nosso ponto de vista, afirma-se no século XIX uma 'identidade' para a imprensa enquanto instituição organizada a partir da formulação deste discurso jurídico que regulamenta o modo como deve ocorrer a textualização dos acontecimentos: pelo impedimento de se dizer qualquer coisa contra a ideologia ocidental cristã.¹⁸

¹⁸ - Partindo de uma cronologia, N. Traquina (1990) destaca dois momentos cruciais na constituição do que ele chama de 'mitologia' em torno da informação. No final do século XIX, com o positivismo, afirma-se de vez a separação entre fatos e opiniões no discurso jornalístico. Este, à semelhança de uma máquina fotográfica, deveria espelhar, ou pelo menos tentar, reproduzir fielmente o real. Já nos anos 20/30 do século XX, entra em cena o conceito de objetividade, reforçando "uma ideologia da fé nos fatos". É o período empresarial e de surgimento das técnicas do *lead*: a partir da manipulação adequada dos 5 W (who? what? where? why? when?) e 1 H (how?) qualquer fato pode ser descritos na

O discurso jurídico, deste modo, impõe uma grande divisão ao postular o que pode ser dito, e, conseqüentemente, tornar-se material de memória. O discurso jornalístico, atuando no interior desta divisão, não apenas reforça e faz circular os sentidos permitidos pela lei, como também promove a fixação de uma memória da ordem ocidental cristã, na qual vigora uma “delimitação evidente e universal do que é o mal, do que não se coaduna com a essência humana.” (Badiou, 1995:21). Voltaremos a esta questão mais adiante.

Outro aspecto dessa relação entre o discurso jurídico e sua força na constituição do discurso jornalístico vincula-se ao fato de que este último incorpora o texto da lei, ‘torcendo’ o sentido impositivo ali colocado: a imagem que a instituição jornalística produz de si mesma é a da isenção, fruto da necessidade de preservar a ética. Com isso ela se acredita estar informando, embora o fato de agir dentro da lei nada mais seja do que manter-se ajustada ao modelo de sujeito então predominante.

Em outras palavras, a instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo previamente assegurada. O ‘esquecer’, aqui, é justamente o resultado da atuação da memória histórica da formação do tipo discurso jornalístico. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos.

Por outro lado, essa imagem também é evocada quando convém ao discurso jornalístico ‘protestar’ por sua inocência. Referimo-nos, aqui, às situações em que os jornais alegam ter dado uma determinada notícia porque estão ligados com a ‘verdade’. Trata-se, neste caso, de um movimento de resistência: ao se pronunciar deste modo, a imprensa está jogando no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer / relatar o que lhe interessa. No entanto, como não podemos esquecer que os jornais funcionam construindo um “modelo de comprensión de la realidad” (Rodrigo, 1991), instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que o dominam, devemos ter claro

forma de uma notícia objetiva. Em outras palavras, essas técnicas jornalísticas representam uma forma de se evitar o ‘desvio’ opinativo. Do meu ponto de vista, as considerações de Traquina ajudam a

que, ao alegar seu compromisso com a 'verdade', a imprensa finge não contribuir na construção das evidências (ou mesmo, do sentido literal), atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Daí seu caráter ideológico, e não um pretense compromisso com a verdade.

Lembrando Foucault, "a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem..." (1984:12). A verdade, então, nada mais é do que uma direção de sentido (ou uma certa interpretação), datado historicamente, que se impõe como literal. E é como discurso dessa verdade, ligado, portanto, a instâncias de poder, produzindo determinados sentidos para os acontecimentos, com um modo de funcionamento específico e com mecanismos enunciativos próprios, que o discurso jornalístico constrói sua identidade, leva a crer na literalidade de seus relatos e contribui na disseminação de certas interpretações.

Ressaltamos que, neste processo de construção de uma identidade do discurso jornalístico, a questão da visibilidade decorrente da imposição jurídica é fundamental. Fundamental não só porque incide sobre a a instituição, isolando-a, mas também porque a obriga a partilhar da ideologia da 'transparência' ao 'manusear' a língua e ao relatar os acontecimentos. E a transparência, neste caso, é a necessidade de sua adequação à ordem da moral, da religião cristã, etc.

Do nosso ponto de vista, e mais uma vez, a partir das posições de Pêcheux, a imposição simbólica efetivada pelo poder legal assegurou (e assegura) materialmente os sentidos produzidos pela imprensa ao relatar os fatos¹⁹. Por isso entendemos que noticiar, no discurso jornalístico, é tornar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determinar um sentido, cujo modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder vigentes e predominantes.

exemplificar minha proposta de leitura do modo como o discurso jornalístico se institucionalizou e construiu em torno de si o mito da informatividade.

¹⁹ - Como não há ritual sem falhas, lembramos aqui que as charges e caricaturas correspondem a um lugar privilegiado que de dentro do discurso jornalístico faz deslizar os sentidos. Nas charges e caricaturas encontram-se muitas vezes os movimentos de resistência à linha editorial de um jornal, contribuindo, deste modo, na ilusão de imparcialidade ou, como nos sugeriu, em conversa informal Teixeira, na construção de um 'perfil' democrático do jornal.

Retomando o jogo das formações imaginárias esboçado anteriormente (cf. primeira parte, capítulo 4) podemos agora responder às “questões implícitas cujas ‘respostas’ subentendem a formação imaginária correspondente” dizendo:

1- que a formação imaginária que constrói / sustenta a identidade do discurso jornalístico -- com a variedade de modelos de jornal, engajados mais à esquerda ou à direita, e, portanto, adequados aos diferentes grupos de leitores -- é a que o remete para o ideário da defesa dos direitos do homem, tal como está previsto no discurso jurídico que constitui as normas da imprensa;

2- que a formação imaginária do campo dos leitores -- suposta na questão “Quem é ele para que eu (discurso jornalístico) lhe fale assim?” -- apesar das suas inúmeras segmentações em termos de classe, faixa etária e sexo, fatores que em parte são responsáveis pela diversidade do campo mediático, é basicamente a mesma do discurso jornalístico, ou seja, especularmente, encontramos os mesmos fantasmas habitando os dois campos;

3- que jornais de referência e leitores partilham um ponto de vista semelhante com relação ao objeto discursivo ‘comunismo’: as perguntas “De que lhe falo assim” e “De que ele me fala assim?” supõem uma identidade do sujeito de direito, manifestando como resposta uma recusa ao que possa escapar desse processo identitário.

Vemos que os dois componentes da interlocução jornalística se encontram sob a influência do todo complexo dominante das FDs, mantendo uma espécie de relação especular em termos dos sentidos produzidos.

Um outro modo de se pensar esta questão é entender que ambos, leitores e jornais, se situam no campo do Mesmo, qual seja, o da afirmação da memória de uma Moral, da Propriedade e da Cristandade.

Incorporando ainda mais um pouco as reflexões de Badiou como referência, podemos dizer que o campo do Mesmo, ie, aquilo que identifica leitores e jornais está marcado por uma moralidade que se apresenta como “ética dos direitos do Homem”, ie, uma

*legislação consensual referente aos
homens em geral, suas necessidades, sua
vida e sua morte. Ou ainda: delimitação*

evidente e universal do que é o mal, do que não se coaduna com a essência humana (1995:21. Grifo nosso).

Assim, entendemos que o discurso jornalístico, em seu relato cotidiano, se encontra atravessado por uma memória desses Direitos Humanos, por um já-dito sobre o Bem que se constitui em um já-ouvido no campo dos leitores, o que engendra um efeito de reconhecimento, ou consenso intersubjetivo, como apontamos mais acima. Estar no campo do Mesmo é estar partilhando, simbolicamente, os valores do Bem. Ou melhor, é considerar 'evidentes' e 'naturais' os sentidos que se alinham na sustentação / legitimidade do sujeito de direito ou dessa ética dos direitos do homem. Como diz Badiou

"... o que a ética legítima é na realidade a conservação, pelo pretense 'Ocidente', daquilo que ele possui. Baseada nessa posse (posse material, mas também posse de seu ser), a ética determina o Mal como aquilo que, de uma certa maneira, não é com o que ela goza." (op.cit., p. 28, grifos nossos).

É possível, agora, compreender que há um consenso instaurado sócio-historicamente sobre o que é o Mal. Creio ser possível dizer, em termos discursivos, que se trata -- o Bem / campo do Mesmo e o Mal / campo do Outro²⁰ -- de dois sentidos estabilizados e em circulação, ambos capazes de promover a identificação *a priori*, em função do efeito de reconhecimento, das situações em que os homens de bem estão sendo respeitados ou aquelas em que eles podem vir a ser atingidos em seus direitos de posse.

Badiou apresenta quatro pressupostos que fundamentam o consenso em torno dessa ética dos Direitos Humanos, pressupostos esses que traduzem a diferença

²⁰- Orlandi (1996a) propõe uma distinção entre **Outro** - enquanto manifestação do Interdiscurso -- e **outro**, representando o a quem ou de quem se fala efetivo ou virtual. Essa distinção, tendo em vista nossos objetivos, se mostra bastante produtiva, pois a identidade jornais / leitores, que se constrói na relação com o **Outro** encarna nos comunistas o **outro** necessário a sua existência. Neste sentido, quando utilizamos **Mesmo**, referimo-nos à Instituição jornalística. Como estamos pressupondo também a diversidade constitutiva da Instituição, pensamos que os diferentes jornais, com suas especificidades nas diferentes épocas, são os múltiplos 'mesmos' que se representam na formação imaginária que domina a Imprensa

radical entre o campo do Mesmo (a permanência do Bem) e o campo do Outro (imagem de qualquer possível ameaça, o Mal) . Vejamos, então, como se representa esse campo do Mesmo:

1- Supõe-se um sujeito humano geral tal que o que lhe sucede de mau seja identificável universalmente (...), de modo que esse sujeito é ao mesmo tempo um sujeito passivo, ou patético, ou reflexivo: aquele que sofre; e um sujeito de julgamento, ou ativo, ou determinante: aquele que, identificando o sofrimento, sabe que é preciso fazê-lo cessar por todos os meios disponíveis.

2- A política é subordinada à ética, do único ponto de vista que verdadeiramente importa nessa visão das coisas: o julgamento, compassivo e indignado, do espectador das circunstâncias.

3- O Mal é aquilo a partir do que se dispõe o Bem, não o inverso.

4- Os 'direitos humanos' são os direitos ao não-Mal: não ser ofendido ou maltratado em sua vida (...). (op.cit. p. 23).

Mas só podemos pensar no campo do Mesmo, na afirmação da identidade da instituição imprensa, se considerarmos que ela se constitui relativamente a um Outro. No nosso entender, o discurso jornalístico está permanentemente evocando um modelo imaginário de sociedade e de sujeito de direito -- passível de ser punido conforme uma Lei dos Direitos Humanos (ou do Direito Divino, aspecto central do período medieval) -- contrapondo-o a qualquer acontecimento que possa desestabilizar tal modelo.

Assim, se na instituição jornalística em função de sua constituição histórica, se espelha a imagem do sujeito de direito, ou melhor, um compromisso com a defesa do Bem, é de se esperar que se encontre a impossibilidade de uma absorção do dizer do outro.

Em termos discursivos isto quer dizer que há sempre uma re-inscrição de elementos do interdiscurso do Mesmo nas diferentes variedades de discurso

jornalístico ao mesmo tempo em que se produz uma recusa sistemática do Outro. Mas a memória desses dizeres está camuflada enquanto tal nas formações discursivas que constituem em cada época histórica. Dizemos 'camuflada' porque ela aparece como 'natural', ie, própria da natureza humana. Há um apagamento do processo histórico de constituição desses sentidos.

De modo tensionado, os sentidos produzidos nas FDs vão sendo filiados a outros e, ao mesmo tempo, vão se modificando: a ação do interdiscurso tanto promove uma retomada como também pode instaurar diferenças na própria repetição. Não se produz qualquer sentido em qualquer período histórico. Mas um sentido *mesmo-diferente*, quando filiado ao já-lá do interdiscurso, não se constitui em um novo sentido. Como vimos, novos sentidos, propriamente falando, rompem filiações e instauram diferenças de fato. Novos sentidos, ou *outros* sentidos, são raros, e estão ligados aos acontecimentos que os produzem. Um *novo* sentido pode vir a ser absorvido pelo campo do Mesmo. Ou não.

Como o discurso jornalístico de referência atua na manutenção e / ou absorção dos sentidos no campo do Mesmo, dificilmente irá colocar em circulação sentidos que rompam com a estabilidade da 'lógica' ocidental. Ora, Marx, em todo o deslocamento que promove sobre a idéia de valor do trabalho, não teria instaurado um novo sentido? Ao demonstrar a submissão das classes trabalhadoras a esta lógica implacável dos direitos humanos, o marxismo não estaria ameaçando os sentidos 'naturalmente' incorporados ao mundo capitalista? A revolução russa, a chinesa e a cubana, dentre outras, não seriam acontecimentos / rupturas na ordem imaginária?

Se a resposta a estas nossas questões é positiva, podemos, então, afirmar que os partidos comunistas, enquanto defensores das idéias marxistas, vão ocupar esse lugar-outro, esse outro necessário à afirmação do mesmo. No campo do outro, a diferença comunista é representada como compromissada com o Mal: ela ameaça os valores cristãos, as propriedades, a ordem, os bons costumes, etc. Assim sendo, na imprensa de referência **não** pode haver espaço para os dizeres comunistas; quando muito, é possível a existência de gestos de simpatia, mas nada além disso.

O discurso jornalístico vai atender à disjunção Bem / Mal construída em torno dessa moralidade ocidental cristã, separando em dois campos antagônicos os sentidos possíveis (ou, como diz Pêcheux (1981), o sentido, o bom sentido, o sentido comum, o consenso) daquilo que não faz sentido. E o que não faz sentido, o *non-sens*, proibido e impossível é o que não está adequado à esta ética, não compõe a moralidade judaico-cristã. A questão da informação é também uma questão de Estado, que vai produzir uma política de silenciamentos e anulação das diferenças: a alteridade política ou é negada, rejeitada ou é absorvida, ie, transformada em um possível.

Em resumo, em termos do discurso jornalístico que se organiza no Rio de Janeiro sobre os comunistas desde 1922, quanto mais se nega o pensamento comunista -- o outro -- por inseri-lo no campo do Outro -- inimigo dos valores ocidentais - - mais afirma-se uma identidade brasileira no campo do Mesmo filiada ao imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, deste modo, correlacionada à con-firmação do modelo ocidental.

4. ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA E RECEPÇÃO

... a significação é histórica, não só no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. (E. Guimarães, 1995)

Tendo em vista o ponto de invariância do discurso jornalístico, qual seja, sua determinação jurídica -- que o impele a aderir à ética ocidental dos Direitos do Homem, ao mesmo tempo que o impede de colocar explícita e enfaticamente em circulação sentidos discordantes -- podemos pensar numa 'macro' enunciação específica e responsável pelo retorno do Mesmo, no domínio da memória, e pela regulação dos múltiplos mesmos, no domínio da atualidade, daquilo que não se pode / não se deve dizer sobre os comunistas. Mas tal 'macro' enunciação não impossibilita que os jornais transitem com suas diferenças enunciativas, considerando-se tanto suas singularidades em termos de simpatias políticas como aquelas resultantes de contratos com o público leitor.

Quando trazemos a expressão 'enunciação jornalística', estamos tentando dar conta dos efeitos do juridismo sempre presentes no modo próprio de cada jornal enunciar sobre os comunistas e que, apesar das diferenças, marca-se por um processo de semantização negativo. Portanto, não estamos considerando um dizer jornalístico mais referencial e objetivo que trairia as marcas do enunciador, mas sim que estar na posição enunciativa jornalística supõe a entrada em um ritual discursivo já marcado jurídica e historicamente pela defesa do ideário do sujeito de direito. E este não é um processo consciente. Com o intuito de melhor explicitar o que estamos pensando,

vamos fazer uma breve retomada de algumas questões pertinentes ao conceito de enunciação.

Tradicionalmente, o termo 'enunciação', opondo-se a 'enunciado', caracteriza o processo através do qual um falante coloca sua língua em funcionamento.

Na acepção de Benveniste (1988), a enunciação representa o gesto do locutor em se apropriar da língua, fazê-la entrar em funcionamento e, assim, constituir-se como sujeito. "É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito", diz o autor, que acrescenta: "A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*." Simetricamente, ao dizer 'eu' o locutor institui um 'tu', que por sua vez irá 'eu', e assim sucessivamente. Este locutor de Benveniste, um "ego" que diz "ego".²¹

Distinguindo 'história' e 'discurso', Benveniste distingue a objetividade da subjetividade. Ao primeiro conceito, Benveniste atribui o domínio da terceira pessoa, o espaço privilegiado da referencialidade, enquanto que, no segundo, contrapondo-se, vigoram o 'eu' e o 'tu' e também a terceira pessoa. Assim, no relato histórico, as marcas da enunciação subjetiva não aparecem, pois é vedado ao locutor enunciar-se na primeira pessoa. Na hipótese benvenistiana, tal distinção se sustenta porque na história "os acontecimentos parecem contar a si mesmos" (id. ibid), enquanto que no discurso é necessário um "ego" para desencadear o processo de subjetivização na língua.

Se, por um lado, as reflexões de Benveniste produziram uma reviravolta nos estudos lingüísticos, já que re-introduziram o locutor no estudo da língua, deslocando, deste modo, a noção usual de comunicação verbal, por outro, essas mesmas reflexões não deram espaço para que se pensasse em um 'eu' enunciativo histórico, assujeitado às formas sócio-institucionais de dizer. Deste modo, a significação em Benveniste fica reduzida ao vínculo que o "ego discursivo" estabelece com a língua, ou ao "ele" do mundo externo.

²¹ E esta é uma dimensão em relação à qual a AD se posiciona criticamente, pois na noção de 'ego' se inscreve a idéia de um sujeito uno e homogêneo, dotado de intenções e livre vontade de escolha.

Não é à toa, portanto, que se percebe uma afinidade maior com a filosofia da linguagem ordinária. O autor, em seus comentários sobre Austin, afirma que os lingüistas poderão se beneficiar bastante das reflexões dos filósofos da escola de Oxford. Aliás, ao abordar o tema da linguagem como ação, ele mostra como já havia 'intuído' a presença da performatividade na enunciação lingüística²²: a performatividade seria um dos sintomas da existência da subjetividade na linguagem.

A performatividade, do ponto de vista de Benveniste, aponta para a importância enunciativa do 'quem fala'. Já sabemos que, na ótica apresentada, esse 'quem' se refere a um indivíduo localizável em termos sociológicos e psicológicos. No entanto, em termos discursivos, o que de fato caracteriza a performatividade não pode ser a subjetividade genérica de um 'ego' indiviso, senhor de sua língua e com uma ascendência previsível sobre seu interlocutor. É a imagem do lugar social, ou melhor, a posição enunciativa ocupada pelo sujeito que integra o processo de produção dos sentidos e, em consequência, atua na performatividade enunciativa. Por outro lado, é necessário que o pólo receptivo esteja partilhando a mesma FD do enunciador para que a performatividade produza resultados. E por resultados, no discurso jornalístico, entendemos a formação do consenso.

No devir dos estudos sobre a enunciação, vamos encontrar em Ducrot uma virada teórica. Partindo das questões colocadas por Benveniste e, também, criticando e transformando aquelas apresentadas por Austin sobre os atos ilocucionários, Ducrot propõe um tipo de semântica enunciativa que considera os implícitos constitutivos das situações dialógicas e que vai postular uma concepção de "relações intersubjetivas" pautadas na forma de atos jurídicos.

Para Ducrot (1977), o implícito (ou o não-dito, em termos amplos) é um ato de linguagem específico: o interlocutor é conduzido a considerá-lo no prosseguimento do diálogo porque existe uma superposição do implícito sobre o explícito, ou "significação literal". São dois os tipos de procedimentos de implicitação: 1) do

²² Após descrever a oposição estabelecida por Austin entre os enunciados constativos e os performativos, diz Benveniste: "Ao descrever, há alguns anos, as formas subjetivas da enunciação lingüística, indicávamos sumariamente a diferença entre *eu juro*, que é um ato, e *ele jura*, que não passa de uma informação. Os termos *performativo* e *constativo* não apareciam ainda, mas era essa apesar de tudo a substância da definição" (idem, p. 298).

enunciado, quando "o implícito é assinalado por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas", cuja "existência é indiscutível"; e 2) o implícito fundado na enunciação, modalidade chamada pelo autor de "subentendidos do discurso" (*op.cit.*, p. 15 a 19).

Além destas formas do implícito, Ducrot propõe uma outra abordagem da noção de pressuposição²³ ao considerar o pressuposto como um ato de fala particular. O ato de pressupor organiza, no momento da enunciação, uma direção para o discurso, direção esta que é partilhada pelos interlocutores, embora seja um modo do locutor instituir tal direção ao seu destinatário.

A partir das considerações feitas pelo autor, entende-se que a pressuposição é um ato com valor ilocucionário, ie, jurídico: nos termos de Ducrot, é o ato através do qual o locutor organiza previamente as linhas que organizam a interlocução.

Assim, se levarmos em consideração o fenômeno da pressuposição, e se o definirmos, à nossa maneira, como um poder jurídico dado ao locutor sobre o destinatário, será então preciso admitir que a ação dos interlocutores uns sobre os outros não é efeito acidental da fala, mas está prevista na própria organização da língua. Esta será, portanto, bem mais do que um simples instrumento para comunicar informações: comportará, inscrito na sintaxe e no léxico, todo um código de relações humanas. (Ducrot, op. cit., p. 108).

Os pressupostos são usados, em sua maioria, com objetivos perlocucionários, afinal, o interesse do locutor é, aprisionando o interlocutor nas malhas de seu discurso, convencê-lo de sua argumentação. Assim, organizam-se os limites do diálogo; impõe-se, deste modo, uma ideologia, pois os pressupostos são dados como evidências.

O mais relevante, na proposta de Ducrot é que esse jogo de ações e reações linguísticas não é acidental, ao contrário,

a ação dos interlocutores uns sobre os outros (...) está prevista na própria organização da língua. Esta será,

²³ Como o próprio autor diz, fazendo o histórico da noção de pressuposição, outras abordagens tratam o fenômeno da pressuposição de modo bastante restritivo.

portanto, bem mais do que um simples instrumento para comunicar informações: comportará, inscrito na sintaxe e no léxico, todo um código de relações humanas (idem, p. 108).

As concepções habituais de língua (como expressão de pensamento e/ou como instrumento de comunicação) são assim totalmente rejeitadas: considerando os pressupostos e definindo-os enquanto um poder jurídico organizador da dialogia, Ducrot além de confirmar o entendimento da língua(gem) como ação social, compreendida nas relações intersubjetivas, inscreve no interior do 'sistema lingüístico' essas mesmas relações intersubjetivas. No entanto, seu ponto de vista sobre a enunciação permanece preso a duas questões problemáticas quando se pensa discursivamente: a significação literal e a concepção de um locutor uno e onipotente em seu uso lingüístico.

Independentemente das objeções que fizemos a Benveniste ou a Ducrot, nosso problema-chave ainda continua o mesmo: como fazer trabalhar um conceito de enunciação vinculado ao discurso institucionalizado? E mais, como articular um conceito de enunciação institucional com o discurso jornalístico de referência sem anular a diversidade que o constitui? Tal tarefa se torna possível na medida em que se possa vincular a enunciação mais à posição enunciativa e menos à figura do sujeito enunciador²⁴.

Desenvolvendo criticamente algumas posições da semântica da enunciação, e incorporando, para tanto, reflexões da AD, Guimarães (1989) busca um conceito de enunciação que tenha uma dimensão sócio-histórica: do seu ponto de vista, o ato de enunciar tem uma determinação social. Por esse motivo, ele reorganiza as

²⁴ - Quando observamos pesquisas em AD que mobilizam a enunciação, percebemos que estas direta ou indiretamente mantêm essa ligação. As análises incidem, em geral, sobre o funcionamento lingüístico da prática discursiva de um (ou mais) sujeito(s) enunciador(es), buscando evidenciar seja o processo de assujeitamento resultante da identificação do enunciador com a forma-sujeito das FD, seja as situações de ruptura com os rituais enunciativos. Tal é o caso de Courtine. Este autor, comentando Foucault, evidencia que a oposição enunciado vs enunciação permite pensar o discurso enquanto "variação e unicidade, coerência e dispersão, repetição e variação." No entanto, permanece preso à figura do sujeito enunciador, como podemos ler a seguir: "se a noção de enunciação utilizada por Foucault está próxima daquela de que se serve a AD (atividade de produção de um discurso por um sujeito enunciador em

proposições de Benveniste, Foucault e Ducrot, mantendo apenas alguns aspectos considerados relevantes e criticando outros que estreitam a questão. Esquemáticamente, podemos dizer que o gesto de apropriação da língua pelo locutor, o caráter de irrepetibilidade e o acontecimento histórico decorrente do surgimento de um enunciado são os aspectos da enunciação apresentados por Guimarães. No entanto, estas características são criticáveis à medida que supõem uma noção de história que, nos três autores citados, é formulada numa perspectiva temporal, cronológica.

Afirma Guimarães, então, que, para sair de tal perspectiva e para considerar de fato "no próprio conceito de enunciação as condições sócio-históricas próprias deste acontecimento" (*op.cit.* p. 73), "um diálogo" com a análise do discurso torna-se necessário, afinal, práticas de linguagem e práticas históricas constituem-se mutuamente.

No diálogo proposto, encontramos a semântica da enunciação 'experimentando' o campo discursivo, retirando dele uma forma de pensar a linguagem em sua historicidade. Com o objetivo de chegar à enunciação, o autor parte, inicialmente, para a caracterização de enunciado e de língua.

Por enunciado entende-se uma unidade do discurso, ie,

um elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com (...) posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala.(idem, p. 73).

Um enunciado nunca está sozinho, sua existência supõe outros com os quais ele esteja relacionado.

Só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. (Guimarães, idem, p. 74).

uma situação de enunciação), o enunciado se encontra, por outro lado, ligado à noção de repetição" (Courtine, 1981:45).

Os enunciados, portanto, surgem na relação com as práticas sócio-históricas. Não se trata de um indivíduo isolado usando a língua, inventando enunciados antes inexistentes. É na historicidade, ie, na história enquanto modo de produzir sentidos, que se dá o aparecimento de um (ou vários) enunciado(s) constituindo o acontecimento sócio-histórico. Dai o seu aspecto de repetibilidade, sua característica de atuar em nível interdiscursivo. E isso não é transparente para o sujeito²⁵.

É dentro deste quadro de considerações que Guimarães irá definir enunciação como

um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento. (Guimarães, 1995:70).

Ao conceito de enunciação, enquanto um acontecimento de linguagem, incorpora-se tanto sua relação com o interdiscurso (e não mais a idéia de 'situação') como uma característica de dispersão (expressando, assim, uma recusa da idéia de 'homogeneidade'). A enunciação é sobretudo relativa, agora, à posição-sujeito, e seu produto, os enunciados, se encontram perpassados por memória e atualidade. O sujeito entra no processo, sendo constituído e interpelado, em suma, sendo afetado pelo interdiscurso.

Ora, esta relação com a memória do dizer representa a retomada de sentidos produzidos em outras formações discursivas na forma de reatualização de enunciados que preexistem ao momento de enunciação. Ao mesmo tempo, na retomada pode (ou não) haver um deslocamento de sentidos. Assim, na repetição de um mesmo

²⁵ - Courtine (1981:45), retomando Foucault, relaciona *enunciado* ao nível interdiscursivo, ie, à dimensão de memória que atravessa e constitui a materialidade das formulações que, como já mencionamos, se situam no nível intradiscursivo.

enunciado pode-se inaugurar a produção de um outro sentido. Para nosso trabalho, neste ponto, é interessante mais uma vez retornar Guimarães:

Esta relação de interdiscursividade mobiliza, inescapavelmente, a relação entre textos diferentes, ou seja, mobiliza a intertextualidade. Esta relação é aquela que nos dá o lugar da historicidade específica da enunciação. Ou seja, a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os” (1995:68, grifo nosso).

Essa é a trama infundável: a remissão das enunciações entre si, configurando-se na forma de palavras, enunciados e textos, permite que se vislumbre a materialidade dos sentidos em sua historicidade.

Nesse modo de tratar a enunciação, a figura do sujeito enunciador desliza para um fundo de cena, ou seja, o foco do processo passa a incidir sobre a “relação entre textos diferentes” e já enunciados. Assim, a preocupação incide menos sobre as diferentes posições enunciativas de um sujeito enunciador e mais sobre a materialidade textual, afetada pelo histórico-ideológico, com que os sentidos produzidos se tornam visíveis.

Este ponto de vista para nós é relevante na medida em que a imprensa representa um discurso institucional específico, o qual busca, por todos os meios, apagar os muitos enunciadores que encerra. Principalmente nos dias de hoje, o texto final do discurso jornalístico congrega, simultaneamente, 1) o apagamento das posições enunciativas dos ‘sujeitos-jornalistas’ e 2) a unificação do conjunto de vozes que interfere no resultado textual final.

A prática jornalística é heterogênea durante seu processo de produção, mas resulta em uma enunciação homogeneizada quanto ao produto final.

Assim, em termos institucionais, a enunciação se concretiza conforme a ordem do discurso a que está vinculada, materializando determinados sentidos, mas sempre assujeitada ao já-lá do interdiscurso institucional e não apenas à forma-sujeito de uma formação discursiva. A enunciação jornalística, em sua dimensão institucional, portanto, está sujeita “ao conjunto de procedimentos internos e externos de seleção e

exclusão que determinam as condições de possibilidade e circulação dos discursos, entendidos como práticas de significação”(Foucault, 1971).

Porém, na reatualização de enunciados, a enunciação do ‘Mesmo’ pode vir a representar uma singularidade sócio-histórica e, ao mesmo tempo, a possibilidade de variação dentro da produção dos ‘mesmos’ sentidos. Isso é decorrência da injunção à enunciação institucional. Ou melhor, se a enunciação jornalística se caracteriza, como pensamos, pela homogeneidade, apesar da diversidade de vozes que a constitui, e tal homogeneidade decorre de seu caráter institucional, o qual determina um vínculo estreito com a defesa dos valores ocidentais, então o que pode sustentar a produção dos ‘mesmos sentidos’ é a recorrência de um processo parafrástico intertextual.

Firma-se, assim, um ‘contrato imaginário’²⁶ implicitamente estabelecido com o leitor: este, com mais ou menos crítica, permanece na ilusão de receber informações e é em vista disso que escolhe seu ‘jornal predileto’; os outros não mereceriam confiança. Trata-se de um processo que, do ponto de vista discursivo, resulta da inserção jornal / assuntos / leitor na rede de formações imaginárias constitutiva de sua formação social.

As expressões *comunista feroz / inimigo / desvairado* têm seu sentido colado no senso comum do que seja ‘ferocidade’, mas, principalmente, tem seu sentido determinado por aquilo que não se diz, mas que está suposto sobre os brasileiros: o mito da cordialidade.

Retomando, o ‘jornal preferido’ é aquele cujos sentidos vão ao encontro da formação discursiva do leitor. Sua capacidade de convencimento não resulta de um valor intrínseco, imanente, ou de uma enorme poder de manipulação da língua. Encontramos, neste mecanismo contratual, a espessura de sua dimensão ideológica: o discurso jornalístico envolve o sujeito-leitor em um processo interpretativo já pronto, pois, ao relacionar um acontecimento a outros, está, de fato, filiando aqueles sentidos a sentidos já existentes. Podemos dizer que esse mecanismo, nem sempre

²⁶ Véron (1991) se utiliza da noção “contrato de leitura” para “evidenciar as condições de construção da ligação que une no tempo um mídia a seus consumidores. (...) O objetivo do contrato é construir e preservar hábitos de consumo.” Preferimos utilizar a expressão ‘contrato imaginário’ no intuito de mobilizar o conceito de formações imaginárias. São elas que intervêm na construção e manutenção destes contratos, são elas, também, que contribuem na regulação das interpretações produzidas.

percebido pelo leitor comum, leva à fixação imaginária de um real em um dado momento presente. O discurso jornalístico, neste sentido, impede a percepção da multiplicidade de tempos do presente, ao se enquadrar numa forma de produção de notícias que supõe um passado museificado. Ao mesmo tempo, a força ideológica desta prática discursiva é a ilusão mantida em torno do uso de uma linguagem transparente para registrar um mundo objetivo. Os leitores, como estamos podendo ver, na relação estabelecida com o jornal, são 'aprendizes' silenciosos -- o que não quer dizer passivos -- sendo conduzidos, sem se dar conta, a permanecer em sua posição sócio-histórica, que é a posição do seu jornal de referência. E esta, como já vimos, está profundamente enraizada na ética dos direitos humanos.

Retomemos, em seu conjunto, as seqüências discursivas sobre os comunistas que iniciaram nossas indagações:

	JORNAL	ACONTECIMENTO	POSICIONAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO ²⁷
<i>Meia dúzia de sectários ferozes como os de Moscou fazem do povo um rebanho (...) Pois é com o fim de escravizar aos tiranos vermelhos o nosso Brasil.</i>	O PAIZ	REV. DE 30	CONTRÁRIO AOS COMUNISTAS
<i>Um comunista militante é um desvairado.</i>	DIÁRIO CARIOCA	REV. DE 30	CONTRÁRIO AOS COMUNISTAS
<i>Um comunista é um inimigo.</i>	JORNAL DO BRASIL	1937	SUBMETIDO A CENSURA
<i>A revolução quer as reformas dentro de um certo clima de tranqüilidade e de trabalho, de maneira que lutar por elas não implique paralisar e empobrecer o País e afinal lançá-lo ao abismo da escravização comunista."</i>	O GLOBO	GOLPE MILITAR 1964	CONTRÁRIO AOS COMUNISTAS

²⁷ Se seguimos, nesta discussão, o posicionamento dos jornais descrito por N.W.Sodrê, o fazemos para evidenciar a manutenção do Mesmo apesar das diferenças.

<i>O perigo vermelho que ainda assusta alguns militares promotores do golpe de 64 atende pelo nome de Luís Inácio Lula da Silva.</i>	JORNAL DO BRASIL	ELEIÇÕES 1989	SIMPATIZANTE, PORÉM COM CERTA IRONIA

quadro da enunciação jornalística

O quadro acima apresenta uma amostra da invariância enunciativa jornalística sobre os comunistas, qual seja, a correlação nominal mantida nos diferentes períodos históricos, por esses diferentes jornais, estabelecendo para 'comunista' um sentido sempre negativo: *sectário, feroz, tirano, desvairado, vermelho, inimigo, perigoso*. O comunista é, aqui, representado como o Outro necessário à reafirmação da positividade do campo do mesmo, que na enunciação jornalística aparece como *o nosso Brasil, ou o País*.

Podemos conectar interdiscursivamente *escravizar aos tiranos vermelhos e escravização comunista*. Neste caso, o domínio da memória se depreende na nominalização *escravização comunista*: este enunciado (dentre tantos outros que veremos ao longo da análise empreendida) retoma aquele de 1930 -- *escravizar aos tiranos vermelhos* -- o qual funciona como um pré-construído, ie, um dizer já posto para o sujeito.

Ora, *no nosso Brasil* -- dos leitores e dos jornais -- não há espaço para os comunistas porque, dentro da lógica causa-conseqüência que regula a atividade jornalística, os comunistas são *ferozes, tiranos, desvairados*, etc. E a imagem de que *nós brasileiros* somos cordiais e gentis é evocada silenciosamente no discurso que se constitui.

Há, ainda, um último ponto a ser focado na construção do objeto desta pesquisa -- o discurso jornalístico-político *sobre* os comunistas: trata-se das narrativas, do processo de narratividade e sua relação com a memória.

5. NARRATIVA, MEMÓRIA E DISCURSO JORNALÍSTICO

Contar o acontecido é nunca deixar de contar-se a si mesmo. E quando se dá muito peso à forma o que se descobre tem o efeito de uma inversão de expectativa: o contar traz dentro de si elementos do acontecer; a fábula se faz história e a linguagem se faz cultura. (C. Vogt, 1983)

Basicamente, buscamos evidenciar até o presente momento que o discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção de poder, atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem / devem pensar, organiza direções de leituras para tais assuntos. No dia a dia, o leitor comum nem sempre tem como perceber os processos de filiação dos sentidos, ie, os deslocamentos e re-alojamentos de memória, reforçando a ilusão de unidade e transparência na relação das multiplicidades do presente e das indicações do que pode vir a ser.

Encontra-se, no discurso jornalístico, uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor (e para o próprio sujeito que enuncia da posição 'jornalística') e é nesta discursivização -- um falar *sobre* de natureza institucional -- que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito.

Do nosso ponto de vista, há um elemento que atua junto à memória discursiva, institucionalizando esses dizeres possíveis: um fio que tece e conduz nos jornais o ecoar das repetições parafrásticas, impedindo o deslizar dos significantes e

/ ou as resistências históricas, misturando passado, presente e futuro. Trata-se de um processo que estamos chamando de narratividade.

Vamos, então, entrar nesse outro aspecto da discursivização *sobre* os comunistas nos jornais: o que se realiza na forma de relatos e narrativas. Para tanto, inicialmente, e para melhor conceituação narrativa e narratividade na ótica discursiva, vamos retomar o modo como a narrativa vem sendo discutida no campo dos estudos lingüísticos e não-lingüísticos.²⁸

Há, tradicionalmente, uma tipologia que separa a narração da descrição e da dissertação.²⁹ Nesta tipologia, a narrativa corresponde o ato de contar histórias, ie, fazer o relato de eventos pessoais ou históricos, reais ou ficcionais, já ocorridos relativamente ao tempo da narração.

As narrativas pessoais, em geral, são objeto da atenção de estudos lingüísticos voltados para a descrição fenômenos estruturais da língua falada ou escrita informal. Classicamente, define-se a narrativa como sendo “um método de recapitulação de experiência passada através de uma seqüência verbal de orações correspondendo a uma seqüência de eventos que (pode-se inferir) de fato ocorreram” (Labov, 1972: 359, 360). Atualmente, a definição de narrativa nesta ótica lingüística já incorpora a possibilidade da ficção, conforme se pode observar com Gülisch e Quasthoff, (1985:170): “Uma narrativa se refere a séries de ações ou eventos, reais ou ficcionais, que ocorreram em um passado relativo ao tempo de narração”. Embora não haja um consenso absoluto em torno deste conceito, dentro do campo de estudos das narrativas, diferentes métodos de abordagem vão privilegiar tanto a identificação dos elementos estruturantes (sua macro-estrutura) quanto a função comunicativa ou interativa com relação à história que está sendo contada. Em tais abordagens, o pesquisador deverá levar em consideração a forma da narrativa: Trata-se de um relato? De uma história totalmente inventada? Ou ainda, trata-se da mesma história sendo novamente narrada? Além disso, é imperativo

²⁸ No recorte que fizemos para tratar da questão das narrativas, levamos em conta as filiações teóricas que podem ser mantidas com a AD. Assim, consideramos, no campo da lingüística, os estudos da sociolingüística e da lingüística textual; no campo das teorias das formações sociais e suas transformações, selecionamos os autores que discutem o papel das narrativas na história do ocidente.

²⁹ Conforme Orlandi, em seu artigo sobre as tipologias discursivas (*op. cit.*).

observar e descrever a situação em que a narrativa foi produzida, considerando-se, para tanto, dados sobre o contexto interacional bem como a função sociolinguística do relato em questão.

Do ponto de vista das pesquisas variacionistas (Labov, 1972: 362), é fundamental a identificação das orações narrativas e do nexos temporal que as liga bem como a apreensão da estrutura geral, ie, os elementos que segundo Labov organizam qualquer narrativa: a síntese, a orientação, a complicação, a avaliação, a resolução e a 'coda'. O rigor formal e o acúmulo de dados empíricos (ou seja, um conjunto significativo de narrativas efetivamente realizadas pelos falantes) exigidos pela sociolinguística são condições necessárias para o estabelecimento de comparações entre 'comportamentos verbais' relacionados a faixa etária, classe social, nível escolar e grupos étnicos.

Já para os estudos da linguística textual, conforme Gülisch e Quasthoff (*op. cit.*, p.169), há duas principais linhas de trabalho: a análise de elementos estruturais internos, tais como, tempo verbal e conectivos ou a formulação de "teorias e métodos para a análise de narrativas inteiras." Por outro lado, a influência da pragmática e da análise da conversação foi direcionando o estudo das narrativas para a compreensão de seu funcionamento como um processo interativo (aspecto reconhecido por Labov mas que não constitui objetivo para análises variacionistas), distanciando-se, desta forma, da ótica estruturalista em que o a descrição dos elementos estruturais (como os mencionados acima) restringia a observação dos processos de significação envolvidos.

Por fim, abordagens cognitivas da narrativa supõem que há um princípio organizador governando o processamento de compreensão e (re)produção da informação textual. Ainda conforme Gülisch e Quasthoff tais abordagens subdividem-se entre duas linhas de pesquisa: as que, descrevendo *schematas*, objetivam prever e explicar regularidades processuais, de um lado e, de outro, aquelas voltadas para explicação dos elementos não-linguísticos necessários para o processamento da narrativa.

Em seu conjunto, estas teorias destacam a importância de se depreender a motivação (ou a “razão de ser”) para a produção de uma narrativa. Em todas, também, é possível perceber um apego à descrição da estruturação global de um texto narrado, conforme a proposta de Labov mencionada anteriormente.

Mas em função dos objetivos fixados, tanto na linha da sociolinguística quanto nas pesquisas textuais e interativas, a dimensão simbólica³⁰ da narrativa é pouco tematizada: na análise de ‘como’ o falante produz seu relato, embora estreitamente relacionada a fatores sociais e pragmáticos, não se discute a relação da narrativa em foco com outras (do próprio narrador, ou de outros narradores, ou ainda, a influência de narrativas institucionais, etc) bem como não considera a interferência de fatores (não quantificáveis) como memória e/ou inconsciente que interferem no processo. Em suma, nem o processo simbólico das narrativas é tematizado nem o papel do narrador como elemento que, determinado por seu lugar social pode desencadear tal processo, é considerado.

Estas duas últimas observações devem ser melhor explicitadas antes de prosseguirmos nas delimitações necessárias à entrada no campo do discursivo. Trabalhar a narrativa considerando sua dimensão simbólica é, em primeira instância, pensá-la não como algo fechado em si mesmo, com fronteiras definidas, mas sim como uma prática multiforme, em contínuo processo de desenvolvimento, cujas fronteiras podem ser constantemente rearticuladas. Assim, muito mais do que ser apenas um relato de eventos (reais ou ficcionais) relativos ao passado, as narrativas, em relação ao presente, “têm o duplo e estranho poder de mudar o ver em crer e de fabricar o real com aparências” (De Certeau, *op. cit.*, p. 271). Passemos, então, para outras perspectivas de abordagens ds narrativas, aquelas preocupadas com a dimensão simbólica da prática de narrar..

Por mais que se possa analisar uma narrativa tomada isoladamente, deve-se ter presente que uma narrativa se constitui na relação com outras não narradas mas também possíveis. As abordagens linguísticas, sem dúvida, analisam esta questão

³⁰ O que estamos chamando de dimensão simbólica relaciona-se ao fato de que, do nosso ponto de vista, a prática narrativa corresponde a uma forma de trabalho ou ato socialmente simbólico em que ocorre um processo de significação.

sob diferentes ângulos: uma única narrativa feita mais de uma vez pelo mesmo falante, ou por falantes diferentes, etc. Mas reportamo-nos, aqui, à tensão entre a narrativa que, sendo contada, fica na memória, com suas variações, e aquela que talvez pudesse ter sido contada, mas não o foi por injunções históricas ou inconscientes. Esta tensão, embora silenciada, se encontra inscrita nas narrativas de fato produzidas, podendo 'transbordar' em diferentes situações: na ordem da história e do social, por exemplo, silêncios e resistências podem eclodir a qualquer momento, levando à reescritura do narrado em um processo que sai do presente em direção ao passado. Na ordem do pessoal, é o jogo dos significantes, fazendo deslizar um pelo outro, um no outro, que se trai a presença dessa relação com uma narrativa recalçada. Uma narrativa permanece devendo ser (re)contada, a outra pode cair no esquecimento.

O narrador encontra-se, nesta perspectiva, na posição daquele que, sabendo da narrativa permitida em seu grupo, pode transmitir este 'saber' para um ou mais ouvintes. Faye (1971) nos fala da estreita relação entre conhecimento e narração, tendo em vista o parentesco etimológico entre narrador e *gnarus*, aquele que sabe³¹: narrar, então, é contar algo que se sabe. Indo mais além, para o autor a função narrativa, ou recitativa, corresponde à função referencial, destacada usualmente pela lingüística como uma operação fundamental das línguas.³²

A partir da hipótese de Faye, podemos inferir que há sempre narrativa nas situações de linguagem em que algo se torna conhecido. Assim, 'assertar', 'declarar', 'descrever', 'relatar' e 'dissertar', formas de discurso em que a função referencial é priorizada possuem, também, um caráter narrativo, num sentido amplo. Por outro lado, em muitas narrativas literárias, a função emotiva se apaga em nome de uma

³¹ Em Torrinha (sd) e Ernout e Meillet pode-se depreender: Narrador < latim, *narrator*, -oris < *narrâre*, verbo denominativo do adjetivo (*gnarus*, com germinação expressiva do -r. *Gnarus*, -a, -um. adj. (que conhece, sabedor, douto, conhecido), está relacionado com *gnosco*, forma antiga do verbo *nosco*, *noscere* (conhecer), atestada pelos gramáticos e por inscrições. *Gnarus* tem como antônimo *ignarus*, -a, -um. (ignorante, aquele que desconhece), e daí também o verbo *ignotus*, -a, -um (ignoto), por exemplo.

³² "... referència é a mesma palavra para relatório (*rapport*) ou narração (*récit*) em algumas línguas latinas: *referto* na Itália, *referente* na Espanha." (*op.cit.*, p. 7).

pretensa objetividade, ou seja, o narrador deixa os personagens falando e agindo por si próprios³³.

Devemos desmistificar, portanto, as fronteiras usualmente evocadas e que separam a produção textual literária da não-literária: ambas narram, ambas referem e ambas constroem realidade. Ou seja, o que está em jogo nestas fronteiras, construídas com base nas dicotomias subjetividade vs. objetividade, conotação vs. denotação, é -- voltamos a ela! -- a presença da referência nos moldes de concepções idealistas de linguagem. Mas devemos desmistificar também a concepção de que a narrativa só refere, por isso destacamos, na argumentação de Faye, a 'denúncia' que ele faz da representação idealista de linguagem transparente subjacente à concepção de narrativa.

Contrariamente a esta concepção, e em consonância com uma visão pragmática e materialista, Faye nos diz que narrar ou tornar conhecido é agir socialmente. A marca deixada pelo narrador -- e essa marca sempre está no texto -- é mais social e histórica, tendo em vista que o narrador ao enunciar (falar sobre algo) também produz ação. "Enunciar significa produzir", diz Faye, e nesta "função ativa da narrativa", não se fala objetivamente de algo, mas se auto-engendra um processo ilusório, sem começo nem fim, da produção de verdades.

Entrar na narração ativa é se introduzir neste poder produtivo pelo qual a existência social articula os dados do mundo: poder que é o próprio trabalho, ou o núcleo que torna possível o trabalho -- este processo entre o homem e a natureza, pelo qual o homem torna possível por sua própria ação sua troca material com a natureza (...) A narrativa ou o romance não serve para nada, e ela não é jamais 'verdadeira'. Mais do que toda outra prática, ela tende a colocar a

³³ Valendo-se da proposta greimasiana de análise dos esquemas narrativos, Bouacha afirma: "O discurso narrativo caracteriza-se geralmente por uma pseudo-objetivação que tende a apagar as marcas do saber do enunciador em proveito dos atores inscritos no enunciado da narração: assim, no romance 'realista', o enunciador esforça-se por desaparecer como instância de mediação e as personagens parecem encarregar-se diretamente de seus 'desejos', suas 'decisões', suas ações, suas 'relações' com os outros. assim como da rede de circulação do saber sobre os acontecimentos, favorecendo dessa forma, no leitor, a ilusão que aquilo que lê se passa, ou se passou realmente" (1988:147).

ni, no seu paradoxo, a produção de verdade. (Faye, op. cit., p. 14).

Faye estabelece uma aproximação entre narrar/referir/conhecer e trabalhar, já que ambas são atividades inscritas na dimensão simbólica das práticas humanas e ambas são produtoras de transformações na relação do homem com a natureza e com outros homens. Ainda retomando Faye, porém desdobrando seu pensamento, é necessário relativizar a idéia do poder de quem sabe ou detém o conhecimento da narrativa. Trata-se de um poder que não é senão uma ilusão em si mesmo embora, paradoxalmente, tal ilusão permita o engendramento de efeitos de verdade. Neste poder há muito mais um investimento que o ouvinte faz no suposto poder do narrador. É muito mais uma ilusão do ouvinte imerso no jogo de imagens que transforma o que o narrador diz em verdades.

Podemos traçar neste ponto um paralelismo a relação entre o sujeito-narrador na posição discursiva do jornalismo e o leitor. Esse sujeito jornalista se investe e é investido imaginariamente pelo leitor como aquele que sabe. A posição do leitor, por sua vez, é a de quem precisa ser informado por aquele que detém o conhecimento. Essas imagens produzidas historicamente, ainda hoje se auto-entre-alimentam: o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele, leitor, é considerado incompleto.

Vindo por um caminho bem diverso, e querendo retratar a 'morte do narrador' nos tempos modernos, Benjamin (1987) também evidencia a relação entre conhecimento e narração, mas para Benjamin, o conhecimento que a narrativa transmite tem o sabor da "sabedoria".

Situando o narrar como "a faculdade de intercambiar experiências" (*op.cit.*, 198), o conhecimento que a narrativa transmite, portanto, não se reduz a um relatório informativo sobre a coisa narrada. Na perspectiva de Benjamin, o narrador "retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros" e, assim, incorpora "as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes" (*op.cit.*, p. 201). Narrativa, narrador e ouvinte, portanto, contaminam-se mutuamente, evidência do caráter dinâmico e processual do ato de narrar.

O narrador de Benjamin é sempre um ‘ex-ouvinte’ que incorpora sua própria experiência à narrativa quando vai transmiti-la.³⁴

Apontando para a comunhão narrador-narrativa, Benjamin metaforiza a relação, dizendo: “A narrativa mergulha a coisa narrada na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (*op.cit.*, p. 205). Esse é o aspecto artesanal da prática narrativa, tanto em função de seu processo de aprendizado ou lento acúmulo de experiências quanto em função da arte do narrador em dar conselhos “tecidos na substância da existência” (*op.cit.*, p. 200). O narrar se encontra, deste modo, estreitamente ligado à manutenção das tradições, ou melhor, é através das narrativas que se realiza a transmissão de práticas sócio-culturais e suas transformações.

Benjamin assinala que o advento da modernidade trouxe uma progressiva extinção da prática de narrar. Descrevendo a passagem do mundo da artesanaria para os modos de produção capitalista como uma transformação sócio-histórica que afetou a produção narrativa, Benjamin situa o surgimento do romance como um primeiro elemento capaz de suscitar a morte das narrativas. O romance, fechado em si mesmo, apresentado-se numa forma acabada e contendo “o sentido da vida” opõe-se à narrativa em seu processo infundável de reter e se transformar a cada novo narrador e ouvintes, permitindo a reorganização das tradições.

Mas é a imprensa, “um dos instrumentos mais importantes no alto capitalismo” (*op.cit.*, 202), e mais especificamente, a informação, que é vista como o principal elemento responsável pelo fim das narrativas.

Se as narrativas podiam ser ‘fabulosas’, a informação precisa ter credibilidade. Se as narrativas permitiam o acúmulo de experiências e a manutenção das tradições, a informação, ao contrário, precisa ter sempre o sabor da novidade. Se as narrativas valiam por si mesmas, a informação “necessita de uma verificação, precisa ser compreensível em si e para si” (Benjamin, *op.cit.*, p. 203). E, por fim, se

³⁴ - Dufour (*op. cit.*, p. 154), para quem “as histórias constituem, *a vraie dire*, o cimento da sociedade” porque é “entre as histórias que estão ligados entre si os indivíduos”, postula um dispositivo ternário – narro / narratário / narrador: “todo novo ato de narração da história, toda atualização da narrativa, colocará o novo narrador (o ex-narratário) na cadeia recorrente de transmissão da narrativa”.

o ouvinte de uma narrativa “é livre para interpretar a história como quiser, pois o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor” (*id., ibid*), o mesmo não ocorre com a informação, em virtude de suas explicações e de seu necessário caráter plausível³⁵. Encerrando-se em si mesma e limitando com explicações o fato narrado, a informação, nos diz Benjamin, nos deixa pobres, apesar de a “cada manhã recebermos notícias de todo o mundo.”

Embora Benjamin se mostre convicto sobre a morte do narrador e a extinção das narrativas no mundo moderno, alguns especialistas em mídia percebem um eco dessa prática de narrar ou contar sobre o ‘fabuloso’ na constituição do discurso da imprensa. Segundo Darnton (1992: 91/92), muitas matérias policiais escritas atualmente, por exemplo, apresentam semelhança com relatos, musiquinhas, livrinhos infantis e histórias de terror do início da modernidade. Já para Traquina (*As notícias*), formas literárias e modelos narrativos tradicionais muitas vezes determinam o modo jornalístico de relatar os acontecimentos.

Darnton e Traquina justificam esta interpenetração de modalidades discursivas dizendo que as determinações culturais e as convenções moldam o modo como o evento é percebido, selecionado e transformado em matéria. Darnton vai mais além, chamando a atenção para caráter inconsciente dessa repetição. Em sua autocrítica, lembrando sua época como repórter policial, afirma:

é claro que não desconfiávamos que nossa maneira de redigir notícias sobre crimes em Newark era modelada por determinações culturais, mas por outro lado não sentávamos à mesa de escrever como uma tábula rasa. Devido à nossa tendência de enxergar os fatos imediatos, ao invés dos processos de longa duração, éramos cegos ao elemento arcaico no jornalismo. Porém, nossa própria concepção sobre a ‘notícia’ resultava de antigas formas de contar histórias” (*op.cit.*, p. 94, grifo nosso).

³⁵ A ‘liberdade’ do ouvinte é ilusória... Mas entendemos que para Benjamin, nas narrativas, o aspecto ‘fabuloso’ deixa a imaginação correr solta, o mesmo não acontecendo com a informação, cuja maior preocupação é exatamente o contrário, ou seja, impedir as ambigüidades, os equívocos, etc.

Ora, já discutimos bastante a noção de memória discursiva para perceber seu funcionamento no processo descrito por Darnton. Mas queremos realçar é a interferência da prática narrativa -- como trabalho, ato socialmente simbólico³⁶ -- sobre a discursivização que a imprensa faz do cotidiano.

Vamos retomar e aprofundar estes pontos de forma a chegar ao que estamos chamando de narratividade na ordem do discurso jornalístico. Mas antes vamos apresentar alguns aspectos de Foucault em sua análise sobre a constituição e o funcionamento históricos das práticas de discursivizar o cotidiano, pois é no processo de transformação dessas práticas que, do nosso ponto de vista, se encontram as pistas dessa manutenção da prática narrativa no discurso jornalístico.

Discutindo a história da sexualidade (1985) e a vida dos homens infames (1992), Foucault evidencia como que ao longo dos séculos XVII e XVIII certas injunções político-religiosas vão submetendo os homens a intrincadas teias organizadoras das práticas do cotidiano. São vários os dispositivos de poder e saber que circulam nos aparelhos da educação, do direito e nos sistemas de prisão e hospitais, imprimindo visibilidade ao corpo social. Parte deste processo é uma “incitação ao discurso”: na passagem da ordem religiosa para a ordem jurídica, ocorre também a passagem do relato de segredos confessionais, individuais, isolados e restritos ao universo religioso, para a valorização e disseminação de relatos como forma de expressão do cotidiano³⁷.

Conforme Foucault, na ordem religiosa, a confissão obriga “o minúsculo mundo de todos os dias” a passar pelo “pelo fio da linguagem” e, ao mesmo tempo, “anula a própria confiança que deve permanecer secreta, e não deixar atrás de si nenhum traço a não ser o do arrependimento” (1992:110). E o que deve ser confessado, na ótica do Ocidente Cristão? “As mais ínfimas faltas”, o “mal”, que após ser formulado e confessado no processo ritualístico da confiança -- no qual,

³⁶ Tomamos a liberdade, aqui, de fazer uso de parte do título do livro de F. Jameson *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*.

³⁷ No caso da sexualidade, “constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia” (Foucault, 1985:26).

como nos chama a atenção Foucault, “aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala” -- se apaga no próprio segredo da confissão sem deixar vestígios “a não ser o arrependimento”³⁸.

O final do século XVII, porém, é marcado pela crescente entrada da ordem jurídica, e com ela, na sociedade disciplinar que se constitui, novos mecanismos de controle vão se impondo. A confissão cristã vai aos poucos se transformando no registro escrito de inúmeras queixas e denúncias, as quais por sua vez, vão gerando mais textos de inquéritos e interrogatórios e processos. “Agenciamento administrativo”, diz Foucault, com mecanismos infinitos de registro escrito e não mais religioso e confessional.

O poder não apenas proíbe e pune, mas também “faz agir e falar”. Se antes, todo e qualquer pecadilho devia passar pelo “fio da linguagem” no confessional, um murmúrio ininterrupto que no segredo da confissão propicia as penas e punições, constitui-se, depois, o interesse por uma discursificação do cotidiano em que todo e qualquer incidente merece ser registrado, esquadrinhado e, sobretudo, escrito. Em uma palavra, armazenado em vastos arquivos administrativos, tornando visíveis as mazelas da vida comum e servindo de base “para a constituição de novos saberes.”

O poder que se exercerá a nível da vida quotidiana (...) será constituído por uma rede fina, diferenciada, contínua, onde se disseminam as diversas instâncias da justiça, da política, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se irá formar então já não terá uma teatralidade artificial e inepta; desenvolver-se-á numa linguagem que terá a presunção da observação e da neutralidade. O banal será analisado de acordo com a grelha eficaz mas cinzenta da administração, do jornalismo e da ciência... (Foucault, 1992:122).

³⁸ Mas não podemos esquecer o outro lado do processo confessional religioso, aquele que se inscreve na visibilidade do corpo humano propriamente dito. Se a confissão corresponde a este paradoxal mecanismo que presentifica e apaga o dizer através do perdão, a liturgia dos suplicios incidia sobre o corpo dos condenados, tornando visíveis pecado e pecador.

A “grelha cinzenta”, com sua lógica implacável e sua linguagem neutra -- atrelada à “noção higiênica de informação” (Pêcheux, cfme nota à pg Z), separando o ‘normal’ do patológico conforme os critérios das disciplinas emergentes. Um novo modo político de negar o político.

Seguindo Foucault podemos dizer que o jornalismo se constitui em um dos lugares onde as narrativas, sob a ilusão de uma linguagem neutra, vão tornar visíveis as muitas experiências sociais. Ainda seguindo Foucault, podemos acrescentar que na imprensa se encontra parte de um “formigamento de escritos, citando falas e outros escritos [e, acrescentaríamos, narrativas]” (Pêcheux, 1980:15) que vão dando formato, na materialidade discursiva que se constitui, a “redes polarizadas de repetição frustrando a identidade, rupturas que tomam alhures gêneses continuadas, pontos de antagonismo que se abraçam e se abrandam para retomar mais adiante...” (Pêcheux, *ib. ibid*).

Na imprensa, então, uma questão a mais: no berço da ‘informação’, noção que discutimos bastante na segunda parte, é possível encontrar também vestígios da prática narrativa, em que o ‘fabuloso’ é ingrediente indispensável na transmissão das experiências sócio-culturais.³⁹ Mas por outro lado, o ‘fabuloso’ na narrativa jornalística perde seu caráter de fabulação. O discurso jornalístico disciplina a fabulação, ao mesmo tempo em que incorpora seus vestígios.

Esses aspectos que depreendemos da noção de narrativa, seguindo os autores citados, permitem traçar limites e direções de trabalho, como propomos a seguir.

São dois os mecanismos que queremos distinguir: a narrativa como memória e a memória como narrativa. Em ambos, o aspecto da discursivização do cotidiano. Em ambos, um caráter fabulador, de construção da trama da história. Em ambos, por fim, na materialidade textual que os constitui e torna visíveis, camadas de interpretações vão se amalgamando, dando a impressão do ‘é evidente que é assim’ da ideologia.

³⁹ Diz Foucault (*op. cit.*, p. 124): “A fábula, no verdadeiro sentido da palavra, é o que merece ser dito. Durante muito tempo, na sociedade ocidental, a vida de todos os dias só pôde ser atravessada e transfigurada pelo fabuloso(...) só então se tornava dizível.”

No discurso jornalístico, essa fabulação aparece disciplinada pela linguagem que se pretende neutra. Disciplinando a fabulação, o discurso jornalístico engessa as experiências sociais conforme uma ótica pré-determinada e ao mesmo tempo faz uma ortopedia semântica da linguagem. As narrativas sobre a Intentona Comunista em 1935, por exemplo, se parecem com outras narrativas sobre movimentos sociais de natureza revolucionária. Percebe-se que há uma memória fazendo retornar um mesmo processo de linguagem e história. O que muda são as situações enunciativas.

Nas narrativas se organiza uma estruturação 'referencial', "fabrica-se o real com aparências", ou melhor, é a experiência social se inscrevendo na língua e na história. Por isso, no gesto do narrador em contar o que sabem, já se encontra uma interpretação.

Estabelecendo uma aproximação com a AD, a partir das considerações feitas até momento, entendemos que

1) o narrar é uma prática social que se discursiviza em torno da troca de experiências sociais, podendo estar ligado ao relato de um evento;

2) a prática narrativa produz uma verdade local ao se constituir na forma de um discurso *sobre*;

3) uma narrativa nunca se encontra isolada de outras e o que as entrelaça pode ser da ordem do histórico e do inconsciente;

4) mais do que a análise de narrativas, isoladas ou em conjunto, o que está em jogo é a análise de processos narrativos;

5) as narrativas e os narradores se encontram assujeitados a processos históricos que os ultrapassam;

6) a prática de narrar, no sentido de tomar algo (cuja ocorrência já se deu) conhecido, é atravessada pela memória discursiva constitutiva do imaginário social.

7) toda narrativa é incompleta, completando-se ilusoriamente na voz de cada narrador e de cada ouvinte a cada narração.

Em termos discursivos, podemos dizer que nessa artesanaria narrativa da transmissão de sabedorias, o que é narrado é sempre o mesmo, mas é sempre diferente. Essa é uma das características das narrativas: provocando diferença na

repetição, as narrativas que possuem tradição, são as mesmas e ao mesmo tempo reorganizam-se continuamente ao serem atravessadas pela posição discursiva dos narradores que já foram ouvintes em um outro momento. É a mesma narrativa com diferenças que se repete e isso é possível em função do trabalho da memória e da própria natureza do narrar. Desta forma, o dar a conhecer, narrando, implica na textualização de sentidos a serem ou não legitimados.

Estamos chamando de **narratividade**, ou **memória como processo narrativo**, um mecanismo discursivo que atuando junto à memória possibilita a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas. a narratividade, tal como a estamos concebendo, com base na perspectiva da AD, coloca em movimento (no trabalho da memória) os agenciamentos de rituais enunciativos presentes no imaginário, permitindo o deslocamento, o retorno, a migração de cadeias de enunciados narrativos.⁴⁰ A narratividade -- e seu 'produto' os enunciados e textos narrativos -- se encontra dispersa na verticalidade do interdiscurso. Ela é apreensível, portanto, após o trabalho de análise do discursivo. No caso dessa tese, no vasto arquivo organizado em torno do discurso jornalístico-político *sobre* os comunistas é possível a depreensão de uma longa narrativa, que significa negativamente os comunistas.

No discurso jornalístico, considerando-se suas especificidades enquanto tipo discursivo, tanto se depreendem narrativas *stricto senso*, quanto é possível se depreender na 'sintaxe' de uma página, uma narrativa dispersa pelos títulos, *leads*, imagens e charges.

⁴⁰ Expressão usada por Faye no debate que encerrou o Colóquio *Matérialités discursives*, em 1980.

**TERCEIRA PARTE:
O COMUNISMO IMAGINÁRIO**

1. AS DENOMINAÇÕES

Diria que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isto se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é este confronto. Assim a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposta à diferença. (Guimarães, 1995)

A novidade do comunismo, quando começa a frequentar as páginas dos jornais precisa ser compreendida tanto pelos jornalistas como pelos leitores. Para tanto é necessário tornar tal 'novidade' visível, ou seja, denominá-la. Ora, uma análise dos nomes 'comunismo', 'comunista' e suas variações não pode ser reduzida a associação de um rótulo verbal a um estado de coisas no mundo. Também seria redutor considerar que a linguagem jornalística, por si só ou por força da vontade de um locutor onipotente, teria o poder de construir uma realidade, fazendo dos leitores vítimas passivas.

Entretanto, o fato é que o uso da palavra 'comunismo' nos jornais, ao longo dos anos, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido que, como já mencionamos, é sempre negativo. Hegemonicamente, a produção de sentidos para 'comunista' gira em torno de 'inimigo', o outro indesejável. Se o lugar de inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar o comunismo e os

comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação 'comunista', então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos.

O discurso jornalístico tem um papel importante na instauração desse processo não porque os diferentes jornais assumem posições relativamente ao comunismo e nem porque a censura, tantas vezes atuante, obrigou-os a noticiar de uma determinada forma. A parte que cabe ao discurso jornalístico é seu assujeitamento a um já dito, embora os jornais se julguem livres para informar.

Antes de aprofundarmos as reflexões que nos permitiram compreender como se instaurou esse processo discursivo, achamos importante retomar as linhas gerais da denominação do ponto de vista de Frege e de Ducrot uma vez que a análise discursiva das denominações envolve uma reflexão crítica sobre a referência e sobre a produção de sentidos. Começemos, então, com Frege.

Frege inaugura dentro da lógica a distinção entre sentido e referência e, ao mesmo tempo, encaminha suas indagações para além do domínio exclusivo dos nomes tomados isoladamente, uma vez que se propõe também a analisar sentenças assertivas completas.

Sentido e referência têm domínios distintos: o sentido de palavras e expressões (e das paráfrases destas palavras e expressões) deixa necessariamente de 'coincidir' com as coisas por elas designadas. A partir de Frege, considera-se que duas expressões linguisticamente diferentes podem ter sentidos (*sinn*) diferentes, embora tenham a mesma referência (*bedeutung*). "É pois plausível", diz Frege, "pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), *além daquilo por ele designado*, que pode ser chamado de sua *referência*, ainda o que gostaria de chamar de o *sentido* do sinal, *onde está contido o modo de apresentação do objeto*" (Frege, 1978:62, grifos nossos).

À referência corresponde a possibilidade de designar algo através da linguagem, mas com tais designações (em suas distintas maneiras de realização linguística), estão

ligados distintos sentidos. Diferencia-se, a partir de Frege, a maneira como se dá a relação de designação entre uma expressão e o objeto por ela designado.

E é a evidência da necessidade de tal distinção que um de seus famosos exemplos representa: "a estrela da manhã" e "a estrela da tarde" não são expressões linguisticamente idênticas, nem têm o mesmo sentido (*sinn*), apesar de possuírem a mesma referência (*bedeutung*). Ou, em outras palavras, as duas expressões diferentes coexistem na língua referindo / designando / nomeando o planeta Vênus, (que, aliás, é também outra expressão para o mesmo referente), mas a escolha de uma ou outra para se fazer a referência provoca alterações no modo como a significação se realiza.

Ao discutir o nome próprio 'Aristóteles', por exemplo, Frege aponta a ambigüidade nele existente, pois tanto seu significado pode ser dado através da expressão "o discípulo de Platão" como através de "o mestre de Alexandre Magno", expressão igualmente dotada de sentido para 'Aristóteles'.

Porém, o que dizer sobre os nomes próprios em si mesmos? Para Frege, eles significam e sua referência é o objeto por eles designado ou nomeado (*op. cit.*, p. 107). Mas e os nomes próprios que, como 'Ulisses', têm significado, mas apresentam uma 'referência duvidosa'? Neste ponto, a necessidade de separar, mais uma vez, sentido e referência se impõe. A preocupação com a referência, para Frege, indica uma preocupação com o valor de verdade das sentenças, situação em que se busca a referência dos seus componentes. Ora, e quais são essas situações? Trata-se, aqui, da distinção estabelecida pelo filósofo entre a "atitude de investigação científica" opondo-se ao "encanto estético de uma obra de arte" (*op. cit.*, pgs 68, 69). No primeiro caso, impõe-se saber de uma sentença se ela é verdadeira ou falsa, ie, nos termos de Frege, saber seu valor de verdade. Já no segundo, mais importante é apreciar a obra de arte como tal, o que significa estar imerso "na euforia da linguagem (...) no sentido e nas representações e sentimentos que este sentido evoca" (*id, ibid*).

Não se pode esquecer que o trabalho de Frege situa-se na Lógica e que suas considerações, utilizando as línguas naturais, servem como direção do que deve ser evitado em termos da formalização de uma linguagem científica. A relação entre referir / designar / nomear e o pensamento (ie, o sentido), bem como sua correspondência com o

'real', em termos do preenchimento das condições de verdade, como procuramos observar, não sofreu alteração substancial. Ao poético, enquanto modo de expressão por figuras de linguagem, fica reservado o espaço da imprecisão, mas isso é tolerável desde que não se trate da investigação científica.

Assim, as variações de sentido "podem ser toleradas, ainda que *devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita*" (*idem*, nota 1, p. 63 grifo nosso). Situação diferente, mas igualmente problemática, são expressões como "corpo celeste mais distante da terra" e "a série que converge menos rapidamente", cuja referência ou não tem como ser aferida de modo preciso, caso da primeira expressão, ou é inexistente, caso da segunda. Nestes casos, como afirma Frege (*idem*), "nem sempre a mesma palavra tem sempre o mesmo sentido num mesmo contexto. (...) Portanto, entender-se um sentido nunca assegura sua referência."

Outro caso problemático apresentado: expressões como "a vontade do povo", em que não é possível estabelecer "uma referência universalmente aceita." Para Frege trata-se de um "nome próprio aparente", fruto de mais uma situação de "imperfeição da linguagem" e que se presta a "abusos demagógicos". Conclui o filósofo: "Não deixa, pois, de ser importante que se elimine definitivamente a fonte destes erros, ao menos na Ciência" (*idem*, p. 76).

Antes de mencionar a reflexão fregeana sobre as sentenças assertivas, vale a pena retomar um aspecto de sua discussão usualmente pouco mencionado: a noção de *representação*. Parece-me que a distinção referência / sentido ganha uma amplitude maior com a entrada deste conceito porque nele se encontra, ainda que difusamente, uma relação com a situação de enunciação.

Diz Frege que, em muitas situações, os mesmos sentidos podem ser apreendidos por distintos indivíduos, mas não são a mesma representação, pois as representações associadas a um sinal são sempre subjetivas, ie, ligadas às intuições, emoções e lembranças. Retomando os nomes próprios, ele diz: "A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é

¹ - Voltaremos, no final deste capítulo a este ponto, longamente analisado por M. Pécheux em *Semântica e discurso* (1988).

inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido, que na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto.⁷ Mais adiante, Frege precisa seu ponto de vista, afirmando: “A representação deve ser vinculada a quem e a que época pertence.” Daí ser incerta e variada. No pensamento fregeano, o reconhecimento da existência das representações aponta então para o que deve ser evitado em termos da construção do conhecimento -- ie, deve-se evitar a subjetividade (de acordo com sua exclusão, para o campo da investigação científica, do chamado encanto estético).

Ao investigar sobre o sentido e a referência de sentenças assertivas completas, Frege aponta, inicialmente, para duas características: a sentença assertiva completa contém um pensamento objetivo² que deve ser considerado como sendo seu sentido; a referência da sentença, por sua vez, é o seu valor de verdade e a prova disto é o fato de que o valor de verdade não se altera quando parte da sentença é trocada por outra, contendo a mesma referência.

No entanto, quando se consideram as sentenças subordinadas, novas considerações devem ser feitas ao princípio de que o sentido da sentença é constituído por ela inteira e não por suas palavras e expressões tomadas isoladamente. Como prova, basta se considerar o discurso indireto, em que, na oração subordinada, a referência é um pensamento, e não um valor de verdade. O exame dos vários tipos de subordinação leva Frege inicialmente a concluir que “a sentença subordinada tem, habitualmente, como sentido, não um pensamento, mas apenas uma parte de pensamento, e conseqüentemente, nenhum valor de verdade como referência ” (Frege, *idem*, p. 81). Implicitamente, encontra-se neste ponto o conceito de pressuposição.

Este é o caso do exemplo dado por Frege: “Aquele [que descobriu a forma elípticas das órbitas planetárias] morreu na miséria.” Neste exemplo, o problema com que Frege se depara é que a oração subordinada [“que descobriu... planetárias”] não possui sentido porque é uma subordinada e tem sua referência não é um valor de verdade, mas está dependente da oração principal “Aquele que morreu na miséria”. O que a relação entre as duas orações sugere, segundo o filósofo, é que a subordinada

² A objetividade do pensamento, do ponto de vista fregeano, independe da natureza subjetiva das representações.

funciona como um pressuposto para a ilusão da existência de "Kepler" e a afirmação de algo sobre esse alguém ["aquele que"] "morreu na miséria". Ora, para Frege, essa 'ilusão' -- que faz pressupor a existência real do que está sendo designado -- resulta de problemas e imperfeições das línguas naturais. Ou seja, o pressuposto constitui algo que se pode dizer, embora não seja dito diretamente na sentença.

Na análise das sentenças, Frege coerentemente retoma sua tese inicial: as sentenças, assim como os "nomes próprios", denotam coisas, referem-se a elas, nomeando-as, designando-as, possibilitando que dessa relação se possa falar sobre seu valor de verdade.

Embora Frege tenha avançado na discussão sobre a capacidade das línguas humanas em estabelecer conexões com aquilo que lhes é exterior, várias objeções e contra-exemplos foram citados por seus sucessores. Restringindo-me ao campo das denominações e retomando, para discussão, alguns nomes atribuídos aos partidários do comunismo, certas ponderações podem ser feitas.

O que vimos até agora é que 'comunistas' e 'adeptos do credo vermelho' são expressões diferentes denominando aqueles que, politicamente, são adeptos do comunismo. Da mesma maneira, 'soldados vermelhos', 'inimigos da Pátria' e 'camarilha' também fazem referência, ou seja, tomando como base o raciocínio de Frege, são denominações que designam lingüisticamente tais indivíduos e contribuem na sua existência como objeto para o pensamento. Isso não resulta numa igualdade de significados entre as expressões, o que, de acordo com o exposto sobre a teoria fregeana, é previsível e possível. De fato, nomear 'comunistas' e nomear 'inimigos da Pátria' não significa do mesmo modo, embora ambas as expressões (em termos amplos) se refiram aos mesmos indivíduos. Além disso, ainda conforme o exposto, a utilização de uma ou outra expressão pode provocar no ouvinte representações diferentes.

Até aí, tudo bem. Mas como explicar que um conjunto tão variado de sentidos possa ter uma referência invariável? Enquanto matemático, Frege descreve e postula o que se deve evitar em uma linguagem logicamente perfeita e adequada à descrição científica. A tal linguagem atrela-se um mundo estabilizado em que a presença ou ausência de referência, bem como as ambigüidades, são fruto de um uso indevido, um

desvio tolerável apenas no campo do poético. É o que é um desvio nesta acepção? Ou melhor, do que se está desviando? No que diz respeito à lógica, o desvio está na linguagem, na sua não correspondência com o real. Frege não discute a existência de tais usos, apenas os descarta. A linguagem natural é apresentada em contraste com

uma linguagem logicamente perfeita” em que “deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe, de fato, um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência. (Frege, op. cit., p. 76, grifo nosso).

A linguagem, então, deve ser capaz de estabelecer “uma” referência, ie, *uma* designação. Mas, se como o próprio Frege admite que “estrela matutina” e “estrela da tarde” assim como “o discípulo de Platão” e “o mestre de Alexandre Magno” têm sentidos diferentes, e não se trata aqui da questão da representação, como assegurar *uma* referência? Ao que parece, a questão problemática em Frege não se encontra apenas na sua concepção de linguagem, mas também no modo como concebe o ‘real’.

Retomando os comunistas, as denominações citadas parecem significar para além delas próprias, num processo em que sentidos são retomados e sustentam um efeito de negatividade presente desde a fundação do partido no Brasil. São sentidos que se mantiveram ‘reverberando’ ao longo dos anos.

Um outro ponto pode ser abordado. O fato das expressões possuírem a ‘mesma referência’ não é suficiente para que sejam intercambiáveis em qualquer contexto. O próprio Frege (idem, p. 73), discutindo a “referência indireta”, constata que “nem sempre se pode dizer ‘Vênus’ no lugar de ‘estrela da manhã’.” Esta é a situação que se pode constatar em:

1- *Os vermelhos procuram solapar a disciplina. (JB, 03/1964)*

2- *Eles admitem até um intelectual rebelde, comunista, mas não admitem um operário no poder. (JB, 11/1989)*

Não seria possível, na seqüência discursiva 2, substituir *comunista* por *inimigo da Pátria*, embora tal substituição fosse possível em 1. Do mesmo modo, a expressão *adepto do credo vermelho*, se colocada em 2 pode provocar um certo estranhamento. E, de qualquer forma, *adepto do credo vermelho* designa determinados indivíduos ou é uma expressão que, referindo / designando, os descreve, ou melhor, os determina?

Diferentemente de Frege, no entanto, entendemos que as referências feitas não são intercambiáveis porque resultam de enunciações distintas, produzidas por distintos enunciadores, em diferentes períodos históricos. A explicação que formulamos para esta questão aponta, em primeiro lugar, para a necessidade de se sair do campo da lógica e da linguagem formal; em segundo, que para dar conta do 'fio de sentido' que sustenta o efeito negativo das expressões é preciso examiná-las no funcionamento de sentenças realmente proferidas nas diferentes situações históricas.

Voltaremos à reflexão de Frege sobre o pressuposto e a "ilusão da existência de objeto para o pensamento", aspectos importantes em se tratando da referência, mais adiante, quando introduzirmos o ponto de vista da Análise do Discurso. Antes, porém, vamos retomar Ducrot em sua discussão sobre a referência.

Ducrot (1984:419) define a relação entre a linguagem e a exterioridade afirmando:

"desde que haja um ato de fala, um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer. É esta orientação que podemos chamar 'referência', chamando 'referente' ao mundo ou ao objeto que ela pretende descrever ou transformar. (O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, a realidade, mas sim a sua realidade, ie, o que um discurso escolhe ou institui como realidade)

Do ponto de vista deste autor, as expressões referenciais que são descrições definidas (diferentemente das expressões demonstrativas e das possessivas) implicam que, numa dada situação dialógica, o ouvinte reconheça, como parte do processo de significação, a existência e a unicidade do 'referente' aludido. A função dos nomes é constituir um "universo de objetos", ou seja,

"o nome, empregado substantivamente, institui sempre, para fazer dele a moldura do diálogo, um mundo de objetos, o que equivale, segundo nossa definição de pressuposto, a dizer que ele pressupõe a realidade de um mundo deste tipo." (idem, p. 247).

Esta é a principal função das descrições definidas: fornecer "indicações existenciais", e não apenas designar objetos e indivíduos. Por outro lado, as expressões demonstrativas dirigem a atenção, apontando, indicando o objeto (cuja existência, obviamente, é exigida). Em síntese,

a descrição definida constitui um objeto que ela transforma em universo do discurso: é o que exprimimos dizendo que pressupõe esse objeto. E serve às vezes para designá-lo, isto é, para fornecer as indicações que permitem localizá-lo num mundo independente da fala, isto só se dá por intermédio de sua função constitutiva ou pressuposicional - que nós consideramos primordial (Ducrot, op.cit., p. 256, grifo nosso).

Se observamos bem, há uma ambigüidade nas formulações de Ducrot: por um lado, ele menciona a "existência e a unicidade" dos referentes num "mundo independente da fala", por outro, afirma que os nomes têm por função instituir um mundo de objetos. Ora, não haveria, neste particular, um apego ao ponto de vista da semântica lógica? Se o mais interessante é a 'descoberta' de que o pressuposto introjeta na linguagem algo que se constitui no momento sócio-jurídico da interlocução, para que recuperar e manter a preocupação com a existência de indivíduos e objetos?

Essa questão de um "mundo independente da fala" é trabalhada novamente em um outro artigo. Nele, Ducrot (1984) alarga ainda mais a discussão, (sem, contudo, se desprender da conexão com o real) afirmando que a referência deve ser buscada na globalidade do discurso e não numa expressão particular. Conforme o autor,

a palavra não cessa de projetar um mundo que, diferente dela, não se pode

reduzir ao que ela diz dele, mas que, no entanto, fica inacessível a qualquer outra palavra. Um tal mundo é indizível: por um lado, não pode ser esgotado pelo discurso que o revela (caso contrário não seria um mundo) mas, por outro lado, nenhum discurso diferente pode revelá-lo melhor (1984:437).

Do nosso ponto de vista, por outro lado, a questão está menos no que é dizível ou indizível, já que nela se impõe a hegemonia do referente, e mais nas condições históricas de constituição desse 'referente' pela linguagem.

Trata-se muito mais de um "efeito de autonomia do referente do nome", como afirma Mortureux (1990:109), efeito esse que "funda a função social da denominação, através da qual os locutores agentes impõem à comunidade lingüística (ou tentam impor) o reconhecimento de certas 'coisas' às quais podem ser vinculados seu próprio estatuto."

Retomemos mais uma vez alguns dos enunciados que contêm as denominações dos comunistas, agora à luz das propostas de Ducrot. Podemos dizer, então, que as denominações instituem que os comunistas são *inimigos*, *astuciosos*, *blasfemas*, *tiranos*, etc. Ao mesmo tempo, outras denominações podem instituir de modo diferente os comunistas. Para Ducrot essas afirmações são verdadeiras se há um referente, ainda que indizível, mas capaz de existir por si só, garantindo a possibilidade desses dizeres. Do nosso ponto de vista, porém, é na relação linguagem / historicidade que se torna 'objetiva' a existência dos objetos, dos seres, etc. Ou melhor, é por intermédio desta relação que se constitui um exterior ao sujeito. Não se trata de dizer, então, que a exterioridade é ou não indizível, mas sim que é resultado de constituição pela linguagem, ou seja, é sempre o resultado de um dizer que a constitui em situações históricas determinadas.

Ainda conforme Ducrot, considerando a linguagem como ação e considerando suas características dialógicas, se o discurso jornalístico usa *os inimigos do Brasil* ou *os blasfemos vermelhos*, é porque pressupõe a existência desse 'referente discursivo'.

Ora, não há dúvida de que as denominações (tomadas isoladamente ou dentro de extensos sintagmas nominais, tal como as configuramos em nosso corpus), contribuem no efeito de existência autônoma do referente, mas, para além deste aspecto, interessamos saber como se dá a produção e manutenção dos sentidos produzidos nas paráfrases em termos do reconhecimento por parte dos leitores. Em outras palavras, usar ora *comunista*, ora *inimigo da pátria* ou *blasfemos vermelhos* pressupõe muito mais do que a simples existência do referente, pois engendra um certo modo de apresentar e de dar existência aos comunistas que se alia à possibilidade de reconhecimento dos sentidos produzidos. Mas como isto pode ocorrer? Ou seja, de onde a imprensa tirou garantias, ao longo de mais ou menos 60 anos, que os leitores iriam reconhecer os pressupostos 'ardilosamente' escolhidos?

Se digo 'ardilosamente' é porque em Ducrot o locutor "escolhe" e "introduz" no seu discurso pressupostos que tornam seu interlocutor prisioneiro.³ Isto é bastante indicativo de que esse locutor, assim como o sujeito de Benveniste, é totalmente onipotente em relação ao uso da língua, ou ainda, que é fonte e origem dos sentidos.

De qualquer forma, de algum modo foram de fato instituídos determinados limites de significação sobre os comunistas na imprensa, limites tais que enredam os leitores com uma eficácia perlocucionária indiscutível.

Aparece como evidente e inquestionável que a significação dos comunistas seja negativa. Retomemos os exemplos,

3 - *O comunista militante é um desvairado. (DC, 1930).*

4 - *Um comunista é um inimigo. (JB, 1937).*

Estas descrições definidas, conforme o ponto de vista de Ducrot, fornecem as indicações existenciais, que caracterizam negativamente os comunistas. Tanto em ii. como em v. o posto é 'existem comunistas', enquanto que o pressuposto expresso no predicativo irá variar em função do emprego do artigo. Em (4) o artigo 'um' generaliza: todos os comunistas que existem são inimigos; em (3), o artigo 'o' somado ao determinante 'militante' pressupõe que, ao menos para os 'comunistas militantes', aplica-se 'desvairado'. Em ambas as sentenças, 'inimigo' e 'elemento desvairado' são

³ Em suas últimas publicações, Ducrot tem redimensionado essas posições.

predicativos afirmados e em ambas pressupõe-se a existência de comunistas e de inimigos.

A situação não é muito diferente no enunciado

5 - O '*perigo vermelho*' [que ainda assusta os militares promotores do golpe de 64] atende pelo nome de Luis Inácio Lula da Silva. (JB, 1989)

em que afirma-se a existência de 'o' *perigo vermelho*. O artigo definido e singular permite que se depreenda que qualquer que seja o '*perigo vermelho*', mesmo que ele seja só um, ele tem o nome de 'Luis Inácio Lula da Silva'. *Luis Inácio Lula da Silva*, portanto, é um nome próprio cujo sentido está acoplado a um determinado indivíduo o qual, por sua vez, significa *perigo vermelho*. Além disso, a indicação de existência do *perigo vermelho* é reforçada por sua co-relação com o nome próprio mencionado, e os nomes próprios, como já foi dito anteriormente, significam. E vice-versa, ie, o nome próprio 'Luis Inácio Lula da Silva' recebe sua determinação de *o perigo vermelho*. 'Perigo vermelho' e 'Luis Inácio Lula da Silva' são expressões com sentidos equivalentes neste exemplo.

Esta explicação inicial, baseada em Ducrot, no entanto, não responde à questão anteriormente formulada. Afinal, o que sustenta e como explicar os pressupostos 'incontestáveis' evocados na imprensa? Os comunistas são *inimigos* e *perigosos* para quem? Por que é possível estabelecer uma equivalência de sentidos entre *Luis Inácio Lula da Silva* e *perigo vermelho*?

Se concordamos com o fato de que a língua institui seu próprio universo referencial, e que isso é possível em função do locutor que instaura por seu intermédio um determinado discurso com determinados pressupostos, como explicar a 'escolha' dos pressupostos se discordamos da possibilidade de um locutor absolutamente consciente de seu dizer? E mais, em se tratando do discurso jornalístico, cuja enunciação é marcada pela tensão entre a homogeneização institucional e a dispersão das vozes que o constitui, como explicar natureza invariante do universo referencial para 'comunismo'?

De acordo com a AD, trata-se de pensar a referência em termos de uma teoria materialista dos processos de significação 'linguageiros', daí a necessidade de discutir a

natureza da relação entre linguagem e exterioridade. Isso quer dizer que a relação com a exterioridade (e não com uma realidade ou objetividade empírica ou contexto de situação, tal como foi apresentado na primeira parte deste trabalho) é tratada por via histórica. Como já mencionamos, história para a AD é relação de forças, é produção de memória resultante do confronto e gerenciamento dos sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social. Assim é que a exterioridade constitui o discurso enquanto memória do dizer, ou seja, enquanto interdiscurso.

Dito de outro modo, se através da língua é possível falar daquilo que está fora dela, o estatuto desse 'fora da língua' deve ser compreendido em termos daquilo que numa dada sociedade, em um dado período histórico, se produz em termos simbólicos, ie, em termos de sentidos produzidos, e em permanente confronto, e como esses sentidos, ao serem falados, textualizados, vão se engendrando e constituindo um imaginário próprio a tal formação social. A questão da 'referência', portanto, toca simultaneamente em questões de base linguística (os muitos e possíveis modos de se produzir sentidos na materialidade linguística) e de história (as fronteiras e tensões impostas para as significações pelas nem sempre visíveis determinações sociais e jurídicas que, regulando as formas de dizer, impedem que se diga qualquer coisa de qualquer lugar).

E como não se tem o discursivo sem se ter concomitantemente materialidade linguística constituída por processo histórico, devemos assinalar sobre a construção discursiva do 'referente' que, em termos discursivos, "se trata de *um objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física" (Pêcheux, 1990:83). Ou ainda, e mais especificamente, conforme Pêcheux & Fuchs acrescentaram ao fazer a atualização da AD: "os referentes não são invariantes primeiros, mas pontos de estabilização de processos" (1990:227), cuja natureza é ideológica. E sendo assim, como afirma Henry: "a referencialidade é um efeito de sentido."(1990:52).

Retomando a seqüência discursiva (5), agora pensando na relação linguagem e história, um outro aspecto deve ser mencionado tendo em vista o uso das aspas. As aspas em '*perigo vermelho*', conforme Authier (1982), são indicativas de um

estranhamento e de uma distância por parte do sujeito na posição discursiva jornalística, como se a expressão estivesse soando anacrônica. Mas indo além, podemos interpretar a expressão aspeada como um indicio irônico de que, para o discurso jornalístico, não há mais 'referente' para *perigo vermelho*, ou melhor, *os vermelhos* de agora não constituem *perigo* ou não são *perigosos*. Por extensão, Luís Inácio Lula da Silva também não constitui um *perigo*. Ora, o que está em jogo também é uma cumplicidade com o leitor: espera-se o reconhecimento de que está sendo resignificado um dizer já-dito. Dito de outro modo, nessa seqüência discursiva encontra-se o trabalho da memória na enunciação jornalística: algo já enunciado antes e em outro lugar é retomado e resignificado. A resignificação, por sua vez, vai conduzindo para o esquecimento sentidos antes tomados como evidências.

A explicação desta relação linguagem-e-memória, construindo e desconstruindo efeitos discursivos de referencialidade, tem um percurso teórico importante a ser resgatado, pois supõe uma retomada crítica do ponto de vista de Frege sobre a referência, a partir de um pressuposto filosófico materialista. É em Pêcheux (1988) e Henry (1990,1992) que se encontram as bases materialistas com que a AD trabalha bem como o estabelecimento do quadro conceitual que indica a organização de uma semântica discursiva. "Como se constituem os processos discursivos?" é a pergunta básica de Pêcheux, tendo como pano de fundo a questão da natureza material do sentido.

De Frege, Pêcheux e Henry retomam aquilo que chamam de "ponto cego" de sua teoria, qual seja, o fato de a linguagem natural ser imperfeita e agir como um elemento indutor da crença na existência de coisas e pessoas específicas para as quais não há referência possível. Como o próprio Frege chama atenção, para os falantes de uma língua, o pressuposto de qualquer afirmação é que os nomes usados possuam denotação.

O estudo das construções relativas (que introduzem pressupostos), de algumas expressões nominais e dos nomes próprios evidencia o problema da 'discrepância' entre pensamento e referência. As línguas naturais, segundo Frege, provocam no pensamento a "ilusão" da existência de referência para expressões como "a vontade

do povo”. E este é um ponto problemático não apenas para a Lógica. Em outras palavras, conforme o filósofo, o fato de esta expressão poder ter vários sentidos, mas não denotar, cria, por este viés, além de um mundo de ficções (como é o caso do nome próprio ‘Ulisses’), a possibilidade de “abusos demagógicos” por parte de governantes inescrupulosos. Esta característica das línguas humanas resulta, portanto, em seu defeito maior: ficção e demagogia produzem enganos e erros.

Em sua crítica, Pêcheux discute a proximidade de análise entre a expressão “a vontade do povo” e “Ulisses”, feita por Frege, mostrando que para a “ideologia burguesa” política e poesia pertencem ambas à dimensão da ficção e do jogo. Na perspectiva de Pêcheux, o registro da política como ficção e jogo ou como ciência revela posições complementares porque “remetem, de fato, às duas vertentes do idealismo, respectivamente, o realismo metafísico (mito da ciência universal) e o empirismo lógico (uso generalizado da ficção)” (*op.cit.*, p. 121). Nas duas vertentes, anula-se e oculta-se o registro próprio ao político.

Essas considerações de Pêcheux reforçam, no que diz respeito ao nosso tema de pesquisa, a questão que queremos trazer sobre o apagamento da discussão política em torno do PCB.

Mas, conforme lembra Henry (*op. cit.*, p. 68), “para Frege, a existência de uma referência só tem interesse quando se busca o conhecimento, porque ‘para conhecer’ é preciso unir ao pensamento sua referência, ie, o valor de verdade do pensamento.” Por isso, de acordo com Pêcheux (*op. cit.*, p. 120), se para Frege língua e pensamento funcionam em relação, expressões como ‘a vontade do povo’ “são afetadas por um indício de irrealidade que impossibilita a estabilidade referencial do objeto e as torna questões de apreciação individual”. Logo, para um lógico interessado em trabalhar com teoria do conhecimento, ou matemática, as línguas naturais são imperfeitas e inadequadas.

Tanto Pêcheux como Henry retomam as análises de Frege evidenciando, do ponto de vista discursivo, que 1) as ‘ilusões’ de existência de um objeto real para um objeto de pensamento remetem para uma necessária relação com a exterioridade resultante, não de ‘armadilhas’ das línguas naturais, mas de processos discursivos que

produzem efeitos de sentido; 2) os muitos sentidos das palavras, expressões e enunciados não apontam para questões individuais, mas sim para as determinações históricas de sua constituição em termos das relações de forças sociais. Encontra-se aí o interdiscurso em ação⁴.

Tratando desta questão pelo viés da AD, de acordo com os autores, o que ocorre é que nas diferentes práticas discursivas do sujeito a intervenção do interdiscurso atualiza expressões e enunciados, o que produz um efeito de anterioridade, de algo não-dito, mas admitido como existente e verdadeiro.

Os processos discursivos são engendrados e reconfigurados pela ação do interdiscurso: nas enunciações produzidas encontra-se essa ação 'vertical' do interdiscurso sobre o intradiscurso em duas modalidades: no efeito de pré-construído, obtido com as nominalizações e na articulação de enunciados, com o emprego das orações relativas.

Segundo Pêcheux (1988), o pré-construído é

uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado (...) O efeito de pré-construído em sua forma pura é a colocação de uma existência singular e a verdade universal que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade (p. 99).

O efeito de pré-construído pode ocorrer, por exemplo, em orações adjetivas restritivas, (ie, construções relativas determinativas); já as adjetivas explicativas (assim como orações apositivas) produzem um outro tipo de efeito, o efeito de sustentação, que corresponde à "evocação lateral de algo." Dito com as palavras de Pêcheux, o efeito de sustentação "constitui uma espécie de retorno do saber no pensamento (por oposição ao funcionamento do pré-construído, que dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência)" (Pêcheux, *idem*, p. 111).

⁴- Courtine (1981), trabalhando este conceito a partir de sua releitura de Foucault, afirma: " O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determinando o que pode e deve ser dito) ao mesmo tempo em que também funciona como princípio de exclusão (determinando o que não pode/não deve ser dito)" (p. 49).

Seja com o efeito de pré-construído, seja com o efeito de sustentação, o que se tem é a inserção de um discurso em outro, orientando os sentidos numa dada direção, sem que o processo em si mesmo esteja visível, ou melhor, totalmente consciente para os sujeitos. A exterioridade de um dizer está, assim, na relação 'memoriável' dele com outros, ditos em outros lugares, pertencentes a outras formações discursivas. Se os dizeres, portanto, têm uma memória, esta não é transparente (óbvia, evidente, totalmente consciente) nem para o sujeito que enuncia (nem para o pesquisador).

Tanto o efeito de sustentação quanto o de pré-construído supõem a ocorrência anterior (em alguma enunciação inaugural, de acordo com Guimarães, 1995) da constituição de um enunciado. Em outras palavras, é necessário um acontecimento discursivo: a produção histórico-social de um enunciado (ou expressão, ou palavra, anônimas ou não), permitindo estabilizar uma significação coletiva e capaz de atuar no presente de sua formulação ao mesmo tempo em que reorganiza um domínio de memória do que já passou e projeta o que poderá vir.

Ai se dá o processo de constituição do discurso, na memória, no domínio dos dizeres já-ditos ou possíveis que garantem a formulação do dizer. É esse jogo entre a formulação e a constituição dos sentidos que produz o efeito de exterioridade, o sentido já-lá. (Orlandi, 1996b).

Estes deslocamentos teóricos produzidos pela AD permitem, definitivamente, que afirmemos, sobre as denominações atribuídas aos comunistas brasileiros, que estas se inserem no circuito de manutenção de determinada memória constitutiva do imaginário brasileiro. No discurso jornalístico, as denominações produzem um efeito de objetividade, um já-dito que se verifica ao nível do interdiscurso da FD que preside o discurso jornalístico.

Em resumo, não se trata (e nem seria possível), para a AD, de analisar a 'referência', o 'referente' ou o 'significado'. Em AD busca-se analisar o processo de "construção discursiva dos referentes" (Orlandi, 1994), ou seja, o modo como

discursos em relação podem produzir a ilusão de 'objetividade' e 'evidência' para uma 'realidade', como se um dado sentido já estivesse lá.

Mobilizamos, então, a noção de efeito de exterioridade, produzindo a ilusão de objetividade, para explicitar este trabalho da discursividade que materializa com e na língua, (atravessada por memória), as regiões e os limites imaginários do que seria uma dada 'realidade', apagando, simultaneamente, esse próprio processo de construção discursiva do referente. A referencialidade do ponto de vista discursivo é uma operação de base lingüística que envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso.

A denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos 'referentes', tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, "os pontos de estabilização de processos" resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo.

Entendemos, nesta perspectiva, que o denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o lingüístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade.

As denominações significam, e do ponto de vista de uma análise, podemos dizer que elas 'iluminam' a natureza das relações de força existentes numa formação social, ou, em outras palavras, tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos, etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. Elas materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e da antecipação.

Do nosso ponto de vista, as denominações funcionam designando, descrevendo e/ou qualificando. As denominações significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz (ie, o conjunto das denominações não ditas, mas implicadas) bem como pelo que se depreende das

relações que elas mantêm entre si.⁵ As denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. Ou seja, elas estão instaladas no interdiscurso, impedindo outras significações, disfarçando as tensões, mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos.

Para compreender os sentidos produzidos pelas denominações, e essas regiões discursivas que vão se organizando em torno delas, é preciso desconstruir superfícies lingüísticas, apreender o conjunto de empregos das palavras, os tipos de ligação que elas mantêm entre si, o modo como ocorrem nos textos, como podem estar significando, os efeitos que produzem, sua relação com a história oficial, em resumo, trata-se de ver o funcionamento de palavras e expressões que atuam como denominações. Um tal ponto de vista permite verificar conflitos, adesões, silenciamentos, etc., produzidos entre as formações discursivas, permite ainda, delinear e acompanhar as tendências históricas na produção dos sentidos, seu passado e seu futuro, seu movimento, ie, as redes de filiações de sentidos que organizam a tessitura do discursivo.

⁵- Orlandi (1983), analisando o discurso da Nova República, proferido por Tancredo Neves, mostra como a denominação *Nova República* silencia no plano da história do Brasil, o período da ditadura militar.

2. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE 'COMUNISTA' / 'COMUNISMO'

A direita, com sua propaganda impressionista, sempre tratou de associar esquerda com comunismo e comunismo com ditadura e totalitarismo. (E. Sader, 1995)

No que se refere aos comunistas, é possível dizer, a partir destas primeiras considerações, que as denominações no discurso jornalístico-político os designam (ie, os selecionam como um conjunto específico de sujeitos dentro do todo político-social), os descrevem (a partir de um imaginário já constituído) e os classificam (ie, qualificam dentro de um determinado universo de valores sociais também já constituído).

Vejamos estas denominações em seu conjunto (entre 1922 e 1989)⁶:

1) para comunista:

adeptos do comunismo; agentes do comunismo; agentes do comunismo ateu; agentes da desordem; agitadores; agitadores comunistas; agitadores demagógicos; agitador extremista; agitadores profissionais; agitador vermelho; assassinos; apóstolos de Lenine; astuciosos elementos; audaciosos agentes; audaciosos e petulantes adeptos de Lenine; blasfemos vermelhos; bolchevista; catequistas a soldo de Moscou, Pequim e Havana; chefes vermelhos, desatinados e criminosos; comunistas; comunistas extremistas; comunista de esquerda; celerados; dragõezinhos de esquerda; descontentes falhados; elementos de agitação esquerdista, subversiva,

⁶ - Trata-se de uma listagem não exaustiva, extraída da totalidade do corpus complexo, em que não foi computado o número de vezes que cada denominação foi usada.

antidemocrática; elementos subversivos; elemento desvairado; elementos comunistas; empreiteiros da desordem; extremistas; extremistas revolucionários; falsos nacionalistas brasileiros; fanáticos da desordem; fascistas; ferozes farsantes da demagogia; filhos da mãe Rússia; gente fanática e bitolada; homens de Moscou; horda miserável; impenitentes; impulsivo primário; inimigo; inimigos do Brasil; inimigo comum; inimigos da democracia; inimigos da ordem; inimigos da família brasileira, das instituições democráticas; inimigo da lei; inimigos da paz e da concórdia; inimigo da pátria; inimigos da tranquilidade; inimigo de fora; inimigos de ontem; inimigos mortais e jurados da democracia; inocentes úteis a serviço do marxismo; insaciáveis ambiciosos; marxista; massa fanatizada; maus brasileiros; maus elementos; militantes marxistas; militantes do partidão; multidão anônima, igualitária e inexpressiva; operários a serviço de Moscou; os sem Deus; praticantes do credo vermelho; pregoeiros da anarquia; pretensiosos de meia ciência; profetas da idéia nova; promotores do projeto subversivo; revolucionários comunistas; revolucionários vermelhos; ridícula minoria de semi-analfabetos, de cabotinos e exibicionistas, de aventureiros e piratas; subversores da ordem; sinistros revolucionários; stalinistas; sequazes do soviét; sectários ferozes; simpatizantes do Partido; simpatizantes do PCB e subversivos; temíveis indivíduos; terrível inimigo da civilização; tiranos; tolos manequins; toxicômanos degenerados, cavadores e cretinos; tiranos vermelhos; vermelho.

2) para comunismo:

ameaça vermelha; atitude de permanente violência; audácia vermelha; avassaladoras e agnósticas forças de opressão; a mais revoltante e mais anti-nacional de todas as campanhas de pensamento e ação; anarquismo; alucinação comunista; bolchevismo; barbárie; câncer; credo sinistro; comunismo internacional; caudilhismo de saberes de caserna; comunismo anarquista; comunismo; comédia comunista; comunismo nacional; catástrofe;

crime de lesa-pátria; comunismo anárquico; comunismo ateu; comunismo autoritário; comunismo livresco; comunismo russo; credos sangüinaários da Rússia vermelha; credo sinistro; credo vermelho; crime; degradação dos valores morais da sociedade; derrocada das instituições; dissolvente doutrina cosmopolita; ditadura; ditadura comunista; ditadura do proletariado; ditadura proletária; ditadura vermelha; doutrina alienígena; doutrina comunista; doutrina extremista; extremismo vermelho; extremismo revolucionário; esquerda; extremismo; esquerda festiva; fantasia econômica delirante; fascismo; flagelo revolucionário; fenômeno passional; forma de governo como outra qualquer que falhou; fúria; guerra revolucionária de cunho marxista-leninista; idéias comunistas; idéias dissolventes dos apóstolos de Lenine; idéias extremistas; ideologia comunista; ideologia dissovente e anárquica; ideologia totalitária; ideologia dissolvente e anárquica, negadora dos melhores princípios de ordem, de disciplina, de moralidade, de justiça e de dignidade humana; ideologia moscovita; ideologia nociva; infecção comunista; infiltração bolchevista; infiltração vermelha; ilusão convertida em pesadelo; infiltração comunista; infiltração esquerdista; jugo vermelho; materialismo histórico; movimento subversivo; monstruoso sistema; marcha da subversão; nefando crime; nefasta doutrina; nova borrasca; olho de Moscou; paixão que provoca necessariamente violentas paixões contrárias; praga sinistra; o perigo da dissolução social; o perigo; perigo comunista; perigo vermelho; política de transformações radicais e violentas; processo violento e subversivo da ordem social; polvo comunista; pregação do ódio entre as classes; regime de governo mais sombrio; regime; regime anti-democrático de esquerda; regime comunista; regime que se instalou no Kremlin; regime que ninguém sabe ao certo o que seja; regime de servidão; revolução; socialismo, pedra e sangue; subversão social; soviétismo; subversão; sinistro designio; soviétismo proletário; servidão totalitária; stalinismo; teoria marxista; terrível inimigo da civilização; terrorismo sem

peias; tormenta; totalitarismo comunista; tremenda catástrofe; trama subversiva; vaga passional vermelha.

A partir de uma primeira leitura, podemos confirmar que, em sua generalidade, as denominações utilizadas recortam a experiência política do comunismo, em termos de práticas discursivas, remetendo-os basicamente para um lugar de “inimigo social”. Dito de outra maneira, na ordem do discurso jornalístico *sobre* os comunistas, as denominações tornam visível o modo como a relação instável entre discursos diferentes objetivou o comunismo e o comunista.

Em termos de análise, e do ponto de vista da constituição discursiva do referente, isto quer dizer que estas denominações tornam ‘objetiva’ (ie, tornam ‘realidade’, reificam) a existência dos comunistas com um certo olhar, produzindo o sentido de que os comunistas são *inimigos*.

Encontra-se aí o que Orlandi chama de “ilusão referencial” (enquanto efeito de objetividade). O fazer-creer que os comunistas são essa objetividade através da qual se realizam as denominações é possível devido ao próprio mecanismo ilusório da linguagem que nos faz supor a sua objetividade em função da já mencionada “necessidade [do sujeito pragmático] de um mundo semanticamente normal, de um universo logicamente estabilizado” (Pêcheux, 1990). O discurso jornalístico, por sua vez, funciona desambigüizando o mundo, pois coloca o mundo em uma ordem que é a sua e a dos valores ocidentais. Assim, o discurso jornalístico acaba assegurando um ‘mundo semanticamente normal’ em função dos consensos, explicações com encadeamentos de causa e efeito etc que ele organiza. Assim, entendemos que o discurso jornalístico impõe um movimento aos sentidos que são produzidos *sobre* os comunistas.

Portanto, essas denominações (vistas, agora, não mais isoladamente, mas no conjunto do vocabulário político usado pelo discurso jornalístico) significam, dando direção ao sentido. Elas organizam uma determinada região de sentidos em torno dos comunistas e, ao mesmo tempo, silenciam outros processos de significação. Ou seja, a denominação dos comunistas é inseparável do modo de dizer jornalístico-político e das

práticas históricas tal como se dão: a repressão político-partidária se realiza concomitantemente à sua determinação negativa no plano da linguagem jornalística.

Cabe ressaltar que esse processo de produção de sentidos, que faz crer que os comunistas são *inimigos*, aparece como imanente, único e literal: nos jornais, os comunistas são reduzidos àquilo que as denominações usadas significam. Daí o isolamento e controle dos comunistas e dos sentidos próprios à sua FD.

Além disso, trata-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Eles são *assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários*. Em suma, são *bárbaros*. Como conseqüência, são *inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira*. Por sua vez, o comunismo, *um abismo da escravização, uma barbárie*, é apresentado como *crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social*, mas também como, *ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina*. Esse imaginário de crueldade e escravização convocado se mantém e se estende sobre o vocabulário de natureza política e econômica. Daí uma primeira questão: por que a negatividade não se instalou na discussão política propriamente dita? Como teria surgido este (e não outro) sentido negativo, considerando-se que os sentidos migram de uma FD para outra?

Vejamos, agora, como estas denominações, substituindo 'comunista' e 'comunismo', se distribuem ao longo do tempo, nos diferentes jornais pesquisados.

comunistas

	1920/31	1931/40	1941/50	1951/60	1961/70	1971/80	1981/90
CM	escassos ideólogos; certos rapazes intelectuais, partidários desta ordem de idéias desordenada	elementos; inimigos das instituições liberais-democráticas; extremistas	bancada bolchevista; os partidários do sr. Carlos Prestes	vermelhos comunistas adeptos do marxismo	agitadores comunistas	subversivos, terroristas, maus brasileiros	

⁷ - Esta pergunta não supõe, como pode parecer, a busca de uma origem exata para esta negatividade. Os conceitos que serão mobilizados no momento oportuno é o de discurso fundador, a partir da conceituação feita por Orlandi (1993c).

DC	s	subversores da ordem; inimigos da Pátria; agitadores demagógicos; desatinados e criminosos; blasfemos vermelhos; inimigos da tranquilidade e chefes vermelhos; agentes do comunismo; extremistas revolucionários; vermelhos; os sem Deus;	partidários da causa comunista		minoria extremista; agitadores comunistas;		
OG		elementos subversivos		bandidos vermelhos	bandidos; líderes revolucionários; inimigos mortais e jurados da democracia; vermelhos; militantes marxistas; inimigos da família brasileira; assassinos; terrorista; representante do 'partidão' de Prestes; catequistas a soldo de Moscou; subversivos	catequistas a soldo de Moscou, Pequim e Havana; marxistas; terroristas	lacinoras; simpatizantes do PCB; candidato do PCB
JB	adeptos do comunismo; agentes da desordem; inimigos da ordem; pregoeiros da anarquia; propagandistas do credo de Lenine; agitadores profissionais; elemento desvairado, um pretensioso de meia ciência	agitador extremista; elementos comunistas; revolucionários comunistas; praticantes do credo vermelho; maus elementos; inimigos do Brasil; inimigo; infelizes comunistas	comunistas; juventude comunista	agentes da Rússia vermelha	os vermelhos; homens sedentos de poder, falsos nacionalistas brasileiros; elementos de agitação esquerdista, subversiva, antidemocrática	terrorista; subversivo; militantes; marxista	militantes do Partidão; simpatizantes do partido; dragõezinhos de esquerda

OP	inimigo da lei e inimigo da Pátria; ferozes farsantes da demagogia; elementos comunistas; fanáticos da desordem; terrível inimigo da civilização; homens de Moscou; inimigos da paz e da concórdia; sectários ferozes; tiranos vermelhos						
OD					maus brasileiros; inimigos de ontem; inimigos da liberdade e das instituições; inimigos da democracia e agentes do comunismo ateu ou inocentes úteis a serviço do marxismo; vermelhos brasileiros	subversivos; terroristas; grupo de marginais	candidato de esquerda; candidato comunista

comunismo

	1920/31	1931/40	1941/50	1951/60	1961/70	1971/80	1981/90
CM	política de transformações radicais e violentas; subversão comunista; regime de tragédia; ditadura proletária;	credos sangüinários da Rússia Vermelha; ideologia nociva; extremismo; idéias extremistas	bolchevismo; utopia bolchevista	ideologia feroz	credo sinistro; infiltração comunista		
DC	surto comunista;	perigo comunista; credo vermelho; ideologia comunista; infiltração bolchevista.	causa comunista		infiltração comunista; perigo vermelho; perigo comunista; totalitarismo comunista.		

		perigo da dissolução social; extremismo vermelho; idéias extremistas; ditadura bolchevista				infecção comunista;		
OG	idéias comunistas; ditadura do proletariado; processo violento e subversivo da ordem social; fantasia econômica delirante	idéias comunistas;	ideologia marxista; credo vermelho;			infiltração comunista; pregação ideológica; ação revolucionária; doutrina comunista; ditadura vermelha; ditadura comunista; regime comunista; subversão comunista	ditadura vermelha; ditadura comunista; marxismo-leninismo	regime comunista autoritário; teses estranhas, marxistas e estatizantes; falência dos regimes comunistas
JB	idéias comunistas; idéias dissolventes dos apóstolos de Lênine; regime soviético	propaganda comunista; nuvem de gás pesado; vaga passional do comunismo; atitude de permanente violência; crime de lesa-pátria; atividades soviéticas; ideologia dissolvente e anárquica	dissolvente doutrina cosmopolita; doutrina extremista; doutrina alienígena;	países da "cortina de ferro"; quinta coluna	guerra revolucionária de cunho marxista-leninista; ditadura comunista; credo vermelho; sinistro designio; subversão; abismo da escravização comunista; câncer comunista; dialética marxista; idéias esquerdistas	infiltração comunista; dialética marxista; pregação vermelha	linha tradicional stalinista do extinto Partido Comunista; idéias comunistas; credo político 'perigo vermelho'	
OP	ditadura vermelha praga sinistra; sanguieira comunista; polvo comunista; regime que se instalou no Kremlin; despotismo moscovita; crime; comunismo russo							
OD						infiltração esquerdista; ideologia comunista; esquerda festiva; subversão	terror comunista	partidão; esquerda boêmia

					de caráter comunista: escravização da pátria		
--	--	--	--	--	--	--	--

Um aspecto que o quadro acima permite ler refere-se à identidade discursiva que se preserva e reitera estes sentidos. As denominações sustentam um fio básico de referencialidade discursiva que tanto se mantém praticamente o mesmo ao longo dos anos como, a partir dos anos sessenta, vai apagando as diferenças entre os vários segmentos políticos de esquerda existentes. Há uma paráfrase discursiva de negatividade em permanente reconfiguração: na repetição, o mesmo e pequenas modificações vão se introduzindo nas denominações utilizadas.

O conjunto das paráfrases destas denominações aponta para o que Serrani (1993:47) chama de “ressonância de significação”:

“Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. (...). As paráfrases, então, tal como as estou entendendo aqui, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas.”

A conceituação de Serrani permite explicar a manutenção do efeito de uma ‘referencialidade’ ao longo dos anos. Dito de outro modo, como já vimos, as denominações organizam nos discursos *sobre* uma consturção discursiva do ‘comunismo’, cujo sentido se constitui pela mobilização do interdiscurso da FD dominante.

Em seu empenho em informar, desambigüizando e didatizando, colocando o mundo na lógica do mundo ocidental, o discurso jornalístico de referência não deu voz ao dizer *do* comunista. Aliás, não deu voz aos operários, aos camponeses... Se

as 'massas' tentaram tomar a palavra, sobretudo até os anos 80, os leitores dos jornais não souberam. Ou melhor, tiveram conhecimento de greves, lutas, revoluções e golpes de estado, mas praticamente não tiveram acesso ao ideário desses movimentos contrários, de resistência.⁸

Nosso trabalho com as denominações oportuniza verificar o esforço dos discursos sobre os discursos em produzir e manter uma direção de sentidos. Neste processo de significação dos comunistas, termos importados de formações discursivas especializadas funcionam como "marcas políticas de reconhecimento"⁹, favorecendo relações ideológicas já estabilizadas.

É importante ressaltar que nas denominações se encontra tanto uma tentativa de dar conta dos sentidos, provocando uma ilusão de estabilização, quanto o atravessamento de múltiplos discursos: assim, ao mesmo tempo em que os sentidos podem vir a ser 'naturalizados', como pontos estáveis de um processo discursivo, (cuja visibilidade estaria atrelada às denominações) podem também vir a desestabilizar-se, pois todo ponto estável é também um ponto de deriva de processos afetados pelo interdiscurso.

Na primeira década convivem conflituosamente três tendências de direções de sentido para os partidários do PCB. Mapeando as denominações encontradas, depreendemos regiões discursivas diferenciadas nos modos de designar as posições de sujeito 'comunista': duas mais neutras com relação à ideologia comunista, e outra marcadamente contrária. Nas denominações (organizadas no quadro abaixo), a e b subdividem o universo político desmerecendo e relativizando o movimento comunista. Já em c, as denominações (majoritárias) descrevem e classificam, enfatizando aspectos morais.

Nos quadros abaixo, e nos demais a seguir, as denominações não representam 'listas de palavras', mas apontam para processos semânticos ou, mais especificamente, diferentes discursos *sobre* o comunismo e *sobre* os comunistas. Vejamos:

⁸ Também não eram ouvidos as mulheres, os favelados, os negros, os homossexuais, os índios... e, mais recentemente, os sem terra, os sem teto, os meninos de rua...

⁹ Pêcheux (1981) discute como os processos revolucionários tocam o espaço da língua, apresentando a relação revolução, literatura e reflexão linguística no quadro histórico de Outubro de 1917.

<u>a</u>	<u>b</u>	<u>c</u>
<i>certos rapazes intelectuais escassos ideólogos, adeptos do partidários desta ordem de comunismo idéias desordenadas</i>	<i>inimigo da Pátria, da civilização, pregoeiros da anarquia e ferozes farsantes, tiranos</i>	

quadro das denominações 3

Estas denominações não constroem as mesmas significações, ao contrário, elas instauram fronteiras (ainda que movediças) entre diferentes possibilidades de enunciar o comunismo. Elas, em suma, não estabelecem, entre si, uma relação de paráfrase, pois estão vinculadas a diferentes possibilidades discursivas. Neste período inicial da história dos comunistas no Brasil, depreende-se um conflito discursivo instalado nessas distintas formas de denominação: é a tentativa de desfazer a opacidade do 'evento comunismo'.

Dessas regiões de sentidos formadas inicialmente por essas três direções de significação, vai se delimitando um modo de denominar mais restrito, e hegemônico, em que predomina uma 'classificação' do comunista como *inimigo do Brasil*. É, portanto, a região c de sentidos, congregando diferentes discursos negativizados *sobre* o outro, que vai fechando e estabilizando um sítio de significância¹⁰ para 'comunismo'. Essa hegemonia, cristalizada em torno dos anos 30 a 50, fixa uma literalidade e produz um efeito de evidência. Por outro lado, as direções de sentidos a e b vão reaparecer resignificadas décadas mais tarde, quando o declínio do comunismo torna-se um novo 'consenso'.

Note-se que, agregadas à denominação classificatória de 'inimigo', permanecem denominações que descrevem e classificam os comunistas como *maus, desatinados, infelizes, ateu, agitadores extremistas, falsos, sedentos de poder etc.*

Os termos 'importados' misturam religião e moral, retomando preconstruídos que circulam em um interdiscurso que não é o da política. E este é um aspecto importante dos rituais enunciativos que a prática discursiva da imprensa *sobre* o

¹⁰ Trata-se de uma noção proposta por Orlandi em relação ao discurso fundador.

comunismo instaura: o silenciamento do intercurso político denuncia o lugar de onde a imprensa enuncia¹¹ sobre os comunistas e para quem ela enuncia.

As denominações mencionadas estabelecem um linha de fronteira, demarcando limites um bem e um mal já colocados no domínio de saber da formação ocidental cristã, e por isso podem ser 'evidentes' para o sujeito leitor. Estas significações morais e religiosas, parasitárias, fragilizam a discussão política e contribuem na 'didatização' -- explicação -- do comunista como inimigo moral, reforçando, deste modo, um apagamento da discussão política propriamente dita bem como um processo de despolitização do leitor.

Entre 1937 e 1980, portanto, temos:

1920 / 1937

a b c

1937 / 1980

c'

inimigos do Brasil

quadro das denominações 4

Inimigos do Brasil é uma forma de denominar que se vincula embora hegemônica, convive de modo tensionado com outras formas de denominação, através das quais o comunista não é negativizado¹². Estas, no entanto, não comparecem na imprensa de referência. Ao longo deste período, em alguns artigos assinados, sobretudo naqueles dos anos 30 e nos poucos momentos de legalidade do partido, encontram-se enunciados dispersos e raros que procuram se contrapor a esse dito já posto no imaginário. Diz-se *inimigos do Brasil* para não se dizerem outras palavras.

¹¹ E, sobretudo, de onde ela, não pode, em função de sua constituição histórica, nem deve enunciar, tendo em vista seu compromisso com a manutenção do mesmo.

¹² - Maira Aleksandravicius, em seu trabalho bolsista de iniciação científica do CNPq, feito sob minha orientação na UFF, mostra que, nos jornais do Partido, os comunistas se auto-denominam afirmando: "Ser vermelho é ter honra" (*A Vanguarda*, 16/06/1922); "O PCB (...) se ergue como uma gigantesca escola de civismo..." (*Tribuna Popular*, 03/01/1947).

Entre os anos 30 e os anos 80, há uma gradação em termos da quantidade de notícias veiculadas sobre o comunismo em geral e sobre o comunismo no Brasil. Nesse vai-e-vem do noticiário, mais ou menos submetido aos mandos e desmandos da censura política, mantém-se na imprensa, de qualquer modo, um espesso “silêncio local” -- engendrando um efeito de literalidade -- impedindo que os comunistas sejam significados politicamente.

No período da legalidade, entre 1945/47, por exemplo, os *partidários do sr. Prestes* podiam até estar no poder, mas uma mesma direção no processo de produção de sentidos retorna, fechando a possibilidade da emergência de outras palavras na imprensa. Depreende-se, então, neste período, dois processos discursivos concorrendo de modo tenso no espaço discursivo-jornalístico. Um instaura a possibilidade da construção da referência discursiva para comunista que vincula o comunismo a um partido político. O outro, temporariamente excluído do discurso jornalístico, preserva a negativização, mantendo a imagem do comunista como *inimigo*. Quando os comunistas são cassados, a possibilidade de discussão política é novamente silenciada e o processo discursivo mais uma vez se fecha em uma única direção.

Para melhor explicitar este tenso movimento dos sentidos, reformulamos o esquema anterior da maneira que segue:

1920 / 1937

a: *certos rapazes*

b: *adeptos do comunismo* c: *inimigos da Pátria*

1937 / 1945

c': *inimigos do Brasil*

1945/47

d: *partidários (eleitos) do sr. Prestes*

vs.

e/e': *inimigos do Brasil*

1947/80

c/c' + e: *inimigos do Brasil / maus brasileiros*

quadro das denominações 5

Os sentidos não se movimentam em linha reta: a hegemonia de uns não representa o eclipse total de outros. Nos anos 80, com o fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim e do regime comunista na União Soviética, vemos que as denominações se reorganizam, fazendo conviver e circular os novos sentidos que vão sendo produzidos, sem, necessariamente, apagar os antigos.

O imaginário *inimigo do Brasil* entra aos poucos em esquecimento, embora deixe seus vestígios seja pela sua reafirmação eventual, seja pelo tratamento irônico que começa a ser utilizado. Ao mesmo tempo, o resíduo do não-dito constitutivo da imprensa de referência *ser vermelho é ter honra* comparece através das negações. Mapeamos quatro tendências discursivas, cada uma delas manifestando uma direção -- tolerância, ironia, manutenção -- no modo de designar essa posição de sujeito comunista.

1981/89

a' *dragõezinhos de* b': *simpatizantes do* e: *facinoras*
esquerda, esquerda *partido*
festiva d: *comunistas*

quadro das denominações 6

Correlatamente, foi possível estabelecer, a partir do conjunto de denominações para *comunismo*, um mesmo modo de movimentação semântica. Vejamos:

1920 / 1937

idéias comunistas

*regime que se instalou no
Kremlin*

*processo violento e
subversivo*

1937 / 1945

crime de lesa-pátria

1945 / 1947

ideologia marxista

1947/80

escravização da pátria

*idéias comunistas**falência dos regimes
comunistas (extinto Partido
comunista)**regime comunista
autoritário***quadro das denominações 7**

As denominações usadas nos jornais co-existem e relacionam-se entre si. Como em uma corrente de historicidade-e-linguagem, as denominações funcionam discursivamente como 'elos' *e-voc-a-tivos*: elas dizem, trazem à memória e projetam um futuro, por isso significam. O presente da enunciação destas denominações materializa no discurso jornalístico a retomada de diferentes discursos simultaneamente: a significação negativa para 'comunista' e 'comunismo' se reatualiza porque retoma 'algo já sabido' e aponta para um devir possível e não desejável.

Em outras palavras, é uma mesma direção de sentidos que retorna sempre e, ao mesmo tempo, sempre com modificações, fazendo ressoar interdiscursivamente a cada retorno o sentido de que os comunistas são X, ie, algo contrário aos valores morais e cristãos. E assim, nesse retorno do interdiscurso, o silêncio em torno de outros sentidos para o *comunismo* reitera o efeito de literalidade, de um sentido único para o PCB.

No imaginário posto pelos jornais *para* os comunistas há pouco, ou quase nenhum, espaço para a discussão do político propriamente dito. Aliás, com ou sem os muitos períodos censórios, no discurso jornalístico há pouco espaço para as vozes ideologicamente divergentes se fazerem entender. Apenas permanece ecoando a ameaça do 'perigo vermelho'. Note-se, então, nas denominações, posto não ser possível ignorar todo o tempo e totalmente a existência dos comunistas, a ocorrência da forma nominalizada *infiltração (bolchevista, comunista, esquerdista)*, indicando, no eco das paráfrases negativizadas, uma presença proibida.

Como já tive oportunidade anteriormente de discutir, o discurso jornalístico atribui-se a objetividade, a imparcialidade e a veracidade da informação, produzindo (não exclusivamente apenas por este viés) a impressão de que o acontecimento

narrado/descrito de fato ocorreu daquele único modo. O efeito de real é obtido através de diferentes mecanismos discursivos, estratégias estas que conduzem o público leitor a se reconhecer no imaginário engendrado pelo jornal.

Neste sentido, no processo de produção de sentidos, o PCB é direcionado para um lugar que apaga a polêmica política. O partido é discursivamente colocado visível de modo a ser identificado e reconhecido pelos leitores em um circuito de imaginário, cujas "raízes de sentidos" podemos reconhecer em outros discursos de outra natureza e de outras épocas. Se não for possível seguir este raciocínio como , então, entender a permanência reiterada de determinados modos enunciativos fazendo ressoar os mesmos efeitos de sentido?

Esse primeiro olhar lançado pela análise permitiu trabalhar o quanto as denominações produzem uma ilusão referencial dos comunistas, a qual, de certa maneira, contribuiu na sua inviabilização partidária no Brasil.

A denominação, no discurso jornalístico, produz a ilusão de que os sentidos ali constituídos são 'verdadeiros', únicos e incontestáveis, ie, emanam de uma realidade evidente, palpável. No entanto, como vimos, no modo como os sentidos são produzidos, entram em jogo relações mantidas com outros sentidos seja num dado momento histórico seja, também, da relação com a rede de filiações evocada na sua constituição pelo interdiscurso da FD dominante.

Quando falamos das denominações negativizadas sobre o PCB, enfim, é porque detectamos uma estabilização de sentidos que se mantém até o final dos anos 80. E mesmo hoje em dia, a eficácia das ironias (como uma nova forma de silenciamento) depende de um sempre retorno a esse já-dito sobre o partido, o que nos leva a pensar: a eficácia do sentido 'ameaça vermelha' de fato teria chegado ao fim (ou se transformado) no imaginário brasileiro?

Na próxima parte, mostraremos o processo enunciativo de fundação desse discurso que institui os comunistas como inimigos da pátria Brasil. Para observar o processo de produção dos sentidos em suas filiações, dividimos nosso corpus em três largas faixas temporais.

3. A DENOMINAÇÃO NOS MECANISMOS ENUNCIATIVOS JORNALÍSTICOS

Autant d'exemples montrant que 'tout peut se dire', encore que l'on dise jamais 'n'importe quoi'.

(M. Pêcheux, 1981)

3.1 - NO COMEÇO... ENTRE 1910 E 1937

Quando o Partido Comunista do Brasil foi fundado em março de 1922, já havia, nos jornais cariocas, uma discursividade sobre a categoria política 'anarquismo'. O mesmo, entretanto, não ocorria com o comunismo.

Na década de 20, não havia muita clareza no meio intelectual, jornalístico ou operário daquela época, do que fosse exatamente um partido comunista¹³. O que estava em jogo, principalmente, eram as revoltas operárias anarquistas, movimentos que haviam sido 'importados' da Europa pelos imigrantes europeus. Assim, muitos dos membros fundadores do PCB eram originalmente anarquistas ou socialistas. Se a recepção das idéias de Marx no Brasil, conforme Konder (1988), foi bastante difícil, a divulgação foi quase inviável, ficando marcada por leituras leninistas e stalinistas. Segundo o autor,

¹³ Essa questão do conhecimento de outras ideologias e seu vocabulário específico pode ser bem ilustrada com esse fragmento da entrevista concedida por Paulo Motta Lima, jornalista atuante desde a década de 20: "Bom, aí estamos em 32, né? A evolução política do país nos conduziu a etapas ainda mais avançadas, né? Começaram a surgir questões, por exemplo, se falava em luta contra o latifúndio, né, e então algumas correntes políticas levavam a bandeira de luta contra o imperialismo, né? Essa palavra era nova, soava como uma coisa estranha a muitos ouvidos, né? e houve até um caso curioso: um dos jornalistas mais brilhantes do Rio de Janeiro - eu não quero dizer o nome, porque trabalhei com ele, né, e não quero deixá-lo numa situação grotesca, ele já é morto, né, estou contando história de muitos anos atrás, né - ele estranhou que se falasse em imperialismo tantos anos depois de proclamada a república, né? Ele confundia o imperialismo, é a influência do poder do capital financeiro internacional, né, com política imperial ou republicana, né? é." (Depoimento obtido por nós na ABl, em 1988).

O nascente marxismo brasileiro foi levado a se 'adaptar' a um quadro caracterizado pelo esvaziamento sistemático da reflexão. (...) Muito mais importante do que defender as idéias de Marx passou a ser justificar a ação de Lenin, continuada por Stalin: a figura palpável que o marxismo tinha assumido, o Estado soviético. (Konder, op.cit., p. 199)

O que é também interessante de se observar, neste comentário de Konder, é a repetição do gesto de leitura que está sendo colocado em questão. O PCB deixa de ser compreendido enquanto tal, seu sentido é deslocado, ficando atrelado, ou melhor, fechado na “figura palpável” do Estado Soviético e de Stalin.

No período marcado por fortes greves operárias (entre 1914 e 1916, mas sobretudo em 1917), o noticiário divide o movimento anarquista em dois grupos, como é possível observar nos recortes abaixo:

6. No caso brasileiro, o operário, que até agora havia sido explorado pelo político, libertou-se do parasita parlamentar, para se tornar **vítima do apóstolo itinerante do anarquismo cosmopolita**. (...) // Com um proletariado, a que os governos nunca se preocuparam de educar e de instruir, estamos ameaçados de ver a reação contra a opressão econômica encaminhar-se no sentido da ação revolucionária destrutiva. (CM, 21/07/1917, p. 1, tit: **A ameaça da greve**)

7. Realizaram-se as nossas previsões quanto aos elementos que fomentaram a greve do operariado paulista: já se verificou que a feição alarmante que os acontecimentos tomaram resultou de propaganda subversiva, levada a efeito por **anarquistas estrangeiros**. (...) // Depois do que se passou, ninguém de bom senso poderia mais tolerar que os operários, que se deixaram vencer pelas perniciosas **sugestões** de alguns **perigosos anarquistas**, saíssem plenamente vitoriosos da luta em que se empenharam e que não é com os patrões, mas sim com os próprios interesses do Estado. (OP, 14/07/1917, p.1, tit: **A greve em São Paulo**)

8. O operariado brasileiro tudo merece dos poderes públicos; mas os contumazes agitadores desta classe, os que lhes exploraram a boa fé, lançando-lhe em **antipáticas aventuras**, esses só podem merecer a severidade e o rigor do governo. É indispensável reprimir a audácia desses **aventureiros**. (OP, 14/07/1917, p. 1, tit: **Repressão necessária**)

De um lado, *operários*, de outro, os inimigos, ou seja, os *líderes anarquistas*. Sobre os operários, as notícias vêm sempre pontuadas por um 'tom' condescendente: eles são despreparados, deixam-se envolver por líderes anarquistas, ou estão nas mãos de *polítiques de plantão*. Se se deixam conduzir, é porque não foram contemplados por políticas educacionais e sociais. Assim, é somente o Estado, culpabilizado por omissão, quem pode reconduzi-los ao caminho reto, para que não se deixem seduzir tornando-se *audaciosos e subversivos* como os *apóstolos anarquistas*.

Da mesma forma, já havia um 'discurso' em circulação sobre os acontecimentos revolucionários na Rússia. Discurso esse em que os significantes 'revolução', 'revolucionários' não aparece. Em seu lugar, *banditismo, agitador, criminoso e subversão*: retoma-se o direcionamento de sentidos produzidos pelas agências de notícias estrangeiras (UPI e outras) que funcionavam na época e, portanto, resultante das leituras europeizadas já existentes sobre os movimentos sociais descritos. A recepção e circulação desta 'nova idéia' -- o comunismo -- era quase sempre tematizada como se pode ler abaixo:

9. A United Press fez hoje distribuir uma nota comunicando que ontem foi preso em Gzarki, na Finlândia, o célebre **agitador** russo Lenine, o qual será logo conduzido para Petrogrado, a fim de se submeter a julgamento. (CM, 27/07/1917, p. 5, **tít: O agitador Lenine foi preso na Finlândia.**)

10. Riga, 4 (UP) Uma notícia ainda não confirmada, procedente de Moscou, diz que cartazes com os seguintes dizeres foram colocados em todos os pontos da capital da Rússia dos soviets: "Abaixo Lenine e Trotsky! Somente um Czar poderá restabelecer a Rússia esfomeada!" (JB, 5/8/1921, p.6, **tít: A fome e a peste na Rússia**)

11. O **desmoronamento** da Rússia continua fragoroso e lamentável (...) A fome predomina em todos os lares (...) O **banditismo** -- até o banditismo! -- está, agora, perseguindo a pátria de Gorki e Tolstoi (...)// Os fatos já demonstraram que o regime sovieta não pode produzir bons frutos. (JB, 19/8/1921, p. 7, **tít: Os minimistas e maximistas russos**)

12. JB, 19/8/1921, p. 8, **tít: As autoridades da Rússia fizeram executar vários camponeses ricos por ocultarem gêneros alimentícios**

13. Leningrado, 8 ("Correio da Manhã") -- Em seguida ao atentado contra o secretário soviético comunal rigasto, gravemente ferido e dada a fuga do criminoso, a polícia prendeu como reféns trinta pessoas, que serão fuziladas, se o ferido morrer. (CM, 09/07/25, p. 1, **tít: O terror vermelho**)

na Rússia; subtít: Mais vinte candidatos ao fuzilamento para pagarem, inocentes, pelo atentado contra um sovieta)

14. Paris, 6 ("Correio da Manhã") -- Duzentos comunistas armados assaltaram a sede da organização dos Jovens Patriotas de Pluteaux, ferindo gravemente sete pessoas. Em seguida a isto, a Liga Patriótica O publicou um apelo no sentido de ser movida uma luta sem tréguas contra a subversão comunista. (CM, 07/07/27, p. 1, tít: Os comunistas na França estão tomando atitudes audaciosas)

15. OG, 09/06/1927, p.2, tít: O olho de Moscou sobre o mundo

16. OP, 05/08/30, p.3, tít/sub-tít: "Moscou ensanguentando ainda mais a China ! Organizada a sinistra corte dos 'assassinos negros', ao mando das mulheres comunistas

17. JB, 05/08/30, p. 7, tít/sub-tít: Como os soviets liquidam uma greve; As tropas comunistas mataram duzentos operários e feriram centenas de outros

18. OG, 01/09/30 , p.2, tít: Socialismo, pedra e sangue !

Nos recortes acima, uma seleção de fragmentos de reportagens e títulos extraídos de nosso *corpus*, fica patente a caracterização dos comunistas como criminosos cruéis: o saldo de suas ações violentas é a morte de inocentes. Trata-se de um noticiário que, ao longo da década de 20, concentrou-se em descrever as *atrocidades cometidas por comunistas* na Europa. Essas notícias, um tanto numerosas, encontravam um certo eco no Brasil, embora até o final da década de 20 o comunismo no país não representasse nenhuma ameaça séria. Às vezes, como foi possível observar no mês de setembro de 1926 no *Jornal do Brasil* e em também em setembro de 1925, em *O Globo*, nenhuma notícia era relatada. Mas mesmo assim, alguns jornais já projetavam, então, antecipações alarmistas, pois colocavam os incipientes comunistas brasileiros ocupando previamente esse lugar de inimigo.

Configura-se, deste modo, a confluência de dois discursos importantes na representação do comunista como inimigo: o que é produzido sobre os comunistas na Europa e aquele que se constrói sobre a atuação dos comunistas nos movimentos sociais brasileiros.

Em síntese, o que de fato freqüentava as páginas dos jornais neste início da República, e mesmo nos anos subseqüentes, eram notícias que circunscreviam crítica e

negativamente uma região de sentidos contrária a estes movimentos sociais. Ou seja, configura-se um sítio de significância em que 'frutificam' estes processos significativos ao mesmo tempo em que se apagam outros. São duas famílias parafrásticas, portanto, que vão se formando. Por um lado, aquela que é dita e retoma um já-dito sobre destruição e morte: *banditismo, pedra e sangue, subversão*. Por outro, apaga-se a ideia de movimento social ou popular, silencia-se a revolução e seu espírito.

No caso do movimento anarquista, é interessante observar que, nesta época, apesar da fronteira entre anarquismo e comunismo nem sempre estar bem delimitada em termos político-ideológicos, pela imprensa, o lugar de inimigo social era preenchido indiferentemente por ambos. No recorte abaixo, esta situação está bem caracterizada, pois pode-se depreender uma correlação anarquismo, subversão, comunismo, e violência, por um lado, e república com democracia, por outro:

19. (...) a família brasileira vem sendo envenenada por **micróbios e drogas anarquistas e subversivas** importadas da Rússia bolchevista e vermelha. // Neste ponto, republicanos e democratas estão em harmonia quanto à conveniência de se preservar o Brasil da incursão de uma **política de transformações radicais e violentas**, que dentro do caos da confusão ocidental não se sabe o que é, nem o que será daqui para o futuro. O soviétismo, pelo que se depreende das reformas dos comissários de Lenigrado, é o **comunismo anárquico**. (CM, 13/07/1927, p.4, tít: **Do bernardismo ao bolchevismo**)

Nas primeiras décadas do século XX, o combate ao anarquismo e ao comunismo representa, portanto, a luta contra *uma política de transformações radicais e violentas*. A associação não deixa de ser previsível. Por um lado, as greves anarquistas semeando no Brasil uma movimentação popular ainda não vista na República; de outro, as notícias sobre comunistas na Europa enfatizavam violências praticadas contra a população. O discurso que vai sendo construído *sobre* os comunistas brasileiros, ainda pouco organizados e pouco numerosos, encontra sua raiz nessa forma de representar anarquistas e comunistas estrangeiros, sobretudo os soviéticos.

É, portanto, dessa confluência de discursos, antagonizando-se com a República recente, que vai sendo construído e determinado, nos jornais, a construção discursiva

do referente comunismo/comunista no Brasil. E, nesse modo de designar, encontra-se a 'importação' de vocabulário pertencente a outros domínios especializados, tais como, as ciências médicas e o positivismo filosófico¹⁴. Assim, a representação de 'comunismo' se encontra vinculada ao *caos* anarquista, à *Rússia bolchevista e vermelha* bem como aos *micróbios*, invisíveis e mortais. Esse caminho de entrada da noção nova 'comunismo' organizado no discurso jornalístico -- confrontando a *família brasileira* com a *infiltração do micróbio comunista* -- vai ser determinante no tratamento político do movimento comunista brasileiro. As diferentes formas de denominar os comunistas vão ficar, durante muito tempo, submissas a essa forma de dizer. Raras serão as reportagens e / ou matérias assinadas que vão discutir a teoria do comunismo ou o que seria uma sociedade comunista etc.

3.1.1 O papel das definições

Até meados dos anos 30, grande parte das denominações que tornam comunistas e comunismo visíveis discursivamente encontra-se inserida na forma de **enunciados definitórios**.

Como já tivemos oportunidade de dizer, o discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento. Para tanto, o discurso jornalístico assume um caráter didático, em que as explicações têm a forma causa / consequência, aparecendo pontuadas com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística como modo de didatizar as informações.

Do latim *definire*, ie, delimitar, circunscrever, a definição designa, do ponto de vista da lógica formal, "o conjunto dos termos conhecidos cuja combinação determina o conceito definido e é representado por um termo único" (Lalande, 1993:230).

¹⁴ Pécheux (1981:66), analisando as semelhanças dos processos de linguagem que entram em jogo na revolução francesa e na revolução russa, usa a expressão "termos importados de formações discursivas especializadas" para explicar que no discurso revolucionário a "importação funciona como uma marca política de reconhecimento...". O que temos buscado evidenciar, com relação a este ponto, é que no caso do discurso jornalístico sobre os comunistas, essa "importação" já resulta da ação do interdiscurso e é evidência das relações ideológicas que assujeitam o discurso jornalístico a um dizer já dito.

De acordo com Rey (1990:14) uma oposição clássica na filosofia separa a definição de palavras, com características metalingüísticas, voltada para a construção de dicionários e estabelecendo redes de sinonímias (do tipo 'comunismo' significa ou quer dizer X) da definição de coisas, ostensiva ou referencial (cuja forma envolve uma operação predicativa do tipo 'comunismo' é X), permitindo distinguir o referente que está sendo definido, ie a 'coisa' designada por aquele nome, de outros referentes pertencentes à mesma classe.

Em *Logique ou L'Art de penser*, encontra-se esta distinção sob uma outra perspectiva, com o estabelecimento de três tipos de definição: a definição de palavras, a definição de nomes e a definição de coisas (ou referencial). A primeira, mais ligada à construção de dicionários, objetiva dizer qual a significação de uma palavra, sendo submetidas ao valor de verdade quanto ao seu uso; a segunda se apresenta mais como uma função epistemológica, provendo, arbitrariamente, novos termos ou termos já existentes com sentidos determinados; já o terceiro tipo de definição, que não se encontra totalmente formulado, promove a relação de uma idéia com outras, buscando identificar qual idéia está contida ou contém uma outra.¹⁵

A diferenciação proposta por Arnauld e Nicole irá sofrer várias reformulações ao longo da história da filosofia, assim como a oposição clássica apontada por Rey é também retomada com diferenças: não há um consenso, entre os filósofos, em torno dos modos de definir os tipos de definição o que acarreta, muitas vezes, deslocamentos entres os diferentes tipos. De qualquer forma, dentre as diferentes maneiras de abordar a questão, parece-nos que Mill (*apud* Lalande, *op.cit.*, p. 1252) apresenta uma crítica crucial: "se chama comumente *definição de coisa* àquela que contém um postulado de existência, que em si mesmo é uma coisa completamente diferente de uma definição." Por conseguinte, não há senão definição de palavras.

Ora, o que mais se encontra no discurso jornalístico é um processo discursivo que faz deslizar, valendo-se de fórmulas definitórias, o que seria uma definição do

¹⁵ - Segundo Auroux (1990) é justamente no terceiro tipo de definição que se encontra formulada a estrutura da teoria das idéias, resultando definitivamente no afastamento da concepção aristotélica da definição de coisa: "O que desapareceu com ela [teoria aristotélica] é o que dava sua estrutura à antiga teoria da definição de coisa, ie. a teoria da essência. (...) Perde-se, com efeito, a possibilidade teórica de dizer quais são os limites de uma definição de coisa."

comunismo enquanto conceito ou sistema político para uma imagem ou representação do que está sendo referido com aquela palavra. A definição, portanto, produz um efeito de ilusão referencial e contribui na intitucionalização de que os comunistas e o comunismo são X. Observemos esse conjunto de definições extraídas de nosso *corpus*:

20. *O soviétismo (...) é o comunismo anárquico. (CM, 13/07/1927)*
21. *[o comunismo] É uma forma de governo como outra qualquer, que falhou. (CM, 15/07/1927)*
22. *O comunismo é uma fantasia econômica. (OG, 12/07/1927)*
23. *O bolchevismo é o materialismo brutal (...) é a despersonalização do indivíduo (...) é a animalização da criatura humana. (OP, 26/07/1930)*
24. *O comunismo é a supressão sumária de todos os direitos jurídicos e políticos (...) é, em suma, a eliminação das Pátrias. (OP, 07/10/1930)*
25. *O comunista militante entre nós é, pois, um elemento desvairado, um pretensioso de meia ciência. (DC, 14/12/1930)*
26. *O comunismo é o inimigo comum. (JB, 26/10/1937)*
27. *Um comunista é um inimigo da nossa cultura, da nossa família, da nossa propriedade, do nosso trabalho, da nossa Pátria. (JB, 31/10/1937)*

Uma definição deve responder à (nem tão simples) questão: 'o que é isso?' Essa resposta deve ser dada de modo a vincular o termo a ser definido à classe ou ordem a que o termo pertence.

Para se definir o termo 'comunismo', então, é necessário incluí-lo na ordem do político, pensá-lo enquanto proposta de partidos políticos que, partindo de uma leitura do materialismo dialético, objetivam um sistema social e econômico baseado na propriedade coletiva.

Nas definições acima, porém, 'comunismo' / 'comunista' se encontram fora da ordem do político. Depreende-se uma desqualificação produzida pela inserção de 'comunismo' no que corresponde ao oposto de qualquer idéia de ordem da civilização ocidental: ele corresponde à des-ordem moral, econômica, política, jurídica. É interessante observar que esta forma de determinação é tão forte que desloca para o campo do econômico e do político as adjetivações indicativas de barbárie e de loucura (*fantasia econômica, materialismo brutal*).

A indicação que estas definições fornecem é a de que este *outro* sistema político e econômico corresponde a uma ameaça e pode ser localizado -- ie, tornado materialmente visível -- na União Soviética. A União Soviética é o lugar onde ocorre a *eliminação das Pátrias*: o comunismo, deste modo, deixa de ser um conceito político para tornar-se a imagem de um país. O enunciado que transcrevemos a seguir, embora não seja do tipo definatório é bastante sugestivo: *Moscou continua a ser o terrível inimigo da civilização. (OP, 04/07/1930).*

Essas definições têm uma forma predicativa. Postulando sua existência na forma assumida pela URSS, elas enunciam atributos ao 'comunismo', não o definem. Assim, as definições representam o comunismo, retomando do imaginário coletivo seja o horror à *animalização da criatura humana*, seja a perda da idéia de liberdade, expressa em *supressão primária de todos os direitos jurídicos e políticos...* Algumas das predicções usadas têm uma forma nominalizada, (como as duas citadas acima), configurando a intervenção do pré-construído e conferindo ao 'objeto comunismo' uma estabilidade referencial negativizada. Um processo semelhante ocorre com 'comunista'.

Mas na figura do 'comunista' -- que diferentemente da União Soviética, não se encontra distante, mas pode estar presente na sociedade -- encontra-se a alteridade extrema, "o temor apavorante do que é absolutamente outro, o indizível, o impensável, o puro caos" (Vernant, 1991:13).¹⁶ As predicções usadas -- *elemento desvairado, pretensioso de meia ciência, inimigo da cultura, da Pátria* -- isolam o comunista como indivíduo não social.

Como mencionamos, o uso de definições é um dos aspectos didáticos da imprensa. No caso em análise, as definições, sob a forma de predicções, deslocam o campo da compreensão de uma palavra para uma representação de objeto para o pensamento visivelmente 'identificável' no mundo em decorrência de um dizer já dito.

¹⁶ - Falamos em imaginário coletivo, mais acima e citamos J.P.Vernant, logo a seguir, não por acaso. O autor, fazendo uma análise dos mitos gregos da Ártemis e Gorgô, explica como ambos apontam para o modo como os gregos tratavam da questão da alteridade. Ártemis se faz presente tanto nos montes, bosques e terras cultivadas, portanto, humanizadas, como nos limites imprecisos entre a terra e a água, "espaço de total selvageria". Já a máscara "monstruosa de Gorgô" (...) traduz "para o homem, o confronto com a morte". No nosso entender, esse imaginário do que vem a ser o outro enquanto imagem de um horror necessário para representação da diferença constitutiva do que vem a ser o mesmo.

E tal identificação é marcada interdiscursivamente pelo retorno de uma memória daquilo que seria o oposto da civilização. Definindo / representando o comunista como 'indivíduo' empiricamente localizável, possuidor de qualidades que o caracterizam como 'inimigo' e definindo / representando o comunismo como país / lugar 'inimigo da civilização', o discurso jornalístico reforça a ilusão da literalidade e, em decorrência, a ilusão da informatividade.¹⁷

Assim, no discurso jornalístico vai sendo construída uma direção de leitura *sobre* os comunistas, ou, para ser mais precisa, os leitores, em sua leitura, vão sendo conduzidos a aprender *sobre* os comunistas tal como são tornados realidade com esses discursos. Isso ocorre porque, nesse deslizar entre os dois tipos de definição, são mobilizados 'saberes' já disponíveis na memória discursiva. Ao mesmo tempo, os jornais, em nome da informação, retomam essa memória e vão construindo um novo arquivo para seus leitores. Deste modo, na prática discursiva da imprensa, o acontecimento comunismo é significado na retomada de uma memória discursiva, que é tanto a da imprensa quanto a da 'moral' ocidental: o sentido outro é apreendido nas malhas do preconstruído.

Depreende-se, aí, que a enunciação jornalística, marcada pelo domínio da memória, contribui na estabilidade da construção discursiva referencial de comunismo / comunista. E, conforme mencionamos acima, isso é possível porque a prática discursiva da imprensa já se encontra marcada por uma memória discursiva. Dito de outro modo, nos enunciados definitórios, em suas reformulações, intervém esse interdiscurso institucional específico.

Deste modo, se o ato de definir na prática discursiva jornalística tem de fato uma função institucional de caráter didático, então, do nosso ponto de vista, essas definições jornalísticas podem ser compreendidas como procedimento de controle intradiscursivo, funcionando de modo a restringir o processo de produção de sentidos

imaginário que remonta aos gregos, retorna na forma de representação dos comunistas tal como a estamos descrevendo e analisando.

¹⁷ - Zoppi Fontana, em artigo ainda inédito, discute o papel das definições nas notas de rodapé que figuram em textos literários. Seu trabalho nos fez refletir mais fortemente nesse modo específico de funcionamento das definições no discurso jornalístico.

e, ao mesmo tempo, restringir a circulação de quaisquer enunciados *sobre* os comunistas no todo social.¹⁸

São elas que, aliadas às denominações e às notícias sobre o comunismo e o anarquismo, constituem o domínio de atualidade do discurso jornalístico político *sobre* o comunismo, pois circunscrevem uma posição de onde se pode falar *sobre* esse acontecimento que se autodenomina Partido Comunista Brasileiro. Enquanto domínio de atualidade, estão fundando, simultaneamente, um discurso de exclusão e negativização do comunismo e, por oposição, a solidificando um discurso de valorização e preservação da Pátria-Brasil-República nos moldes liberais em que foi fundada. Como veremos mais adiante, nessa discursividade já se encontram traços do amplo desenho de uma formação discursiva: a brasileira.

Trata-se de um discurso que funda o comunista como inimigo. Sua eficácia, neste momento, não está tanto em ser um possível lugar de fundação da memória pátria, mas sim em iniciar um processo de fechamento das fronteiras da formação discursiva brasileira. Impedindo a circulação de outros enunciados, nega a possibilidade de um sentido outro e, seguindo o processo de instalação do discurso fundador, “aproveita fragmentos do ritual já instalado -- da ideologia já significativa -- apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar o novo” (Orlandi, 1993c:13). Ou seja, esse domínio enunciativo jornalístico-político coloca em circulação formulações discursivas anteriores, alguns ‘retalhos’ do já-dito que representa o ‘outro’ como inimigo -- é a presentificação de uma memória discursiva -- de modo a significar o comunismo deste lugar.

E, como todo discurso, já traz consigo um vislumbrar do devir, uma memória do futuro. O futuro daquilo que não pode acontecer.

¹⁸ Essa observação se inspira na proposta de Foucault (1970) em sua análise dos procedimentos de controle dos enunciados no discurso.

3.1.2 As antecipações

Note-se, nos recortes abaixo, como o discurso jornalístico já vai agendando, para seus leitores, uma memória do futuro. De um lado, não esqueçamos, há o processo de fundação desse discurso contrário ao comunismo em geral, e comunismo brasileiro, em particular, e de outro, já consolidado, discursos *sobre* os movimentos anarquistas e comunistas fora do Brasil. Aliás, um detalhe interessante, e que contribui na organização deste cenário¹⁹ em construção nas páginas dos jornais, são as notícias que algumas associações publicavam nos jornais, apresentando os resultados de suas reuniões.²⁰ É mais para o final da década, portanto, que começa a ganhar uma visibilidade maior este tipo de denominação e definição do comunista brasileiro como um *mau cidadão* e *inimigo da Pátria* como perigo em potencial. Vejamos:

28. Não queremos, por ora, aventurar juízos, que *poderiam ser temerários*. Mas -- e o nosso grito de alarme se dirige a todos os brasileiros, aos que vivem do seu trabalho diuturno e aos que têm alguma coisa a defender -- causa ou efeito dessa estúpida e criminosa política do dissídio entre irmãos do mesmo sangue, entre indivíduos da mesma raça e da mesma língua, nascidos nesta amável terra coberta de glórias e cheia de civismo, *fato é que já se começa a esboçar entre nós* a mais revoltante e mais anti-nacional de todas as campanhas de pensamento e ação, que é a do *comunismo, inimigo da lei e inimigo da Pátria*. (OP, 02/01/27, p.3, tít: **Traição ou incompreensão, grifos nossos**)

29. Sabemos estarem sendo tomadas, da parte das altas autoridades policiais, enérgicas medidas no sentido de abafar inteiramente o *surto comunista* que procura neste momento *glorioso* para o Brasil, travar a *nossa marcha para o destino de grandeza* a que aspiramos. (...) (DC, 29/10/30, p. 1: **Contra os inimigos da tranquilidade, grifos nossos**)

30. Identificado com o exército e a armada, o povo brasileiro, incorporando-se pela apresentação dos reservistas, às suas fileiras, prepara-se, ainda uma vez, para reprimir a *investida criminosa* dos que agridem neste momento a Nação, praticando o mais *monstruoso atentado* da nossa história republicana. (...) // O *polvo comunista* a que os *maus cidadãos* rebelados deram agasalho nas *alucinações do seu sonho maldito de esfacelamento do Brasil*, terá também, com a vitória do regime,

¹⁹ Voltaremos à noção de cenário discursivo (cfme Indursky, 1994) quando estivermos tratando das narrativas

²⁰ A título de exemplo: Pedem-nos a publicação do seguinte: "Domingo passado, com a presença de elevado número de sócios e camaradas de outras classes, foi realizada a assembléia de costume, cujo resumo passamos a relatar (...) // Seguiu-se o encerramento do quadro com o retrato do sócio Manuel Lima ao som da *Internacional*, cantada pela assistência (...) (JB, 3/8/1921, p. 10, tít: **O operariado** ; subtít: **União dos empregados em padarias**).

deceitados os seus tentáculos. (...) (OP, 08/10/30, p. 3, tít: A reação nacional, grifos nossos)

A projeção da memória do que poderia vir a acontecer tem sua materialidade textualizada de diversas maneiras. Da escolha lexical que remete para idéias de futuro e movimento (*destino, marcha, reação*), da utilização de modalização com verbo no futuro do pretérito, formulando hipóteses, (*aventurar juízos que poderiam ser temerários*), das adjetivações (*destino de grandeza, sonho maldito*), distribuindo os campos antagonistas do bem (*brasileiros / povo brasileiro*) e do mal (*surto / polvo comunista*), até a afirmação de fatos dados como incontestáveis que, descrevendo uma situação presente, apontam para inevitáveis desdobramentos futuros (*fato é que já começa ...; o povo brasileiro (...) prepara-se para reprimir...*), na enunciação jornalística vai se organizando uma representação social do comunismo como um futuro indesejável, e contraponto ao que se afirma que é e será a brasileira. Observemos de que modo se processa um vínculo com a imagem genérica brasileiro,

o 'mesmo' que se bate e sempre deverá bater-se contra o 'outro' comunista.²¹ Em resumo, a antecipação funciona desconstruindo previamente os sentidos.

Nas seqüências acima, do discurso jornalístico emerge uma voz conselheira -- um 'nós' que enuncia um *grito de alarme* -- e traz à memória os resíduos desses sentidos que lentamente vêm se acumulando sobre os perigos e os males do comunismo a partir das notícias sobre os movimentos comunistas estrangeiros. Ora, este 'nós' se oculta por trás da impessoalidade constitutiva das características do discurso jornalístico, mas também se mostra, e de modo bastante explícito, representando-se como origem e responsável pela enunciação. Não esqueçamos, porém, da dupla determinação histórica da posição discursiva deste locutor jornalista: aquela que o submete à construção do sujeito ocidental e aquela, não menos importante, que o restringe à historicidade de sua formação social.

Desta posição enunciativa 'nós', o jornal se dirige aos brasileiros, 'vocês', os *irmãos do mesmo sangue, da mesma raça, da mesma língua*, que nasceram *nesta amável terra, cheia de civismo* e, simultaneamente, exclui 'eles', *os maus cidadãos rebelados*.

Trata-se de um 'nós' inclusivo -- eu e 'vocês' -- ou seja, abarca tanto o universo jornalístico como o dos leitores. A partir deste 'nós', estabelecendo um simulacro de diálogo, se organiza uma cumplicidade jornal-leitores, ambos partilhando um mesmo imaginário proposto pelo modo de construção do discurso jornalístico.

Observe-se que o elemento central de referência, o nome 'comunismo', aparece previamente determinado por uma cadeia composta por dois sintagmas nominais -- *(d)essa estúpida e criminosa política, e a mais revoltante e mais anti-nacional de todas as campanhas de pensamento e ação* --, ambos produzindo o efeito de retorno (lateral) do saber no pensamento.

Na construção subsequente, a conclusão é uma só: *é o comunismo* -- já determinado interdiscursivamente -- *que é inimigo da lei e inimigo da Pátria* (ou,

²¹ Em seu conjunto, estas notícias estão ligadas aos momentos que antecederam o evento histórico Revolução de 30, época em que a aliança Vargas-Prestes foi duramente combatida pelo governo de Washington Luís.

melhor dizendo, inimigo desta *amorável terra*). E, assim, se produz uma nova determinação, esta inequívoca e colocada como consensual: 'comunista = inimigo do Brasil'. Dai a a eficácia prospectiva do discurso jornalístico em seu *grito de alarme*.

Nas seqüências discursivas que apresentamos a seguir, produzidas alguns anos após esse *grito de alarme*, configura-se o retorno do dizer contrário aos comunistas, mas não enquanto algo a saber. A ameaça comunista não é mais apenas um *sonho maldito*, uma promessa de futuro do que poderia se realizar: ela tornou-se uma ameaça mundial permanente contra o que se deve estar em permanente estado de alerta. Paralelamente, fixa-se de vez uma memória da implantação do comunismo no Brasil bem como a imagem que se tem do brasileiro:

31. (...) Em 1929, a propaganda se desenvolvia sobretudo no norte. Em Pernambuco o movimento chegou a atingir proporções graves. Os comunistas conseguiram fundar uma escola em que *amestravam* os correligionários na técnica da propaganda subversiva. Mais tarde, outra 'escola prática de comunismo' foi instalada, esta na capital paulista. // Aqui aportou em 1928, e ficou até 1931, um agente da Internacional Comunista (...) // Com a sua prisão, a polícia ficou senhora das proporções e dos segredos do movimento (...) // A data exata da instalação (fundação do PC do Brasil) foi a 17 de novembro de 1921. O Partido Comunista nunca pôde ser organizado definitivamente, até que sob a orientação de Luiz Carlos Prestes, tomou novos rumos, com a assistência pecuniária de Moscou (...). (DC, 10/01/36, 1ª pág.: **A atividade comunista no Brasil.**)

32. O materialismo histórico da hora que vai passando pelo mundo é um dos sintomas mais alarmantes de *decadência* contra a qual urge reagir por todos os meios. A humanidade assiste, aturdida, o desencadeamento de uma *tormenta* que procura envolver todos os povos para *destruir* as conquistas espirituais multi-seculares que concorreram para o esplendor da atual civilização. // O bolchevismo investiu na Rússia contra os cultos cristãos (...) // (...) E esse fantasma se localiza nas estepes, comandando a sua horda miserável. // A reação contra o comunismo não visa somente defender a humanidade contra o perigo da dissolução social, dos costumes e das relações internacionais. Visa, sobretudo, evitar o desmoronamento da civilização cristã, nascida há quase vinte séculos numa mangedoura em Belém. (DC, 08/10/37, editorial: **Guerra aos 'sem Deus'**)

Foi se textualizando, deste modo, uma história sobre o PCB em consonância com o desenvolvimento do comunismo de um modo geral. As denominações e as

definições foram textualizando o imaginário 'comunista / inimigo' e ganhando o contorno de um pré-construto, algo já dito antes, em algum lugar e que retorna no discurso jornalístico-político como evidência. Uma evidência que o próprio discurso jornalístico ajudou a construir.

3.2 - DOS ANOS 30 A 1970

É em torno de meados da década de 30 que se fixa na imprensa esse sentido negativizado para comunismo/comunistas. O comunismo, seja em sua acepção geral, seja na sua particularização como o regime dos 'horrores soviéticos', passa a ser sempre representado como uma doutrina ou ideologia perigosa para o Brasil nas matérias ou reportagens jornalísticas não assinadas. O mesmo, no entanto, nem sempre ocorre com as colunas assinadas por comentaristas políticos ou porta-vozes de movimentos sociais. Mas se nos dispuséssemos a comparar o volume de matérias não assinadas contrárias ao comunismo, com a quantidade de colunas favoráveis, veríamos que estas últimas estão em desvantagem.

Nas reportagens, os comunistas aparecem ou como inimigos astuciosos -- os *maus cidadãos* -- ou como alguns brasileiros ingênuos que se deixaram levar por idéias falsas. Estes brasileiros correspondem a segmentos da sociedade, nunca a uma classe social inteira. No início do século, como vimos, tratava-se de parte dos operários, mas agora, progressivamente, o quadro social vulnerável ao *polvo comunista* se amplia: entram em cena, além do operariado, os estudantes, os trabalhadores em geral e, também, conforme a análise de alguns correspondentes estrangeiros, ou dos militares do golpe de 1964, parte da Igreja. No entanto, convém ressaltar, é parte do operariado, parte do clero, parte dos estudantes e parte dos professores que, ganhando visibilidade como comunistas, precisam ser combatidos. Vale a pena transcrever algumas destas 'análises políticas' retroativas / prospectivas citadas pelos jornais:

33. Finalmente, **reputa impossível e prematura a ditadura do proletariado**. As gerações milenares amesquinham por demais o homem do trabalho para que a sua inteligência possa, tão cedo, conquistar

capacidade do governo de si mesmo. (OG,27/07/27, p. 2, 2. ed., tít:O olho de Moscou sobre o Brasil

34. Um sociólogo norte-americano, Thomas G. Sanders, afirmou ontem, em artigo publicado na conceituada revista *Foreign Affairs*, que a Igreja Católica Latino-Americana “mudou a tal ponto que uma aliança entre ela e os marxistas, ou outra facção revolucionária não está fora de cogitação. (...) // O fato de que os **católicos** da América Latina **usem** atualmente expressões como **‘imperialismo e colonialismo’**, referindo-se aos EUA -- ou **‘luta de classes’** para descrever os conflitos sociais em geral, demonstra que a teoria marxista faz sentido para eles”, afirmou o sociólogo. A força matriz por trás dessa evolução ideológica seria, segundo Sanders, a Igreja Chilena. (OG, 08/01/70, p. 8, tít: **Marx e a igreja no Hemisfério**)

35. São Paulo (sucursal) -- A Polícia Federal de S. Paulo vai investigar as denúncias do cel. Otávio Augusto Aguiar de Medeiros, Comandante do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, referente à JOC -- Juventude Operária Católica de São Paulo. Falando ontem sobre o assunto, o general Sílvio Correia de Andrade, delegado da Polícia Federal nessa capital, declarou: (...) “**os comunistas não dormem**. Eles se foram **infiltrando** em vários setores da sociedade. Desta maneira: 1) o setor operário; 2) na imprensa, falada e escrita; e 3) entre os estudantes e os professores. Agora é a quarta fase, a infiltração no seio do clero”. Depois acrescentou: “Há setores da igreja que podem ser considerados mais subversivos. Praticamente toda a área civil está sofrendo a ação comunista, apenas a militar permanece imune”. (...) (CM, 08/12/68, p. 19, tít: **Federais investigam operários católicos.**)

Por outro lado, nesse confronto que se estabelece, os demais brasileiros são significados como patriotas e democratas. Desse discurso sobre os comunistas nos jornais pode-se, então, concluir: brasileiro, que é brasileiro, (e, portanto, maduro, democrata e patriota) jamais será comunista. É interessante notar que, na maioria das vezes em que ambas as significações ocorrem, não se está discutindo politicamente nem o ponto de vista comunista, nem um ponto de vista politicamente contrário. O confronto se dá, sobretudo, pela mobilização de valores morais e cristãos que seriam predados inditáveis dos ‘brasileiros-brasileiros’. Note-se que também está em jogo aqui um processo de construção discursiva de uma referência do que significa ‘brasilidade’.

Para melhor explicitar estes processos, vamos nos deter, inicialmente, nas denominações depreendidas em matérias não assinadas. Nas seqüências discursivas de referência abaixo, podemos ler uma síntese destas representações.

36. Queremos reproduzir na íntegra o manifesto [comunista] (...) a fim de chamarmos a atenção do grande público conservador e patriota, dos bons e sensatos brasileiros, dos verdadeiros amigos da nossa Terra // O comunismo é o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da Pátria. Não há religião, não há lar, não há nação dentro dos princípios, das doutrinas e das práticas do bolchevismo. A idéia de Deus desaparece. A idéia de Pátria não existe. A idéia de propriedade é um crime. A idéia de família é uma desonra. A idéia de liberdade é um crime. Meia dúzia de sectários ferozes como os de Moscou fazem do povo um rebanho // Pois é com o fim de escravizar aos tiranos vermelhos o nosso Brasil. (...) [segue manifesto] **OP, 31/05/30, p.1, manchete: O cabecilha revolucionário Carlos Prestes aderiu ao bolchevismo e apresentou manifesto aos seus correligionários)**

37. As nossas tradições e a nossa índole repelem as idéias dissolventes dos apóstolos de Lenine. Elas não chegarão mesmo a medrar em nosso país. Isso, no entanto, não deve significar um abandono, por parte da polícia, da perseguição aos pregoeiros da anarquia: sempre há um ou outro espírito fraco que se deixa empolgar. (**JB, 5/8/30 - p.11, tít: O comunismo em Campos)**

38. Há mais ou menos oito dias a seção de Segurança Social vem desenvolvendo diligências no sentido de sustar atividades extremistas que se vêm acentuado progressivamente a ponto de causar apreensões no espírito público assoberbado de boatos de toda sorte. (...)// Em Madureira, foram presos diversos indivíduos que distribuíram boletins subversivos, empunhando bandeiras vermelhas, com dizeres atacando o governo (...) (**CM, 5/7/1935, 1.p, tít: Varejados pela polícia diversos pontos e efetuadas muitas prisões, na noite de ontem)**

39. A Delegacia do Trabalho Marítimo do Porto desta Capital, sente-se no dever patriótico de advertir a todos quantos lhe deve subordinação, empregados e empregadores, que se mantenham alertas e vigilantes contra as seduções do extremismo vermelho, repelindo todo e qualquer elemento que pretender pregar tão nociva ideologia. // Vivendo, sobretudo da dissimulação e da insidia, os agentes do comunismo aparecem, invariavelmente, com falsas seduções para visar os seus fins, procurando, de preferência, o ingênuo e o incauto, com o calculado propósito de inculcar-lhes no espírito desprevenido uma ideologia, cuja prática, repugnante e absurda, constitui um verdadeiro atentado à civilização. (**DC, 1937, Uma circular de combate ao comunismo do delegado do trabalho Marítimo do Porto desta capital)**

40. Ao conceder, às 18h. de ontem, em seu gabinete, entrevista coletiva a propósito do apedrejamento que sofreu na véspera na Praia do Pinto, a secretária de Serviços Sociais, professora Sandra Cavalcanti, atribuiu o incidente aos "agitadores comunistas". (CM, 25/03/64, 1o. Caderno, p. 2, **tít: Sandra Cavalcanti culpa comunistas**)

41. Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o país, de propósitos de desordem e de vontade de ferir a Constituição. // Os verdadeiros brasileiros já fizeram a sua escolha. Estão restabelecendo a legalidade democrática, reformista, sim, mas expurgada do objetivo de comunização do Brasil. O reformismo do Sr. João Goulart é comunização disfarçada em reformismo. // Nós democratas saberemos derrotar a greve geral que se deflagra por ordem dos comunistas aliados ao caudilho. // A Legalidade está conosco -- e não com o caudilho aliado do comunismo. (JB, 01/04/64, p. 7, **Fora da lei, editorial**)

42. Propomos a alteração das atuais leis referentes a punições de estudantes por motivos políticos, a fim de dificultar a ação dos 'catequistas' a soldo de Moscou, Pequim e Havana. // Muita coisa pode ser feita pra impedir que haja a renovação nos reduzidos quadros da terra. Essa modificação proposta é, a nosso juízo, uma das providências mais eficazes nesse particular. (OG, 16/03/70, 1ª pág., **Editorial: Dificultemos o terrorismo**)

Observando o encadeamento lexical que delimita as regiões de sentido formadas, depreende-se em cada sdr uma rede co-textual que formaliza e opõe os dois campos antagônicos: de um lado, os representantes do campo dos *bons e sensatos brasileiros* e, no outro lado, os *tiranos vermelhos*. Essas redes de reformulações intradiscursivas podem ser esquematizadas conforme o seguinte esquema de co-discursividade:

S.D.	'BRASILEIROS'	'COMUNISTAS'	'COMUNISMO'
36	. grande público conservador e patriota . bons e sensatos brasileiros . verdadeiros amigos da nossa Terra . povo / rebanho . nosso Brasil	. sectários ferozes (como os de Moscou) . tiranos vermelhos	(no comunismo ocorre): . roubo da propriedade . dissolução da família . servidão do povo . destruição da Pátria . não há religião, lar, Deus, Pátria, liberdade
37	nossas tradições . nossa índole . nosso país . espírito fraco	. apóstolos de Lenine . pregoeiros da anarquia	. idéias dissolventes
38		. indivíduos	. bandeiras vermelhas

			. atividades extremistas
39	. ingênuo, incauto . espírito desprevidido.	. elemento	. extremismo vermelho . nociva ideologia . prática repugnante e absurda . comunismo
40		agitadores comunistas . comunistas	
41	. nós democratas . verdadeiros brasileiros	. eles . comunistas (aliados ao caudilho)	. comunização do Brasil
42		. catequistas a soldo de Moscou, Pequim e Havana	

quadro de co-discursividade 1

Podemos dizer, tomando cada seqüência discursiva isoladamente, que os sintagmas nominais estão encadeados intradiscursivamente, mantendo uma relação de co-referência entre si na medida em que, através de processos parafrásticos, estabelecem retomadas anafóricas. Encontram-se formadas duas redes co-discursivas: uma formada em torno de 'brasileiros', organizando uma direção de sentidos que se opõe e exclui aquela direcionada em torno dos comunistas / comunismo.

Assim sendo, essas redes de co-referência parafrástica nos permitem considerar a existência de uma FD matriz dominante desse processo de produção de sentidos: as sdr apresentadas pertencem a esta FD que, com hegemonia, se cola ao discurso jornalístico.

Em outras palavras, a enunciação jornalística predominante está absolutamente entranhada nesta FD, matriz da construção do comunismo como antagonista. Temos pistas indicativas: na enunciação, mais uma vez reitera-se um *nós* (*nossa terra, nosso Brasil, nosso país, nós democratas*) que, para além de estabelecer uma cumplicidade com o público-leitor-ideal (Orlandi, 1988), projeta uma identificação com os *bons, sensatos e verdadeiros brasileiros* e vai -- designando, descrevendo e classificando -- contra *eles, os agentes do comunismo*. Jornalistas e leitores, agora, de fato coincidem na forma de significação dessa imagem discursiva do 'brasileiro'. A posição discursiva de onde este 'nós' enuncia coincide com a posição do sujeito-leitor. Não se trata, portanto, simplesmente de uma estratégia de sedução dos leitores.

Esse aspecto deve ser ressaltado tendo em vista que estes recortes que estamos analisando não constituem matérias/reportagens assinadas. Não se trata de um pronome de primeira pessoa do plural 'nós', resultado da enunciação de um articulista, o que caracterizaria uma posição enunciativa específica, mas sim de uma utilização institucional. Em outras palavras, a posição enunciativa institucional jornalística se aglutina com aquela representada como sendo a dos brasileiros.

Em seu conjunto, as sete seqüências discursivas estão atravessadas por uma memória que preside as re-formulações, permitindo as retomadas parafrásticas dos sintagmas nominais. A oposição mencionada anteriormente está, portanto, marcada interdiscursivamente: o fio da memória se estende sobre os diferentes jornais, em tempos históricos distintos, evidenciando a manutenção desse antagonismo *nós* / 'brasileiros' vs. 'comunistas' / *maus cidadãos*. Em outras palavras, embora esses recortes pertençam a jornais e épocas diferentes, eles estão submetidos ao que pode e deve ser dito da FD dominante no imaginário político que é, também, dominante no que diz respeito ao discurso jornalístico.

É o que se pode constatar co-referindo *escravizar aos tiranos vermelhos o nosso Brasil* (36) e *comunização do Brasil* (41). A primeira formulação, de 1930, está contida na segunda, enunciada em 1964. Embora não simétricas quanto aos itens lexicais usados, as duas formulações possuem uma equivalência de sentidos na FD considerada.

Observe-se que há uma constância no modo de denominar 'brasileiros', mas no que se refere a 'comunistas', sua determinação interdiscursiva se dá tanto pela forma de adjetivação quanto pela caracterização do comunismo. Ou seja, em 1964 o simples uso de *comunismo* / *comunização* já acarreta a mobilização dessa memória discursivamente negativizada, ou de uma corrente de evidências. Assim é que a nominalização *comunização do Brasil* resulta de um mesmo encadeamento que vem se fixando ao longo de distintos períodos da história: ela está atravessada verticalmente por palavras e sintagmas nominais, elementos pré-construídos (*dissolução da família, nociva ideologia, idéias dissolventes, extremismo vermelho, etc.*), cujos sentidos se tornam equivalentes em função dessas retomadas. Há um dizer já dito

anteriormente, (ou seja, pelo menos dito desde 1910/30) constituindo esse rito enunciativo marcado discursivamente pela memória.

Caminhando um pouco mais na reflexão, do nosso ponto de vista, a base (ou evidências) sobre a qual o discurso jornalístico se sustenta na negativização do comunismo é a da ética dos direitos humanos. Dito de outra maneira, está sendo mobilizada interdiscursivamente a memória dessa ética, partilhada por leitores e jornais, no processo discursivo de produção de sentidos para os comunistas no Brasil.

Ora, a injunção a esta memória determina que não se deve nem se pode falar positivamente do comunismo. As denominações de comunismo/comunistas, como estamos podendo observar, expressam bem essa situação. Sendo sempre negativizadas, essas denominações apontam, então, para a existência de processos de significação para comunistas produzidos em outra matriz, própria ao comunismo. A internalização desses sentidos, produzidos em outra matriz, sob a forma de negativização, indica uma tensão: a FD dominante não pode ignorar a existência desses outros sentidos e, estrategicamente, internaliza a matriz divergente para 'domesticá-la'.

Nas seqüências em análise, encontra-se, portanto, a tensão entre duas FDs distintas, oponentes e em luta. Chamaremos uma de Formação Discursiva Comunista (FDC), a qual só comparece enquanto sentido a ser antecipadamente negativizado e rejeitado pelo efeito da determinação discursiva que se forma com a dominância de sua oponente, a qual chamaremos de Formação Discursiva dos Brasileiros (FDB).

Esta última, a FDB, em foco nesta pesquisa em função de sua dominância no discurso jornalístico-político, institui o espaço do enunciável *sobre* os comunistas. Sua hegemonia a projeta imaginariamente como um bloco fechado, homogêneo no que diz respeito aos processos de significação *sobre* o comunismo, embora toda FD seja, por definição, uma unidade dividida, apresentando fronteiras instáveis, deslocando-se em função das alterações e transformações nas relações de força das formações sociais. De fato, nas seqüências discursivas em exame foi possível atestar a ação do interdiscurso, permitindo a fixação do que se diz, no domínio da atualidade enunciativa jornalística e possibilitando a estabilização imaginária da produção

discursiva dos referentes 'brasileiros' vs. 'comunistas'. E aí se encontra a importância do discurso jornalístico, que faz circular as formulações que cristalizam a negativização no processo de significação. Embora a negativização venha se instalando desde meados da década de 1910, é entre 1930 e 1937 que funda o discurso *sobre* os comunistas que retorna sempre, significando-os como *inimigos*.

Se, do ponto de vista da historiografia oficial do Brasil, são pelo menos quatro eventos históricos diferenciados que estão em jogo neste espaço de tempo²², em termos discursivos, não são esses eventos ocorridos que contam, mas sim o enunciado fundador *Um comunista é um inimigo*, definindo e fixando um sentido determinado em função da dominância da FDB. A fixação do deste enunciado, na forma de sucessivas paráfrases, se constituem no confronto entre as formações discursivas, acarretando silenciamentos na linguagem política. O discurso jornalístico-político *sobre* o comunismo reverbera não apenas para o futuro, numa espécie de prevenção contra o *perigo comunista*, mas também atua retrospectivamente, pois confirma os dizeres já-negativizadamente ditos, ainda que hipotéticos, sobre o comunismo.

Um brasileiro comunista, então, é um *mau cidadão* ou, quando muito, um *espírito fraco*. Ao mesmo tempo, o núcleo de significância que emerge da FDB em torno da 'brasilidade' também pode ser delineado mais fortemente neste mesmo período, apesar de, neste caso, ser evocado um saber que o brasileiro teria de si mesmo e dos soviéticos.

A despolitização da diferença ideológica se dá sempre pelo deslocamento da idéia de comunismo para o processo revolucionário soviético que levou à instauração do regime comunista. É o que se pode ler no recorte abaixo, em que o dizer já dito dominante evoca um interdiscurso que, é claro, já vem sendo construído há alguns séculos, e que se encontra ameaçado de desestabilização a partir da presença desse 'inimigo'.

43. O Brasil, realmente, é contra o comunismo, e o repelirá, por não ter seu povo nenhuma identidade com o da Rússia dos Soviets. O

²²- Reportamo-nos às greves anarquistas, ao movimento tenentista, à revolução de 30 e à assim nomeada Intentona Comunista.

povo brasileiro sabe o que é família, propriedade e religião, e tudo faria para resistir a uma inversão da ordem econômica. (CM, 17/11/1935, p.3, tit: A mesma história, grifo nosso)

Retornando à questão de que a FDB internaliza, domesticando, a FDC, é interessante ressaltar que os sentidos produzidos pela FDC neste processo de domesticação estão, em larga instância, previamente silenciados pela FDB. Já havíamos trabalhado o confronto entre as duas famílias parafrásticas que acarretava no silenciamento de uma: para não se dizer *revolução*, dizia-se *banditismo*, para não se dizer *comunismo*, dizia-se *nociva ideologia* vamos, agora, especificá-lo. Neste confronto, são dois os processos de silenciamento: no primeiro joga a interincompreensão (Maingueneau, 1989), no segundo, a negativização se instala sobre algo que não está dito, mas que é, pela ausência, pressuposto conforme os limites impostos pela FDB.

No recorte Z, o outro penetra a FDB somente para ser interpretado conforme as categorias desta mesma FDB. Em outras palavras, o manifesto comunista de Prestes não corresponde ao tipo de texto citável pela FDB, ele não compõe o intertexto dessa FD. Mas, por outro lado, se é através do discurso jornalístico que a FDB ganha visibilidade, então ela se encontra submetida ao *modus operandi* desta ordem discursiva. Isto quer dizer que, se em termos de imprensa, não há como não noticiar um evento, a questão passa a ser, conseqüentemente, como noticiá-lo. No caso em questão, a transcrição do manifesto de Prestes, ou seja, sua citação no interior da FDB que se encontra dominante com relação ao discurso jornalístico, é feita de modo a dirigir o leitor em seu ato de ler.

Assim é que na fórmula *Queremos reproduzir na íntegra o manifesto [comunista]* se encontra a abertura para a entrada desse outro exterior, ou, em outras palavras, enuncia-se a citação de um texto que pertence a uma FD diferente. No entanto, o que ocorre a seguir é uma delimitação prévia da interpretação que os leitores poderiam fazer do texto citado. O manifesto comunista de Prestes só é inserido no intradiscurso após uma formulação didático-preventiva -- *a fim de chamarmos a atenção* --, após várias formulações predicativas e afirmativas com

valor de verdade absoluta -- *o comunismo é..., no comunismo não há...* -- e uma final, que revela o objetivo do comunismo -- *escravizar nosso Brasil...* Essa delimitação ou cerceamento de sentidos, construída através deste conjunto de formulações, instaura as fronteiras entre as duas FDs, isola a FDC e provoca a incompreensão do manifesto comunista citado em *O País*²³.

Já quando se observa a forma de silenciamento das demais seqüências discursivas, percebe-se que o outro não comparece, ou seja fala-se sobre FDC sem ao menos citar os sentidos que ela produz. Na organização do discurso jornalístico representado por estes recortes, entra em jogo a simulação de que já se sabe quais são *as idéias dissolventes dos apóstolos de Lenine*. Ou, simplesmente, ocorre uma associação redutora em que *boletins subversivos* -- distribuídos por quem *empunha bandeiras vermelhas* -- são aqueles que *atacam o governo*. E esta é a característica dominante do discurso jornalístico sobre os comunistas: os comunistas são, na maioria das vezes, falados, muito raramente encontramos as vozes próprias ao comunismo nos jornais cariocas.

As denominações que negativizam comunismo / comunista vão de encontro ao simulacro de um objeto para o pensamento. Não há referente para 'tirano vermelho', a não ser aquele que se constrói na enunciação jornalística, tendo como pano de fundo o confronto entre as formações discursivas já mencionado. E o discurso jornalístico, como já vimos, se representa como o veículo de verdades que falam por si.

Não há, no discurso jornalístico, um confronto explícito entre as duas FDs. Afirma-se que no comunismo não há *pátria, Deus, família, liberdade etc.* e por isso, pode-se simular que os comunistas são *tiranos, elementos desvairados, etc.* Indo mais além, estas denominações circunscrevem uma região de sentidos em que os comunistas são inimigos cruéis. Incrive-se na materialidade lingüística desta formulação a evocação de outras memórias discursivas: a FDB inviabiliza a FDC remetendo-a a uma região de sentidos Outra, a qual, no nosso entender, corresponde à

²³ - A citação, como diz Maingueneau (op. cit., p. 120), é uma "tradução de um tipo bem particular (...), pois opera, não de uma língua natural para outra, mas de uma formação discursiva à outra, isto é, entre zonas de uma mesma língua."

arquetípica imagem do Mal na sociedade ocidental. Um Mal que só se define por não ser o Bem, i.e., por não estar adequado aos valores da ética ocidental.

Em resumo, a partir de meados dos anos 30, 'comunismo' teve seu sentido marcado ideologicamente, tornando-se uma palavra-núcleo constituindo um referente discursivo próprio a um modo de construção da realidade a partir da qual diferenciam-se FDs e posições enunciativas antagônicas. Trata-se, assim, de um núcleo de sínteses do 'mal estar' da civilização brasileira. No discurso jornalístico de referência, a valorização negativa sinaliza a alteridade necessária para a reafirmação do Mesmo: o comunista é o sentido impossível da FDB, é o Outro que não pode acontecer no Brasil.

3.2.1. Heterogeneidade e repetição

A análise realizada até o momento permitiu relacionar a instituição jornalística que, enunciando-se na forma de um *nós*, encontra-se identificada e determinada pela FDB. Foi possível dimensionar a estreita relação do discurso jornalístico-institucional com um 'sujeito brasileiro' genérico e o imaginário da moralidade cristã que constitui a ética dos direitos humanos ocidental. Podemos considerar, então, que o interdiscurso que determina, na FDB a produção de 'evidências' (de 'brasileiro que é brasileiro' defende os valores tradicionais da família, da propriedade, da religião e da moral) encontra-se na dependência de processos discursivos mais antigos, os quais extrapolam a própria fundação do PCB.

Na desconstrução das superfícies linguísticas apresentadas, a análise das denominações tem possibilitado demonstrar a força da permanência do mesmo frente à construção do outro comunista como o sentido impossível da FDB. As denominações, enquanto acontecimento de linguagem e como resultado do processo de construção discursiva do referente 'comunista', apagam outros sentidos, aqueles próprios da FDB.

No entanto, tendo em vista que a imprensa é, por natureza, constituída por diferentes vozes, devemos nos perguntar se a heterogeneidade necessariamente constitutiva do discurso jornalístico não abriria caminho para uma outra relação com a exterioridade. Formulando de outro modo, os sentidos da FDC nunca são ditos? O 'outro' nunca consegue penetrar no 'mesmo'? Essa pergunta nos levou a examinar dois aspectos de heterogeneidade presentes no discurso jornalístico: as matérias assinadas e o discurso relatado.

Vamos nos deter em tratar destes dois mecanismos enunciativos tendo em vista, também, que ambos correspondem a estratégias jornalísticas que ocorrem em diferentes fases do desenvolvimento da imprensa.²⁴ Com nossa leitura, percebemos a predominância, até os anos 40, tanto do 'nós' jornalístico já mencionado, como das colunas assinadas. A partir dessa época, progressivamente, as formas indeterminadas foram se sobrepondo à forma 'nós' e o discurso relatado começou a ser regularmente empregado como uma forma de fazer o outro falar.

O exame destes dois mecanismos, característicos da dimensão heterogênea do discurso jornalístico, aponta para a permanência de um mesmo modo de representação do comunismo através das denominações. Ou seja, a situação de exclusão do comunismo como outro indesejável, mas necessário à afirmação do mesmo, também se encontra reiterada na grande maioria dos artigos assinados bem como nas vozes que são citadas pelos jornais. Nos dois casos, o que está em jogo são mecanismos enunciativos constitutivos da organização textual jornalística em que as denominações exercem um papel relevante, pois mantêm o efeito de negativização descrito. Vamos, inicialmente, observar as matérias assinadas.

Quando lemos os articulistas, podemos encontrar, de fato, posicionamentos enunciativos explicitamente mais ou menos favoráveis aos comunistas, sobretudo no

²⁴- Usualmente, os historiadores da imprensa costumam dividir o jornalismo brasileiro em duas fases. Na primeira, mais opinativa, os jornais pertencem a famílias, cujas relações com o poder permitem subsidiar os gastos. Este período vai até a década de 30, cedendo lugar para a chamada fase empresarial, quando os jornais passam a ser sustentado pelos anúncios pagos e pela venda crescente. Isto permite uma maior autonomia e liberdade, deslocando os jornais para um pólo mais informativo. Paralelamente a este desenvolvimento, os jornais começam a seguir o modelo americano de estruturação de notícias (com a utilização do *lead* e da técnica dos 5 W e 1 H).

que se refere aos artigos dos anos 30. Vamos iniciar a análise observando as seqüências discursivas abaixo:

44. É preciso que, por ignorância ou má fé, não se procure iludir a opinião pública, exagerando os males do regime comunista. Examinando mais especialmente o comunismo russo, o marxismo de Lenine, maximalismo, o bolchevismo, nota-se, através de todas as vicissitudes revolucionárias que ele põe em evidência de modo prático, numa espécie de experiência sociológica, os problemas de socialização da riqueza, da incorporação do proletariado, da dignificação do trabalho. Sabe-se ainda que a ordem ou desordem bolchevista, como queiram, procura dignificar o trabalho, como dantes se honrava a guerra. Convém tornar bem patente que o comunismo vitorioso na Rússia, o comunismo autoritário de Karl Marx, mais ou menos alterado por Lenine e seus sequazes, se parece muito com o regime mais ou menos fascista da burguesia dominante: um e outro são *statocracias*. Num e noutro há o predomínio excessivo, despótico, tirânico da força bruta do Estado contra a liberdade individual. (CM, 05/08/30, p. 2, tít: **Comunismo e anti-comunismo**, Ass. Reis Carvalho)

45. O soviétismo proletário não me merece o horror-pânico que parece inspirar à generalidade dos burgueses. Não o considero um monstro pavoroso de que se deva fugir, sob pena de contaminação irreparável. Encerrando, embora, no seu extremismo desvairado, alguns dogmas que repilo -- reconheço haver no ideário de seus doutrinadores políticos muita aspiração justa e alguns fatores de organização bastante práticos. (...) // Note-se que não combato, em tese, a teoria marxista do citado [Prestes] de que o soviétismo russo atual é a primeira etapa como regime de transição entre o capitalismo e o socialismo. (...) // Por outro lado, o poder soviético que decepou, com um só golpe, a alta burguesia russa em 1917, não pode acabar com o numeroso exército dos sem-teto, dos sem-pão, dos mendigos e dos desesperados cuja miséria se traduz, nas grandes cidades, como Moscou e Leningrado, pela média diária de 10 suicídios (...) // O governo da ditadura proletária de Marx pode ser ótimo e não duvido que, dentro de alguns decênios, esteja regendo, com verdadeira sabedoria, todas as nações adiantadas do planeta. E o Brasil, mais ainda que a Rússia, está distanciado, talvez de meio século, dessa vanguarda da civilização. // Por isso, eu -- que nasci do povo e que amo o povo, mas que prefiro que me vistam a pele de reacionário, a que me infiltrem na alma o veneno da demagogia -- tenho a coragem de dizer serenamente ao povo: voto contra os conselhos de operários, camponeses e soldados. (CM, 10/08/30, **O regime soviético de proletários e soldados**, Ass. Juarez Távora)

Nesses dois recortes encontra-se uma ambigüidade característica da época e, sobretudo do *Correio da Manhã*, jornal que se colocava em oposição ao governo vigente. Desta posição enunciativa, nos artigos do *Correio da Manhã*, o PCB não era

tão combatido, embora fosse impossível, até mesmo improvável, uma clara defesa do partido, dada a censura imposta pelo governo Washington Luís. Assim é que estas colunas representam uma parcela da opinião de políticos, intelectuais e jornalistas da época, dividida entre se pronunciar totalmente contra ou a favor da teoria marxista e/ou do regime soviético, mas impedida de se manifestar positivamente com relação ao PCB. Uma síntese possível desta situação pode ser lida nas palavras de um desses articulistas:

46. Dizer mal de semelhante regime, que ninguém sabe, ao certo, o que seja, seria temeridade. Dizer bem seria temeridade maior. (CM, 15/07/1927, Tít: A ilusão comunista, ass. M. Paulo Filho)

A desconstrução da superfície lingüística destes fragmentos permite apresentar a dispersão do sujeito em suas diferentes posições enunciativas. Ou melhor, permite desvelar as duas formações discursivas -- FDB e FDC -- que atravessam as matérias assinadas, ambas constitutivas, contraditoriamente, desses fragmentos.

No primeiro, há o predomínio de uma perspectiva enunciativa impessoal, reproduzindo o 'tom' positivista dos discursos científicos. É através dela que o locutor-jornalista (Lj, ie, o sujeito da enunciação, quem assina a matéria, responsabilizando-se enquanto tal pelos 'conteúdos' expressos) busca se apagar no texto, utilizando-se, para tanto, de formas na terceira pessoa do singular e do *-se* indeterminado²⁵.

A impessoalidade gramatical, perspectiva assumida por Lj, desloca o 'eu-aqui- agora' da enunciação para uma universalização (do 'é evidente que é assim porque é assim'), desdobrando o sujeito da enunciação no sujeito universal da FD dominante. Os efeitos desse mecanismo lingüístico provocam a ilusão da retomada de verdades universais, de um saber suposto, mas não-dito, certezas genéricas e favoráveis aos comunistas (*é preciso que.. não se procure iludir..., põe em evidência..., sabe-se ainda...*). E é na parte inicial do artigo que essas 'verdades universais' apontam na direção de uma aceitação do *regime comunista*, o que pode levar a supor que Lj

²⁵ Pautamos nossa abordagem do *-se*, enquanto um dos mecanismos de inteterminação na linguagem, tomando como base Serrani (1986).

enuncia de uma posição contrária à FDB. O texto, construído nesta perspectiva, vai ao encontro de possíveis leitores já previamente implicados no circuito da leitura. Trata-se de leitores que podem estar em posições discursivas contrárias ou favoráveis aos comunistas (*a ordem ou desordem bolchevista, como queiram...*), mas que partilham o mesmo domínio de saber relativo à FD dominante.

Ora, no caso em questão, o desdobramento do sujeito da enunciação em sujeito universal ocorre pela retomada e negação das verdades desse sujeito universal, o que, nos dizeres de Pêcheux (1988:215), vai caracterizar “o discurso do ‘mau sujeito’”, ou seja, o contradiscurso. Por não aderir à FD dominante e imposta pelo interdiscurso “como determinação exterior de sua interioridade subjetiva”, desta posição enunciativa o sujeito se contra-identifica, questionando e resistindo aos sentidos hegemônicos do sujeito universal. Há, deste modo, a possibilidade de emergência de outra formação discursiva, contrapondo-se à dominante, com a qual o sujeito da enunciação se identifica.

A primeira frase da seqüência discursiva em exame é a que apresenta bem esta situação: o “mau sujeito” se rebela (escondendo-se atrás da impessoalidade gramatical) contra o *exagero dos males do regime comunista*, afirmando: *é preciso que, por ignorância ou má fé, não se procure iludir a opinião pública*. O funcionamento da negação contribui na construção deste contra-discurso, pois estabelece uma oposição entre dois discursos que se antagonizam em termos ideológicos por estarem vinculados à FDs igualmente antagonicas. Duas vozes se confrontam: uma, a que fala dos *males do regime comunista* é internalizada e contestada pela segunda, a voz de Lj colocada na perspectiva enunciativa impessoal²⁶. O sujeito da enunciação Lj conduz sua rebeldia enumerando argumentos, ou melhor, fornecendo ‘evidências’ nessa direção. O enunciado inicial, portanto, orienta a organização da seqüência discursiva, materializando na língua as diferentes posições do sujeito em sua relação com a ideologia.

²⁶ - Deprecende-se, neste caso, o que Ducrot chama de negação polêmica, em que se está contestando a versão positiva do enunciado bem como os pressupostos que ela acarreta e, ainda mais, está-se refutando o outro, i.e. o dono da voz que expressa este ponto de vista contrário, que no caso seria uma ‘ausência’ de *males* no regime comunista.

Mas, como afirmamos no início, há uma ambigüidade nestes fragmentos. A partir de um determinado ponto (*Convém ressaltar...*) ocorre uma reorientação argumentativa e o 'mau sujeito' torna-se um 'bom sujeito', já que passa a aderir ao sujeito universal da FD determinada pelo interdiscurso.

Em outras palavras, a nova 'tomada de posição' do sujeito representa seu assujeitamento a FDB. E o que nos permite perceber essa reorientação são as denominações, posto que a marca gramatical da impessoalidade presente neste mecanismo textual não sofreu alteração. Não se trata mais de mencionar o *comunismo russo*, mas sim o *comunismo autoritário*; não é mais o *marxismo de Lenine*, mas o *marxismo mais ou menos alterado por Lenine e seus sequazes* e este, à semelhança do *regime mais ou menos fascista da burguesia dominante contra a liberdade individual*, é predominantemente *despótico, tirânico, etc.*

A utilização destas denominações, características da FDB, nos leva a resignificar o fragmento todo, a partir, novamente, da primeira frase, entendendo que, para o sujeito da enunciação, há, 'evidentemente', *males no regime comunista*. O que está sendo refutado incide assim no *exagero* com que é tratado o problema comunista.

A contradição do sujeito, expressa materialmente na dupla orientação argumentativa do texto, aponta sua submissão à FDB, mas sobretudo a processos ideológicos mais antigos do que o surgimento do próprio comunismo.

O que está em jogo, para o sujeito, é a idéia de liberdade própria à política liberal, é sua identificação à ética dos direitos humanos (de alguns humanos), daí o retorno dos mecanismos de negatividade vigentes, expressando sua determinação pela FDB²⁷.

No segundo recorte, Lj não se oculta, pois se apresenta na primeira pessoa do singular (*eu, que nasci do povo...*), representando-se como fonte do dizer. A perspectiva enunciativa adotada é a do próprio locutor em suas diversas posições sócio-históricas. Esse modo de representação pessoal -- *nasci do povo* -- além de

²⁷- A este respeito, vale a pena citar: "... o 'liberalismo' político burguês encontra aí um alibi que lhe permite colocar no mesmo saco fascismo e marxismo-leninismo, culpados, ambos, e de igual modo, de

sinalizar para o leitor o vínculo de Lj com a FDC (trata-se de uma enunciação marcada por uma posição de classe não burguesa), confere às suas palavras um caráter de verdade e seriedade: Lj enuncia com conhecimento de causa sobre dois 'conteúdos': comunismo e anti-comunismo.

No que diz respeito ao comunismo, a argumentação é construída a partir da negação das denominações engendradas na FDB (*monstro pavoroso, teoria marxista do citado [Prestes] , ditadura proletária de Marx...*). Ou seja, nega-se a construção imaginária desse objeto para o pensamento a partir dessa enunciação construída em outra posição discursiva. No entanto, neste recorte, assim como no anteriormente discutido, a negação não incide sobre o não-dito constitutivo do sujeito ocidental determinado pela FDB. Assim é que ao discutir o anti-comunismo, Lj acaba por evidenciar-se determinado pelo interdiscurso da FD dominante. Seja porque, em dado momento, retoma uma denominação relacionada à direção de sentido fornecida pela FDB (*encerrando, embora, no seu extremismo desvairado, alguns dogmas que repilo...*), seja porque põe em dúvida a possibilidade do *governo da ditadura proletária de Marx* dar certo na Rússia e, sobretudo, no Brasil. Paradoxalmente, então, o sujeito, em sua posição e perspectiva de Lj, produz um contra-discurso relativo à sua posição de classe: *voto contra os conselhos de operários, camponeses e soldados!* E a palavra *povo* (em: *dizer serenamente ao povo*) é resignificada no domínio cristão, apagando um sentido outro, novo, resultado de sua filiação à FDC.

Em resumo, nos dois recortes, os comunistas são representados como diferentes e sua impossibilidade no Brasil resulta mais de questões internas ao próprio partido. Em ambos não se encontra a oposição maniqueísta brasileiros vs. comunistas, com reforços positivos/negativos para cada vertente, mas depreende-se, por outro lado, a adesão ao imaginário constitutivo da FDB bem como uma crítica severa ao comunismo enquanto tal²⁸.

violar a universalidade das leis, inclusive psicológicas, que governam o Mundo e o Homem." (Pêcheux, *op.cit.*, p. 238)

²⁸ - Indursky (1994:289) faz uma observação bastante interessante a respeito do funcionamento da negação entre duas FDs, afirmando: "... a FD dominante é, por sua vez, dominada pela FD antagônica, já que é ela que, de fato, determina a direção a ser tomada pelo sujeito do discurso. Deste modo, entendemos que um discurso é duplamente determinado: (1) pela FD que o engendra e determina o que deve ser dito e (2) pela FD antagônica que determina o que deve ser refutado." A FD antagônica,

É possível concluir, portanto, que essas vozes dissonantes não advêm de uma FD contrária à dominante, presente e constitutiva dos jornais analisados. Argumenta-se de modo diferente, uma vez que destas posições enunciativas os articulistas podem manter relações de 'simpatia' ou de maior isenção com as idéias do Partido, modulando, desta forma, as críticas empreendidas. Entretanto, aderir aos princípios comunistas é enunciar um vínculo à FDC, cujos sentidos estão filiados em uma direção ideológica outra²⁹.

Argumentar de modo diferente, nas seqüências citadas, resulta apenas em deslocar os sentidos no interior das regiões de significância da FDB: como se os autores fizessem 'concessões' às idéias comunistas. A ambigüidade detectada aponta, em parte, para o movimento das fronteiras da FDB, mas revela, acima de tudo, a impossibilidade de adesão à FDC, cuja base materialista estilhaça os pré-construídos que determinam as práticas discursivas bem como sustentam o imaginário do sujeito ocidental³⁰.

Este processo discursivo, porém, não ocorre na maioria das outras matérias assinadas. Nelas não se encontra ambigüidade. Observemos, então:

47. Enquanto os inimigos do Brasil se organizam para o mal e dispõem de astuciosos elementos que vão articulando os seus adeptos, aguardando a hora diabólica da sangueira, do extermínio, da pilhagem -- os brasileiros vivem displicentes uns incrédulos outros, a grande maioria desapercibida do perigo que correm os seus haveres, a sua família, a sua segurança pessoal e, do outro lado, filhos da mesma pátria desavindos, acirrados por lutas políticas, alimentando a discórdia, esquecem-se do que há de propício, nesse ambiente assim confuso e sombrio, para o avanço do plano comunista ! (JB, 31/10/37, p. 9, **Manifesto ao povo brasileiro - Defesa Social Brasileira**)

48. Em primeiro lugar verifica-se que de 1935 para cá, o agente comunista no Brasil, capitão Luiz Carlos Prestes, nada aprendeu nem esqueceu da terrível experiência que tantos males acarretou ao país (...)// Se o Brasil, com a ditadura associada a conjuração comunista, for ao encontro de seus

portanto, também executa uma determinação sobre a FD dominante, já que, implicitamente, ela produz a região daquilo que não pode e não deve ser dito.

²⁹ E a palavra *povo*, como vimos, traz um conflito a partir de sua resignificação ao longo do texto: seu sentido se altera conforme ela passa de uma formação discursiva para outra.

³⁰ - Pêcheux nos fala da "série de 'pré-construídos' e 'relações universais' que Marx e Engels fazem voar em estilhaços como 'direito igual', 'o Estado livre', 'justa partilha', 'igualdade de salários', etc..." (op., cit., p. 227)

algozes, estará perdido. Mas se as forças permanentes e tradicionais da sociedade brasileira, se as classes armadas, se o trabalho, se a igreja, se a família (...) se as forças permanentes da sociedade brasileira, alertadas e ativas, confiantes e corajosas, se dispuserem a lutar, então todos esses problemas serão resolvidos com calma, porém, com firmeza e decisão. (DC, 16/08/1945, p.1, tít: **Atenção!**. Ass.: **J.E. de Macedo Soares**)

49. Por certo há, presentemente, um certo desequilíbrio no mecanismo de compensação dos fatores antagônicos que determinam a dinâmica social e geram as mudanças na estrutura da comunidade. Esse desequilíbrio manifesta-se, presentemente, em favor da esquerda, sendo aproveitado pelos comunistas // (...) O perigo comunista, sob a forma de ameaça iminente, este sem dúvida não existe. // No Brasil o Partido Comunista em si mesmo é bastante fraco, pois se acha dividido em duas ou três alas, não dispondo de uma liderança una e eficaz. (DC, 2/8/1961, p.4, tít: **Existe um perigo comunista?** Ass: **Danton Jobim**)

50. As mulheres democratas cariocas que, cumprindo os seus mais sagrados deveres para com a Pátria, (...) deram ao Brasil uma inequívoca demonstração de que desejam para seus filhos um futuro de Liberdade e Moralidade vêm manifestar (ilegível) o firme propósito de não se conformarem com uma reconstrução do governo em bases que não representem, de fato, a clara e insofismável vontade de limpar nossas instituições de todo e qualquer vestígio da camarilha comuno-carreirista que nos vinha entregando ao credo vermelho. Campanha da Mulher em Defesa da Democracia (JB. 30/03/64, p. 7, **Manifesto à Nação** Ass. Amélia Bastos)

51. São Paulo (De E. Castor, enviado especial) - Dividido em alas e sub-
alas, representadas por siglas que bem dizem da luta ideológica que de alguns anos para cá vem sacudindo a sua estrutura, o Partido Comunista identifica-se como um todo, em busca do seu objetivo, que é a implantação de uma ditadura comunista no País (...) // Foi com essa unidade de intenções que o PC, a partir de 1961, (...) lançou-se abertamente à subversão da ordem, instilando a desordem em todos os grupos sociais, pregando a diluição da disciplina e da hierarquia nas organizações militares e conclamando todos à prática da violência nas suas reivindicações, visando ao desmantelamento da estrutura econômica e social da Nação, passo decisivo para a deflagração da guerra revolucionária em todos os seus estágios e para a implantação no Brasil de um governo títere de Moscou, Pequim ou Havana. [segue-se descrição do PCB, PC, PCdoB, PORT, POLOP PCBR, POC, AP, VAR-Palmares, Colina-VPR, ALN, FALN] (OG,20/3/1970, p. 16: **Dividido em alas, o Partido Comunista tinha um objetivo: chegar ao poder.**)

Nestes recortes assinados a perspectiva adotada por Lj é a da impessoalidade tanto na utilização de uma voz genérica quanto no emprego de um 'tom' científico-

didático. Em todos eles se encontra uma rejeição ideológica ao comunismo, ou seja, em todos os recortes o sujeito-enunciador identifica-se com a FDB, retomando os pré-construídos que lhes são inerentes. Apesar das diferentes épocas históricas de produção destas seqüências discursivas, é possível reconhecer uma mesma cadeia de 'evidências' que produz a identificação desses sujeitos com um 'sujeito-brasileiro', identificado, por sua vez, com os valores morais, cristãos, etc. Trata-se do 'bom sujeito', ou seja, daquele que, fazendo coincidir o sujeito da enunciação com o sujeito universal da FDB, é resultado do processo ideológico de tomada de posição em que o sujeito "realiza seu assujeitamento sob a forma do 'livremente consentido'." (como já demonstrou Pêcheux (*id.*, *ibid.*).

Depreendem-se, assim, procedimentos discursivos de oposição 'brasileiros' vs. 'comunistas' semelhantes aos anteriormente discutidos, mas é também possível reconhecer modalizações que tentam minimizar a a força do PCB em difundir o comunismo no Brasil. Observemos como se constituiu a rede co-textual de denominações presente em cada seqüência discursiva e como parafrasticamente se constrói a co-discursividade:

SD	BRASILEIROS	COMUNISTAS	COMUNISMO
47	.brasileiros descrentes / incrédulos . filhos da mesma pátria desavindos	. inimigos do Brasil .astuciosos elementos	.hora diabólica da sangueira . mal
48	.forças permanentes e tradicionais da sociedade brasileira	.agente comunista .algozes	.conjuração comunista
49		.comunista	.perigo comunista
50	.mulheres democratas cariocas / filhos	.camarilha comuno- carreirista	.credo vermelho
51			.ditadura comunista .guerra revolucionária

Nelas reencontra-se mais uma vez a polaridade que assinala para os comunistas o lugar de *inimigos do Brasil*. Mais uma vez, destaca-se a defesa dos *haveres*, da *família*, da *segurança pessoal*, da *Liberdade e Moralidade*, o pré-construído

constituivo da FDB, ou, de acordo com os próprios textos, os elementos presentes nas *forças permanentes e tradicionais da sociedade brasileira*, que seriam extintos caso *os inimigos do Brasil, ie, estes astuciosos elementos, esta camarilha comuno-carreirista*, elaborando a *conjuração* (ou *plano*) *comunista*, e *aguardando, em seu extremismo desvairado, a hora diabólica da sangueira*, tomassem o poder.

Mesclamos intencionalmente os diferentes sintagmas nominais extraídos das seqüências em análise, para evidenciar que são substituíveis entre si: o efeito de referencialidade discursiva se preserva, reproduzindo uma identidade construída historicamente. Não esqueçamos, neste ponto, de que pelo menos desde a primeira década do século, os jornais vêm publicando relatos sobre *sangueiras comunistas* ocorridas em várias partes do mundo. As diferentes denominações usadas para designar, selecionar, descrever e classificar os comunistas permaneceram produzindo uma região de sentidos negativizados, instituindo os comunistas nesse lugar do Outro.

Abordaremos, a seguir, primeiro o processo de denominação no interior das narrativas e, em seguida, no discurso relatado, pois, como já dissemos anteriormente, trata-se de mecanismos lingüísticos bastante utilizados no discurso jornalístico. Nossa análise permitiu mostrar que tanto as narrativas quanto o discurso relatado não possibilitaram uma fratura nesse direcionamento de sentidos antagônicos ao PCB. Ao contrário, esses mecanismos lingüísticos, cada um a seu modo, também contribuíram na homogeneização da significação do comunista como *mau brasileiro / mau cidadão*.

3.2.2 . Narrativas e rituais enunciativos

Tomamos o episódio do movimento comunista, ocorrido em 1935, como momento privilegiado para observar os mecanismos narrativos no discurso jornalístico. Com a análise, foi possível depreender as diferentes maneiras de

construção desse evento histórico bem como o modo através do qual ele se perpetuou na memória como um monumento textual denominado 'intentona comunista'.

Nos jornais há, como é de se esperar, algumas narrativas no sentido estrito, ou seja, relatos quer voltados para a apresentação geral dos episódios ocorridos quer direcionados para a descrição de situações de combate específicas. Mas também é possível depreender narrativas que se formam através do encadeamento de títulos e de pequenas notícias. As páginas dos jornais constituem, nesse caso, uma narração organizada de forma dispersa, fragmentada em inúmeros relatos pontuais. Depreende-se, ainda, uma terceira forma de encadeamento narrativo. Trata-se da que se realiza ao longo do tempo, tanto fornecendo indicações sobre o desenrolar do movimento quanto, ao mesmo tempo, apresentando comentários explicativos.

Um outro aspecto relevante diz respeito às diferenças encontradas entre os jornais. No *Correio da Manhã*, no *Jornal do Brasil* e no *Diário Carioca* os movimentos enunciativos foram opostos: enquanto que, nos dois primeiros jornais citados, as narrativas dos primeiros dias muito raramente nomeavam como revolucionário ou como comunista os movimentos sociais ocorridos no norte e no Rio de Janeiro, passando a fazê-lo apenas depois das duas situações terem sido controladas pelo governo Vargas, para o *DC* não houve dúvidas quanto a denominar ambos os movimentos como *revolucionários* e *comunistas* desde o início. Mas deve-se chamar a atenção para o fato de que, neste jornal, encontram-se mais relatos com comentários e avaliações do que narrativas propriamente ditas. Já no que diz respeito ao *CM* e *JB*, ambos utilizam em suas narrativas *extremismo* / *extremista*, denominações que guardam ressonâncias de sentido com *comunistas*, na cadeia parafrástica das denominações depreendidas ao longo dos diferentes números desses dois jornais.³¹

De qualquer forma, é importante ressaltar que nas três modalidades narrativas descritas o ponto principal não se encontra apenas no modo como são colocados na cena discursiva os dois grupos políticos em luta, mas sim a proliferação de

³¹ A título de exemplificação vale a pena citar o título da notícia do dia 8/11/1935, publicada no *Correio da Manhã*: As atividades do *extremismo*; em Campo Grande, Mato Grosso, é descoberto um complô *comunista* e presos os nele envolvidos.

comentários e avaliações que vão se organizando em paralelo aos processos narrativos. Observemos, então, duas narrativas, uma recortada do *Jornal do Brasil* e a outra do *Diário Carioca*. Ambas são relativas ao início do movimento revolucionário no nordeste.

52 Desde a madrugada de domingo chegaram a esta capital as primeiras notícias de um movimento subversivo irrompido, simultaneamente, em Natal e Recife e promovido por elementos extremistas articulados no norte do país. Causaram a mais dolorosa impressão estas notícias, logo confirmadas, pelas quais se verificava ser da maior gravidade a situação, porque os rebeldes tinham conseguido apoderar-se do governo do Rio Grande do Norte e ameaçavam depôr o de Pernambuco, onde a luta estava renhida entre eles e os defensores da legalidade. Imediatamente o governo federal tomou as providências indicadas para combater o surto extremista do norte e restringir-lhe o raio de ação. Adotaram-se medidas rápidas e severas no sentido de uma pronta repulsa aos sediciosos, que haviam conseguido levar a indisciplina às forças militares aquarteladas naquela zona. E para que o governo federal possa agir livremente na repressão à desordem o sr. Presidente da República pediu ontem ao Poder Legislativo a decretação do estado de sítio em todo o território nacional (...) A Nação inteira, pelas suas classes que trabalham e produzem, pelas suas forças armadas, pela sua sociedade organizada dentro da ordem e da democracia, repudia esses atentados ao regime(...) A Nação confia no governo e confia sobretudo no espírito ordeiro e conservador do seu povo, cuja solidariedade moral na defesa das instituições é o mais seguro penhor de que o Brasil escapará sempre aos assaltos do extremismo, por mais que alguns brasileiros transviados pela obsessão de doutrinas subversivas tentem lançá-lo à desvairada aventura. O Brasil resistiu até agora; o Brasil resistirá sempre e preservará o espírito liberal das suas instituições e a formação cristã de sua sociedade. (*JB*, 26/11/1935, p.7, manchete: O norte agitado por um movimento de caráter extremista)

53 Os rebeldes pernambucanos abandonaram Jaboatão. Esse movimento subversivo, de caráter ostensivamente comunista, que acaba de eclodir no Recife e em Natal, surpreendeu o país inteiro. Preparado na surdina, articulado na sombra por elementos de idéias extremistas notadamente conhecidos, ele veio provocar um colapso no ritmo da vida brasileira, sem outro objetivo senão o de semear o germe da desordem e da anarquia, perturbando gravemente as atividades de todas as classes e comprometendo os créditos da Nação. // Como afirmou, muito bem, o sr. Getúlio Vargas [init] de um movimento armado de ordem política, para assaltar o poder, mas de um pronunciamento que visa transformar o regime, subverter a ordem constitucional e transformar a organização social do país. Está visto que essa sublevação não pode contar -- como realmente não conta -- com as simpatias do povo brasileiro. Pelo

contrário, ela encontra, em todos os setores da vida nacional, a mais completa repulsa. // O governo brasileiro -- dadas as condições do movimento -- reúne em torno de si a solidariedade de toda a Nação, cujo espírito democrático repele essas doutrinas estranhas, que nossa índole e a nossa função espirituais não podem comportar. (...) O movimento comunista de Natal e Recife é sem dúvida alguma o fruto da benevolência e da tolerância do Governo Federal. (...) Se o governo não assumir uma conduta inflexível na repressão ao extremismo, o Brasil servirá, de vez por outra, de joguete nas mãos dos seus chefes alucinados. // Os clamores do povo brasileiro devem e precisam ser ouvidos por todos os responsáveis pelos destinos nacionais. Ninguém desconhece a gravidade do momento (...) e ante a insolência do golpe desferido contra a a Nação e o Regime, o país aplaudirá sem restrições a conduta do poder central no sentido de esmagar com mão de ferro os elementos de desordem que tentam convulsionar o Brasil. (DC, 27/11/1935, p.1, manchete: Preso em Pernambuco o lugar-tenente de Prestes; subtít: De vários pontos do interior convergem para Natal tropas fiéis ao governo; subtít: Os rebeldes pernambucanos abandonaram Jaboatão)

Não se pode esquecer que estas narrativas encontram-se submetidas ao que pode e deve ser dito da FDB. É a FDB que confere visibilidade imaginária às narrativas, materializando-as textualmente. Ou, inversamente, essas narrativas consolidam a FDB por oposição à mal-dita FDC. Ao darmos início ao desmonte do cenário discursivo mobilizado pelo imaginário do sujeito-jornalista na posição discursiva de narrador, buscando levantar os protagonistas, tempo e espaço das narrativas. Vejamos, inicialmente, no *Jornal do Brasil*, como foram encadeadas as redes co-textuais dos sintagmas nominais que, situando o evento para o leitor, encontram-se no que corresponde ao *lead* da notícia, ie, uma espécie de sumário presente logo na abertura da matéria, que permite circunscrever a dimensão espaço-temporal da enunciação.

*JB - protagonista1: - elementos extremistas / os rebeldes / eles / os sediciosos /
brasileiros transviados*
*- protagonista 2: - defensores da legalidade / governo federal / nação / classes
que trabalham povo / Brasil*
*- do que se fala: - um movimento subversivo / a situação / luta / surto
extremista / desordem / atentado ao regime / assaltos
do extremismo / desvairada aventura*

Essas três cadeias de co-textualidade anafórica, retomando a informação inicial da existência de *um movimento subversivo em curso promovido por elementos extremistas*, silenciam -- porque não nomeiam -- o fato de que o que está em curso é uma *revolução*. Indo mais além, silenciam que se trata de uma *revolução comunista*: a única referência na narrativa ao tipo de situação política em curso não explicita sua natureza, como se pode ler em *brasileiros transviados / doutrinas subversivas / devairada aventura*.

É importante ressaltar o demérito com que o movimento é classificado: *desvairada aventura* levada a frente por *brasileiros transviados*. É a memória discursiva fazendo retornar a exclusão instaurada pela FDB na forma de representação do outro como *brasileiro transviado*. Não se configura, assim, uma idéia de unidade ou seriedade ou mesmo força internas ao movimento revolucionário: trata-se de um *surto, desordem, aventura*.

Da mesma forma, os revolucionários, completamente indistintos, não parecem formar um segmento social com desejos de mudanças. No campo oposto, é a sociedade, em suas classes ou através de suas representações (*A nação inteira, pelas suas classes que trabalham e produzem, pelas suas forças armadas, pela sua sociedade organizada dentro da ordem e da democracia...*), que repele um *movimento subversivo*. Destacamos este processo porque ele retorna sempre nas três modalidades de narrativas: há uma aparente indecisão quanto ao modo de denominar o projeto revolucionário em curso, embora esta indecisão se organize dentro de uma região de sentidos negativizada. Paralelamente, vai se construindo uma outra cadeia parafrástica em que a imprecisão dá lugar a uma precisão no modo de denominar os protagonistas da cena discursiva.

Nas três redes co-textuais, são as ressonâncias interdiscursivas de significação que nos autorizam afirmar que, embora o *comunismo* não seja mencionado, é contra ele que se batem os *defensores da legalidade*. Ora, o *comunismo*, então, representa uma *desvairada aventura*.

Estas observações preliminares são importantes para podermos compreender como se processa a estrutura geral desta narrativa e seu funcionamento em termos

jornalístico-políticos. Qual a natureza da cena discursiva que está sendo construída?

Ora, a razão de ser desta narrativa não é apenas informar sobre um *movimento subversivo*, mas sobretudo, avaliar a situação ou, mais precisamente, comentar a situação. Encontra-se, neste comentário, disperso ao longo da narrativa, um posicionamento do narrador jornalista que se assume como mensageiro dos *defensores da legalidade*. Depreende-se este posicionamento em função do modo como o narrador (contrariamente às normas jornalísticas de imparcialidade etc) determina a notícia. As adjetivações encontradas (*dolorosa impressão, repulsa aos sediciosos, agir livremente*) e, sobretudo, o fecho do relato (*O Brasil resistiu, resistirá sempre, espírito liberal, formação cristã*) indicam que o narrador fala de um determinado lugar.

No caso deste relato, o comentário forma, de fato, uma estrutura secundária que controla e justifica o porquê desta história estar sendo contada. E a motivação não é tanto a questão do *movimento subversivo* em si, mas, acima de tudo, a resistência ao movimento e imprimir a certeza de que ele não será vitorioso. Ou, em uma palavra, a principal razão de ser deste relato é a palavra que ele silencia: o *comunismo* não pode ser vitorioso.

A narrativa 2, recortada do *Diário Carioca*, remete para um mesmo tipo de cenário discursivo, ou seja, é construída com base em um mesmo imaginário. A narrativa propriamente dita restringe-se ao primeiro enunciado: *Esse movimento subversivo, de caráter ostensivamente comunista, que acaba de eclodir no Recife e em Natal, surpreendeu o país inteiro*. O restante do texto se apresenta como um longo comentário e avaliação contrários ao movimento revolucionário e favoráveis ao governo Vargas. A co-textualidade, nesse caso, se constrói de forma análoga à descrita anteriormente, embora já se encontre uma maior politização na forma de classificar o movimento:

DC: - protagonista 1: *elementos de idéias extremistas / chefes alucinados / elementos de desordem*

- protagonista 2: *povo brasileiro / governo brasileiro / Nação Brasil / poder central*

- do que se fala: movimento subversivo comunista / movimento armado de ordem política / sublevação / movimento comunista

Nesta narrativa, assim como na anterior, depreende-se sua determinação pela FDB em função do retorno ao longo do comentário do já-dito sobre os comunistas: eles trabalham nas *sombras, na surdina*. Os comunistas provocam um *colapso na vida brasileira*. Eles não *contam com as simpatias do povo brasileiro*. Eles professam *um credo inadaptável aos nossos costumes e tendências francamente liberais* (JB, 29/11/1935).

São várias as formas de ratificar estas afirmações. Depreende-se, por exemplo, em todos os jornais, uma narrativa paralela, dispersa nas diferentes notícias, construindo um sentido comum e dominante em torno do posicionamento do *povo brasileiro*, como se pode ler abaixo na pequena seleção de seqüências discursivas:

54. *solidariedade das classes trabalhadores ao governo* (JB, 27/11/1935)

55. *ao lado da legalidade, o povo carioca prestigiou o governo* (JB, 27/11/1935)

56. *Diante de uma ameaça comunista não houve hesitações, e toda a população do Rio, no que ele possui de respeitável e ponderável, formou fileiras ao lado do poder, para prestigiá-lo* (CM, 29/11/1935)

57. *vinte mil ferroviários repelem o movimento extremista* (CM, 30/11/1935)

Outro modo de confirmar esse consenso discursivo contrário aos comunistas se encontra, também, nas narrativas sobre a experiência de Natal, cidade que durante “80 horas” viveu sob a bandeira do comunismo. A cena discursiva das narrativas retrata os *saques* a bancos e estabelecimentos comerciais. Mas é na denominação do novo poder instalado na cidade que se pode perceber a forte presença deste comunista imaginário, tornado sempre visível pela FDB como *uma ridícula minoria de analfabetos, de cabotinos e exibicionistas, de aventureiros e piratas (...) de profetas da idéia nova: toxicômanos, degenerados, cavadores e cretinos*:

58. *O Rio Grande do Norte teve, durante cerca de 80 horas, um governo comunista de que se faziam parte homens sem a menor cultura. (...) Chefe, propriamente, não havia. Constituiu-se uma junta governativa, composta de um sapateiro, do chefe da estiva e de um músico do 21º Batalhão de Caçadores...* (CM, 29/11/1935)

Tomada de assalto por um bando de energúmenos, que só tinham em vista a masorca e a desordem, Natal viveu momentos de terror. (DC, 29/11/1935)

Visando percorrer o processo desencadeado pelas denominações nas narrativas sobre o levante comunista, estabelecemos os quadros abaixo, formados a partir da desconstrução dos cenários discursivos engendrados pelas narrativas em suas três modalidades:

a) os protagonistas do confronto

26/11		27/11		28/11		29/11		
1	2	1	2	1	2	1	2	
CM	os rebeldes, elementos revoltados, revoltosos, os inimigos das instituições liberais-democráticas, inimigos, amotinados	forças legais	os extremistas, os sediciosos, os insurrectos, os amotinados, os rebeldes, elementos rebeldes	forças do governo, tropas legais, forças legais	a tropa amotinada, os rebeldes, os revoltosos, amotinados, oficiais revoltados	as tropas fiéis, tropas governistas, tropas legais	os insurrectos, os revoltosos	as forças do governo, os bravos militares
JB	elementos extremistas, os rebeldes, sediciosos, brasileiros transviados	os defensores da legalidade	os rebeldes amotinados, os sediciosos	a tropa legal, forças do governo	os rebeldes, os revoltosos	o governo, as tropas legais	inimigos da Pátria, revoltosos	os que morreram em defesa da lei, defensores da pátria, defensores da ordem, bravos oficiais
DC	não disponível	não disponível	os rebeldes, rebeldes pernambucanos, chefes do movimento sedicioso, chefes da insurreição, chefes alucinados, elementos de desordem	as forças governistas, tropas fiéis ao governo	agentes comunistas, os agitadores demagógicos, oficiais criminosos responsáveis pela trama funesta, agitadores profissionais, chefes militares do fracassado golpe comunista	as tropas do exército em luta pela paz, segurança e felicidade da nação.	um bando de energúmenos [em Natal], comunistas	os bravos soldados da lei

b) a nomeação do confronto

	26/11	27/11	28/11	29/11
CM	extremismo, compió comunista, golpe golpe extremista, movimentoextremista movimento, insurreição armada, plano subversivo, movimento subversivo insurreição	acontecimentos, luta	grave rebelião, levante no quartel, rebelião, luta demorada e sangrenta, sublevação do quartel	trágicos sucessos, luta tremenda, movimento, tragédia brutal, rebelião, trágicos acontecimentos, projetada revolução, movimento armado
JB	movimento de caráter extremista, surto extremista, assaltos do extremismo, desvairada aventura	acontecimentos, movimento sedicioso	movimento armado, levante da praia Vermelha, revolução, levante	revolta, graves acontecimentos, episódios dolorosos, intentona
DC	[não disponível]	movimento comunista, movimento sedicioso, insurreição, movimento subversivo de caráter ostensivamente comunista, movimento armado de ordem política, essa sublevação, movimento comunista, golpe, movimento extremista, movimento revolucionário comunista no norte, revolução comunista	tentativa sinistra, revolta extremista, sublevação, surto revolucionário, luta fratricida, fracassado golpe comunista, levantes	movimento extremista, luta, revolta, levante, movimento subversivo, projeto subversivo

A observação deste último quadro mostra a modificação por que passou a narrativização do movimento a partir do momento em que se desenrolou no Rio de Janeiro. Nos dias 28 e 29 já se detecta uma composição lexical que introduz, nos diferentes jornais, a determinação de um *projeto subversivo* ou *projetada revolução ou intentona fracassada, fratricida e sangrenta*.

Significa-se, assim, que o sentido impossível da prática discursiva da FDB -- o outro comunista -- precisa corresponder a algo irrealizável na prática histórico-social brasileira. Note-se, conforme se pode ler no recorte abaixo, que a expressão *intentona* já está colocada em circulação no dia 28 de novembro, logo após ter sido iniciada a prisão e encarceramento de centenas de comunistas em todo o Brasil. Se antes havia uma certa instabilidade quanto ao modo de designar / nomear o movimento, agora ocorre um fechamento de sentidos para esta expressão em que se somam múltiplos discursos da FDB.

59. As diretrizes tomadas pelas autoridades superiores do Exército e os dispositivos das forças que atuaram contra o capitão Agildo Barata e seus companheiros de aventura, permitiram a prisão dos revoltosos que abandonaram o quartel de suas operações quando se tornou crítica a situação que criaram. Os restantes sediciosos, que ainda obedeciam aos promotores dessa intentona, já cansados, vendo-se isolados, içaram a bandeira branca rendendo-se às tropas legais. (CM, 28/11/1935, p. 3)

O movimento político-militar e social que se desencadeou em 1935 tem uma visibilidade constituída nesse fechamento. Ao se dizer *intentona comunista* está-se necessariamente nesse agrupamento de discursos: *aventura, fracasso, projeto*.

Aí se encontra o processo discursivo que produziu a ilusão referencial para a expressão *intentona comunista*. Ou melhor, na denominação *intentona comunista* se materializa um ponto de estabilização referencial do processo discursivo, um ponto-passagem obrigatório no interdiscurso histórico-político da história oficial brasileira. Ao mesmo tempo em que se instala este sentido, silenciam-se os outros, aqueles próprios da FDC, sentidos esses, aliás, nunca ditos pelos jornais.³²

Indo mais além, de fato não importa se foi o *JB* ou outro jornal quem primeiro enunciou *intentona*, assim como também, neste caso, não é tão relevante descobrir se o discurso jornalístico apenas 'escreveu o que estava na boca do povo' ou, ainda, se a enunciação foi de alguma posição de autoridade, levando tal palavra a entrar em circulação. O que realmente irá reverberar em termos da historicidade é o anonimato que engendra a repetição deste fato de linguagem no imaginário. O interessante é perceber que no modo como este acontecimento enunciativo (Guimarães, *op.cit.*) se constitui, a designação *intentona* condensa a negativização *sobre* um movimento de caráter comunista, portanto, um ato político-ideológico. Mais ainda, a instalação da expressão *intentona* com esse fechamento de sentidos no interdiscurso, junto com os enunciados definitórios já analisados, configura, uma vez mais, o retorno desse discurso (fundador) *sobre* os comunistas, discurso esse necessário ao projeto de identidade do Brasil como nação.

³² Guimarães (1995:74), também discutindo a *intentona*, afirma: "... 'intentona comunista' se dá em um acontecimento enunciativo, mesmo hoje, como presença interdiscursiva de uma posição ideológica, sem maiores especificações, liberal-conservadora. Assim, mesmo que um historiador de formação materialista (...) utilize esta expressão, mesmo marcando sua distância em relação ao processo de

E assim, o *Correio da Manhã*, em 3 de dezembro, já fazendo memória, conta:

60. *A gênese da intentona comunista em Natal. Adeptos do marxismo selavam causa comum com políticos derrotados, sedentos de poder.*
(título e subtítulo)

A prática discursiva jornalística engendra rapidamente a memória desse evento histórico, ao denominá-lo, ao filiar esta denominação no fio logicamente estabilizado de um dizer, que ela mesma já vinha colocando em circulação, e de um discurso fundador *sobre* os comunistas. Em resumo, ela nega o equívoco deste evento que eclodiu no nordeste e na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país.

Caminhando um pouco mais nesta direção, apreendemos, ainda, outro aspecto desse processo de significação que também contribui no engendramento de memória, re-unindo prática social e prática discursiva: é a narrativização do enterro, no Rio de Janeiro, daqueles que morreram combatendo ao lado das tropas do governo. Encontra-se, nestas narrativas, novamente, um mesmo gesto significando e excluindo: só se fala das *homenagens do povo e do governo aos Bravos Soldados da Lei que tombaram na luta de anteontem*. (DC, 29/11/1935, p. 1, título). Não se trata, portanto, de apagar o fato da história. Ao contrário, trata-se de monumentalizá-lo.³³

Construindo novas cenas e novos cenários discursivos, essas narrativas fazem trabalhar o recém-denominado evento histórico em seu domínio de atualidade. Elas promovem uma “psicologização do conflito” (Pêcheux, 1990b) ao descreverem minuciosamente a *emoção* dos presentes (*os mais sensíveis limpavam os olhos das lágrimas que brotavam*, CM, 27/11/1935) e de Vargas (*o sr. Getúlio Vargas, cuja fisionomia denotava a dor imensa de que se achava possuído*, DC, *idem*). É o que se pode ler abaixo, nos enunciados que vão configurando a memória:

61. *Imponentes homenagens do governo e do povo aos Bravos Soldados da Lei que tombaram na luta de anteontem. As solenidades dos funerais a que compareceram o presidente da República, todo o ministério e alts*

designação, sua enunciação significa porque nela está o discurso liberal-conservador. Ou seja, não se trata nem de um fato evidente na sua configuração, nem da intenção de quem fala”.

³³ Peço aos leitores que me perdoem a invenção desta palavra: tamanha ousadia não deveria caber no corpo de um trabalho científico. Mas como denominar esta prática social do enterro, que se torna um ‘monumento’, senão transformando um substantivo em verbo?

autoridades do Exército e da Marinha.(DC, 29/11/1935, título e subtítulo)

62. A cidade consternada participou ontem das derradeiras homenagens prestadas aos bravos militares que, no cumprimento do dever e em defesa do regime, tombaram heroicamente (...) // Em todos os rostos, como que sse estampava o sentimento de revolta pela crueldade do destino que arrebatara vidas tão úteis à pátria (...)// E quando já nada restava, a massa de povo se foi desfazendo, a meditar naqueles que a fatalidade prematuramente levou da vida, para dar-lhes o lugar, que conquistaram com heroísmo, nas páginas da história destes últimos atribulados tempos do Brasil. (CM, 29/11/1935, p.1, manchete)

O tom épico, grandiloquente, remete para uma fabulação³⁴ nessa descrição das cerimônias fúnebres que, além de perpetuar uma direção de sentidos, perpetua-se enquanto evento histórico que deve ser repetido para ser lembrado. Ou seja, as narrativas dos funerais somadas ao dizer que institui o acontecimento discursivo como *intentiona*, produzem um efeito de real em termos de história do Brasil, que se cristaliza na materialidade da própria prática social.

A prática não-discursiva, nesse caso, apresenta uma historicidade tão produtiva quanto a prática discursiva. Ou melhor, são ambas que se repetem como memória. Ao 'perseguirmos' a narratividade deste evento nos jornais, observamos que sua rememoração se deu sempre de modo a evitar que o tornar a falar desse evento pudesse levar a uma desarticulação das fronteiras FDB. Ano após ano, é com uma cerimônia no cemitério (a prática não-discursiva) entremeada por discursos *sobre* a *Intentiona* e contra os comunistas, que se renovam a filiação e a rede de manutenção do mesmo.

Também detectamos pequenas variações no modo de enunciar, embora igualmente submetidas o mesmo efeito de negativização do comunismo. Ou seja, nas rearrumações das fronteiras da FDB, conforme as resistências e perspectivas de mudanças históricas ao longo do tempo não foram alterados substantivamente o que pode e deve ser dito: em nenhum momento, nessa trajetória do sentido fechado de

³⁴ O processo narrativo que instaura a cena discursiva descrita nos remete ao conceito de "fabulação" tal como Bergson o concebe: "Convencionamos, então, colocar a parte as representações fantasmáticas e chamamos 'fabulação' ou 'ficção' o ato que as faz surgir." (Bergson, 1982:111). O 'fabular' das narrativas em questão, do nosso ponto de vista, tem sua importância na medida em que contribui na construção de sentidos "romanescos" para os 'heróis que morreram lutando contra o comunismo'. Pécheux (1988:169) discute o idealismo presente no "uso romanesco da informação".

intentona comunista, foi possível vislumbrar um desvio, uma alteração nesta rota tão organizada desde 1935³⁵.

A narrativização da *intentona*, mais do que cristalizar um discurso *sobre* os comunistas, perpetuou a memória dos sentidos daqueles que resistiram ao comunismo e, assim, filiou o acontecimento nos limites da FDB.

Há que se ressaltar, por fim, que os comunistas foram, uma vez mais, falados pelos jornais.³⁶ Sua voz não se fez ouvir senão pela voz do outro. E essa foi a memória que ficou para a imprensa.

Trabalharemos, a seguir, mais de perto com o confronto entre as formações discursivas, tomando a questão da quase inexistente voz do comunista no discurso jornalístico.

3.2.3- Discurso relatado e homogeneização

Cabe lembrar, de início, o clássico caminho que distingue três formas básicas de reprodução do dizer do outro. O discurso direto tem por característica provocar uma ruptura sintática, posto que o “fragmento citado, nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é apresentado como objeto; é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar: aquele de um outro ato de enunciação.” (Authier, 1990:29). Já com o discurso indireto, a apropriação do fragmento citado é traduzida pelo locutor L, ou seja, “fazendo uso de suas próprias palavras ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ do que ele relata” (Authier, 1982:92). Assim, traduzindo a fala alheia, o locutor pode mesclar (aderindo, antagonizando, negando, etc) no interior de uma mesma enunciação, FDs diferentes: a sua e a de (l). O discurso indireto livre, por sua

³⁵ O mesmo não ocorre com o movimento militar de 1964, cuja memória de fato se altera a partir do iniciado fim da ditadura militar. Já em 1989, por exemplo, ano das eleições presidenciais, o *Jornal do Brasil* abria espaço em seu noticiário para enunciar: *Ao abrir às 18 h, no saguão da Câmara Municipal, o culto ecumênico em memória dos presos políticos mortos durante o regime militar, o presidente do Grupo Tortura Nunca mais, coronel da reserva do exército João Luiz Moraes, 66 anos, chamou de ‘festim macabro’ a solenidade que se realizará de manhã no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, para comemorar o aniversário do golpe de 1964...* (JB, 1/4/1989, p. 4, tit: **Culto condena festim macabro**)

vez, não tem nenhum compromisso com uma reprodução do discurso do outro (l). No jogo estabelecido com o discurso do outro, encontra-se “o espaço do não-explicito, do ‘semi-desvelado’, sugerido mais do que mostrado ou dito...”(Authier, 1982:96).

Ora, em todos os casos, o que se tem é o simulacro da reprodução da fala de outrem, pois como já mencionamos, na perspectiva discursiva, não há autonomia do sujeito em relação a seu dizer. Este mecanismo torna-se mais complexo quando tomamos o discurso jornalístico, pois nele encontra-se um locutor Lj institucionalmente responsável pela reprodução dos discursos. Assim, o gesto jornalístico de reprodução de (l) já se encontra submetido a uma determinação de fora. Retomando, mais uma vez Authier (1990:26), “este ‘de fora’ (...) está no **exterior ao sujeito**, no discurso, como condição constitutiva de existência.”

No campo do jornalístico, o discurso relatado passa a ser mais usado sobretudo a partir das décadas de 40/50, época em que as matérias assinadas e não assinadas começam cada vez mais a utilizar uma ‘gramática da impessoalidade’, mesclando uma perspectiva enunciativa impessoal (de L) com a explicitação de outras enunciações (produzidas por l), na tentativa de levar a uma demarcação das fronteiras entre ditos diferentes e, deste modo, produzindo um apagamento do locutor-jornalista, reforçar as idéias de que tanto os fatos quanto os sujeitos falam por si. As falas autonomamente reproduzidas sinalizariam, deste ponto de vista, as origens do dizer ou fontes de sentidos sobre os quais o jornal não tem controle ou responsabilidade.

Separamos de nosso *corpus* alguns recortes mais representativos da utilização da heterogeneidade mostrada³⁷ na prática jornalística. Mais especificamente, nos detivemos tanto no discurso direto e indireto, que são formas marcadas da inscrição do outro no discurso, quanto no discurso indireto livre, cuja forma é não marcada.

Dois aspectos notáveis chamam a atenção em se tratando da utilização do discurso relatado na prática discursiva jornalística sobre os comunistas: 1) são

³⁶ Os comunistas não falam, porém nosso *corpus* registra alguns pequenos e localizados pontos de heterogeneidade que são a reprodução de dois bilhetes atribuídos (supostamente) a Prestes e uma fotografia do capitão Agildo Barata, líder do movimento no Rio de Janeiro.

³⁷ - Referimo-nos, aqui, especificamente a Authier 1982 e 1990.

praticamente inexistentes as reproduções das falas de comunistas; 2) os comunistas são falados por sujeitos que ocupam os mais diversos lugares sociais.

De fato, os partidários do PCB só falaram (e pouco) nos jornais pesquisados em raras ocasiões de mudança política. Por exemplo, Prestes, entre 1945 e 1947, no período da legalidade, ou quando voltou do exílio em 1979, ou, ainda, quando foi desligado do PCB em 1980. Roberto Freire, na ocasião em que era candidato à presidência da República em 1989, foi inúmeras vezes entrevistado e teve sua história de vida narrada com minúcias em reportagem. Há, também, momentos em que documentos do Partido são transcritos para o(s) jornal (is): o manifesto de Prestes, indicando sua adesão ao PCB em 1930 (que já tivemos ocasião de comentar), documentos apreendidos em 1935/37, indicativos de projetos revolucionários, algumas cartas 'oficiais' de Prestes para o Partido e do Comitê Central para Prestes, na ocasião de seu desligamento. Nos anos 70, a ditadura militar permitiu a transcrição de alguns panfletos apreendidos em seqüestros e assaltos a bancos, bem como autorizou a reprodução de depoimentos de militantes revolucionários arrependidos além de permitir (ou mandou enfatizar?) a transcrição da ordem de eliminação de um militante por seus companheiros.

Por outro lado, a extensa lista de denominações, como temos demonstrado, é bastante indicativa da recorrência do apagamento dos comunistas como sujeitos do discurso e de sua transformação em objetos no discurso jornalístico-político. O dado novo que o discurso relatado permitiu desvelar é que este processo de reificação dos comunistas foi legitimado nos jornais pelo relato de outros, ou seja, ocupando o lugar dos jornalistas (o 'nós' enunciativo), outros também enunciaram contra o comunismo.

Nas seqüências discursivas que examinaremos, também é possível delinear um 'movimento' no processo enunciativo: há uma passagem de uma dupla utilização discurso direto / indireto -- período de campanha das eleições presidenciais -- para o indireto e indireto livre -- após as eleições, quando os comunistas conquistam 4,7 % dos constituintes e Prestes é eleito senador da República.

Vejamos, inicialmente, o modo como esses mecanismos linguísticos do discurso relatado operaram no discurso jornalístico no período de campanha para a presidência da República:

63. No Pacaembu, em São Paulo, o sr. Luiz Carlos Prestes realizou ontem seu anunciado comício. Iniciou seu discurso aludindo à responsabilidade que, a seu ver, pesa sobre seus ombros (...)// Prosseguindo o sr. Luiz Carlos Prestes observou o panorama do momento internacional e afirmou que é nova a situação do mundo após a derrota do nazismo (...) // Em outro trecho do seu discurso, depois de defender o continuísmo, se apresenta clara, abertamente partidário do 'queremismo', dizendo: "Não fazemos cambalacho (...) Se apoiamos o governo é porque marcha para a democracia..." (*CM*, 17/07/1945, p.2, tít: **Comício do sr. Luiz Carlos Prestes em S. P**)

64. No comício 'Luiz Carlos Prestes', em São Paulo, com o estádio do Pacaembu lotado, falou primeiro o general Miguel Costa (...) // Começou o sr. Prestes dizendo que compreendida o significado daquela festa do povo, para o povo, demonstração da confiança no orador e no seu partido, o que lhe aumenta a responsabilidade. "Sim! - disse. O povo sabe em quem confiar" (...) // Tomando como referência a situação internacional, passa a examinar a nacional, onde também considera ocorrida "uma grande e profunda modificação" (...) // Conclui reafirmando a sua decisão de organizar o povo, com o apoio de todos e dá vivas ao povo de São Paulo e ao Brasil livre, unido, democrata e progressista. (*DC*, 17/07/1945, p.1, tít: **Prestes explica como e porque apóia o governo**)

Nos relatos do comício³⁸, cada jornal constrói o fato à sua maneira, mas ambos delimitam a fala de Prestes através do uso da sintaxe obrigatória dos discursos direto (dois pontos e aspas) e indireto (utilização de verbos *discendi* + conjunção integrante *que*). Provoca-se, deste modo, um distanciamento entre Lj e o discurso outro que é relatado, explicitando-se, como consequência, o caráter heterogêneo da enunciação. O distanciamento entre Lj e Prestes estabelece um limite entre as Fds, sobretudo no caso da utilização do discurso direto. O estabelecimento de fronteiras entre o discurso jornalístico e a FDC, também ocorre com o indireto, embora, neste caso, Lj se aproprie das palavras do outro-Prestes, inserindo-as na sua (de Lj) enunciação.

³⁸. Os outros jornais não deram notícia do comício.

Este distanciamento, produzido pelo discurso direto, mas também pelo indireto, tornando visível a diferença entre o dizer do outro-Prestes e o de Lj, simula não retomar o já-dito negativizado que constitui o discurso jornalístico sobre os comunistas. Ou seja, simula não estar afetado pelo interdiscurso.

Através desses relatos jornalísticos, depreende-se que no comício Prestes posiciona-se de modo a explicitar a posição política de seu partido com relação a vários temas. É o que os jornais nos permitem observar: de acordo com Lj, Prestes *alude, observa, afirma, diz, examina, conclui e reafirma* os pontos de vista do partido sobre política interna e externa. Além disso, posiciona-se contra as críticas que vêm sendo feitas e combate a imagem usualmente evocada com relação aos comunistas, fazendo uma retomada dos efeitos de sentido produzidos pela FDB sem, no entanto, enunciar o já-dito negativizado. Sabemos, através de Lj, que dessa posição Prestes afirma que o *Partido Comunista "conta entre seus membros pessoas de todos os credos e religiões, bem como céticos, agnósticos e ateus (...)" (DC, 17/07/1945)*, isto para não dizer, repetindo enunciações alheias, que os comunistas são *os sem Deus (DC, 1931)*.

Entretanto, quando observamos estes dois recortes no conjunto do noticiário político que vem sendo veiculado, podemos explicitar melhor o processo significativo que está atuando nessa mescla de discurso direto / indireto no relato dos comícios.

Antes da realização do comício, cada jornal vinha tratando de modo diferenciado tanto o retorno à legalidade do Partido quanto as relações entre Prestes e Vargas naquele período de eleições. Vejamos, por exemplo, o **DC**, que em 07/07/1945 publicou:

65. Confabulam com Luiz Carlos Prestes os íntimos do ditador. Está em marcha o 'Queremos' (...)// Revelamos ontem que cerca de 3.000 sindicatos bancarão ainda este mês, com o apoio do chefe comunista, a candidatura do ditador à presidência da República. (...) // Repete-se, assim, a manobra de 1937, com o lugar do sr. Plínio Salgado ocupado, desta vez, pelo antigo Cavaleiro da Esperança (...). (**DC, 07/07/1945, p. 1, manchete: O Queremos em marcha**)

66. Não há dúvida que o maior serviço prestado à causa comunista no Brasil foi a repressão bestial da polícia do sr. Getúlio Vargas aos partidários do credo vermelho (...)// Hoje, porém, a situação é totalmente

outra. O sr. Prestes e seus correligionários estão na rua, pugnando por seus ideais e fluindo a liberdade que os liberais conquistaram com os golpes da candidatura Eduardo Gomes (...) De modo que, o que nos cumpre hoje, a todos os democratas, é estabelecer firmemente, resolutamente, a linha divisória entre o comunismo e a democracia como a entendemos, baseada nos princípios cristãos e incompatível, portanto, com o materialismo histórico. (...) (DC, 07/07/1945, p.2, tít: **Comunismo e democracia - editorial**)

Esta é polêmica política instaurada antes e que retorna nos relatos de forma sub-reptícia: a aliança Vargas-Prestes pode representar uma associação entre a ditadura e o comunismo, aspectos incompatíveis para a FDB. A marca na enunciação jornalística que sinaliza a internalização do antagonismo político de Lj se materializa no emprego das aspas em *[Prestes] se apresenta claramente partidário do 'queremismo'...*(CM) e em *No comício 'Luiz Carlos Prestes'...* (DC).

O uso de aspas, conforme Authier (*id. ibid*), corresponde a uma marca de alteridade no interior da enunciação de Lj: indica a fronteira entre uma FD, no caso, aquela correspondente à posição enunciativa de Lj e sua exterioridade relativa à outra FD, no caso, a dos comunistas. Indica, além disso, que Lj estranha e rejeita o que está sendo reportado. Nos recortes em questão, o uso das aspas permite colocar a aliança Vargas-Prestes à distância por estes dois jornais (cujas motivações político-ideológicas são diferentes) e, ao mesmo tempo, permite o estabelecimento de uma cumplicidade com os leitores.

Para o leitor do DC, por exemplo, o isolamento provocado pelas aspas no nome 'Luiz Carlos Prestes' pode fazer retornar lateralmente a corrente de denominações não-ditas, mas implicadas interdiscursivamente: *chefe comunista, antigo Cavaleiro da Esperança, partidários do Credo Vermelho, democracia baseada nos princípios cristãos, portanto, incompatível com o materialismo histórico, etc.* Já no CM, jornal tradicionalmente ligado a Vargas, as aspas em 'queremismo' inserem, à distância e com estranhamento, a movimentação pró-Vargas dentro do discurso dos comunistas. As aspas, o discurso direto bem como a relação intertextual que se estabelece com as matérias publicadas anteriormente são, em conjunto, elementos alusivos ao interdiscurso colocado aparentemente em suspenso.

Assim, os dois jornais produzem efeitos de realidade -- *mise en scène*, conforme Pêcheux (1988) -- com relatos isentos apenas em aparência: no relato de descrição do comício, há um faz de conta de objetividade que finge se distanciar do interdiscurso constitutivo do modo jornalístico de falar *sobre* os comunistas. Aliás, as palavras 'comunista' e 'Partido Comunista Brasileiro' só aparecem no relato quando enunciadas pelo próprio Prestes, ainda que indiretamente: *Diz estar certo de que ali não se encontram apenas comunistas e sim homens de todas as tendências democráticas ... (DC, 17/07/1945).*

Acrescentemos, ainda, que a mescla intradiscursiva entre discurso direto, indireto e aspas, provocando distanciamentos, estranhamentos e, na aparência, apagamentos interdiscursivos, atua, também relativamente ao domínio das antecipações. Há várias hipóteses em jogo ('se a aliança Vargas/Prestes vencer...', 'se apenas Vargas ou Prestes vencer...', 'se nenhum dos dois vencer...', 'se o candidato de Prestes vencer...') e o discurso jornalístico vai construindo este presente fictício -- em parte limitado pelas relações mantidas entre as FDs, em parte tensionado pela possibilidade sempre incalculável da ocorrência de um acontecimento fazendo furo na cadeia das previsibilidades -- em que para cada relato, passado e futuro vão sendo a todo instante resignificados em função do presente.³⁹

A eleição de vários comunistas altera os mecanismos enunciativos jornalístico-políticos. Embora de início as interpretações 'didáticas' de comentaristas políticos tenham minimizado os efeitos da votação, como se pode depreender na seqüência discursiva abaixo,

67. Se o Partido Comunista do Brasil é mensageiro teórico de uma ideologia de configuração definida, a votação que ele obteve está longe de representar uma expressão numérica dos que absorveram e compreenderam essa ideologia. A grande maioria desse número possui a respeito do comunismo uma idéia muito rudimentar, segundo a qual a solução comunista significa apenas uma inversão dos termos do problema social dentro do mesmo quadro atual, com a simples substituição dos padrões pelos empregados. O número dos que sabem o que de fato significa uma

³⁹- É interessante, aqui, recordar Maingueneau (1989:91) que afirma: "o texto não é um estoque inerte que basta segmentar para dele extrair uma interpretação, mas inscreve-se em uma cena enunciativa cujos lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens, imagens estas impostas pelos limites da formação discursiva."

sociedade comunista é relativamente insignificante, mas, muito ativo e diligente, -- eficaz na formação das correntes numéricas de votantes (...) No pleito último não vejo expressão socialista nessa votação. Vejo apenas uma votação orientada por uma máquina perfeitamente organizada. (DC, 12/12/1945, p. 4, tí: Trabalho e comunismo, Ass.: Maurício de Medeiros)

as reportagens foram, aos poucos, anulando as diferenças ideológicas. O 'tom' didático sempre presente significa (desmerecendo ou mostrando o quanto é inútil) a participação comunista na Assembléia Constituinte, fazendo ecoar denominações da década de 20: *certos rapazes intelectuais, partidários desta ordem de idéias desordenadas* (CM).

68. A sessão de ontem da Assembléia, que se iniciara de modo tão louvável e produtivo, logo depois degenerou. Perdeu-se um tempo enorme antes que fosse aprovado em globo, sem prejuízo das emendas, o substitutivo da Comissão do Regimento. Os debates inúteis se fizeram em torno de um requerimento da bancada comunista, e manda a justiça proclamar que deplorável desperdício de tempo e energias [init] (...)// O final da sessão foi tumultuoso. (JB, 8/3/1946, p.6, tí: Coisas da política; subt: O sr. Carlos Prestes e a lavoura nacional)

69. As declarações feitas recentemente pelo sr. Luiz Carlos Prestes a um jornal desta capital, segundo as quais o partido comunista, no caso de uma guerra do Brasil com a Rússia, ficaria ao lado da República Soviética, além de causarem péssima impressão no povo brasileiro que acima de tudo é patriota e dá a sua vida pela salvação e bem estar da sua Pátria (...) // Ao invés, porém, do esperado desmentido, todos viram com a maior tristeza o sr. Luiz Carlos Prestes declarar, em pleno recinto da Assembléia Constituinte, na sessão do dia seguinte, que concedera realmente a entrevista, que a confirmava e assumia toda a responsabilidade do que dissera (...) desde então, os contituíntes parece que foram tomados por verdadeira repulsa por aquele punhado de maus brasileiros, a ponto de não lhes dar mais aquela atenção e aquela consideração (...) (JB, 22/3/1946, p.6, tí: Cerradas as fileiras contra os comunistas na Assembléia Constituinte; subtít: Define-se a UDN contra o partido do sr. Luiz Carlos Prestes.)

70. Em discurso que durou três horas, o senador Luiz Carlos Prestes (PCB-DF) tentou ontem minar nossa amizade com os Estados Unidos que, segundo ele, fomentam a guerra entre o Brasil e a Argentina. (OG, 27/3/1946, p.1, Manchete: Depois de pregar a traição à pátria o sr. Luiz Carlos Prestes tenta intrigar os Estados Unidos com o Brasil!)

71. (...) Os comunistas, mais ferozes do que nunca, voltaram a atacar o Governo a quem continuam a atribuir o fechamento do partido comunista. (...) (JB, 14/5/1947, p. 8, tít: Na Câmara dos Deputados; subtít: Novos e audaciosos ataques dos comunistas ao Chefe da nação)

A diferença maior relaciona-se ao fato de que a ausência absoluta de discurso direto remete os comunistas para um fundo de cena ainda no período da legalidade. Os comunistas ainda falam nos jornais, mas apenas intermediados pela posição enunciativa de Lj, que, por sua vez, através de suas 'traduções' e comentários, re-atualiza novamente as determinações interdiscursivas. Ao relatar indiretamente o que os comunistas dizem e fazem, Lj alinha-se à perspectiva dos adversários dos comunistas sem, no entanto, explicitar as relações de poder que estão em jogo. No relato do discurso do outro-Prestes, não estão silenciadas apenas suas palavras, estão, também apagadas as condições em que elas são proferidas. Assim a imagem que Lj, nessa posição enunciativa, faz vai na direção da imagem que o jornal produz e ambas alinham-se contrariamente ao PCB.

Depreende-se nas seqüências discursivas o retorno das denominações produzidas pela FDB: co-relacionando *povo brasileiro / bem estar da sua Pátria* (e toda a rede co-discursiva já produzida anteriormente), por um lado, e *punhado de maus brasileiros*, por outro, em um processo que se estende por quase dois anos com a utilização de pré-construídos nominalizados e a desqualificação de sempre (*traição à pátria, comunistas ferozes, ataques dos comunistas*), produz-se mais uma vez uma legitimidade para o que se diz *sobre* os comunistas. É o já-dito *sobre* os comunistas, que desde os anos 30 configura sua referencialidade discursiva, que retorna fazendo incidir o interdiscurso sobre o intradiscurso.

A transformação sintática no discurso jornalístico, passagem da alternância discurso direto / indireto para um uso exclusivo do discurso indireto, aliada ao retorno das denominações (antes apenas implícitas) materializa na ordem da língua, ainda no período da legalidade, o retorno da representação que se faz dos comunistas. Pode-se acompanhar, então, esse movimento da história -- passagem da ilegalidade para a

legalidade e o posterior retorno à ilegalidade do partido -- presente, materialmente, na crescente apropriação indireta do dizer comunista.

E mais, a indiretização da fala comunista mostra uma ausência de transformação nas relações do poder: o final da ditadura Vargas, a volta à legalidade do PCB e as eleições para presidência não redirecionam o processo discursivo geral. Além disso, do nosso ponto de vista, ao despolitizar a atuação dos comunistas na assembléia constituinte, os jornais contribuem na despolitização dos (e)leitores: os relatos jornalísticos retiram das discussões os posicionamentos político-ideológicos ao colocar em foco comportamentos e opiniões pessoais. Os jornais agem como juizes, emitindo juízos de valor com base, não esqueçamos, na imagem que a instituição jornalística se arroga para si mesma: o poder de dizer a verdade com uma linguagem transparente, colada a fatos que falam por si. Assim, no discurso jornalístico não discute o dizer do sujeito na posição enunciativa vinculada à FDC porque reduz a dimensão do político à dimensão do pessoal. Ao mesmo tempo, para o leitor, o que fica é uma associação negativa entre comunistas e atitudes sociais 'não-adequadas'.

Neste processo, o dizer do outro-comunista é levado a reinserir-se no dizer Outro do interdiscurso da FDB, em que os comunistas, agora visíveis como *maus brasileiros*, (além de continuarem como os *inimigos do Brasil* e / ou *maus cidadãos dos anos 30*) são os inimigos necessários à reafirmação do Mesmo.

É importante observar que a ilegalidade e a posterior cassação da bancada (em 1948) colocam o PCB em uma espécie de 'parêntesis' no noticiário. Durante o pós-guerra e a década de 50, fala-se sobre o comunismo sim, mas as referências voltam-se mais para a Europa, para a URSS e para a China. Depreende-se aí, novamente, uma política de silenciamento em que o apagamento do partido se realiza ou porque não se fala dele ou porque se menciona através da expressão *o extinto partido comunista*. O que é permitido retornar sobre os comunistas, na década de 50, é esse esvaziamento da possibilidade de se falar dele. Assim, ao enunciar (por força da censura) *a extinção do Partido Comunista* o discurso jornalístico corrobora na legitimação de seu apagamento jurídico.

É como se, inserida nessa enunciação jornalística -- que se julga responsável, lembremos, por desambigüizar o mundo, supondo um mundo estável -- a expressão *o extinto PCB* pudesse provocar, respaldada pela ordem jurídica, uma 'desconstrução discursiva' do referente 'comunismo brasileiro'. E além do mais, o retorno da expressão também pode constituir uma espécie de 'lembrete' aos *maus brasileiros*: eles 'inexistem' !

Por outro lado, é na contradição entre reafirmar *o extinto partido comunista* e a necessidade de veicular pequenos e raros relatos sobre eventos ligados aos comunistas brasileiros que se encontra o processo contínuo de reconfiguração de realidades produzindo um deslizar que vai do silêncio local (que apaga, querendo colocar no esquecimento) para o reaparecimento da memória discursiva *sobre* (que não pode não esquecer a negativização). Tanto uma forma como a outra, que encontram-se presentes nos jornais até aproximadamente o final dos anos 70, provocam uma mesma direção no movimento dos sentidos. Como se pode observar nos recortes abaixo, a recorrência da formulação nominalizada *o extinto Partido Comunista do Brasil*, além do paradoxo que instaura intradiscursivamente, faz retornar a memória da ilegalidade e da cassação. Os dois discursos, designando diferentemente, mas movimentando os sentidos na mesma direção, encontram-se nos títulos e no corpo da matéria:

72. **Dirigentes e membros do extinto Partido Comunista do Brasil, e também redatores e ex-redatores do jornal *Imprensa Popular*, depuseram, ontem (...) (DC, 26/10/1957, p.1, tít: **Comunistas depõem em juízo, grifo nosso**)**

73. O sr. Luis Carlos Prestes, secretário do extinto Partido Comunista, endereçou mensagem ao presidente Janio Quadros, congratulando-se pelas 'démarches' em curso no Poder Executivo, em favor do restabelecimento de relações diplomáticas com o que ele chamou de "Grande nação socialista". (CM, 3/8/1961, tít: **Cabeça de ponte comunista**)

74. Belo Horizonte, 14 (O Globo) - Na sede do jornal '**Novos Rumos**', porta-voz do extinto Partido Comunista, realizou-se importante reunião (...) (OG, 24/02/65, pág. 6, tít: **Comunistas mineiros recebiam ordens e dinheiro de Moscou, grifo nosso.**)

75. São Paulo - O Conselho Permanente de Justiça Militar (...) iniciou o sumário de culpa de **18 pessoas acusadas de pertencerem ao extinto Partido Comunista do Brasil**, ouvindo a denunciada (...) (JB, 7/4/1977,

tít: Justiça militar paulista começa a ouvir acusados de pertencerem ao PCdoB, grifo nosso)⁴⁰

Como já mencionamos, os comunistas só voltam a ‘falar’ nos jornais em algumas raras ocasiões a partir das décadas de 70 e 80. Voltaremos, portanto, a esta questão do discurso relatado como ponto de emergência da voz do outro na imprensa quando estivermos examinando a terceira faixa temporal. Mas, cabe lembrar que, ao longo dos anos 60, eles voltam a constituir uma ameaça. Alguns jornais, mais do que outros, como *O Globo*, enchem suas páginas com notícias e depoimentos sobre os perigos da *infiltração comunista*. Em 21 de fevereiro de 1964, por exemplo, há um total de doze títulos sobre o comunismo nacional e internacional em uma mesma página deste periódico⁴¹. Vamos finalizar o exame das relações entre o discurso relatado, as denominações e a crescente indeterminação no discurso jornalístico, tomando como base os recortes produzidos nos anos 60:

76. A Frente da juventude Democrática, em novo comunicado distribuído à Imprensa, volta a alertar a opinião pública para o Congresso Nacional dos Estudantes, a se realizar no Quitandinha, afirmando que “a UNE já enviou para o local inúmeros agitadores comunistas, que tomaram de assalto o hotel, que têm por missão corromper, coagir, amedrontar e perseguir a maioria democrata, patriota e nitidamente anti-soviética que ali deverá comparecer, para participar do conclave...”(DC, 14/7/1962, p.6, **tít: FDJ: comunismo quer coagir democratas**)

77. Afirmando não ver perigo iminente de comunismo em nosso país e que existem, apenas, desajustados, explorados por elementos extremistas...(DC, 1/8/1962, p. 1, **manchete: Ministro da Guerra não vê ‘perigo vermelho’**)

78. Brasília (sucursal) Comunista não podem exercer mandato eletivo no Brasil, segundo decidiu o TSE, não tomando conhecimento de uma série de recursos de São Paulo, interpostos contra reiteradas decisões do [intint] registro a inúmeros candidatos contra os quais se provou

⁴⁰- Embora esta notícia não se refira ao PCB, ela sofre o mesmo tipo de injunção discursiva descrita.

⁴¹- Só para ilustrar, reproduzo alguns títulos: *Estudantes paulistas não participarão do congresso comunista*; *Sufocado movimento subversivo na Síria*; *Washington e Londres reconhecem o Governo esquerdista de Laniba*; *Firmado em Moscou novo e amplo acordo cultural com os Estados Unidos*; *Khanh lutará até o fim contra os comunistas do Vietnã do Norte*; *O Congo reconheceu a China Comunista*

vinculação com o comunismo. (JB, 22/11/62, p.1, tít: **Comunistas não poderão ter mandato**)

79. A Profª Sandra Cavalcanti, Secretária de Serviços Sociais, afirmou, ontem, à imprensa, que o grupo que aplica o método de alfabetização do Prof. Paulo Freire é um grupo nitidamente de ação revolucionária.// - Tive alunas no grupo, no fim de 1962 e no meio de 1962 - declarou - acompanhando os cursos do 'Movimento de Cultura Popular', da Força de Promoção Social, no Recife. Tenho comigo todas as notas dessas aulas. São aulas de marxismo, aulas de revolução. A suposta formação de alfabetizadora nada mais é do que o adestramento técnico de líderes revolucionários. (OG, 08/02/1964, pág. 6, tít: **Revolucionário o grupo que aplica o método Paulo Freire, denuncia Sandra Cavalcanti**)

80. O general Danilo Nunes enfatizou que os comunistas, inimigos mortais e jurados da democracia, estão infiltrados nos altos postos da administração federal, assenhorando-se de importantes segredos de Estado, influenciando poderosamente nos destinos do Brasil e conduzindo-o para uma comunização cada vez mais rápida. (...) (OG, 22/02/64, 1ª pág.: pág. 2: **Danilo Nunes: uma loucura a volta do PC à legalidade**)

81. O governador Carlos Lacerda disse ontem ao JB que Goulart está fora da lei. O povo está convencido, com razão, de que a liberdade e a paz estão em perigo. Aperta-se, mais, cada dia, o cerco dos comunistas, usando a total falta de escrúpulos do sr. João Goulart. (...) A Rússia - garantiu - resolveu, há muitotempo, apoiar os caudilhos e subcaudilhos latino-americanos, para chegar ao poder, graças à desmoralização e à corrupção internas dos países que els dominam. (...) Assim, também, apóiam Goulart, subcaudilho retardatário, que neste momento compromete o Brasil perante si mesmo e diante do mundo. (JB, 19/03/1964, p.2, tít: **Goulart está fora da lei, diz Lacerda**)

82. Em entrevista a O DIA, o compositor e cantor Carlos Imperial declarou que, nos próximos dias, irá entregar ao Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Jaime Portela, uma exposição denunciando a existência de infiltração esquerdista nos meios artísticos brasileiros, principalmente no cinema. A seu ver, a CAIC (Comissão de Auxílio à Indústria Cinematográfica) só tem concedido financiamentos à turma da esquerda, deixando de lado aqueles que considera os verdadeiros cineastas. Acha que os primeiros realizam películas abordando o "cinema político" e o "cinema-agitação", quando o cinema-indústria é que devia ser amparado. (...) Acrescentou que, recentemente, foi realizado em Nova Iorque o Festival do Cinema Brasileiro, sob os auspícios do Itamarati e o que se viu nas telas mostrando o Brasil foram: favelas, homens maltrapilhos e esfomeados, num flagrante desrespeito ao povo brasileiro. Assim -- frizou -- as autoridades, sem o saber estão prestando um deserviço ao desenvolvimento das artes no Brasil. (...) (OD, 06/11/68, p. 5, tít: **Carlos Imperial denuncia infiltração esquerdista**)

83. Ao saudar a nova Mesa Diretora do Tribunal Superior do Trabalho, o ministro Júlio Barata afirmou, entre outras coisas, que “o comunismo prega a luta de classes e a violência para a imposição de seu credo sinistro, mas a Justiça do Trabalho possui como armas o direito e a lei, o bom senso e a persuasão, a serviço da paz, da ordem e do bem comum”. (CM, 20/12/68, p. 12, tít: **Ministro no TST ataca comunismo**)

84. O comando do I Exército, depois de denunciar a ação criminoso do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário- PCBR - adverte a população contra o risco da presença dos subversivos, infiltrados em edifícios, e conclama à mais rigorosa vigilância os responsáveis por condomínios, a fim de que evitem alugar residências a elementos flutuantes, que instalam aparelhos subversivos nos prédios, levando perigo a todos, por ocasião das diligências do desmantelamento de tais focos e pela própria natureza do material que costumam ocultar, inclusive explosivos (...) (OG, 24/01/70, pág. 17, tít: **Aparelhos subversivos são perigos nos prédios**)

Como mencionamos anteriormente, no discurso indireto só se tem a voz de Lj que circunscreve e ‘traduz’ o dizer de (l) a seu modo, ou seja, com maior ou menor distanciamento, adesão, crítica etc. Pela leitura desses recortes, nota-se que Lj não se separa dos locutores cujas falas são relatadas: ao circunscrever e traduzir o que dizem sobre os comunistas, insere, sem distanciamentos, esse dizer no fio do próprio discurso. As palavras desses diversos locutores *sobre* os comunistas estão, portanto, ‘acolhidas’ no intradiscurso de Lj, produzindo um efeito homogeneizante quanto ao que se diz *sobre* os comunistas.

Sem dúvida, há que se considerar que alguns desses jornais podiam ser ‘mais à esquerda’ e outros ‘mais à direita’ até a irrupção do golpe militar de 1964. A partir de então, a censura baixou um véu espesso em torno da discussão política, ocasionando um direcionamento de sentidos cada vez maior sobre o comunismo brasileiro. Deste modo, a força da homogeneização posições contrárias decorre sobretudo da censura.

Se observarmos o elenco de locutores (l) e os verbos usados para introduzir o discurso citado,

(Lj)	(posição enunciativa de l)	(verbo introduzido por Lj)
DC, 1962	Frente da Juventude Democrática	<i>alerta afirmando</i>
JB, 1962	Tribunal Superior Eleitoral	<i>decidiu</i>

DC, 1962	Ministro da Guerra	<i>afirmando</i>
OG, 1964	Sandra Cavalcanti. Secret. Estadual	<i>afirmou, declarou, denuncia</i>
JB, 1964	Governador Carlos Lacerda	<i>disse, garantiu</i>
OG, 1964	General Danilo Nunes	<i>ênfatisou</i>
OD, 1968	Compositor e cantor Carlos Imperial	<i>declarou denunciando, denunciou</i>
CM, 1968	Ministro Julio Barata	<i>afirmou</i>
OG, 1970	Comando do I Exército	<i>denuncia, adverte</i>

vemos que as citações *sobre* os comunistas já vêm necessariamente interpretadas. Os locutores em questão enunciam conforme posições da FDB, representando a opinião de distintos segmentos sociais em contato com o poder vigente. Eles enunciam de um lugar de autoridade e os verbos usados, através dos quais Lj retoma e traduz as palavras de (I) são indicativos de que os locutores mostram-se seguros quanto ao que afirmam. Podemos dizer, então, que Lj é (pelo menos) conivente (ou obrigado a estar de acordo) com o que é citado. Ou ainda, que a posição enunciativa de Lj não está muito distante daquela representada pelos locutores em questão. E o que eles (I e Lj) *afirmam, denunciam, advertem, declaram e ênfatisam* é *sobre o perigo comunista*, fazendo retornar as mesmas denominações: *agitadores comunistas, líderes revolucionários, inimigos mortais e jurados da democracia, infiltração esquerdista, turma da esquerda, credo sinistro, ação criminosa*.

Chamamos a atenção para outro aspecto interessante das notícias desse final de década. A partir das seqüências discursivas em análise, foi possível depreender a introdução de uma pequena modificação no modo de estabelecer a oposição 'brasileiros' vs. 'comunistas'. Não se trata mais de caracterizar, reiteradamente, o 'brasileiro', remetendo-o ao que supostamente ele 'deveria saber' (*O povo brasileiro sabe o que é família, propriedade e religião*, CM, 17/11/1935), nem de descrevê-lo tendo em vista um possível futuro (... *abafar o surto comunista que procura neste momento glorioso para o Brasil, travar a nossa marcha para o destino de grandeza...* DC, 29/10/1930). Agora trata-se, apenas, de reafirmá-lo conforme essa

memória estabelecida. Neste conjunto de recortes, já faz parte do domínio de saber da FDB que *a maioria [é] democrata, patriota e nitidamente anti-soviética*. Dito de outra maneira, entendemos que, em torno dos anos 50, a FDB já tem constituída uma memória discursiva relativa ao período republicano. E constituem parte dessa memória vários 'mitos' sobre o brasileiro, assim como a negação de qualquer possibilidade de interesse pelo comunismo.

Mas o constante movimento da história transforma a dinâmica das relações sociais. E a discursividade produzida reconfigura incessantemente as fronteiras das FDs, promovendo a incorporação de novos pré-construídos. Deste modo, no incessante movimento da memória entre fazer lembrar e fazer esquecer, se novos sentidos vão sendo produzidos, alguns esquecimentos, necessariamente, vão constituindo as rupturas e transformações históricas, embora os efeitos muitas vezes permaneçam ecoando. O comunista, este "inimigo interno", construído discursivamente na FDB, como o 'outro' necessário à instauração do 'mesmo', vai ter seu processo de significação lentamente modificado.

3.3 - DOS ANOS 70 ATÉ 1989⁴²

Em meados da década de 60, ao longo dos anos 70 e, sobretudo, nos anos 80, o processo discursivo que instaurou a negativização *sobre* os comunistas / comunismo começa a se alterar. Podemos localizar dois extremos neste período: por um lado, a ditadura impondo, através dos mecanismos de censura, que somente se pode falar *dos* comunistas em reportagens voltadas para o relato de atos 'terroristas' e; por outro, a partir de meados da década de 80, em função das mudanças ocorridas no leste europeu e na URSS, encontra-se o início da minimização do 'perigo comunista' no Brasil.

⁴² O campo dos jornais sofre uma alteração substancial neste período. Nossa análise não pôde contar com o *Diário Carioca*, cujo término se deu em 1965, nem com o *Correio da Manhã* em toda a extensão do período, uma vez que este fechou em 1974. No trabalho com os três restantes, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*, enfocamos, sobretudo, os dois primeiros, levando em consideração o antagonismo político 'direita' (*O Globo*) vs. 'esquerda' (*Jornal do Brasil*) mantido por ambos neste período.

Entre estes dois extremos, com a volta do pluripartidarismo, iniciando o processo de término da ditadura militar, com as greves irrompendo em meados de 1980, com o retorno dos exilados, a palavra 'esquerda' vai lentamente ganhando espaço no panorama político. Ao mesmo tempo, uma nova discursivização começa a se engendrar. Os comunistas, "inimigos internos"⁴³, deixam de ser os únicos alvos dos processos discursivos de negativização: o engendramento de significação anteriormente descrito começa a migrar para aqueles partidos considerados de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). Isso promove na FDB uma reorganização das fronteiras, resultando na incorporação de novos pré-construtos, e materializando, na denominação 'esquerda', os 'inimigos' dos novos tempos.⁴⁴

O período em foco apresenta uma espécie de gradação: da censura imposta pelo golpe militar desfechado em 1964, forçando ainda mais o fechamento dos sentidos colocados em circulação pelo discurso jornalístico ao ponto oposto, que generalizando e ironizando, encontra seu extremo na expressão 'dragõezinhos de esquerda', utilizada pelo candidato à presidência da República, Ronaldo Caiado, em 1989.

A fim de explicitar o funcionamento da prática discursiva jornalística, e a institucionalização dos novos rituais enunciativos, vamos observar essa movimentação nas fronteiras da FDB, centralizando em torno do deslizamento dos efeitos de sentido produzidos discursivamente no processo de construção da referência discursiva de 'comunismo' para 'esquerda', em seguida de 'comunismo' para 'subversivo' e, por fim, para 'esquerda', novamente.

⁴³ Valemo-nos da expressão usada por Sader ao fazer a análise da conjuntura que determinou o golpe militar de 1964: "...desde que militares brasileiros se integraram às ações da oficialidade norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial, de onde surgiu a Escola Superior de Guerra, que trabalhou longamente a doutrina de segurança nacional, a qual caracterizava a existência de um 'inimigo interno', verdadeiro vírus inoculado pelas potências comunistas a partir do exterior, para desagregar a nação. Esse 'inimigo' ficou configurado como sendo precisamente a esquerda" (1995:99).

⁴⁴ Não podemos deixar de mencionar, aqui, que a forte penetração do discurso neoliberal, nos anos 90, produziu novos efeitos, chegando mesmo a levar o atual presidente da República a ironizar a oposição de esquerda, referindo-se ao "nhém nhém nhém das esquerdas".

3.3.1 - O mesmo no diferente

A denominação 'ser de esquerda'⁴⁵ até o final dos anos 70, nos jornais, está vinculada tanto à constituição de partidos políticos de oposição ao poder vigente quanto a um 'comportamento' político considerado de oposição, mas inadequado. Fazendo uma breve arqueologia desta denominação, encontramos:

85. Já está perfeitamente caracterizada, dentro do oceano da Revolução, **uma corrente que se diz esquerdista**, mas, na realidade, não passa de um elemento inquieto com sua sorte no dia da normalização constitucional da vida política do país. (...)// O fato é que já está formado um **partido de agitação**, cujo intuito é se apoderar da revolução para transformá-la num regime crônico no país. // Esses curiosos "**vanguardeiros**" ainda não acertaram se marcharão para a **extrema esquerda com o comunismo**, ou para a extrema direita com o fascismo. A febre da fermentação é, pois, o meio de vida dos extremistas revolucionários. (...) (DC, 18/12/30, p. 1: **A exploração extremista** ass.: Macedo Soares, grifos nossos)

86. (...) Submetido a votos um programa de ação apresentado pela comissão central, foi o mesmo aprovado com algumas modificações, ficando finalmente com a seguinte redação 1)- **A Esquerda Democrática** é a reunião de pessoas e organismos (...) // 8) - É tarefa imediata da Esquerda Democrática apoiar a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da república... (DC, 03/07/1945, p.3, tít: **A Esquerda Democrática vai iniciar a campanha política**)

87. Em carta que dirige aos srs Ernani do Amaral Peixoto e Herbert Levi, presidentes dos dois maiores partidos políticos do país -- respectivamente PSD e UDN -- o advogado Sobral Pinto, um dos mais prestigiados juristas brasileiros, alerta contra os perigos da "corrida alucinante dos dirigentes do país para o '**esquerdismo**' vago, impreciso, leviano." (DC, 15/7/1962)

88. Em seu depoimento de quatro horas perante a CPI do Petróleo, o general Peri Constant Beviláquio, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, vinculou a atual crise da Petrobrás às mesmas forças que, agindo acobertadas por um **falso nacionalismo**, vêm agitando a vida nacional, pregando a subversão da ordem e desmantelando todas as frentes de trabalho e produção do País. (...) (OG, 1/2/1964, pág. 6, tít: **Paulo de Tarso prega teses esquerdistas na convenção do PDC**)

⁴⁵A memória política da oposição 'direita' e 'esquerda' está relacionada à Assembleia Constituinte francesa, instalada após a revolução de 1789. Na assembleia, os constituintes que defendiam a manutenção do 'mesmo', ie, o antigo regime, sentavam-se à direita, enquanto que os opositores, ie, os que defendiam a nova ordem, sentavam-se à esquerda (cfme. Sader. *op.cit.*, p. 21 e Bobbio. 1995, p. 32).

89. Tornam-se, pois, inadiáveis (...) providências legais (...) para o afastamento imediato e punição exemplar de todos os elementos da **agitação esquerdista, subversiva e antidemocrática**, nos três Poderes da República (...) que sopravam sobre as Forças Armadas os vendavais do ódio e da indisciplina, para destruí-las ou desmoralizá-las, a fim de que a Nação pudesse ser assaltada e dominada por esses homens sedentos de poder, **falsos nacionalistas brasileiros**, pois eram abertamente **comunistas (...)** (JB, 30/3/1964, p. 9, **tít: Brigadeiros da FAB pedem julgamento rigoroso para comunistas e socialistas**)

90. Belo Horizonte, 14 (O Globo) - Durante a última reunião do Conselho de sentença da Auditoria da 4ª Reg. Militar, em Juiz de Fora, o Promotor Joaquim Simeão Faria Filho afirmou que, em princípios de fevereiro do ano passado, uma série de acontecimentos políticos registrou-se em Belo Horizonte. Na sede do jornal 'Novos Rumos', porta-voz do extinto Partido Comunista, realizou-se importante reunião, com a participação do Sr. Armando Z. (...) Um dos principais pontos da reunião dos **esquerdistas** foi a possível entrega da direção do partido ao governador Miguel Arraes, com o afastamento imediato de Luiz Carlos Prestes. (OG, 24/02/65, pág. 6, **tít: Comunistas mineiros recebiam ordens e dinheiro de Moscou.**)

Nestas seqüências discursivas, o 'ser de esquerda' tem sua referência construída discursivamente sob as denominações *esquerdismo / esquerdista*. Estas duas formas de denominação, por sua vez, aparecem, em cada seqüência discursiva, determinadas discursivamente, o que quer dizer que os adjetivos funcionam discursivamente saturando o substantivo de forma a "qualificá-lo a integrar seqüências discursivas afetadas por determinadas FDs" (Indursky, *op. cit.*, p.204). No quadro abaixo⁴⁶, separamos e reorganizamos estas determinações conforme elas aparecem nos diferentes intradiscursos.

seqüência discursiva	determ. discursiva	denominação	determ. discursiva
85	corrente	esquerdista	
86	extrema	esquerda	
87		esquerda	democrática
88		esquerdismo	vago, impreciso, leviano
89	teses	esquerdistas	
90	agitação	esquerdista	subversiva antidemocrática
		esquerdistas	

⁴⁶ Retomamos, aqui, com adaptações, a já citada proposta de Indursky (1994).

Nesse conjunto de sucessivas reformulações da determinação discursiva para as paráfrases *esquerda / esquerdismo / esquerdista*, pode-se perceber um processo de significação em curso, constituindo uma referência discursiva para 'esquerda'. Tal referência vai sinalizando uma ligação entre 'ser de esquerda' e 'ser extremista revolucionário', o que em dado momento permite estabelecer uma relação com *atitude antidemocrática* e com *comunistas*.

Quando examinamos a co-textualidade envolvendo a denominação 'esquerda', interna a cada seqüência discursiva, observamos mais de perto que a determinação está sendo construída também pela possibilidade de substituição com as demais formas de denominação. Vejamos:

corrente esquerdista / partido de agitação / esses curiosos vanguardeiros / extremistas revolucionários

teses esquerdistas / falso nacionalismo

elementos da agitação esquerdista, subversiva e antidemocrática / esses homens sedentos de poder, falsos nacionalistas brasileiros / comunistas

Dois pontos podem ser de imediato destacados. Em primeiro lugar, a denominação 'esquerda' tem suas fronteiras semânticas limitadas menos por uma evocação ao preconstruído (genérico) que associa 'esquerda' à 'oposição' e mais pela co-relação ancorada em um dizer cuja memória já vem constituindo e estabelecendo, no Brasil, uma ligação entre *extremistas (revolucionários)*, *falso nacionalismo (maus brasileiros)* e *comunistas*. Note-se que, nestas seqüências discursivas, paralelamente, também se organiza uma região do dizer não dita, mas constitutiva do processo discursivo em curso, qual seja, a memória da afirmação da brasilidade. Essas considerações nos permitem considerar, relativamente ao segundo aspecto a ser destacado, que o processo discursivo que está determinando a significação de 'esquerda' encontra-se vinculado à FDB.

Quando se considera a segunda e a última seqüências discursivas, porém, percebe-se que o funcionamento da determinação discursiva ocorre de modo diferente.

No segundo recorte, a constituição do nome próprio *Esquerda Democrática* antagoniza processo discursivo anteriormente descrito, buscando instaurar uma diferença. Em nossa hipótese explicativa para este funcionamento, a determinação de *esquerda* através de *democrática* resulta tanto de uma contraposição aos enunciados preconstruídos, cuja circulação vem promovendo uma associação entre *esquerda* / *esquerdismo* e *extremismo revolucionário*, quanto uma vinculação ao preconstruído genérico que relaciona *esquerda* à *oposição*. Ora, o processo de determinação em jogo associa *oposição de esquerda* com *democracia*, instaurando, deste modo, uma diferença interna à produção de sentidos para *esquerda*. Essa denominação aponta para uma reordenação das regiões que constituem a FDB, provocando a aceitabilidade de uma oposição, de esquerda, e democrática. Em outras palavras, admitir *esquerda democrática* é também admitir que se trata de outra demanda: trata-se de um *outro* possível, uma alteridade consentida no interior da própria FDB. Não representa, portanto, uma adesão à FDC.

Já na última seqüência discursiva, a co-textualidade depreendida intradiscursivamente permite associar *esquerdista* com *comunista*. Convém ressaltar que a denominação *esquerdista* não se encontra determinada discursivamente, ou seja, não se depreende uma necessidade de saturação dessa denominação: sua simples menção é suficiente para fazer ressoar interdiscursivamente (Serrani, 1993) a legitimação de sentidos constitutivos da FDB. Observe-se, ainda, que esta última seqüência em análise é de 1965, um ano após a irrupção do golpe militar e do início da perseguição sistemática de todos os cidadãos envolvidos com o PCB e com qualquer forma de oposição.

Com o golpe de 64, e principalmente após a edição do AI5, as denominações *esquerda* / *esquerdista* e *comunista* vão cedendo espaço, na prática discursiva jornalística, à ênfase reiterada de algumas das formas de designação sempre relacionadas ao comunismo / comunista: *subversivo*, *terrorista*, *inimigo*. Lembremos que as condições históricas de produção para a emergência destas denominações são bastante específicas, uma vez que de acordo com as imposições da ditadura apenas dois partidos dividiam o espaço político. Estar fora da oposição partidária

legitimada pela ditadura militar representa estar no lugar do não consentido politicamente, logo, do inimigo. Novamente em cena, é a memória discursiva *sobre* os comunistas, no que ela produz enquanto efeito de estabilização dos sentidos, que vai intervir no processo de significação que se engendra na FDB, denominando, designando e qualificando os novos protagonistas do discurso que não se adequam ao bipartidarismo. Vale a pena mencionar que não depreendemos, em nosso *corpus*, nenhuma ocorrência designando estes 'novos' protagonistas como 'revolucionários': os militares apropriaram-se da própria denominação, autodenominando-se "os continuadores da revolução de 64".

O discurso jornalístico, por sua vez, obedece à lógica ditatorial imposta, em parte, por força da censura, como é o caso do *Jornal do Brasil*, em parte porque partilha os mesmos princípios dos militares, como acontece com *O Globo*. Ou seja, ambos adequam-se ao imaginário vigente, contribuindo, assim, forçosamente ou não, no apagamento das dissensões políticas e ideológicas.

O que podemos considerar como noticiário político, até aproximadamente meados dos anos 70, organiza-se em torno de alguns eixos de produção de sentidos permitidos, outros proibidos e, ainda, aqueles obrigatoriamente enunciáveis, conforme a nova configuração que toma a FDB. Nosso *corpus* registra, então, que

- há sempre inúmeras e variadas notícias sobre a ARENA e sobre o MDB;

- deve-se citar os atos e os dizeres dos presidentes militares e seus ministros [Médici falará sobre segurança nacional e obra revolucionária, OD, 5/3/1970; Médici diz à Nação que é preciso evoluir, JB, 1/4/1971, p. 4; Geisel: Ideologia condiciona a forma de governar, OG, 27/11/1971, p.1];

- é possível falar sobre alguns julgamentos de subversivos presos, desde que seja empregado o discurso jurídico [Dois militares asseguram que réus do seqüestro de Bucher não sofreram coação, JB, 12/4/1972; Continua o sumário dos seqüestradores, OG, 12/4/1972; Carlos Lamarca condenado a trinta anos, CM, 18/04/1971⁴⁷];

- é possível, também, narrar ações policiais em que terroristas são mortos [Terrorista *morre* em meio a tiroteio entre agentes de segurança e subversivos, JB, 11/11/1972; *Morre* em tiroteio a terrorista que *assassinara* um policial no Méier, OG, 11/11/1972; Terrorista morto em tiroteio, CM, 28/8/1972];

⁴⁷ Estas notícias parecem extraídas diretamente dos autos de processos jurídicos. tamanha é a 'higienização' da linguagem.

- devem ser citados tanto depoimentos de terroristas e subversivos arrependidos quanto ações de 'justiçamento' de subversivos contra subversivos [Justiçamento sumário entre os subversivos, OD, 16/4/1971; Mais três *repudiam* o terror e prometem ajudar o governo, OG, 24/4/1971; Terror *mata* subversivo que queria desligar-se, OG, 16/4/1971];

- cabe aos jornais didatizar para os leitores que o comunismo, antes inimigo único, encontra-se subdividido em muitas alas e facções, possuindo uma diversidade de nomes [Quando do seqüestro do embaixador Elbuck, a lista imposta às autoridades compunha um *buquê de múltiplas alas de extrema esquerda*. Havia representante do '*partidão*' de Prestes, com Gregório Bezerra, *elementos da 'linha chinesa'*, bem como de outros grupelhos menores.// Propomos a alteração das atuais leis (...) a fim de dificultar a ação dos '*catequistas*' a soldo de Moscou, Pequim e Havana, OG, 16/03/70; Trata-se do desmantelamento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR - partido que está integrado por dissidentes do PCB e do PC do Brasil, os quais resolveram adotar a *linha chinesa*, isto é, a tomada do poder pela violência, OG, 24/01/1970]

- deve-se noticiar negativamente Cuba e URSS [Rússia *reduz* salários, OG, 27/10/1969; Moscou *agride* Igreja Católica, OG, 20/4/1971; Cuba ou o *desânimo da utopia*, CM, 18/04/1971; Fidel *interna* estudantes em granjas disciplinares, OG, 5/4/1971; Cuba *constinua agredindo* o Brasil e o nosso presidente OG, 29/11/1971; URSS *financia subversão* através de Cuba e Chile, OD, 15/4/1972];

É um efeito de memória do discurso já constituído *sobre* o comunismo que entra na validação / consolidação desse imaginário político instituído pela prática totalitária da censura militar. Trata-se de um processo discursivo que, ao mesmo tempo, institui e silencia sentidos. E o discurso jornalístico permite a inscrição desses processos além de promover a circulação desses 'novos' enunciados bem como fazer retornar 'antigas' ritualizações enunciativas *sobre* o PCB, as quais retornam como 'diferentes', pois circunscrevem os 'novos protagonistas', ie, os terroristas e os subversivos, nas malhas dos discursos que significavam os *perversos vermelhos*. Em outras palavras, a realidade construída para o comunismo -- enquanto violenta ameaça ao sistema vigente -- é retomada e transferida para os subversivos.

No processo de reescritura do passado a partir do presente, *O Globo*, por exemplo, dedica várias páginas em março de 1970 para construir uma memória do golpe de 64. Na produção desta memória, os enfrentamentos do presente são justificados em função da existência de antigos conflitos com os comunistas ainda não resolvidos.

91. Uma análise de todos os movimentos subversivos desencadeados no País, nos últimos anos, demonstra que **as diversas siglas através das quais se identificam grupos terroristas são apenas frações de um todo, que é o Partido Comunista**, e perseguem um mesmo objetivo: a implantação de uma ditadura vermelha no Brasil. Toda a longa história de subversão da ordem, que começou a partir de 61 com o incitamento à luta de classes e à indisciplina nas organizações militares e prosseguiu, depois de 1964, com o terrorismo (hoje em franco declínio), está contada, no que resta de Rio e São Paulo, nas páginas 16 e 17. (OG, 24/03/70, 1ª pág.: Rio/São Paulo: A mais longa história do terror)

Para *O Globo*, a história parece caminhar em linha reta.⁴⁸ Com uma lógica implacável que tudo justifica, o jornal apaga as diferenças entre o 'perigo vermelho' de ontem e as ações subversivas de hoje. Deste modo, junto com a ditadura, que inscreve seu discurso por força da censura no discurso jornalístico, em *O Globo* se depreende uma correlação entre os novos nomes que surgem -- VAR-Palmares, POLOP, MR-8, PCBR, ALN, PC do B e outros -- com as ameaças já organizadas na memória social sobre o velho e conhecido PCB, ou *partidão*. As novas siglas funcionam como rótulos vazios na imprensa, servindo apenas para denominar, vagamente, os diferentes grupos terroristas. Atuando sobre as denominações, estão os efeitos de real da construção discursiva dos o dizível com o visível e com o pensável. Durante o período militar, portanto referentes comunismo/comunista, os quais, construídos no discurso jornalístico, fazem coincidir imaginariamente, a FDB reorganizou suas fronteiras, incorporando e homogeneizando as diferentes tendências comunistas em um discurso comum e homogêneo.

A ditadura não impede que se fale sobre o comunismo ou sobre os atos terroristas, desde que esse dizer esteja orientado conforme as regras da censura. A censura (forma de silêncio local) atua, portanto, no eixo intradiscursivo: trata-se "do

⁴⁸ Mas o *JB*, quando finalmente pode escrever a memória do período, o faz por outro ângulo. No recorte discursivo a seguir, podemos ler a construção desta outra memória: Dois milhões e meio de brasileiros têm exatamente a idade da Revolução: 15 anos. (...)// Desse contingente, que se criou dentro do regime, o *JB* entrevistou [inil] em 10 estados. Há, entre eles, como ocorreu na favela do Arará, em Benfica, jovens que não são capazes de associar a palavra 'revolução' com idéia alguma: nem a que o regime combate, nem a que consagrou. (*JB*, 1/4/1979, p.4, tít: A política nacional aos 15 anos)

dizível produzido pela intervenção de relações de força nas circunstâncias de enunciação: não se pode dizer aquilo que (se poderia dizer mas) foi proibido” (Orlandi, 1992:108).

Mas nos caso que estamos analisando, há um dizível ‘obrigatório’ *sobre* os subversivos que sofre os efeitos da memória já instituída *sobre o PCB*. A nível da recepção, e pensamos, aqui, nos leitores de *O Globo*, por exemplo, o que constitui ‘a realidade’ dessa época, tal como aparece construída pela imprensa, vai estar imaginariamente submetida às relações de semelhança (com ‘antigos’ dizeres *sobre o lugar do outro*, ie, sobre o ‘perigo comunista’) provocadas pela intervenção da memória discursiva. Já no caso dos leitores do *Jornal do Brasil*, a imposição do dizer cabível provoca um estranhamento, permitindo que aflore um confronto entre diferentes regiões da FDB.

No *Globo*, o efeito de memória, filiando os enunciados produzidos ao interdiscurso da FDB, engendra a imagem de uma realidade sócio-histórica homogênea e consensual: jornal, leitores e poder instaurado convergem na defesa dos mesmos valores. No *Jornal do Brasil*, as resistências presentes nas margens do dizer permitem remeter o ‘mundo militarmente organizado’ para seu devido lugar. Assim, é na repetição dos sentidos que devem ser repetidos (ou silenciados) que ocorrem deslocamentos e inversões.

Dito diferentemente, considerando que a censura “funciona em nível de circulação e de elaboração histórica do sentidos” (Orlandi, *op.cit.*, p. 110), impedindo, deste modo o trabalho histórico do sentido, o efeito de memória *sobre os comunistas* nas notícias obrigatoriamente colocadas em circulação pela força da censura será diferente em cada um dos dois jornais citados. No jornal *O Globo*, o que vai constituir ‘a’ realidade para os leitores corresponde à similaridade possível entre a *ameaça comunista* e a ameaça dos que se opõem ao regime de ditadura militar. Daí os rituais enunciativos serem bastante semelhantes aos que já apresentamos em outros momentos deste trabalho e os processos discursivos caminharem na mesma direção de sentido. No *Jornal do Brasil* (e no *Correio da Manhã*), por outro lado, dizer o ‘mesmo’, ou não dizer nada, por força da censura, é o que vai possibilitar significar de

outro modo. Desta maneira, o *JB* vai colocando 'em suspenso' o interdiscurso enquanto discurso-transverso que o está atravessando.

Nos dois títulos abaixo, podemos observar estas diferenças.

92. Terrorista morre em meio a tiroteio **entre** agentes de segurança e subversivos (**JB**, 11/11/1972, grifos nossos)

93. Morre em tiroteio a terrorista **que assassinara** um policial no Méier (**OG**, 11/11/1972, grifos nossos)

No *JB*, a ausência de determinantes para *terrorista*, *agentes de segurança* e *subversivos* induz no pensável uma delimitação de grupos em confronto ideológico, mas não permite uma relação de exterioridade-anterioridade para estes nomes. Com relação a *O Globo*, ao contrário, a denominação *terrorista*, sendo duplamente determinada pelo artigo definido e pela oração relativa, instaura uma evidência partilhada por todos (a designação de *a terrorista*), produz uma afirmação (*morre em tiroteio*) e evoca um saber (*que matara um policial*) independente e anterior ao que é formulado. Além de igualmente evocar e enfatizar, acrescentamos, as dimensões da violência: a terrorista *mata e morre*.

Contra os terroristas e subversivos invoca-se apenas a violência e a gratuidade de seus atos:

94. Congresso do terror. Exército descobre plano de guerrilha em Teresópolis (**OD**, 24/3/1970, p.1, manchete)

95. Terroristas metralham industrial pelas costas. (**OG**, 16/4/1971, p.1, manchete)

96. Atrocidade é a palavra ligada à história do movimento comunista internacional.(...) O marxismo-leninismo cria tal necessidade de violência que ninguém matou mais comunistas do que os próprios comunistas. (...) É essa filosofia do ódio que procura fincar pé nesta terra de gente cordial e cristã. (**OG**, 16/4/1971, p. 1, editorial: Cangaceiros)

97. Órgãos de Segurança da Guanabara e Estado do Rio avisam a população, e principalmente os estudantes, de que foram presos os integrantes de uma célula que em ligação com grupos terroristas pretendiam fazer movimento para incompatibilizar povo e Governo, além de outros atos de subversão. As autoridades alertam os estudantes para a inconveniência de demonstrações de solidariedade sob a influência de

falsos líderes que os conduzem à subversão e ao terrorismo. (OG, 23/4/1971, p. 1, tít: Subversão no meio estudantil)

98. Tigre fêmea do terror. Subversiva assassinou detetive (OD, 11/11/1972, p.1, título)

Nas poucas narrativas de seqüestros e tiroteios, a violência dos subversivos aparece como uma forma gratuita de ação. Tudo se passa como se os opositores do regime militar quisessem 'tomar o poder pela violência' simplesmente por 'tomar o poder pela violência'. Apagando a dimensão política dessas ações, o discurso jornalístico, por força da censura, desinveste os atos terroristas de quaisquer sentidos para resignificá-los na 'pura barbárie'. É como se a ditadura puxasse uma linha imaginária de filiação dos subversivos com o campo do 'banditismo'.⁴⁹ No caso dos terroristas, para a violência, no modo como ela comparece no discurso jornalístico-político, não há justificativas. E essa não existência de justificativas da 'violência pela violência' terrorista, por sua vez, é o que permite à ditadura justificar a sua própria violência

99. Terrorismo será combatido pelas armas. (OG, 20/4/1971)

e, assim, constituir o lugar de uma 'violência democrática' por oposição à 'violência comunista', a qual, sempre enfatizada, corresponde a mais uma forma de homogeneizar o outro no lugar do inimigo.

Mas como nos lembra Pêcheux (1990c), "não há ritual sem falhas"⁵⁰. É na contradição deste espaço fechado de repetições, que rachaduras na (aparente) imobilidade discursiva vão produzindo e alargando as falhas desses rituais enunciativos que instituíram um mundo 'militarmente' organizado. Pelas brechas e, assim, muitas vezes quase propondo abertamente uma resistência aos brasileiros, na prática discursiva do *JB* é possível ler:

100. Comunistas reagem em Paris (JB, 25/8/1972, p.12)

⁴⁹ No jornal *O Dia*, o discurso jornalístico-político sobre os terroristas e sobre os subversivos localiza-se na seção policial. Não raro a expressão *grupo de terroristas* é substituída por *grupo de marginais* (cf. OD, 4/4/1972).

⁵⁰ Diz Pêcheux (*op.cit.*, p. 17), a propósito dos vários tipos de falhas nos rituais, que esta é a maneira de "começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido."

101. **Cubanos dão asilo a dez terroristas argentinos** (JB, 27/8/1972, p. 16)

102. **As opções do 'socialismo à chilena'** (JB, 27/8/1972, p. 16)

E o *Jornal do Brasil* resiste (assim como o *Correio da Manhã* até 1974), apresentando sempre mais detalhes e mais notícias do que o concorrente. Forçando espaço, por exemplo, para noticiar a anti-candidatura de Barbosa Lima Sobrinho durante as eleições indiretas para presidente (*Barbosa Lima Sobrinho manterá candidatura até o final*, 3/1/1974). É o *Jornal do Brasil* também que primeiro noticia a volta dos exilados e de Brizola e Prestes em particular.

O *Globo* e o *Jornal do Brasil* constituem, portanto, um espaço discursivo polêmico (Maingueneau, 1989) marcado por uma linha divisória que, 'metaforicamente', se encontra também dividindo regiões na FDB. Note-se: o *Jornal do Brasil* não é um jornal dos ou para os comunistas, ele possui muito mais um discurso liberal, contrário à ditadura militar e às perseguições políticas. Ele constitui, então, um espaço de resistência (não consentida) dentro da FDB.

Até o final dos anos 70, a ditadura propiciou o reconhecimento das diversas facções e dissensões internas ao PCB. Mais uma vez as denominações funcionaram de modo a descrever, classificar e singularizar os oponentes do governo. Ao mesmo tempo, toda uma memória era mais uma vez reativada. Em primeiro lugar porque o silenciamento, em função da censura, atingiu seu ponto máximo: a exclusão dos sentidos contrários à ditadura foi total, durante alguns anos. Em segundo lugar, a premissa 'brasileiro que é brasileiro não pode ser comunista' -- e sua conclusão: 'maus brasileiros são comunistas' -- tornou-se alvo de campanhas publicitárias e *jingles* que associavam a imagem de brasilidade às imagens da 'grandeza da terra', e à idéia do país como 'o melhor', 'o maior' etc, reavivando preconstruídos fundadores desse discurso *sobre* a brasilidade.

O discurso jornalístico, por sua vez, ao didatizar o conhecimento sobre estes variados grupos subversivos, os indiferencia politicamente ao filiá-los nos sentidos já negativizados *sobre* o PCB. Para o público leitor, essa didatização das diferenças resulta, novamente, na ilusão de um mundo desambiguizado.

Se, no início do século, o lugar de outro como inimigo é ocupado indiferentemente por anarquistas e/ou comunistas, se, entre a década de 30 e os anos 60, o comunismo é o único representante deste 'posto', se nos anos 70, só há espaço para terroristas e subversivos, a partir dos anos 80, com a volta do pluripartidarismo, estas imagens começam a migrar e a se generalizar para as 'esquerdas' (cf.: *Arenista vê militares atentos a esquerdismo do MDB*, JB, 1/11/1979) e, ao mesmo tempo, o PCB vai deixando de ser uma ameaça (cf.: *Eles admitem até um intelectual rebelde, comunista, mas não admitem um operário no poder*, JB, 12/11/1989). As eleições de 1989 representam o ápice deste processo de múltipla e contraditória significação.

Com o processo de redemocratização do país, os jornais se autorizam não apenas a falar do PCB como também a fazer com que o PCB fale. Assim é que Prestes, ao retornar do exílio na URSS, é longamente entrevistado nos jornais. Suas opiniões sobre o país, bem como as de outros membros do Comitê Central, são citadas e analisadas, sem que isto constitua um problema. Indagado sobre os destaques dados a Prestes, o ministro Passarinho afirma: *Volta de Prestes não é ameaça* (OG, 20/10/1979).

Por outro lado, as divergências internas, que culminam com a destituição de Prestes do cargo de secretário-geral, também ganham destaque no noticiário. O debate aberto pelo pluripartidarismo, por sua vez, reinstala a discussão sobre a legalização do Partido. E quando, finalmente, seu retorno à legalidade se torna um fato em maio de 1985, pesadas críticas vêm sendo feitas aos radicais de esquerda em geral, em função das greves do ABC. O Partido aparece no conjunto das esquerdas, dividindo com o PT e o PDT, as acusações de estar buscando, através da "convulsão e do caos, o caminho para a chegada ao poder" (OG, 1/5/1985). A expressão *Inimigos da democracia* reaparece, porém, exclusivamente vinculada ao PT.

Apesar das diferenças entre *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, é possível vislumbrar, pela primeira vez, o processo de negativização do comunismo em declínio. E o esforço em desfazer essa direção de sentidos, que há anos vem instaurando discursividade, pode ser depreendido nos discursos dos próprios comunistas. Eles

são os primeiros a elogiar as mudanças no Leste europeu e a dizer que visam à democratização da sociedade.

No entanto, nas eleições diretas para presidência da república em 1989, antigos sentidos retornam mais fortemente através dos discursos de Collor e Caiado. Na contramão deste processo, Freire, o candidato do PCB, chega a ser elogiado pelo deputado Amaral Neto (PDS-RJ), *um arquiinimigo das esquerdas*, que afirma: *Roberto Freire prega o novo comunismo, o comunismo democrático.* (JB,21/5/1989, p.8).

As seqüências discursivas a seguir estão separadas em quatro blocos, numa tentativa de desmembrar as tendências na produção de sentidos. No primeiro bloco, selecionamos os recortes em que o discurso jornalístico funciona como um 'veículo' através do qual os comunistas divulgam sua nova imagem. No segundo, estão as seqüências que preservam os processos discursivos que instalam o comunismo no lugar do outro, como inimigo da sociedade brasileira. O terceiro contém enunciados indicativos da migração desse sentido de 'inimigo' para as esquerdas, sobretudo o PT. Por fim, o último congrega a imagem da decadência dos PCs, imagem essa que, a partir dos anos 90, será a predominante:

Bloco I:

103. O presidente regional do MDB, deputado Miro Teixeira, disse ontem (...) "Eu considero o marxismo superado e sou contra todo tipo de ditadura..." (JB, 2/11/1979, p.3, tít: **Miro apóia emenda que pretende legalizar o PCB**)

104. O ex-dirigente sindical Luiz Tenório de Lima -- membro do Comitê Central do PCB -- declarou: "Minha família é tradicionalmente católica (...) As divergências políticas nunca foram elementos de perturbação na convivência familiar, o que mostra que é possível e salutar a convivência de marxistas com católicos..." (JB, 2/10/1979, p.2, tít: **Comunistas difundem unidade**)

105. Prestes prega rebelião contra direção do PC (JB, 1/4/1980, p.1, título)

106. PCB compreende as greves mas não incita os seus sindicatos (JB, 5/5/1985, p.18, título)

107. Nas contracapa da carta pastoral -- com o título 'O povo quer saber' -- são formuladas e respondidas quatro perguntas. A primeira é se Lula é comunista. "Não - responde a carta - o Lula nunca foi comunista, embora o comunismo não seja o monstro que pintam. Ele não fecha igrejas, não divide as casas nem separa os filhos de seus pais..." (OG, 8/12/1989, p.6, tit: **Diocese paulistana pede votos para Lula**)

108. Roberto Freire superou momentaneamente a sua condição de concorrente sem a menor chance de ganhar a eleição com gestos ousados que petrificaram a esquerda, encantaram a direita e (...) ajudaram a mostrar que **comunista não é bicho papão**, é um político como outro qualquer, que pode ser combatido com idéias e argumentos. (JB, 21/5/1989,p.8, tit: **Roberto Freire abre as portas para o PCB**).

Bloco 2

109. Em festa bem organizada, os dirigente do PC estão voltando. Depois da festa, o que vão fazer? O problema não é tão simples. Por um lado, a lei, que não lhes proíbe ser comunistas, veda-lhes que se lancem à tarefa com que programaticamente estão comprometidos: implantar no país (...) um regime marxista-leninista. // **A índole e as convicções mais básicas do povo brasileiro repudiam tal regime.** (OG, 2/4/1979, p.4,editorial)

110. "Não está legalizado no Brasil o Partido Comunista, mas voltou a existir uma quinta coluna (...)// Escrevendo a respeito de 31 de março de 1964, (...) o Marechal [Odílio Denys] convoca o Poder Civil a encontrar solução "para neutralizar essa nefasta atividade..." (JB, 7/4/1980, p.6, tit: **Marechal condena o comunismo**)

111. O candidato [Maluf] disse que se irritou e continuará se irritando com as **bandeiras vermelhas com a foice e o martelo** presentes nos comícios dos candidatos de esquerda. (OD, 10/11/1989, p.2, tit: **Bandeira vermelha ainda irrita Maluf**)

Bloco 3

112. O inquérito [pedindo a prisão de Lula e mais 17 líderes sindicais] acusa a **esquerda marxista** de se infiltrar na greve do ABC através da Pastoral Operária (JB, 1/5/1980, p. 14, **DOPS afirma que Dom Claudio está incitando à greve**)

113. Brasília. O deputado Alencar Furtado responsabilizou o presidente eleito Tancredo Neves, "que mobilizou os governadores para pressionarem os deputados", e a **esquerda organizada**, o "PCB e o PC do B", por sua derrota na disputa pela presidência da Câmara. (JB,

1/5/1985, p.1, tít: Ulysses derrota Alencar Furtado e promete fortalecer a Câmara)

114. Gusmão disse que todos os **partidos de esquerda** desejam usar os movimentos grevistas como palanque para levar sua ideologia à massa. (OG, 5/5/1985, p.1, tít: Gusmão: Governo reagirá aos radicalismos)

115. O senador Mario Covas já decidiu: vota em Lula dia 17 e passa a fazer oposição a Lula no dia 18 (...) // Mas é lastimável que ele [Mario Covas] resolva dispersar o crédito angariado ao longo da vida pública, induzindo seu partido a mergulhar com ele na suprema imprudência de votar num **programa retrógrado, extremista e de vocação para o caos econômico...** (OG, 11/12/1989, p.1, editorial: O destino do mau surfista)

116. Em entrevista (...) Collor voltou a identificar o PT com o radicalismo, o fascismo e os **regimes comunistas autoritários**. (OG, 13/12/1989, p.1, manchete: Collor ataca para garantir vantagem)

Bloco 4

117. [Caiado] - (...) O senhor está me comparando ao Santo Guerreiro. Eu vou poder **abater estes dragõezinhos de esquerda**. Já derrubei estes dragõezinhos de esquerda na Constituinte e vou derrubá-los no segundo turno. (JB, 17/10/1989, p. 4, tít: Os principais confrontos)

118. Cai o Muro: **samba em Berlim**. (JB, 11/11/1989, p.5, título)

119. 'Perigo vermelho', versão 94. Militares da reserva temem vitória de Lula (JB, 20/8/1993, p.5, títulos)

120. João Paulo II reconhece que comunismo tinha lado bom (JB, 3/11/1993, p.15, título)

121. É *out* usar a palavra '**comuna**' em jantares finos. (JB, 20/3/94, tít: O requinte e a elegância na mesa)

Dessas quatro tendências, que desvelam a multiplicidade de discursos da década, em três está em curso um processo de resignificação de sentidos para *comunismo*. Em (1) é o 'comunista bonzinho', ou um 'comunista possível', integrável a FDB, cujo ponto máximo de expressão se encontra em R. Freire, que está sendo evocado ; em (2), são as ressonâncias parafrásticas que ainda fazem sobreviver os mesmos efeitos de sentido *sobre* os comunistas, embora este tipo de

textualização esteja começando a soar anacrônica; em (3) percebe-se um movimento nas fronteiras da FDB: o lugar do inimigo começa a ser ocupado pelas forças de oposição que surgem após a ditadura e é, sobretudo, o PT, nascido no bojo de greves e lutas operárias que vai sendo conduzido a ocupar este lugar; em (4), finalmente, os comunistas não representam mais uma ameaça, decreta-se o fim do comunismo: sua 'falência' é tão patente e patética que até o Papa pode dizer que *comunismo tinha lado bom*.

É importante observar que, em praticamente todos enunciados (inclusive em outros que não constam dos exemplos em questão), o discurso jornalístico retoma regularmente o relato do discurso de sujeitos que ocupam posições enunciativas de destaque no cenário político. Nesse período, na enunciação jornalística os mecanismos de formação da opinião pública revestem-se ainda mais fortemente de uma 'ilusão de imparcialidade' e o discurso relatado contribui neste 'faz de conta' da objetividade jornalística.

Retornando às quatro tendências, deve-se ressaltar que nelas se encontram vestígios da memória discursiva que determina a FDB. Assim, nessas quatro tendências de produção de sentidos estão sendo retomados os sentidos fundadores do comunismo no Brasil. Seja para desdizer o já-dito (tendência 1), seja para reiterá-lo (tendência 2), seja para deslocá-lo (tendência 3), seja, ainda, para ironizá-lo (tendência 4) o que se depreende é a retomada do 'mesmo' na sua forma de significar o 'outro'.

Esse aspecto da discursividade *sobre* os comunistas aponta, no nosso entender, para a historicidade que constitui contraditoriamente os sentidos. Em outras palavras, por mais que se procure concretizar uma transformação na significação de 'comunismo' nos anos 80, o gesto interpretativo que retorna é o do anticomunismo.⁵¹

Roberto Freire, em sua campanha para presidência em 1989, viu-se enredado nos silêncios do interdiscurso anticomunista constitutivo da política brasileira, pois para poder enunciar os 'novos tempos', enquanto candidato do Partido, precisava

⁵¹ Conforme Togliatti (*apud* Bobbio, *Dicionário de Política*), "ser anticomunista significa ... dividir ctegoricamente a humanidade em dois campos e considerar ... o dos comunistas ... com o campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana."

necessariamente retomar o sentido 'estagnado' mas reavivado na memória pelas simples menção do nome PCB. E ao fazer isso, já se encontrava preso nos rituais enunciativos do discurso da ética-moral dos direitos humanos o qual sustentava a base da negativização do comunismo. Não é à toa, portanto, que em 1992, um grupo de comunistas liderado por Freire propõe a autodissolução do PCB, criando, em seguida, o PPS, numa tentativa de continuar sendo 'comunista', sem ser *PCB*.

E, desta vez, foi desnecessário repetir enfaticamente pelos jornais a expressão *o extinto Partido Comunista Brasileiro*. Até bem pouco tempo atrás, o PCB simplesmente sumiu do noticiário e, em muitas conversas, perguntava-se com certa incredulidade: "Mas o PCB acabou ou não acabou?" Não, ele não acabou. O endereço e o telefone de sua sede no centro da cidade do Rio de Janeiro podem ser encontrados no catálogo. Velhos e novos militantes ainda se reúnem em suas células e núcleos. O Partido ainda apresenta candidatos à prefeitura, à câmara e ao senado. Mas a maioria dos arquivos de sua vasta história foi parar na Fundação Roberto Marinho. Mais uma contradição, (ou não seria apagamento ?) na vida do Partido.

O discurso jornalístico permaneceu, deste modo, atuando no silenciamento do PCB. E no final dos anos 80, o discurso jornalístico, ao refazer a memória do 'perigo comunista', revendo as imagens que ele próprio ajudou a construir -- nomeando, respeitosamente Prestes como o *secretário-geral do comitê central*, ou referindo-se ao *velho comunista* Gregório Bezerra, ou ajudando a colocar em circulação que *comunista não é o monstro que dizem*, ou, ainda, explicitando em suas páginas a história do *mais antigo partido político do país* -- mais reforça um apagamento, pois produz uma narrativa homogênea *sobre* os comunistas, narrativa que captura e organiza a trajetória dos sentidos, retirando os equívocos e as lutas, enterrando os mortos pela ditadura, mas mantendo *os heróis da intentona* como notícia todos os anos no dia 27 de novembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade.
(Pêcheux, 1993b)

Ao iniciarmos este trabalho, indagávamos de que modo havia se formado no discurso jornalístico-político um consenso que instituía o PCB no lugar de *inimigo da pátria*. Esta indagação preliminar nos levou a discutir o papel da imprensa como uma instituição que, apesar de ter na heterogeneidade uma característica constitutiva, funciona desambigüizando o mundo, homogeneizando os sentidos e instituindo ‘verdades’ que ela mesma coloca em circulação. Se, por um lado, o discurso jornalístico abrigou discursos variados *sobre* o PCB, por outro, apagou as diferenças políticas. Por se encontrar assujeitado ao interdiscurso da formação discursiva dominante, apagou as contradições e estabeleceu uma direção de sentidos unívoca para o Partido. Daí considerarmos que a prática discursiva jornalística inscreve-se no campo histórico-social das relações de forças em luta pela hegemonia na produção de sentidos.

Desenvolvemos esta questão discutindo a ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade-da-informação). Vimos que a prática discursiva jornalística está determinada tanto pela ilusão referencial da linguagem quanto por seu próprio processo histórico de constituição, o que supõe / impõe que os jornais podem e devem ser objetivos e imparciais. Ou seja, o que é específico do discurso jornalístico, tal como o estamos concebendo, é ser cego aos efeitos inscritos no seu processo de produção / reprodução / transformação de realidades. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria constituição histórica da imprensa agindo na produção das notícias. Memória

atravessada pela ética dos direitos de alguns humanos (Badiou, 1995), que vai promovendo filiações nos processos de produção de sentidos das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo político é significado. Resulta daí que as notícias jornalísticas se reinscrevem, sob o efeito ideológico da evidência, da obviedade, na direção de sentidos desejada / determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica.

Entendemos a dimensão do político como relacionada às práticas de constituição e organização do poder nas formações sociais, sendo que uma dessas práticas relaciona-se ao ato de 'tomar a palavra', cujo objetivo é legitimar, ou melhor, sedimentar certos sentidos e apagar outros. Assim sendo, não desvinculamos a política dos processos de produção de sentidos da prática política que pode "pelo discurso transformar as relações sociais reformulando a demanda social" (Henry, 1990: 24).

Na perspectiva desenvolvida, o discurso jornalístico de referência representa um caminho tanto de difusão e disseminação dessas práticas discursivas de exercício do poder, como também atua na dissimulação dos modos como essas práticas se impõem, além de silenciar práticas divergentes ou antagônicas ao poder político dominante. Aliás, a própria prática jornalística resulta deste processo de 'tomar a palavra'. Perguntar, então, como o poder é exercido, disseminado e implantado é perguntar também por seus pontos de encontro, interseção e afastamento com o discurso jornalístico.

O discurso jornalístico contribui, desta forma, na produção de verdades locais, as quais, ligadas circularmente aos sistemas de poder (Foucault, 1984), vão sendo disseminadas como consensos sociais. Ou seja, a prática discursiva jornalística permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo 'ao que todo mundo sabe' (uma verdade local) e ao silenciamento de outros sentidos, resultado de uma política do silêncio (Orlandi, 1992).

Discurso jornalístico, verdade, poder, efeitos de evidência e produção de sentidos estão, desse nosso ponto de vista, interligados. E essa 'interligação' resulta do solo material comum em que se realizam: a discursividade

A questão política na língua

Nas denominações se depreende o encontro da língua com a ideologia: ao se nomear os comunistas como *maus brasileiros* -- no quadro da disjunção Bem vs. Mal, característica dos direitos (de alguns) humanos -- apaga-se simultânea e necessariamente uma outra concepção de sujeito, de sociedade, de cidadania e de política.

Retomando Pêcheux (1988), na denominação dos comunistas e do PCB, se encontra um ponto de estabilização, produzido na FDB, do processo político de significação do 'outro comunista' como indesejável, acarretando, deste modo, o isolamento e visibilidade decorrentes do processo de construção discursiva da referência para 'comunismo', 'subversão' e 'esquerda': todos dentro do campo de significação de 'inimigo', portanto, de uma 'ameaça'.

No vocabulário político brasileiro, colocado em circulação na enunciação jornalística, a denominação *comunismo / comunista* instaura uma ilusória estabilidade de sentidos e uma não menos ilusória literalidade. A estabilidade referencial, instituindo discursivamente o *comunismo* no lugar do inimigo, silenciou possibilidade de outros sentidos; apagou, enfim, a possibilidade da discussão política no discurso jornalístico. "A política do sentido está, assim, na língua, a partir da constituição de sentidos da enunciação" (Guimarães, 1995).

No percurso de análise, chamamos a atenção para a natureza da apropriação que o discurso jornalístico faz da política, uma vez que tal apropriação se encontra afetada por uma memória discursiva da imprensa como instituição. As expressões, as palavras de ordem, enfim o 'vocabulário' da política, por mais que seja produzido em uma conjuntura dada, acaba sendo (re)elaborado no campo do jornalístico e acaba perdendo, deste modo, as "relações específicas de contradição-desigualdade-subordinação" que constituem as linhas de fronteira no terreno das diferenças ideológicas.

O discurso jornalístico *sobre* o PCB higienizou a discussão ideológica ao incorporar um fechamento de sentidos em torno dos comunistas. Afinal, como bem disse Althusser (*apud* Pêcheux, 1988:210)

na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. (...) Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar do equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. (...) O combate filosófico por palavras é uma parte do combate político...

E esta foi a importância de termos analisado as denominações, pois em termos de um trabalho no campo da AD, o estudo das denominações permitiu a compreensão do modo de construção discursiva do referente 'comunismo'. Além disso, a apreensão das denominações 'guiou' nosso trabalho de recorte das seqüências discursivas, o que permitiu penetrarmos nos processos discursivos de negativização do comunismo, processos "que, em conjunturas de importância histórica variável, passam a representar *pretextos político-ideológicos* por meio de expressões ou enunciados"(Pêcheux, *id.*, *ibid.*).

Pela análise apreendemos o discurso fundador desse sentido (Orlandi, 1993b), ou seja, o discurso que funda a possibilidade do dizer *um comunista é um inimigo*. Desconstruindo a ilusão de transparência dos sentidos, foi possível trabalharmos a opacidade deste enunciado bem como projetá-lo na série heterogênea de outros enunciados -- sob a forma de paráfrases -- que constituíram ao longo do tempo o fechamento de sentidos para comunismo / comunista.

Só se enuncia de um lugar ou posição discursiva. E a imprensa não escapa desta injunção ao dizer. Vimos que o discurso jornalístico é cego à historicidade que o atravessa. Diremos, agora, que esta cegueira é constitutiva da enunciação jornalística. Daí a importância em priorizarmos na enunciação jornalística sua relação com o interdiscurso (Guimarães, 1995).

Os rituais enunciativos inerentes à prática discursiva jornalística -- em seu aspecto de desambigüização e didatização do mundo -- contribuíram na homogeneização desse dizer fechado na exclusão do comunismo. A dimensão institucional da enunciação jornalística, por fim, se realiza no seu assujeitamento à forma-sujeito do mundo ocidental ou, em outras palavras, encontra-se sumissa ao discurso político liberal que sustenta as formas de existência do mundo capitalista.

PCB, ou a luta do mesmo contra o outro

O processo de produção de sentidos que institui o PCB no lugar do *inimigo da Pátria, inimigo do Brasil* ou, ainda, *mau brasileiro*, resulta de uma política do silêncio: há uma interdição na imprensa aos sentidos do discurso comunista.

Contra o comunismo engatilha-se o dispositivo ideológico da ética do outro ou ética da diferença (Badiou, 1993). O reconhecimento do comunista como 'outro', ao invés de propiciar sua assimilação ao discurso do direito às diferenças possíveis, produz sua remissão para o campo do mal. Para o sujeito ocidental (branco, macho, urbano *etc*) o comunista é um 'mau outro': "ele não é o mesmo que nós" (Badiou, *idem*).

O comunismo é o o outro, a diferença necessária para a constituição do mesmo (Vernant, 1991). Ao comunista está associado o estrangeiro, o comunista russo, (e, mais recentemente, o chinês e o cubano) ou melhor, a revolução russa e a barbárie com que foi descrita. A luta contra o comunismo no Brasil é também a luta pela construção dos sentidos de brasilidade, sobretudo no início do século, quando a república recém conquistada ainda estava se firmando.

O comunista é, assim, o sentido impossível de ser formulado na FDB. Ao mesmo tempo, o comunismo foi o sentido necessariamente negado para que mais se pudesse afirmar positivamente a brasilidade na forma de seus difentes mitos invocados pela imprensa: *a cordialidade, a indole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família etc.*¹ A imprensa, desta

¹ No sentido de explicitar ainda mais o dispositivo ideológico que está atuando nesta construção discursiva do comunista no lugar do outro (um mal), vale a pena citar parte do verbete *O comunismo marxista*, de N. Bobbio: "...uma das características básicas da concepção marxista [de comunismo] é

forma, contribui na construção de uma 'verdade local' (os mitos da brasilidade) invocando um inimigo universal, nomeado *comunismo* (em conjunto com todas as demais denominações que levantamos em nosso *corpus*). Definir o outro-comunista (quer genérico, quer localizado 'concretamente' nos russos, quer 'infiltrado' no Brasil) através da posição do 'eu mesmo brasileiro' possibilita, então, a reafirmação da identidade nacional.

No discurso jornalístico, dada sua constituição pelo campo do Mesmo ocidental, não há espaço para a contradição que a presença do discurso *do* comunismo pode instaurar. Retomando o que dissemos na segunda parte deste trabalho, os rituais discursivos que constituem a prática discursiva jornalística encontram-se submetidos a essa lógica ocidental cristã. A disjunção Bem vs. Mal sustenta em dois campos antagônicos os sentidos possíveis (nos dizeres de Pêcheux, 1981, "o bom sentido, o sentido comum, o bom senso") daqueles sentidos que, na história, não fazem sentido justamente porque, instaurando um equívoco, uma resistência, uma ruptura ou uma transformação, rompem com a lógica linear da narratividade. E o que não faz sentido na história constitutiva desta disjunção Bem vs. Mal é o que pode tirar a estabilidade do campo do Mesmo.

O que realizamos com este trabalho foi compreender como o discurso jornalístico anulou o real da história (Pêcheux, *idem*) intervindo nas contradições e apagando os sentidos de ruptura que o discurso *dos* comunistas podia instaurar. A questão da informação, dessa maneira, deve ser vista como uma questão de Estado, pois intervém e produz uma política de silenciamentos e anulação das diferenças: a alteridade política de fato ou é rejeitada ou é absorvida, ie, transformada em um sentido possível.

que ela não faz nenhuma condenação moralista da burguesia, antes, pelo contrário, celebra e exalta em tons ditirâmbicos sua função histórica. Isto é bem evidente no *Manifesto do partido comunista* (1848) ..."

A narratividade

Como discutimos anteriormente, está em processo no discurso jornalístico uma discursivização do cotidiano, ou seja, uma institucionalização dos dizeres que devem ser ditos / repetidos. Chamamos de narratividade ao processo que atua junto à memória discursiva, engendrando para a memória a ilusão da completude. A narratividade é o que permite a recomposição interna dos discursos em função das variações e mudanças históricas. Ela funciona como um fio ('invisível') que tece e conduz nos jornais as ressonâncias interdiscursivas (Serrani, 1993), impedindo ou redirecionando o deslizar do significantes.

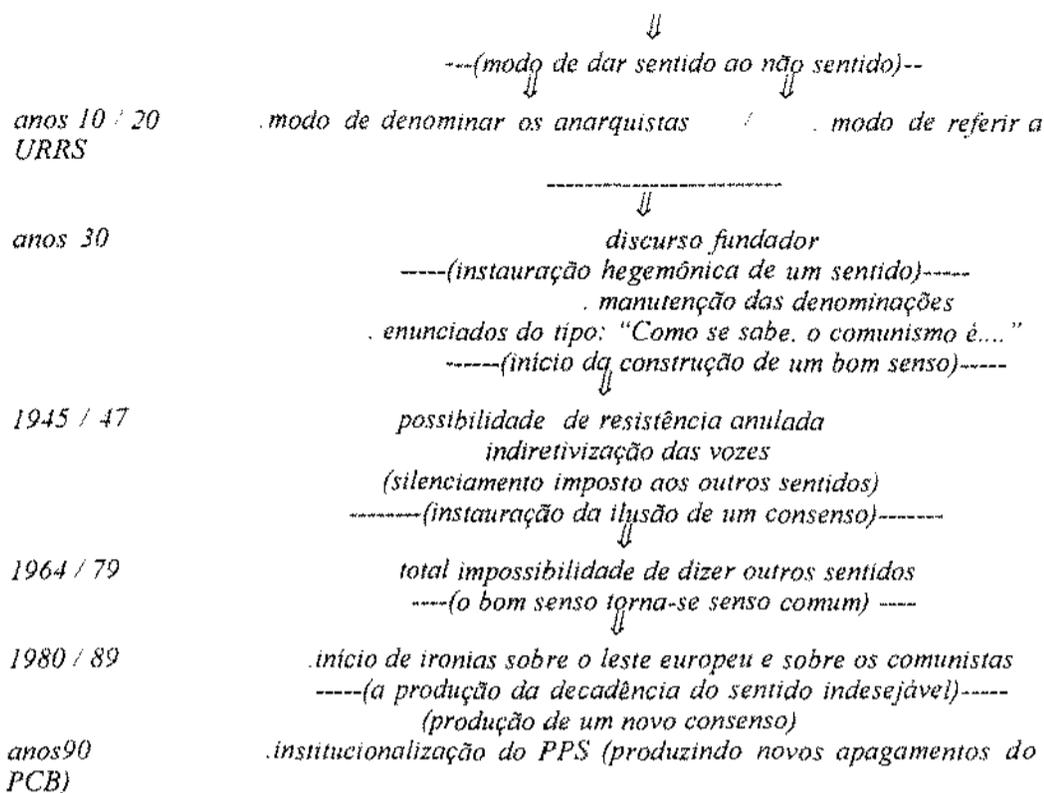
Sempre com a tentativa de organizar logicamente a semântica dos mundos ditos normais (Pêcheux, 1990b), através da narratividade se exercem os mecanismos de poder, os quais vão distribuindo os dizeres possíveis e silenciando os demais. A narratividade possibilita a reorganização imaginária do movimento histórico, é o que permite que fatos antes 'descartados' passem a fazer sentido para a história. A narratividade, enfim, é o efeito que permite o contar uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e conseqüências, com personagens e cenários explicativos.

Ainda de acordo com nossas reflexões, a narratividade -- e seu 'produto' os enunciados narrativos e as narrativas, propriamente ditas -- é apreensível somente após o trabalho de análise do arquivo discursivo. Ela se encontra dispersa na verticalidade do interdiscurso e o que interessa ao analista é compreender seu funcionamento.

Nosso trabalho detectou uma narratividade engendrada no discurso jornalístico *sobre* os comunistas. Vejamos, com o diagrama abaixo, como se deu este processo que produziu uma história para o comunismo no Brasil.

Modo de determinar discursivamente que torna visível o outro (como inimigo) nas sociedades ocidentais. Em termos conjunturais específicos, no que diz respeito ao socialismo e, principalmente, ao comunismo, o Concílio do Vaticano I, em 1870, pode ser considerado como fundador desta discursividade negativizada.²

²- Cf. Courtine, 1981:68-69.



Na descrição do processo de narratividade é possível depreender o efeito ilusório de uma linearidade engendrada no discurso jornalístico *sobre* os comunistas. O que está apagado neste processo, além do próprio discurso comunista, é a multiplicidade de discursos *sobre* o comunismo. Tudo se passa como se só houvesse uma direção para os sentidos produzidos, embora, como foi possível observar ao longo da análise, principalmente nos anos 20 e nos anos 80, eram vários os gestos interpretativos.

Desconstruímos pela análise do funcionamento do discurso jornalístico o esforço político de produzir **um** sentido, assegurando **uma** identidade, marcada pela adesão ao discurso do Mesmo. Esforço esse em que se encontra a tentativa de organizar o movimento dos sentidos ou, em outras palavras, resultado do trabalho da memória discursiva apagando as contradições e produzindo para os comunistas uma única imagem *um comunista é um inimigo*. Da análise feita foi possível abstrair o processo de produção de sentidos que, apagando as diferenças, instituiu o comunismo

nesse lugar do inimigo necessário à afirmação de identidade da FDB, conforme se pode observar abaixo:

não-sentido ⇒ fundação de um sentido ⇒ instauração de hegemonia desse sentido ⇒
construção do bom senso ⇒ ilusão do consenso ⇒ deslocamentos de sentidos ⇒ o
bom senso se transforma em senso comum (ou 'banalizado') ⇒ instauração de nova
hegemonia ⇒ produção de novo consenso

No novo consenso que vem sendo imposto pelo discurso jornalístico, em função da reorganização das fronteiras da FDB, os comunistas aparentemente não são mais tão perigosos. Mas não seriam mesmo?... Talvez a única pergunta que permaneça sem resposta foi a que formulamos logo no início: A eficácia do imaginário *sobre* os comunistas teria chegado ao fim?

Com este trabalho, espero ter contribuído na compreensão dos processos de produção dos sentidos constitutivos do discurso jornalístico, sobretudo no que se refere à sua determinação pela memória institucional. Espero, também, que as reflexões sobre o PCB no discurso jornalístico possam servir de ponto de partida para outros estudos que envolvam a relação entre mídia e política.

Por fim, quero enfatizar a importância do trabalho com a Análise do Discurso. Foi a especificidade teórica desta disciplina do entremeio que me permitiu trafegar por diferentes saberes, sem perder de vista a discursividade do objeto de análise.

Anexo I

PCB - CRONOLOGIA - Brasil

DATA	EVENTO
1910-1920	Predomínio dos movimentos anarquistas
1918	Fundação da Liga Comunista em Santana do Livramento (RGS)
início de 1919	Fundação do Partido Comunista-Anarquista no Rio de Janeiro
meados de 1919	Fundação da União Maximalista em Porto Alegre (RGS)
junho de 1919	Fundação do Partido Comunista do Brasil em São Paulo
setembro, 1921	Criação do Comitê de Socorro aos Flagelados Russos
novembro, 1921	Criação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro
25 a 27 de março, 1922	Fundação do Partido Comunista do Brasil (com a sigla PCB)
junho, 1922 a 1927	PCB ilegal (fechamento decretado pelo governo Epitácio Pessoa)
junho, 1924	PCB admitido na Internacional Comunista
16 a 18 de maio, 1925	Segundo Congresso do PCB
janeiro a julho, 1927	PCB legal. Atividades políticas durante eleições municipais
janeiro, 1929	III Congresso do PCB
agosto, 1927 a 1945	PCB ilegal (Governo Washington Luís: Lei Celerada)
março, 1930	Eleições presidenciais: votação inexpressiva para candidato comunista
30 de maio, 1930	Prestes adere ao marxismo
1930	Fundação da Liga Comunista: oposição Leninista do PC do Brasil
1931	Forte repressão aos comunistas. várias prisões
1931	Criação de serviço de combate ao PCB semelhante ao americano já existente
1932	PCB não obtém registro no Tribunal Eleitoral
1934	I Conferência Nacional do PCB: campanha contra a guerra e o fascismo
março, 1935	Fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) liderada pelo PCB
julho, 1935	Fechamento da ANL pelo governo federal
23 a 27 novembro 1935	Intentona Comunista
1936	Criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo
novembro, 1937	Estado Novo: perseguições políticas. cerco aos comunistas
1941	PCB quase desarticulado. líderes presos
1942	Início da rearticulação do Partido a nível regional
agosto, 1943	Conferência da Mantiqueira: eleição de novo Comitê Central

início de 1945	Palavras de ordem comunistas: união nacional, paz, tranquilidade
out./nov., 1945	PCB legal: registro no TSE após 18 anos de clandestinidade
dezembro, 1945	Eleições: PCB é o 3º partido mais votado. Prestes senador
1946	Atuação de deputados comunistas na Assembléia Constituinte
março, 1946	Acusações contra o PCB (sindicância até setembro)
julho, 1946	III Conferência Nacional do PCB
1947	Novas acusações contra o PCB
maio, 1947	PCB ilegal: TSE cancela o registro do Partido
junho, 1947	Bancada comunista apresenta dois projetos sobre exploração de petróleo
janeiro, 1948	Cassação do mandato dos parlamentares comunistas
até 1955	Apelos nacionalistas e ataques a Vargas
novembro, 1954	IV Congresso: resolve pelo reformismo moderado
1960	V Congresso
1961	Alteração do nome: Partido Comunista Brasileiro - PCB
1961	Legalidade não consentida
1962	Racha no PCB (stalinista): surge o PC do B (maoísta)
1962	Eleição de comunistas por outras legendas
1962	V Conferência Nacional
1963	PCB apóia revoltas na Marinha e Aeronáutica
1964	Prestes na televisão admitindo apoiar reeleição de Goulart
março de 1964	Golpe militar surpreende os comunistas
maio de 1965	Reunião do Comitê Central para avaliar a situação do país
dezembro de 1967	VI Congresso (reafirmação: atingir o socialismo através de revolução social e democrática)
setembro de 1967	Expulsão de Marighela
1968	PCB participa da passeata dos cem mil no Rio de Janeiro
1970	Prisão de quase todos integrantes do Comitê Central
1971	Prestes vai para o exílio na URSS
1974/1975	Assassinato de nove membros do Comitê Central
1974/1976	Completa desestruturação dos quadros
1977	Documento com proposta antifascista (sem apoio de todo C.C.)
outubro de 1979	Prestes volta do exílio
1980	Prestes é desligado do C. C. Rompimento público
dezembro, 1982	VII congresso (interrompido pela polícia)
setembro de 1983	manifesto do núcleo comunista do Rio de Janeiro, contestando o

	anacronismo na organização partidária
1984	Finalização do VII congresso
6 de maio de 1985	Retorno à legalidade (publicação dos estatutos no Diário Oficial)
1 de junho de 1985	Primeira reunião legalizada do Partido em Brasília
setembro de 1986	Apoio, com documento público, à Nova República
junho de 1987	VIII Congresso (extraordinário)
1989	Candidato comunista (R. Freire) à presidência do Brasil
7 de março de 1990	Morte de Prestes
1992	Proposta de autodissolução do PCB
1992	Criação do PPS

BIBLIOGRAFIA

- Achard, Pierre. Formation discursive, dialogisme et sociologie. In: *Langages*, 117. Paris, Larousse, mars 1995.
- Atlan, Henri & Morin, Edgard. Sélection, réjection. In: Lapiere, Nicole. (ed) *La mémoire et l'oubli*. Activités du CETSap DE 1986 À 1988.
- Auroux, Silvain. La définition et la théorie des idées. In: *La définition*. Paris, Larousse, 1990.
- Authier-Revuz, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRALV*, n.26, 1982:91-151.
- Authier-Revuz, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. In: *O discurso e suas análises*. Cadernos de Estudos Linguísticos 1990. Campinas, n.19, jul/dez. 1990:25-42.
- Badiou, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- *Ética*; um ensaio sobre a consciência do mal. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- Barthes, Roland *et alii*. *Análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1980.
- Beacco, Jean-Claude e Moirand, Sophie. Autour des discours de transmission des connaissances. *Langages* 117, Paris, Larousse, mars 1995.
- Beloch, Israel e Abreu, Alzira Alves. (coord.) Partido Comunista Brasileiro. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. 3o. volume, ed.Forense, 1984:2490-2506.
- Benjamin, Walter. O narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas*; Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1987: 197-220.
- Benveniste, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, Ed. da UNICAMP & Pontes, 1988.

- Bergson, Henri. *Les deux sources de la morale et de la religion*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola *et alii*. *Dicionário de política*, quarta edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, s.d.
- Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda*; razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Ed. da UNESP, 1995.
- Champagne, Patrick. La construction médiatique des 'malaises sociaux'. In: *Medias pouvoirs*, n° 21, janvier-février, Paris, Bayarol Presse, mars 1991: 64-75.
- Cerqueira Filho, Gisálio. *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Rio de Janeiro, Achiamé/SOCII, 1979: 16.
- Certeau, Michel de. *L'invention du quotidien*, 1. arts de faire. Paris, Gallimard, 1990:320.
- Collinot, André. Les fils du discours; une interrogation sur la thématization. In: *Les carnets du Cediscor*, 1, 1992: 109-120.
- , Une autre lecture du *dictionnaire de l'académie* (1694): valeur du préconstruit en analyse du discours. in: Lang, Peter (org). *Parcours Linguistiques de discours spécialisées*. s/ed., 1993: 327-335.
- Courtine, Jean-Jacques. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). *Langages*, 62. Paris, Larousse, juin, 1981.
- , Définition d'orientation théoriques et construction de procédures en analyse du discours. In: *Philosophiques*, vol. IX, numéro 2, octobre, 1982: 239-263.
- Deleuze, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992
- Darnton, Robert. *O beijo de Lamourette*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.
- Duarte Júnior, João-Francisco. *O que é Realidade*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Ducrot, Oswald. Je trouve que. In: *Semantikos*. Paris, Managing editor, v. 1, no. 1, 1975:62-87.
- Ducrot, Oswald. O referente. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 2. Lisboa, Imprensa nacional & Casa da Moeda, 1984:418-438

- (et alii) *Les mots du discours*. Paris, Minuit, 1980.
- *Principios de Semântica lingüística*. Dizer e não dizer. São Paulo, Cultrix, 1977.
- Dufour, Dany-Robert. *Les mystères de la trinité*. Paris, Gallimard, 1994
- Dulles, John W. F. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- Ernout, e Meillet, *Dicionário etimológico da língua latina*.
- Faye, Jean Pierre. Théorie du récit, I. In: Faye, Jean Pierre et alii. *Le dessin du récit*. Paris, Éditions du Seuil, 1971.
- Fontana, Monica G. Zoppi. *Modernização e discursos democráticos; porta-vozes esclarecidos nos tempos da transição*. Campinas, Tese de Doutorado, IEL/UNICAMP, 1994.
- Foucault, Michel. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.
- *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- *História da sexualidade I; a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985:9-36.
- *A vida dos homens infames*. In: Foucault, Michel. *O que é um autor?* Lisboa, Vega & Passagens, 1992:89-126.
- Frege, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix & EDUSP, 1978.
- Gadet, Françoise. Prefácio. In: Gadet, Françoise & Hak, Tony. *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990:7-13.
- Guilhaumou, Jacques & Maldidier, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. In: Guimarães, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989:61-70.
- Guimarães, Eduardo. *Os limites do sentido*. Campinas, Pontes, 1995
- Enunciação e história. In: Guimarães, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989: 71-82.

- Independência e morte. In: Orlandi, Eni Puccinelli (org.) *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993.
- Enunciação, argumentação e interdiscurso. *Anais do IX encontro nacional da ANPOLL*, Caxambu, 1994 (no prelo).
- Gulích, Elisabeth e Quasthoff, Uta M. Narrative analysis. In: Van Dijk, Teun A. (org) *Handbook of discourse analysis*. Volume 2, dimensions of discourse. Orlando, Academic Press, 1985:169-198.
- Haroche, Claudine, Henry, Paul. e Pêcheux, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne; langue, langage, discours. In: *Langages*, 1971, 6(73):93-106.
- Henry, Paul. *A ferramenta imperfeita*; língua, sujeito e discurso. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.
- Construções relativas e articulações discursivas. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, (19):43-64, jul/dez, 1990.
- Os fundamentos teóricos da 'Análise automática do discurso' de Michel Pêcheux (1969). in: Gadet, Françoise & Hak, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da UNICAMP. 1990: 13-38.
- Imbert, Gérard. *Los escenarios de la violencia*; conductas anómicas y orden social en la España actual. Barcelona, Icaria, 1992.
- Imbert, Gérard. *Le discours du journal El Pais*. Paris, Éditions du CNRS,
- Indursky, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Tese de Doutorado, Campinas, IEL/UNICAMP, 1994.
- Konder, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*; o pensamento de Marx no século XXI. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- *A derrota da dialética*: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- Labov, Willian. *Language in the inner city*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

- Lage, Nilson. *A linguagem jornalística*. São Paulo, Ática, 1986.
- Lima, Paulo André Moraes de. *Rimas do mundo; o ethos fabulador*. Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras, 1995.
- Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes & ed. da UNICAMP, 1989.
- Mariani, Bethania Sampaio Corrêa. *Revolução de 30 e memória histórica; uma questão para a Análise do Discurso*. Dissertação de mestrado, IEL, UNICAMP, 1988.
- . Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória), in: Orlandi, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador; a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993:31-42.
- . Discurso jornalístico, verdade e memória: o Partido Comunista Brasileiro. *Anais do IX encontro nacional da ANPOLL*, Caxambu, 1994.
- Merton, Robert K. *Sociologia; teoria e estrutura*. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970.
- Meyer, Michel. *Logique, langage et argumentation*. Paris, Hachette, 1982.
- Molino, Jean. Le nom propre dans la langue. *Langages* 66, Paris, Larousse, juin 1982.
- Morin, Edgard & Atlan, Henri. Sélection, réjection (Dialogue). In: Lapiere, Nicole (ed.) *La mémoire et l'oubli*. Paris, Activités du CETSAP, 1986-1988:125-137.
- Mortureux, Marie-Françoise. La dénomination, approche socio-linguistique. In: Koskas, Eliane & Kremin, Helgard (org.) *La dénomination*. Paris, Larousse, 1990.
- Nora, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. in: G. Lipovestki. *L'Ère du vide*. Paris, Flammarion, 1990.
- Orlandi, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- . Segmentar ou recortar. in *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba, 1984:9-27.

- , A incompletude do sujeito. E quando o outro somos nós? in Lane, Silvia T. M. (apres.) *Sujeito e texto*. São Paulo, Série Cadernos PUC-31, Educ, 1988a : 9-16.
- , *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez & Ed. da UNICAMP, 1990.
- , *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.
- , O discurso dos naturalistas. In: *Revista de cultura Vozes*. Rio de Janeiro, Vozes, nº 1, 1993a:62-76.
- , Vão surgindo os sentidos. In: Orlandi, Eni Puccinell (org.) *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993b: 11-26.
- , Autoria e interpretação. Texto apresentado no Colóquio Saussure. São Paulo, 1993c . (Foi posteriormente re-publicado em Orlandi, E. *Interpretação*, 1996a)
- , A natureza e os dados. in: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, IEL/UNICAMP, (27):47:57, jul/dez. 1994.
- , Dispositivos da interpretação. in: *Leitura e Interpretação*. Série *Ler & pensar*, PROLER/ Casa da Leitura, 1995:45-63.
- , *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996a.
- , Exterioridade e ideologia. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Iel/UNICAMP, 1996b (no prelo).
- Orlandi, Eni Puccinelli. e Souza, Tania C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. in: Orlandi, E.P. (org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas, Pontes, 1988b:27-41.
- Pandolfi, Dulce Chaves. *Rasgando a fantasia: um estudo sobre a identidade do PCB*. Tese de doutorado, Niterói, Departamento de História, UFF, 1994.
- Pavel, Thomas. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas, Pontes, 1990.

- Pêcheux, Michel (1982) Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura; da história no discurso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994: 55-67.
- . Análise automática do Discurso (AAD-69). In: Gadet, Françoise & Hak, Tony. *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990 a: 61-163.
- . *O discurso; estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990 b.
- . Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, (19), jul/dez., 1990c:7-24.
- . *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1988.
- . Rôle de la mémoire. in: *Histoire et linguistique*. Paris, Éditions de la Maison des Siences de L'Homme, 1983: 261-267.
- Pêcheux, Michel e Gadet, Françoise. *La langue introuvable*. Paris, Maspero, 1981.
- Pêcheux, Michel e Fuchs, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: Gadet, Françoise & Hak, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- Rancière, Jacques. Histoire des mots, mots de l'histoire. In: *Communications*.58. Paris, Seuil, 1994:87-102.
- Rodrigo, Miquel. *Los medios de comunicación ante el terrorismo*. Barcelona, Icaria, 1991.
- Sader, Emir. *O anjo torto; esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- Serrani, Silvana. As construções indeterminadoras enquanto recortes macrossintáticos do discurso. in: *O histórico e o discursivo.. Série estudos 12*, Uberaba, publicação do curso de Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1986:98.
- . *A linguagem na pesquisa sócio-cultural*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

Souza Filho, Danilo Marcondes de. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo, Cortez & CNPq, 1984.

----- Os três pressupostos básicos dos 'Fundamentos da aritmética' e os pressupostos filosóficos de Frege. (inédito, s.d.).

Torrinha, Francisco. *Dicionário português latino*. Porto, Editorial Domingos Barreira, sd.

Tournier, Maurice & Bonnafous, Simone. Analyse du discours, lexicométrie, communication et politique. In: *Langages 117*, mars 1995

Vernant, Jean-Pierre. *A morte nos olhos*; figuração do Outro na Grécia antiga, Ártemis e Gorgó. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

Véron, Eliseo. L'analyse du contract de lecture: une nouvelle méthode pou les études de positionnement des supports presse. In: *Les medias*; expériences, recherches actuelles, applications. Paris, IREP, 1985.